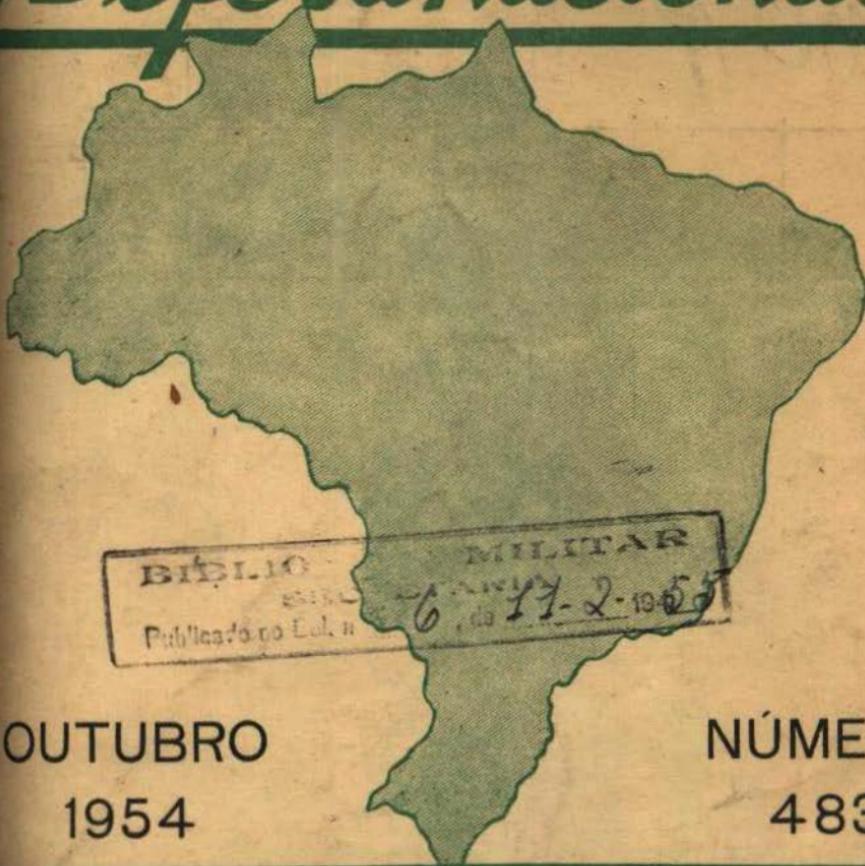


Defesa Nacional



OUTUBRO
1954

NÚMERO
483

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOÃO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.

SEU ENORME CONSUMO PROVA QUE O PÚBLICO...

Sabe preferir



CERVEJA **FAIXA AZUL**

Um produto ANTARCTICA



A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 1954

N. 483

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Intenções e possibilidades — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	7
A Cavalaria Hipomóvel e o seu drama no Brasil — Cel. Aguinaldo Dias Uruguay.....	11
Normas Padrões de Ação — Cel. Manoel J. Guedes.....	17
Preparação física do combatente — Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.....	21
Morteiro 4,2" — Maj. Hugo de Sá Campello Filho.....	23
Operações Anfíbias — Maj. Tácito Teóphilo.....	35
Emprégo das Forças Terrestres — Maj. Rui Alencar Nogueira.....	41
Contabilidade mecânica — Maj. I.E. José Martins Almeida.....	45
Fichas de Instrução — Cap. Carlos Antonio Figueiredo.....	49
Lembretes equestres — 1º Ten. Alvaro M. Goulart.....	55
CULTURA GERAL	
Problemas de desenvolvimento económico — Prof. Arthur E. Burns.....	61
Os discípulos de Joaquim de Flora e o Jornalismo — Cap. Alberto Fortunato	69
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Expedição militar ao alto Juruá — Firmino Dutra.....	79
A verdade histórica sobre os limites Brasil-Paraguai ao Sul de Mato Grosso — Gen. Silveira de Mello.....	99
Orografia de Mato Grosso — Cel. Antonio Britto Junior.....	109
A Economia na História do Brasil — Maj. Jorge E.M. Fortes.....	117
DIVERSOS	
Cel. Afonso Emílio Massot.....	123
Individualização da pena — Adalberto Barreto, Auditor.....	125
Qual a situação real dos oficiais Intendentes do Exército? — Cap. I. Ex. C.P. de Campos Bergo.....	133
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	139
NOTICIARIO DE INTERESSE MILITAR.....	143
ATOS OFICIAIS.....	147

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 38 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

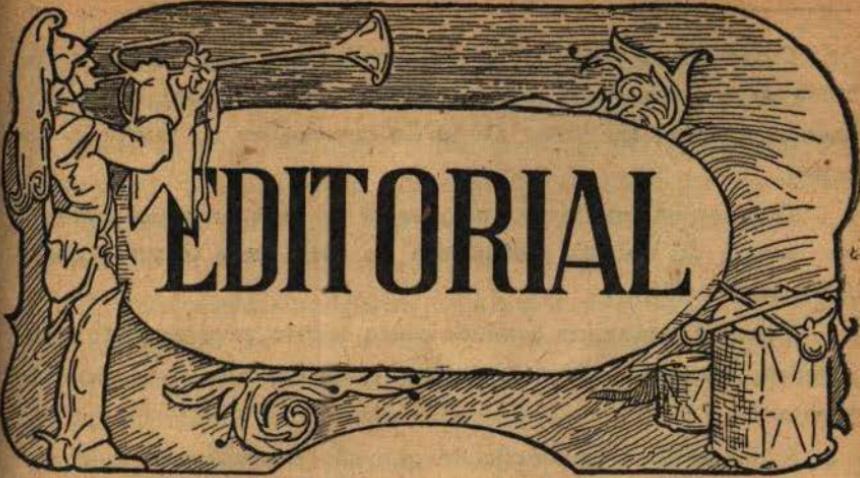
PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

Cr\$

Capa externa	4.000,00
Capa interna	3.000,00
Página inteira	2.000,00
Meia página	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



EDITORIAL

41 ANOS DE EXISTÊNCIA

Completa a nossa revista, nêste mês, 41 anos de existência.

Ainda ecoam as comemorações do ano próximo passado, quando, em igual data e por motivo de nosso quadragésimo aniversário, tivemos a satisfação de receber em nossa redação o Exmo. Sr. Ministro da Guerra e numerosos outros oficiais-generais e camaradas do Exército que nos vieram trazer sua solidariedade e sua palavra de simpatia.

É graças a êsse espírito de compreensão do nosso papel por parte dos altos chefes do Exército, secundado pelo apoio material que nos têm prestado, que temos podido perlustrar tão longa existência.

É também devido ao favor dos camaradas do Exército e das Polícias Militares, oficiais e sargentos, que nos sustentam com as suas assinaturas, que temos podido atravessar as sucessivas crises que nos têm assoberbado, em face do aumento sempre crescente dos materiais e dos custos de impressão.

Não fossem tão valiosos auxílios e o zélo, dedicação e mesmo abnegação dos que mouejam nesta redação e êste nosso querido mensário há muito teria deixado de existir.

É com êle, o único órgão para onde os nossos oficiais encaminham o fruto de laboriosos estudos, observações e ensinamentos colhidos na rotina diária da caserna ou na instrução da tropa.

Quantos oficiais jovens ensaiaram os seus primeiros passos, no terreno da cultura profissional ou geral, nas páginas d'este mensário !

Quantos receberam estímulo desta revista, prosseguindo seus estudos, rasgando novos horizontes e cimentando seus conhecimentos !

É de ver-se a satisfação de que são possuídos quando ela lhes dá asilo em suas páginas.

Porfiam em prosseguir pela vereda entrebatera, animam-se, voltam à carga, pois a cultura se alimenta de cultura.

Em câmbio, é de vê-los tristes, desanimados, incompreendidos, ao se lhes negar espaço para as suas produções ! De fato, é verdadeiramente confrangida que a redação se vê, muitas vezes, na necessidade de recusar guarda a excelentes trabalhos dos camaradas.

Ou porque medidas de economia nos obrigam a limitar a matéria do texto, ou porque as colaborações são por demais extensas, ou porque um forçado adiamento rouba ao artigo a necessária oportunidade, o certo é que a redação se tem visto forçada a pôr de parte, em caráter definitivo, excelentes produções que mereceriam a honra de publicação em qualquer revista militar do mundo.

Eis porque fazemos um apêlo aos Exmos. Srs. Generais Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército, cultos e esclarecidos chefes, para que auxiliem esta revista com maiores verbas, para que ela possa ampliar o número de suas páginas e ao mesmo tempo estabelecer prêmios pecuniários para os seus colaboradores, a exemplo do que se vê nas revistas militares de todos os países.

Não há negar-se o valor do prêmio como estímulo para o estudo, principalmente quando êle é distribuído em cerimônia solene pelas mais altas autoridades do Exército.

Em alguns países é o próprio Chefe de Estado quem faz a entrega dêles, em outros é o Ministro da Guerra ou o Chefe do Estado-Maior, porque, dêsse modo, êle traz a chancela oficial.

Tão alto incentivo ainda é reforçado porque os prêmios são concedidos após cuidadosa apuração dos trabalhos por Comissões de renomadas figuras da mais alta expressão da cultura militar do país.

Se dificuldades financeiras empecem a objetivação da medida acima alvitrada, que seja estabelecida, ao menos, sob a forma de medalha, meio mais econômico, pois ainda assim os nossos briosos oficiais reuniriam forças para conquistá-la.

Ter-se-ia, assim, a medalha Sampaio para o melhor trabalho de Infantaria do ano, a medalha Osório, a medalha Mallet, a medalha Cabrita, etc.

Aí vai, com o nosso apêlo, a sugestão, pois outro não é nosso escopo que o aperfeiçoamento da cultura profissional dos dignos camaradas.

Ao encerrar estas linhas, não podemos deixar de consignar aqui os agradecimentos da Redação a todos os senhores anunciantes pela preferência com que nos têm distinguido, principalmente àqueles que, espontâneamente, se associaram ao nosso aniversário com publicações especiais.

À Secretaria Geral do Ministério da Guerra, ao pessoal da abnegada Imprensa Militar e da redação, o nosso muito obrigado por mais êste ano de trabalho.

No limiar de mais um ano de existência, voltamos o nosso pensamento, reverentes, para aqueles, vivos ou mortos, que no longíquo ano de 1913, numa sala do Clube Militar, fundaram, olhos fitos na Pátria e forrados de idealismo construtor, a nossa veterana "A DEFESA NACIONAL".

NOVA EMBALAGEM!

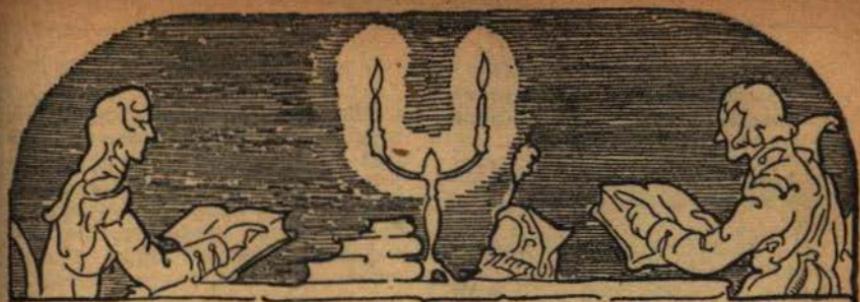


MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 18)



CULTURA PROFISSIONAL

INTENÇÕES E POSSIBILIDADES

General CARPENTIER

Traduzido, data vénia, da "Revue de Defense Nationale", de abril de 1954, pelo Ten.-Cel FLORIANO MÖLLER.



Os militares, conhecemos bem a diferença capital que existe entre as "intenções" e as "possibilidades" do inimigo; aquelas essencialmente mutáveis, à mercê das idéias e da própria intuição dos chefes; estas baseadas no conhecimento dos meios de toda natureza à disposição do inimigo numa certa data, em um dado momento e num ponto determinados, ou suscetíveis de serem "centradas", "reunidas" num certo "intervalo" de espaço e de tempo.

Umas, as intenções, escapam a qualquer dimensionamento. As outras, as possibilidades, podem ser conhecidas, avaliadas, acompanhadas dia a dia, em função da eficiência dos órgãos de busca de informações.

Para as primeiras, as intenções, fica-se no abstrato. As segundas, podem ser apoiadas em dados preciosos; baseiam-se no concreto.

Controvérsia de palavras; disputa de escolas, dir-se-á!

Longe disso! Nunca o problema foi tão atual como no início do ano de 1954.

Mas dentro do nosso propósito, antes de recordar a situação nos primórdios de 1954, parece-nos útil, por meio de exemplos históricos, concretos, tornar mais clara a distinção entre "intenções" e "possibilidades" no plano militar.

I — AS INTENÇÕES

Exemplo da batalha de Guise

Antes da batalha de Charleroi, o 2º Exército alemão às ordens de von Bulow, enquadrado pelos 1º e 3º Exércitos, lançou-se em direção Sudoeste, na perseguição do 5º Exército Francês em retirada. A 27 de agosto de 1914, à tarde, ele atingiu uma linha Oeste-Leste cerca de 10 km ao Norte do Oise. Tratava-se para Bulow de dar ordens para a jornada do dia seguinte.

Ora, entre as 17 horas de 27 e as 9 horas de 28 de agosto, Bulow não teve nada menos de quatro intenções sucessivas e diferentes:

1) Às 17,30 h — O 2º Exército permanecerá a 28 em suas posições;

2) Às 20,30 h — O II Exército estenderá sua direita de modo a manter o contato com o 1º Exército;

3) Às 23,00 h — O 2º Exército cerrará sua esquerda sobre o centro;

4) Às 9,00 h de 28 de agosto — Marchar para a frente!

Destas quatro intenções, todas traduzidas em ordens, as duas primeiras não foram acompanhadas de execução. Entretanto, a primeira foi objeto de uma comunicação rádio ao GQG alemão. As duas últimas foram executadas.

Suponhamos que nossos postos rádio tivessem captado a mensagem das 17,30 h, pela qual Bulow dava conhecimento ao QG alemão de sua intenção de não deslocar-se no dia seguinte.

Desta vez, conheceríamos a intenção do inimigo, pois ele mesmo não-lá fêz saber.

Infelizmente, algumas horas mais tarde, e, sem que ninguém tivesse podido prever, o repouso nos acantamentos se transformava em uma corrida para a frente, de todo o 2º Exército Alemão.

Qualquer operação que fosse montada na intenção do adversário, conhecida do Alto Comando francês, arriscaria nos levar a sermos surpreendido com todas suas consequências.

Não está na natureza humana ter a certeza do dia de amanhã. Os órgãos de busca de informações não escapam às Leis da natureza.

Quanto à intenção do inimigo, ou seja a decisão "cerebral", diremos nós, que não está traduzida ainda por atos, é bem difícil de perceber. E, se por um acaso verdadeiramente raro, se a descobre, é suficiente que o adversário a modifique, para que a manobra montada no conhecimento dessa intenção nos expõa aos maiores perigos.

II — AS POSSIBILIDADES

Mas, se a manobra futura do inimigo não pôde ser determinada com certeza, não se dá o mesmo com sua situação presente. Para conhecê-la, é suficiente ter bastante informações concordantes e controladas. Tomando então, esta situação por base, torna-se possível traçar um limite entre as manobras que o inimigo pode fazer e aquelas que ele não pode fazer.

É assim que Napoleão, antes de tomar suas decisões, estudava as possibilidades de seus adversários e não suas veleidades ou suas intenções. Encontramos exemplos frisantes em suas campanhas de 1805 na Morávia e em 1806 após a transposição do "Frankenwald". Ai vê-se Napoleão eliminar uma a uma, por meio dos reconhecimentos que fêz realizar, as hipóteses possíveis que ele havia encarado de início. E é quando não restava senão uma, que ele escreveu: "Enfim, o veu está rompido; é sobre a margem esquerda do La Saale que é preciso buscar o Exército prussiano."

A manobra montada sobre as possibilidades do inimigo tem uma base menos sedutora do que se emanasse da intenção emprestada ao adversário. Mas esta base é sólida; é segura. Ela se precisará por outro lado, à medida que chegarem a informações permitindo eliminar, com certeza, as hipóteses que o inimigo não está mais em condições de realizar.

* *

Qual é então o acontecimento recente que dá novamente toda sua atualidade a esta velha querela de duas escolas: — a das intenções e a das possibilidades do inimigo eventual?

Este acontecimento é a morte de Stalin.

Estava-se inclinado a pensar, no Ocidente, que resultaria um endurecimento da política soviética, e que os riscos de guerra seriam aumentados. Aliás, de resto, Malenkov apareceu e, mercê de Deus,

nada, do que se acreditava, aconteceu. Melhor para nós; certas manifestações espetaculares, entrevistas a jornais estrangeiros, a atitude de Vychinski no Conselho de Segurança, excursões de atletas soviéticos fora da Cortina de Ferro etc... surgiram como indicações de calmaria, de provas de boa vontade soviética.

De chofre, o "grande medo", que desde 1948 oprimia o mundo ocidental, assumiu uma tendência muito nítida para diminuir.

Todos guardamos na mente a patética apóstrofe do ministro belga Spaak: "A Europa tem medo". E ela se armava freneticamente; acolhia Eisenhower com reconhecimento, quase como um Salvador. Ao mesmo tempo, assistia-se a partida, para a África do Norte e as Américas, de numerosas pessoas, enquanto que os capitais tomavam o mesmo caminho. Atualmente a Europa não tem mais medo, ou mais exatamente, ela tem menos medo. Antes, a Europa pensava demasiado nos riscos de guerra; atualmente, ela não quer mais pensar nisso; ou pelo menos pensa menos nesses riscos. Algumas palavras conciliantes de Malenkov e um sorriso de Vychinski fizeram esse milagre.

Tenho o pesar de afirmar que estamos em pleno domínio do abstrato, ou seja, no domínio das "Intenções". Basta que amanhã Vychinski enrugue os supercílios e retome suas provocantes diatribes no Conselho de Segurança e que Malenkov lance um anátema contra as potências ocidentais e o encantamento estará rompido. Novamente, o mundo terá medo.

De momento, esta espécie de euforia na qual vivemos, incita o país a diminuir seu esforço militar. Não pelo fato de que políticos responsáveis se tomem de grandes ilusões sobre o crédito a atribuir às manifestações dos homens do Kremlin. Eles sabem bem que a sabedoria seria não diminuir o esforço militar de nosso país; sabem que este "prêmio de seguro" que se nos exige pagar, por mais elevado que seja, é entretanto, mínimo em com-

paração à sorte que espera nosso país se, por ventura a Europa fosse submersa pelas divisões soviéticas.

Mas, eles têm que ter em conta as reações da opinião pública. É assim que o conceito "esforço militar máximo" é substituído pelos vocábulos "desenvolvimento de programas" e "regime de vigilância".

O "grande público" está bem convencido da sabedoria desta política de desenvolvimento e de ampliação de programas?

Fica-se em dúvida quando se verifica nos meios civis, quanto os militares de todos os postos são interrogados sobre os riscos de guerra. Como desejariam eles que a resposta satisfizesse completamente seus anseios íntimos. Os civis confiam e, não ocultam sua deceção quando seu interlocutor é no mínimo reticente. E os argumentos rompem de seus lábios, argumentos que bem conhecemos, citando certas atitudes e gestos conciliantes dos dirigentes soviéticos.

Que respondem então os militares, aos quais se reprova o serem assim "tão céticos"?

Eles respondem: Seguramente, nós nos felicitamos tanto quanto vós, pelas espetaculares manifestações de boa vontade dos homens do Kremlin, mas estimariam que estas manifestações só concretizassem por fatos tangíveis. Quantas vezes, depois de 1939, registramos atitudes diametralmente opostas do Kremlin? Fosters Dulles não esqueceu de o salientar em Berlim.

Se as intenções do Kremlin são leais, porque não as concretizam com uma diminuição sensível de seu potencial militar?

E aí onde, nós militares, queremos chegar. Trabalhamos em números de balanço, indicando por períodos de tempo, mais ou menos longos, o potencial do inimigo eventual, ou seja o número de suas divisões, a potência e a qualidade de sua aviação, o desenvolvimento de suas atividades referentes às pesquisas atômicas, etc... em uma palavra, suas possibilidades.

Ora, constatamos nós, um ano após, uma diminuição desse potencial? Não. Não sou eu que o diga, são as vozes autorizadas do General Ridgway e do General Gruenther que não cessam de repetir em todas suas declarações.

O número de divisões soviéticas não modificou. A aviação soviética prossegue em seu esforço. As forças dos países satélites melhoraram sua capacidade combativa; a 12 de agosto do ano findo registrou-se a declaração do Kremlin, relativa à descoberta da bomba H.

Eis aí fatos precisos. É bem possível que sejam desagradáveis de os ouvir. É lamentável que nossos interlocutores civis muitas vezes se mostrem agastados por isso, e que os militares desempenhem uma vez mais o papel de "desman-

cha-prazeres". Mas, que pensar dos militares que, para agradarem a uns tantos, se prestarem a essa atitude que se atribui ao avestruz?

Sem dúvida é uma utopia esperar que os Soviês diminuam massicamente seu potencial militar.

Mas, registrariam, com seu justo valor, qualquer ação do Kremlin diminuindo o número de GG UU soviéticas terrestres e aéreas estacionadas à Leste da Cortina de Ferro e no território da Rússia Européia, como um sinal de estancamento, de acordo com as intenções que se lhe empresta generosamente.

Eis aí o que seria real e concreto. O resto não são senão palavras. E não é de hoje que se diz: "Verba volant" (*)

(*) "Verba volant, scripta manent" (As palavras voam; os escritos ficam).
(N.T.)

IRMÃOS CARVALHO

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

REPRESENTAÇÕES S. A.

FUNDADA EM 1929

MATRIZ — Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 26-A — 10º

Caixa Postal, 2182 — End. Teleg.: "ALPHA"

Telefones: 23-0860 e 43-6165

São Paulo — Rua Miguel Carlos, 68 — Caixa Postal, 3281

Telefones: 37-1161 e 34-7668 — End. Teleg.: "BETHA"

Santos — Praça da República, 37 — Caixa Postal, 909

Telefone: 2-5533 — End. Teleg.: "GAMA"

Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 526 — 11º

S. 1101-1102 — Caixa Postal, 160

Telefone: 2-2490 — End. Teleg.: "DELTA"

A CAVALARIA HIPOMÓVEL E O SEU DRAMA NO BRASIL

Cel. AGUINALDO DIAS URUGUAY

Transcrito da Rev. Mil Rem. Vet., de dezembro de 1953

NOTA DO AUTOR — A presente palestra destinou-se a ser lida em uma reunião de oficiais de cavalaria em Mesa Redonda, a que o autor não pôde comparecer por motivo de férias.



UIDA-SE atualmente de focalizar, discutir e concluir sobre um problema deveras importante pelo reflexo que produz a doutrina de emprêgo da força terrestre na Defesa Nacional.

Não há exagero nas minhas palavras.

Realmente, há uma preocupação acentuada acerca do emprêgo do cavalo na cavalaria e como energia dos veículos de emprêgo bélico. O problema transpõe fronteiras, já tem enchido cadernos e mais cadernos de papel e expendido muita tinta.

Tem-se dito sempre que questões como esta devem ter solução procurada com decisão, ânimo forte, sem medir o sacrifício que ela impõe a velhos cânones. Estou de acordo, e por isto há que corajosamente fazer um exame da situação, pesar e muito bem todos os fatores em jôgo, as circunstâncias ocorrentes para que aqueles passos decisivos não nos conduzam ao erro irremediável ou ao sacrifício inútil de recursos quase sempre conducente a perdas irreparáveis de vidas.

Sabemos muito bem que, para atender às contingências mundiais, uma nação ultrapoderosa do ponto de vista económico e, consequentemente, militar, aboliu completamente o uso do cavalo na arma de ca-

valaria e mesmo nas demais organizações, para a tração de seus veículos. Trata-se dos Estados Unidos da América do Norte, cujo potencial industrial é por assim dizer fantástico e além disto, conta com fontes de energia capazes de substituir integralmente a potência mecânica daquele animal.

Sabemos também que outra nação poderosíssima, que tomou parte na última conflagração, ainda não abriu mão do heróico bucéfalo que desde o passado até hoje vem traçando luminosa trajetória na vida militar do continente europeu. Esta é a Rússia.

Não esqueçamos, e nem seria lícito admiti-lo, as duas potências militares, França e Alemanha, que sempre até aqui têm mantido, com alterações é certo, o seu potencial enriquecido pela tradicional cavalaria das cargas memoráveis que grande número de vêzes decidiram da sorte das batalhas nas planícies daquele continente.

Muito de propósito alinhei exemplos de países que pelos seus recursos industriais e de fontes de energia bem poderiam ter prescindido do cavalo nas suas forças de terra. E fi-lo para a meditação desta colenda assembléia de entendidos e de patriotas, interessados em preservar o exército de sua pátria de derrotas ou desastres a que sempre conduz a inércia ou a desídia no trato de assuntos im-

portantes e vitais que dizem com a sua doutrina militar de que o presente é uma faceta bem importante. Foi para recordar-lhes que o cavalo não está relegado a desaparecer totalmente e sempre houve razões tão poderosas para conservá-lo como o foram para afastá-lo.

Que houve então para chegarmos a esta encruzilhada?

Antes de mais nada, devemos levar em conta que aqueles povos europeus, desde tempos remotos, devido a razões óbvias, têm sido padrões de nossa organização e guias de nosso procedimento, e atualmente assim continua a ser com relação aos norte-americanos; então, mesmo que não devamos desprezar sua experiência, o que se evidencia para nós é que o problema tem de ser estudado, refletido e ponderado com decisão, por nós mesmos, como cada um deles o fêz, e levando em conta as nossas necessidades e possibilidades próprias, características, inconfundíveis e que nos põem a salvo de qualquer precupação de imitarmos ou não a idéia estranha.

Iniciemos então a questão com a seguinte preliminar:

A — Pode o Brasil, nas atuais circunstâncias, abandonar completamente o cavalo, substituí-lo pelo motor, integralmente, e enfrentar os duros problemas de uma guerra que surge em espaço de tempo que é imprevisível mas que devemos esperar seja curto? E deve fazê-lo correndo o risco de uma dependência estrangeira excessiva, como atualmente ocorre, seja no que diz respeito ao material, seja no que concerne ao combustível e acessórios?

B — Pode o Brasil arcar com o risco de abolir completamente a motomecanização de seu exército, adotando exclusivamente o cavalo como ariete principal nas mãos de seus cavalarianos e atrelá-los aos veículos de toda a sorte?

C — Ou deve sensatamente, acompanhando o progresso geral das nações cultas e desenvolvidas, adotar tanto quanto lhe permitam os recursos, aqueles esquadrões couraçados de inequívoco valor e com-

plementar suas organizações terrestres militares com os tradicionais centauros que tantos serviços têm prestado até aqui e de que tão belas páginas têm ilustrado a nossa brilhante história militar?

Não me perderei em abordar detidamente nenhuma das duas extremistas soluções.

Ficarei com a última e desejo, com a frágil argumentação de meus modestos recursos intelectuais, mostrar, ou melhor, recordar aos senhores que, atualmente, parece que algo tem andado errado entre nós: por se ter julgado que o cavalo é absurdo, pensou-se em dar um grande impulso inicial à motomecanização, que depois se tornou indeciso, e só não se eliminou de vez a cavalaria e o transporte hipomóveis, talvez pelo receio de assumir essa atitude.

Examinando-se com atenção as condições peculiares ao nosso país, chegaremos à conclusão de que a solução mista é uma imposição dessas mesmas condições.

A questão do petróleo ainda não foi equacionada, quanto mais resolvida, para que nos possamos fiar nesse recurso vital de que depende o emprêgo exclusivo do material e armamento motomecanizados.

Ainda nossa indústria, aliás até aqui organizada em bases pouco sólidas, pois que não se fundamenta numa agricultura nacional, dependendo demais do estrangeiro; essa indústria não suporta a satisfação das necessidades de paz, quanto mais a daquelas com que lhe iria sobrecarregar a nação em pé de guerra, hoje em dia esta completamente total. E as razões dessa mesma incapacidade, que não exclui o nosso reconhecimento de seu grande progresso relativo, são de várias ordens, na sua maior parte resultado de uma mentalidade estranha de nossas elites, que além de não tomarem conhecimento das realidades, ou delas terem noção incompleta, não têm, até agora, propostas soluções de âmbito global nem pelo menos conduzido os estudo de questões vitais com esse sentido de integração.

Vejamos em poucas linhas como se apresenta a questão do suporte que a indústria poderia dar à defesa nacional para capacitá-la eficientemente.

Sabemos que, mesmo sem motomecanização, o fornecimento de armamento, munição, materiais diversos, veículos, fardamento, arreioamento, equipamento, etc., e mesmo o suprimento de bôeas, medicamentos, etc., não pode ser atendido exclusivamente por ela. Ainda que se considere que nenhuma nação consegue bastar-se completamente, devemos ter em conta, entretanto, que da fonte alienígena, normalmente, se deve esperar somente uma complementação em fraca percentagem relativa às necessidades globais, ressalvados os casos da falta absoluta de certos itens realmente inexistentes na produção do país.

Então, se nos reportarmos às fantásticas necessidades de material mecanizado, de pronto encontramos a se defrontarem, de um lado, as necessidades em cifras que alcançam milhões de toneladas, em se tratando de aço, de outro lado, a modesta contribuição, aquém do milhão, de nossa Volta Redonda, incipiente marco gigantesco e patriótico esforço, completada pela antiga e obsoleta siderurgia de carvão de lenha. E o fornecimento de motores, de peças sobressalentes, material de comunicações e outros de que depende o funcionamento de toda a complexa maquinaria motomecanizada?

Basta, senhores, que fiquemos por aqui, por quanto já esbarramos em dificuldades difíceis de ultrapassar a não ser com o auxílio do tempo, que quanto mais longo, mais entraves traz ao progresso geral e à defesa nacional.

Consentida que está a decisão do emprêgo misto do cavalo e do motor, iniciemos as considerações com que procuro responder ao chamamento de meus pares, com a minha modesta contribuição.

O uso dos blindados espalhou-se, em todos os exércitos modernos, por todas as quatro primitivas armas terrestres ou sejam, infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia.

Entretanto, maior concurso prestaram aos organismos de feição e objetivos peculiares à nobre arma de cavalaria cujo espírito o motor não conseguiu apagar, pelo contrário: só a arrojada mentalidade dos antigos centauros conservada e ampliada pelos modernos é que poderá dar vida e ardor às hodiernas falanges couraçadas cujas garnições, hoje como as de ontem, devem arrostar-se destemerasas sobre o desconhecido, para os objetivos que quase sempre seus olhos não vêm, como o fazem os infantes, engenheiros e mesmo os artilheiros que, se os não enxergam pelos olhos dos serventes das peças, têm como guias seguros de ação os seus observadores terrestres e aéreos.

De que se trata para a força terrestre face a um inimigo próximo ou remoto?

Primeiro, preservar o território nacional e as suas populações e recursos vitais de serem apossados por um inimigo que venha por linhas continentais, ou que, transpostos mares ou oceanos pretendam desembarcar em nossas costas.

Segundo, na impossibilidade de impedir aquela intangibilidade territorial, limitar a sua progressão ao mínimo possível e só permiti-la nas regiões secundárias, manter os pontos e zonas vitais fora de seus impactos mais violentos, ou os sofrer o mínimo que possa consegui-lo, até que novos recursos ou um novo dispositivo permitam atitude mais ativa.

Terceiro, buscar a decisão definitiva onde quer que se faça necessário por meio de ações vigorosas sobre pontos de aplicação bem definidos e tão vulneráveis que nos possam trazer a vitória final e a indiscutível imposição de nossa vontade.

Em qualquer das três fases em que ajam as nossas forças há que distinguir o seguinte: dada a larga extensão fronteiriça e do nosso litoral, não será fácil manter aquela intangibilidade total, daí a sua guarda, e vigilância mesclada de cortinas e pontos ou zonas fortes apoiados mais ou menos próximas.

mente por reservas potentes em condições de frustrar ou dificultar as ações inimigas. Na segunda, do mesmo modo, enquanto se aguarda aqui ou ali a chegada de reforços, continua em grandes linhas aquêle dispositivo assim mesclado de linhas e zonas mais ou menos fortes, apoiados logo aítraz ou mais além. Finalmente, na última fase, obtida a superioridade de meios, atraído o inimigo para ambiente geográfico favorável, ainda assim essa superioridade não obriga à dispersão homogênea desses recursos mesmo superiores, pois é nas brechas ou brecha que se embrenhará o grosso de nosso potencial para, aprofundando-se, ir ao encontro do que tanto se busca: a decisão final favorável às nossas armas.

Informação, rapidez, oportunidade, flexibilidade, potência destruidora, eis meus senhores o que cada vez mais se exige das forças em oposição e vencerá aquela que as puser em jôgo em melhores condições.

Que características são essas acima expostas senão as que dão feição própria à cavalaria, não querendo com isto negar às demais armas que as devem ter, mas não o conseguem na medida em que o faz a cavalaria se bem empregada respeitando aquelas qualidades.

Tôda esta conversa serve para focalizar e apresentar à meditação dos senhores, à guisa de lembrança, é óbvio, o valor que para a organização militar de terra representa a posse de uma cavalaria perfeitamente identificada com as qualidades, que acima fiz desfilar de um organismo ativo capaz de realizar os objetivos do comando em qualquer campanha e que ora estudamos do ponto de vista terrestre.

Assim sendo, há que haver cavalaria e no caso, dado que ela tem de possuir uma organização mista, hípica e motomecanizada, temos que cuidar de ambas, já que as duas devem e podem coexistir.

Efetivamente, se a "economia de forças" objetivando ser "forte no ponto ou pontos decisivos" é o princípio capital que norteia com primazia os países vastos como o nosso

e de fraco potencial bélico, torna-se importante, imprescindível, a posse de uma cavalaria potente e manobreira, dotada em alta essência daquelas qualidades já mencionadas e que são a sua característica. Como então conseguir isto senão agrupando aqui e ali os esquadrões couraçados apoiados e apoianto as demais armas e as outras forças armadas, enquanto além, ou no mesmo setor, seu ágeis centauros retêm o inimigo mais tempo num ponto, contra-atacam mais além, cobrindo e retardando temporariamente até momentos mais propícios?

Então, devemos e podemos ter as duas cavalaria. Como, porém, nosso atual objetivo é tratar exclusivamente da cavalaria hípica, ou mais generalizadamente, do emprêgo do cavalo naquela arma e como força de transporte auxiliar nas outras, vamos procurar desvendar o que está entorpecendo o seu desenvolvimento.

A cada passo se escuta dizer que os recursos financeiros restringem-se em prejuízo desta ou daquela modalidade em que se deve processar aquêle desenvolvimento: cortes nas verbas de aquisição de animais, redução da capacidade aquisitiva da que se destina ao forrageamento e consequente diminuição quantitativa da ração e mesmo supressão de alguma de suas partes componentes; ou recolhimento a invernadas de certa percentagem do efetivo, tudo isso em detrimento da instrução e da eficiência imediata da tropa montada, com reflexos acentuados no ânimo de cavalaria ou artilheiros.

O problema da cavalaria hípica comporta a seguinte equação: a incógnita é o poder inerente a essa arma, condicionado às seguintes constantes, cujos valores hão de ter sinal positivo sem o que aquela incógnita poderá alcançar valor *nulo, indeterminado ou impossível*:

a) *criação e fomento do rebanho equino* nacional para atingir os correlatos índices qualitativos e quantitativos, estes para atender à mobilização ininterrupta e aquêles

dizentes com o tipo de guerra, quer de sela, carga ou tração;

b) *remonta propriamente dita (provisão animal, modernamente)*, seja pela aquisição dos elementos capazes no mercado civil, seja pela criação própria, ou ainda adotando sistema misto, o aconselhável;

c) *forrageamento*, com todos os problemas que dizem de perto com uma relativa independência da administração com relação ao mercado civil, aquela propiciada pelo sistema misto de produção própria e aquisição no mercado;

d) *manutenção do estado sanitário dos efetivos e do rebanho nacional*, parte esta eminentemente técnica, da alcada do Serviço de Veterinária, cujo corpo de médicos sob a eficiente e esclarecida supervisão do seu atual chefe é uma garantia de êxito antecipado.

Vejamos cada uma daquelas constantes mais detalhadamente:

a) quanto ao fomento e criação do rebanho equino, as realizações do Serviço de Remonta do Exército muito dignificam os predecessores e a atual Direção da Remonta em que pese o traçado das linhas mestras de sua orientação consistente na melhoria das características técnicas do criollo nacional pela injeção constante do sangue de raças puras de grande linhagem como as Inglesa e Árabe, Bretã e Normanda, Andaluza e Italiana, para os de sela, tração e carga, respectivamente. Acontece, contudo, que as condições gerais da economia e finanças nacionais têm limitado o âmbito de ação de nossa Remonta, cujos atuais diretores estão empenhados em dar incremento tão amplo e racional possível, o que é de se esperar de seus reconhecidos tirocínio, entusiasmo e patriotismo. Parece-me que nesse terreno, percebendo-se que o maior problema é o interesse do criador civil em ter comprador e vender em condições lucrativas, aquela alta direção pretende levar a nova orientação das compras de animais para o sentido de recriação de modo a que aquele criador tenha tanto interesse em vender cavalo como

bois. Isto se traduz na redução do mínimo de idade, igualando-a à idade vendável da res *vacum*. Assim fazendo, permite-se, por um lado que o preço unitário seja menor do que o que atualmente está vigorando, por outro que o Exército, tomando a si o animal nessa idade tenra, o recrie e o adentre mais racionalmente, de modo a satisfazer mais estreitamente o seu interesse específico.

Tal aspecto do problema exige outras condições de funcionamento da Remonta, cujos estabelecimentos de criação terão de ter seu número aumentado e suas áreas ampliadas devendo, por outro lado, ser afastada qualquer idéia de arrendamento de campo a particulares, questão que até hoje, sem apresentar resultados financeiros compensadores, ao contrário, só dores de cabeça tem acarretado aos responsáveis de nossa administração. No capítulo referente às forragens veremos também o reflexo do abandono dessa prática sobre o seu plantio e fornecimento à tropa por aqueles estabelecimentos;

b) *O problema da remonta aos corpos de tropa* — Tomará um outro aspecto, porquanto não mais fica na dependência quase que exclusiva do elemento civil a apresentação do cavalo tipo de guerra que assim pode ser moldado melhor pelo Exército, o seu maior interessado, não excluindo a aquisição do animal já utilizável, diretamente daquela fonte, cujo preço até mesmo poderá sofrer a influência do novo sistema;

c) *Forrageamento* — Não poderá a alta administração pretender uma auto-suficiência, nem neste nem noutro setor de suprimento, porque além de impolítica, por matar a iniciativa privada, exigirá uma dispersão de esforços que devem estar dirigidos mais para os objetivos específicos do Exército. Acontece, entretanto, que, como atualmente ocorre, uma integral dependência daquela iniciativa não é nenhuma prática nem conveniente, pois fica a administração sujeita às flutuações desordenadas de preços e há muito desperdício de verbas.

Em face do exposto, não vemos senão vantagens na mudança de orientação no sentido de que os estabelecimentos de criação passem, além de suas atribuições normais, ao cultivo extensivo e intensivo das forrageiras, principalmente, milho, alfafa e aveia e bem assim as gramíneas e leguminosas que se encontram diversificadas por todo o território nacional. Sendo este de extensão exagerada é de convir que uma centralização planificadora e controladora teria que se completar harmônica e com uma execução descentralizada. Assim, em complementação ao fornecimento em grosso originário daqueles estabelecimentos (Coudelarias e, mesmo, Depósitos de Remonta) e ao adquirido também no mercado, as granjas regimentais, organizadas técnica e racionalmente forneceriam certas forrageiras peculiares às respectivas zonas.

Não será preciso, nesta sucinta exposição de um ponto de vista, demonstrar por cifras a viabilidade dos sistemas que aqui preconizo, bastando sómente ver que o acréscimo de despesas de manutenção dos serviços propostos, se não for compensado integralmente pelas economias oriundas da abolição ou transformação do atual sistema, será por elas atenuado, e as vantagens se expressam no aumento da eficiência da Arma de Cavalaria e o transporte hipo pelo robustecimento da energia do cavalo, e no maior rendimento que poderá apresentar a tração e a carga feitas por elementos assim engrandecidos por medidas que me parecem, se não as mais sábias, pelo menos de melhor resultado que a prática atual!

d) *Serviço de Veterinária* — Os assuntos pertinentes a este tópico são terrivelmente técnicos para que me atreva a focalizá-los. Resta-me, então, únicamente, destinar-lhe considerações sobre o âmbito que deverá ter a sua atividade de modo

a se entrosar mais intensa e estreitamente com os serviços civis similares em benefício de maior rendimento do fomento da criação pelos esclarecimentos que os criadores devem ter sobre os princípios da genética e práticas racionais de criar, alimentar e conservar o índice de saúde do rebanho.

No que diz de perto com o plantio das forrageiras, já está assentado que deve mesmo tocar a este serviço a sua incumbência, qual seja a de planejar e dirigir a sua produção segundo as linhas gerais acima, para destarte disciplinar as flutuações de preços que em certa medida são fruto de especulação.

Antes de finalizar, devo ressaltar que a importância do serviço de veterinária é tão grande como a estranheza que me causa não contarem os seus oficiais com algumas vagas no curso da Escola de Estado-Maior, como acontece com os médicos e intendentes.

Finalizando, modelada aproximadamente nas idéias acima, a D.G. de Remonta por suas Diretorias de Provisão Animal e de Veterinária, poderá transformar radicalmente o estado atual em que se encontra o problema do emprêgo do cavalo no Exército, principalmente na sua Arma de Cavalaria hipo, cujos elementos integrantes ficarão, assim, livres de ouvirem o que já tive ocasião de escutar de uma alta patente: "Acho pouco provável o emprêgo da cavalaria hipo na atualidade..." Tratando-se de personalidade em evidência, solicitei-lhe, com muito respeito e acatamento, que usasse o seu prestígio para a sua radical supressão de nossa organização militar, pois duas vantagens adviriam daí: seria afastada a indecisão do norteamento por parte daqueles que se prezam como bons militares, e livrar-se-iam os ouvidos dos cavalarianos do ruído de tais heresias.

NORMAS PADRÕES DE AÇÃO

Cel. MANOEL JOAQUIM GUEDES

8 — INSTRUÇÕES SOBRE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

As praças equipadas em completa ordem de marcha, bem como os oficiais, conduzirão o seguinte :

I — PRAÇAS

A) Sobre o corpo

- 1 par de borzeguins ou coturno 1 túnica ou camisa de brim v.o.
- 1 calça v.o.
- 1 capacete de fibra e o de aço quando fôr o caso
- 1 camisa branca
- 1 cueca
- 1 lenço
- 1 par de meias
- 1 placa de identificação (quando distribuída)

B) Na mochila

1 — Exterior.

- 1 manta dobrada triangularmente dentro do meio pano de barraca (evita a manta ser molhada em caso de chuva)
- capacete preso sob a aba da mochila de tal forma que fique com as dimensões da aba
- marmita sobre a aba presa nos malotes laterais e superior
- ferramenta de sapa com o ferro para o lado esquerdo e presa na parte superior (dôrso)
- painel de balisamento preso na parte superior da mochila
- paus de barraca presos na parte superior (dôrso)

— corda de esticar por cima do pano de barraca e presa pelos malotes laterais e superior.

2 — Interior.

- 1 muda de uniforme de instrução
- 1 gorro sem pala circular
- 1 par de borzeguins
- 2 pares de meias
- 1 cueca
- 1 camiseta de meia manga
- 1 calção de ginástica
- 1 lenço
- 4 estacas de ferro (caso sejam de madeira ficarão presas exteriormente, nos malotes laterais).

C) No bornal

1 — Material de higiene pessoal :

Sabonete, pasta de dente, escôva, pente e toalha. Este material é de uso constante e diário.

2 — Material para reparação de uniforme :

Linha, agulha e botões.

Levarão ainda no bornal garfo, colher e caneco (dentro da marmita produzem ruído), cordel e estopa para limpeza do armamento.

Levarão também cinto de guarnição com bornal e cantil (este cheio d'água), o armamento regulamentar e máscara contra gазes.

II — OFICIAIS

A) Para os montados o capote emalado na sela.

B) Uniforme idêntico à tropa e mais a espada.

9 — INSTRUÇÕES PARA A FORMATURA MATINAL

A) Exceto aos sábados, todo o R.I. formará diariamente antes do 1º expediente e de acordo com as disposições abaixo:

1 — Local: Vide croquis.

2 — Dispositivo: Vide croquis.

3 — Hora: Dispositivo pronto 10 minutos antes do "início do expediente".

4 — Uniforme:

3ª e 5ª feiras — O de Educação Física;

2ª, 4ª e 6ª feiras — O 3º.

5 — A formatura constará de canto de canções e hinos e de um desfile que se fará de acordo com o croquis anexo.

6 — As 3ª e 5ª feiras o Regimento fará em acelerado o mesmo desfile, suprimindo-se a parte de canto, repetindo o percurso se assim o determinar o Cmt. do R.I.

7 — Prescrições diversas:

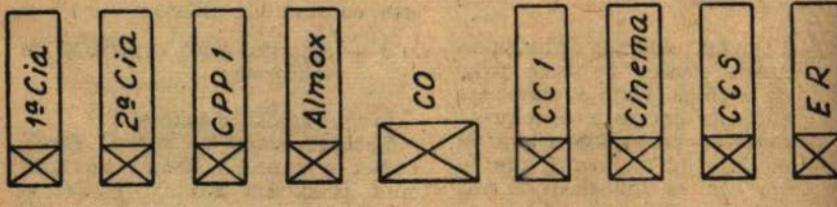
a) Os uniformes estabelecidos no n. 4 poderão sofrer modificações se a 1ª instrução programada nos Q.T. das Cias. assim o exigir.

b) Em caso de temperatura baixa, as Cias. que não possuirem agasalhos formarão com a blusa de instrução nos dias que a 1ª instrução for Educação Física.

c) Aos sábados será realizada a "Parada Geral", de acordo com o que estabelece o R-82 (I.I.R.D.) e de acordo com instruções especiais regulando o assunto.

CROQUIS DO DISPOSITIVO PARA ÁS FORMATURAS MATINAIS

(Segundas, Quartas e Sextas-feiras)



Cmt do RI



EM

OR

IB 21

10 — INSTRUÇÕES PARA AS FORMA-TURAS AOS SABADOS

40 minutos antes do término do expediente.

I — A formatura aos sábados, estabelecida e regulada pelas I.I.R.D. em seu Anexo 2, sob o título "Parada Geral", será feita no Regimento de acôrdo com as prescrições abaixo :

A) Local: Vide croquis.
 B) Dispositivo: Vide croquis.
 C) Hora: Dispositivo pronto

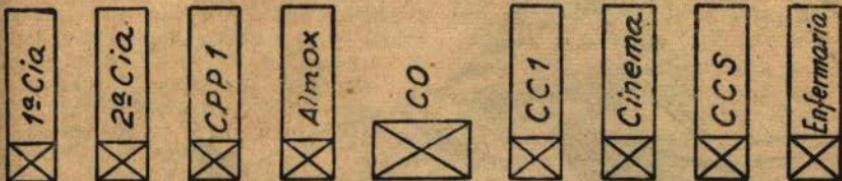
D) Uniforme: 6º (Para os oficiais e sargentos com gorro sem pala).

E) Prescrições diversas:

A Parada Diária que regularmente seria rendida à Hora da Parada Diária, será rendida na hora fixada no Horário do Corpo.

(Continua)

CROQUIS DO DISPOSITIVO PARA A FORMATURA AOS SABADOS



OR IBtl EM

AMÉRICA FABRIL

MARCA REGISTRADA

TECIDOS SANFORIZADO

NÃO ENCOLHEM

Um Produto da AMÉRICA FABRIL

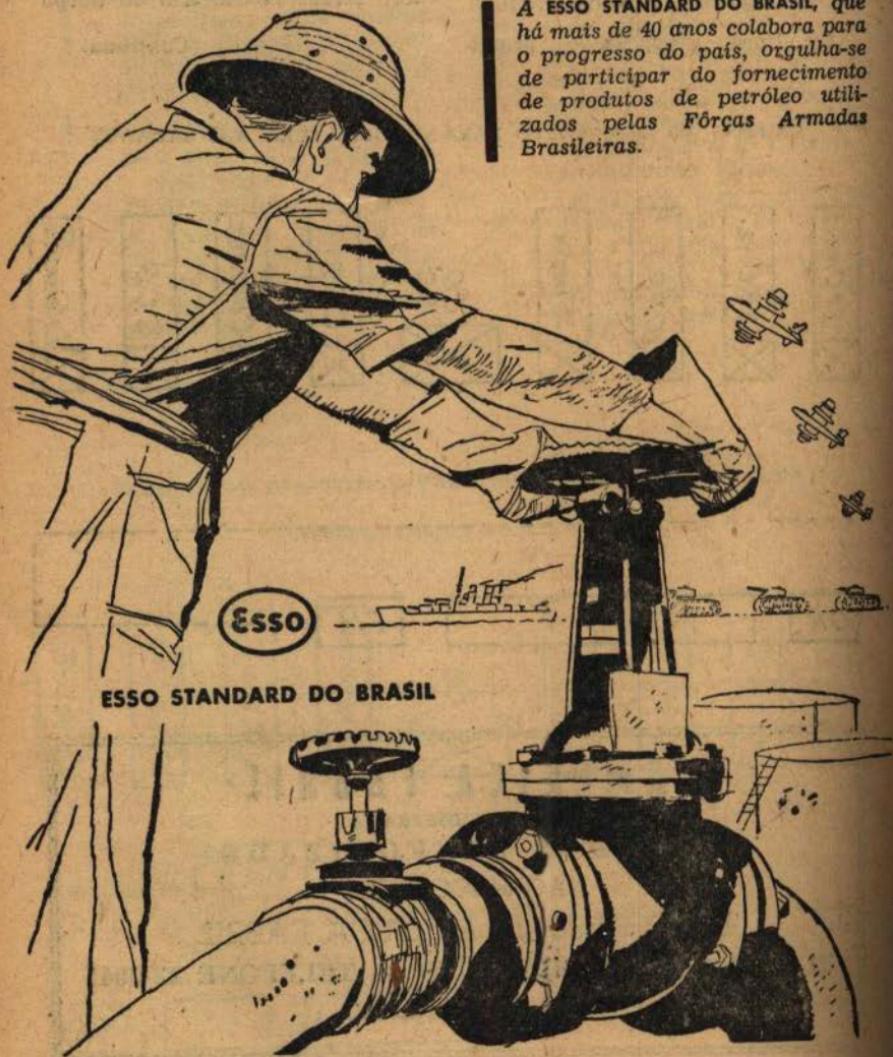
RUA DA CANDELÁRIA, N. 67 — TELEFONE 23-2045
 RIO DE JANEIRO

É o grande propulsor...

...e está sempre presente, com a sua força e energia, impulsionando ou assegurando o funcionamento dos mais diversos veículos. Está nos poderosos "tanks" e nos velocíssimos aviões a jato; nos pesados caminhões de carga e nas rápidas ambulâncias; está nas imponentes belonaves. Está em todas as máquinas utilizadas pelo homem de nossos dias.

Esse grande propulsor do progresso é o petróleo, cujos produtos representam a força e a energia da civilização moderna.

A ESSO STANDARD DO BRASIL, que há mais de 40 anos colabora para o progresso do país, orgulha-se de participar do fornecimento de produtos de petróleo utilizados pelas Fôrças Armadas Brasileiras.



PREPARAÇÃO FÍSICA DO COMBATENTE

Ten.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS



S PALAVRAS do General McArthur, gravadas no pórtico da Academia Militar de West Point: "São nos campos de lutas amigáveis que são lançadas as sementes que, em outros campos e outras épocas, produzirão os frutos da vitória", embora referindo-se às pugnas desportivas, traduzem de maneira bastante feliz, o valor do treinamento físico como base da preparação militar.

Sem diminuir, absolutamente, a importância da preparação técnica, do adestramento tático e da formação psicológica e moral do soldado, somos forçados a reconhecer que a sua eficiência no campo de batalha repousa, de maneira notável, no valor do seu treinamento físico. O sucesso no combate, a atitude tomada diante dos imprevistos e a segurança de sua vida dependem, muitas vezes, das qualidades físicas e morais adquiridas através do trabalho físico convenientemente orientado.

Ninguém desconhece as agruras, os sofrimentos e as duras e variadas provas físicas impostas pela guerra. Marchas intermináveis com cargas excessivas, progressões exaustivas em terrenos difíceis para atingir as áreas de combate, ações inauditas durante os ataques, esforços sobre-humanos para desatar viaturas motorizadas e carros de combate em terrenos lamaçentos, assaltos fatigantes, corridas e rastejantes demorados sob o fogo inimigo, transposição de obstáculos variados, transportes de camaradas e materiais pesados e luta pela sobrevivência em casos de nau-

frágio, entre muitas outras, são atividades físicas que requerem condições excepcionais de treinamento.

Não basta dar ao soldado uma educação física semelhante a do cívil. É preciso ir além, e enrijá-lo para enfrentar qualquer situação no cumprimento de missões ou vicissitudes que ele terá que passar.

Os trabalhos incompletos e pouco pesados dos antigos sistemas de educação física militar, exercem uma ação insuficiente sobre os diferentes órgãos e funções e não desenvolvem convenientemente as qualidades necessárias ao combatente. Por isso mesmo, de um modo geral, embora de maneira progressiva, os exercícios devem ser conduzidos de modo contínuo e feitos com bastante energia, procurando-se mesmo, no fim da sessão de trabalho, que os homens apresentem um certo grau de fadiga. É a aplicação do "princípio da sobrecarga de trabalho".

Do exposto, torna-se necessário, para obter combatentes capazes e excepcionalmente robustos, submetê-los a um treinamento constante e intenso, a fim de elevar ao máximo a sua potencialidade física. O êxito na guerra, entre outras coisas, exige que o treinamento juntamente com a manutenção da saúde, desenvolva no soldado qualidades físicas, tais como força, resistência muscular, flexibilidade, resistência orgânica, destreza, velocidade e coordenação. Além disso, através do exercício bem orientado deve ser procurado o seu equilíbrio mental, emocional e moral.

O exercício agindo sobre a inteligência do soldado, facilitará a atividade normal de sua função inte-

lectual e a melhoria de sua capacidade mental. O aumento do seu discernimento se traduzirá por uma clara apreciação da situação, raciocínio rápido, atenção descentrada, espírito de iniciativa, eficiência tática e senso de adaptabilidade.

O equilíbrio emocional resultante de uma educação perfeita do sistema sensorial criará no soldado hábitos de comportamento em face de situações difíceis e perigosas, em que a consciência pouco ou nada intervém. Sem ele, as qualidades físicas e morais do soldado serão mal aproveitadas, diminuindo, por conseguinte, a sua ação no combate.

Os exercícios físicos, cooperando na formação do caráter do soldado e atuando sobre a sua personalidade, exercem um papel importante no desenvolvimento das qualidades morais necessárias ao combatente. Por meio de atividades físicas inteligentemente orientadas, onde o

aperfeiçoamento físico e o aprimoramento moral do soldado marcham juntos, a energia, a coragem, a audácia, a força de vontade, a solidariedade, o espírito de cooperação, a tenacidade, a predisposição para a luta, o sangue frio, a confiança em si, enfim todas as qualidades que constituem a virilidade são altamente estimuladas.

Enfim, estabelecida a importância e as qualidades que devem ser procuradas através do treinamento físico militar, cumpre-nos ressaltar o papel importante dos oficiais e sargentos e, em particular, dos capitães, no adestramento físico do homem para a guerra. Sómente, por meio de uma ação eficaz sobre a totalidade dos soldados, poderemos obter homens capazes de cumprir, nas melhores condições, as diferentes missões no combate e sofrerem com estoicismo todas as vicissitudes de que é cheia a guerra moderna.

SOCIEDADE COMERCIAL ROBERTO LENKE LTDA.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Produtos químicos pesados, para a indústria. Produtos farmacêuticos para Laboratórios e Farmácia.

Inseticidas e adubos para a lavoura. Matérias-primas para rações de aves e animais.

Matérias-primas do país para a indústria e Laboratórios.

AVENIDA RIO BRANCO, 25-S/901-904

Tels. : 43-8211 e 43-1464 — Caixa Postal 3707

RIO DE JANEIRO

MORTEIRO 4,2"

*Major HUGO DE SÁ CAMPELLO FILHO
Instrutor da EsAO*



EALIZOU-SE a 20 de julho do corrente ano, no Campo de Instrução de Gericinó, o tiro real da Companhia de Morteiros 4,2", do Regimento Escola de Infantaria.

O significado dêsse exercício foge à vulgaridade, pois tendo sido a primeira vez em nosso Exército que se executa o tiro real com tôda uma Companhia de Morteiros 4,2", vem mostrar como estamos acompanhando a evolução da organiza-

ção e do material neste apôs guerra.

Dar à Infantaria uma arma de apoio que lhe permita neutralizar ou destruir as resistências inimigas que imediatamente se opõe à sua progressão, tem sido uma preocupação constante, que há anos, de experiência em experiência, se tem procurado solucionar.

Assim vimos no apôs I Grande Guerra a idéia de dotar os Regimentos de Infantaria de uma Bateria de Canhões de 75 mm, para acompanhamento imediato e, du-

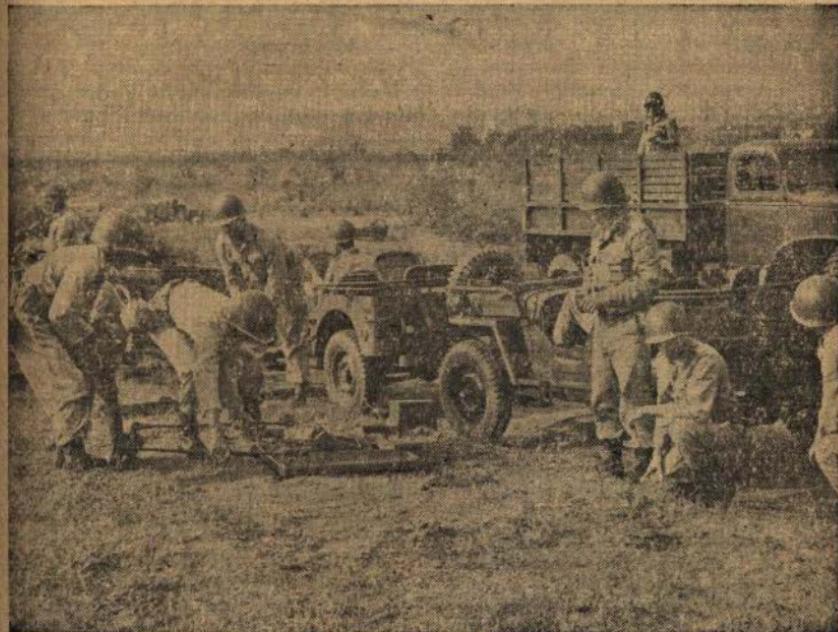


Foto 1 — O Pel de Mrt 4,2" desembarca e inicia a entrada em posição

rante o último grande conflito mundial, presenciamos o aparecimento na organização de nossa Arma das Companhias de Obuses de 105 mm.

Tanto a primeira como a segunda das tentativas acima lembradas visavam satisfazer a necessidade imperiosa do Infante: — "rapidamente ver sua progressão facilitada", mas, devido a várias razões, tais como: peso do material, raio de ação e potência do projétil, rapidez da entrada e saída de posição, determinaram a continuação do estudo, chegando-se, recentemente, ao Morteiro 4,2", como a arma que melhor responde às condições necessárias ao acompanhamento da Infantaria.

Arma de grande rusticidade, facilmente desmontável, podendo ser dividida em fardos transportáveis

pelos serventes, ou em viaturas, quer mesmo em dorso de cargueiros, com grande capacidade de adaptação ao terreno, com grande velocidade de tiro: 20 granadas por minuto (tiro rápido) excelente alcance de utilização: 4.000m (já havendo modelo mais moderno que atinge até 8.000m), utilizando um potente projétil, com raio de ação maior do que o projétil de obus de 105mm, o morteiro 4,2", atende, em excelentes condições, as necessidades dos RI em combate, quando tiverem de apoiar seus batalhões, de modo a aumentar-lhes a capacidade defensiva, ou desembaraçando seus itinerários de progressão, quando na ofensiva.

É oportuno dar realce ao aumento da potência de fogo que representa a adoção do Morteiro 4,2", através do exame dos seguintes dados:

	Peso de explosivo em cada granada	Cadência rápida	N. de Peças
Cia Mtr 4,2"	3,1 k	20 t/min	12
GO 105	1,8 k	5 t/min	12

Resultado de um minuto de fogo:

GO 105: $1,8 \text{ k} \times 5 \times 12 = 108 \text{ k}$ de explosivo

Cia Mrt 4,2": $3,1 \text{ k} \times 20 \times 12 = 744 \text{ de explosivo}$

Dividindo um resultado pelo outro teremos:

$$744 \div 108 = 7$$

Ou seja a Cia de Morteiros Pe-sados 4,2", atirando em cadência rápida, dentro de seu limite de alcance, 4.000m, produz um efeito correspondente a cerca de 7 grupos de artilharia!

O exercício que vimos de assistir e que acima nos referimos, bem concretizou estas idéias.

Uma Companhia com guarnições ainda sem um treinamento completo, com facilidade realizou todos os tiros programados e que no cor-

rer da demonstração foram solicitados.

Uma das partes desse trabalho, que merece especial destaque, foi a demonstração de maneabilidade de um dos seus Pelotões.

Vimos um Pelotão entrar em posição, descarregando o material das viaturas, calcular os elementos de tiro e ficar em condições de desencadear o fogo dentro do exiguo tempo de um minuto!



Foto 2 — Instalando o GB

A seguir, presenciamos o Pelotão atirar, um tiro por peça, desmontar o material e embarcá-lo, iniciar o deslocamento e só nesse momento é que as granadas começaram a arrebarentar sobre o objetivo, vinte e três segundos após terem sido lançadas!

O trabalho da C Tir foi outra parte que despertou grande interesse entre os assistentes.

Vimos a eficiência e a precisão de seu trabalho, traduzida pelos excelentes resultados dos impactos.

Constatamos a rapidez do transporte de tiro, bem como a facilidade com que a Companhia pode cobrir com fumígeno grande extensão da frente em que estiver atuando.

Ao par de tudo que observamos, sentimos que novos horizontes se descontinham para o Infante no sentido de um apoio rápido e poderoso em qualquer situação de combate.

Não podemos, evidentemente, prescindir do apoio da Artilharia, muito pelo contrário, sempre o desejaremos, mas agora estamos de posse de mais uma arma, que vem completar a gama das armas de apoio orgânicas de nossas unidades e completá-la com sensíveis vantagens, que devem ser conhecidas por todos os combatentes, em especial os Infantes.

Esperamos que para facilitar esse conhecimento, em breve todas as unidades de Infantaria disponham desse material.

Acreditamos que isto se fará rapidamente.

Nossos técnicos já nos podem dar todo o armamento de que até agora necessitávamos: fuzis, granadas, metralhadoras, morteiros de 60 e 81 mm, metralhadoras de mão, bem como toda a munição correspondente a essas armas, em breve, produzirão o morteiro 4,2" cem por cento nacional.

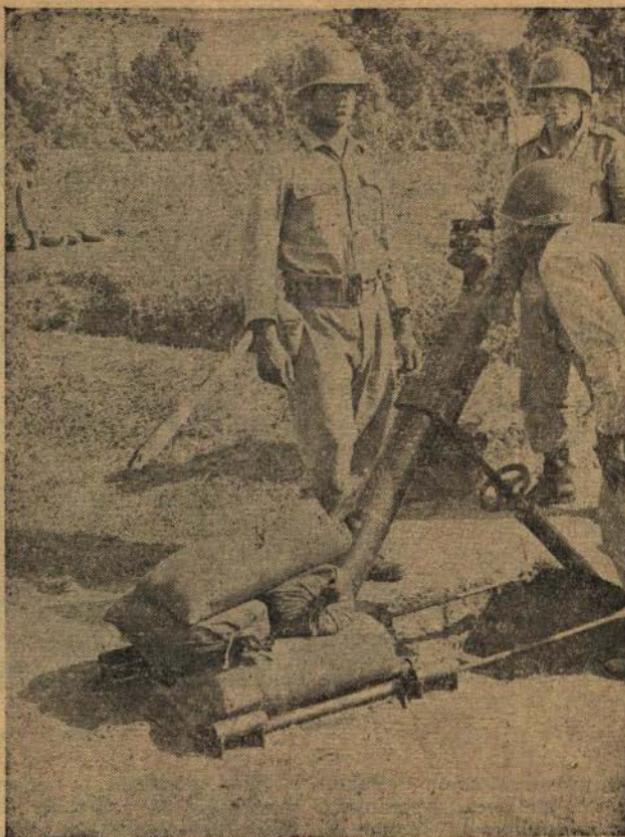


Foto 3 — Apontando ao GB

Para manejar e empregar êsses novos morteiros já contamos com pessoal habilitado.

A EsAO à alguns turnos vem divulgando entre os capitães-alunos os conhecimentos indispensáveis para isto.

Um de seus ex-alunos, o atual Cmt da Cia Mrt P 4,2" do REsI, Cap Carlos Antônio Hecksher, em poucos meses preparou sua subunidade para desempenhar satisfatoriamente as missões que lhe estão afetas. Disso tivemos prova cabal no exercício de 20 de julho último.

O Curso de Infantaria da EsAO conta como instrutores entusiasmados e conhcedores do assunto com os Majores Carlos Alexandre

Portela Passos Autran e Paulo Campos Paiva, que vêm trabalhando nesse sentido com dedicação que muito os recomendam, encontrando agora, deante dos meios de que está dotado o Regimento-Escola de Infantaria, oportunidade excelente para darem maior objetividade à essa importante e útil instrução.

Nestas linhas fica pois registrado o acontecimento realmente interessante para a Infantaria brasileira: — "o aparecimento do Morteiro 4,2" ao lado das demais armas orgânicas de apoio de nossos Regimentos.

A fotografias que apresentamos documentam este acontecimento,



Foto 4 — A LF de um dos Pel de Mrt 4,2" da Cia Mrt P 4,2" do REsI



Foto 5 — Preparando a munição

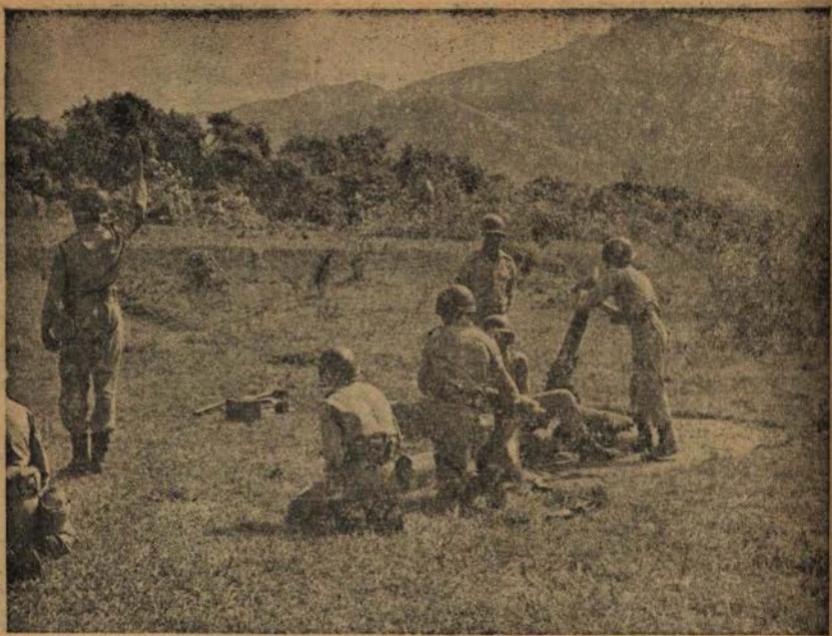


Foto 6 — A peça pronta para o tiro



Foto 7 — A peça atirou ...



Foto 8 — O operador de rádio e telefone da CTir recebendo a mensagem inicial do PO

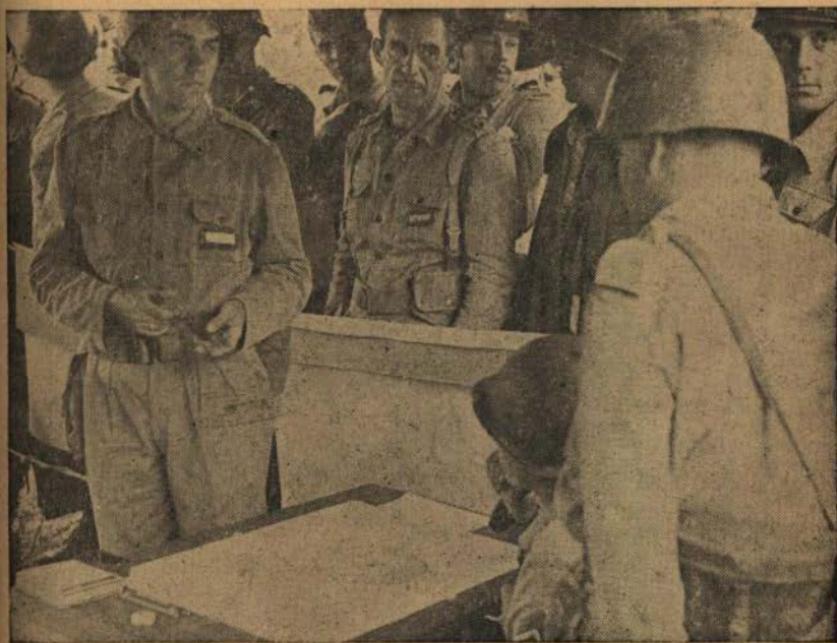


Foto 9 — O Subcmto da Cia Mrt P 4,2", na C Tir, dando ordem do Oficial de tiro. Note-se o transferidor de locação na prancheta de tiro do OCH



Foto 10 — Na C Tir o OCH sob as vistas do Oficial de tiro da Cia Mrt P 4,2",
utiliza o TDA para a obtenção dos dados de tiro

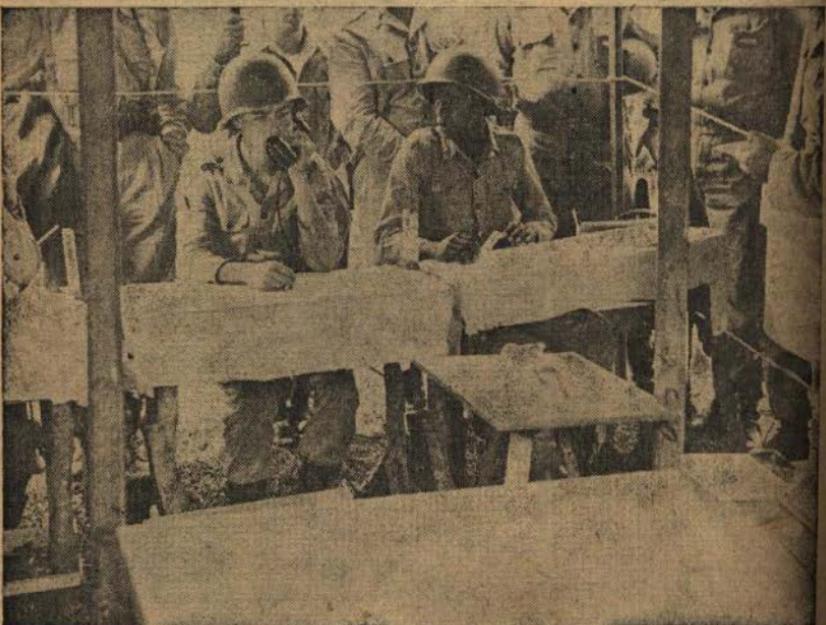


Foto 11 — Na C Tir o calculador do 2º Pel enviando um comando de tiro

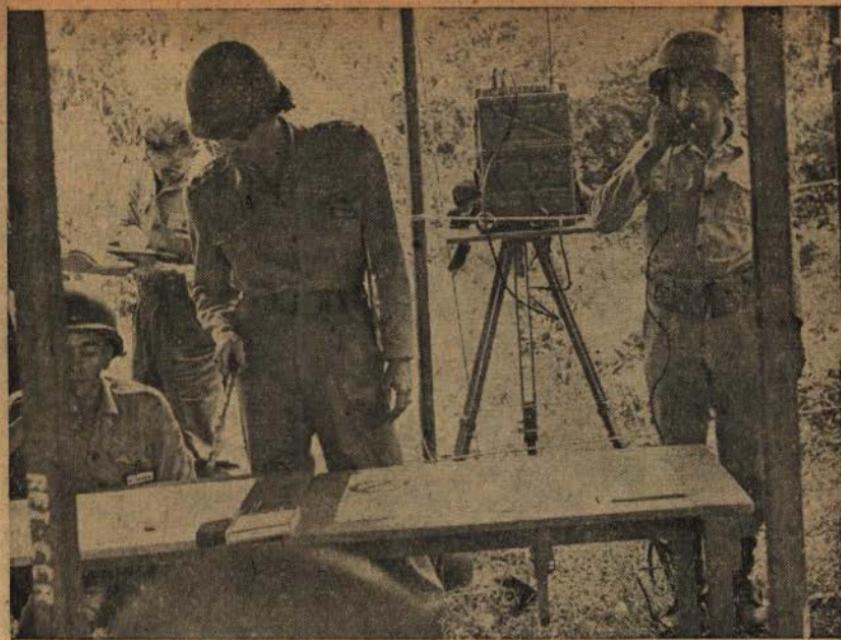


Foto 12 — O Maj AUTRAN, instrutor do CI da EsAO, na C Tir, expondo aos oficiais-alunos os processos usados para operar uma C Tir



Foto 13 — Concentração da Cia Mrt P 4,2" sobre PEDRA DO SINAL; uma das peças está fora do feixe

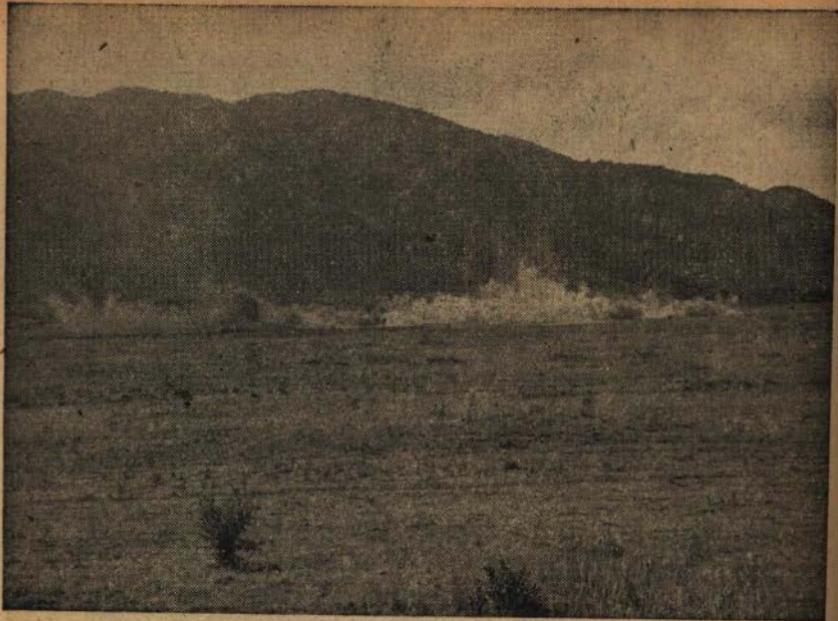


Foto 14 — Barragem da Cia Mrt P 4.2", com granada HE

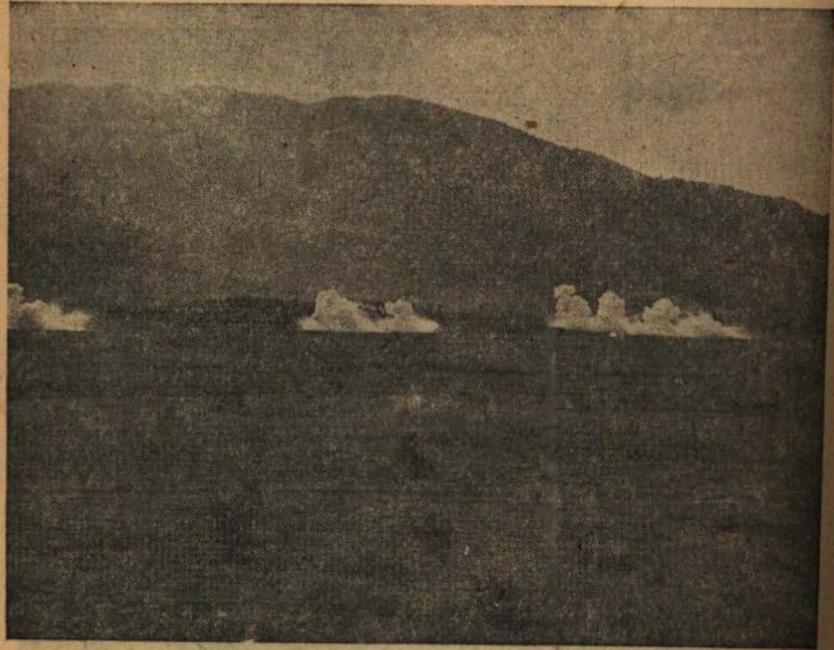


Foto 15 — A cortina de fumaça. Caem os primeiros tiros...

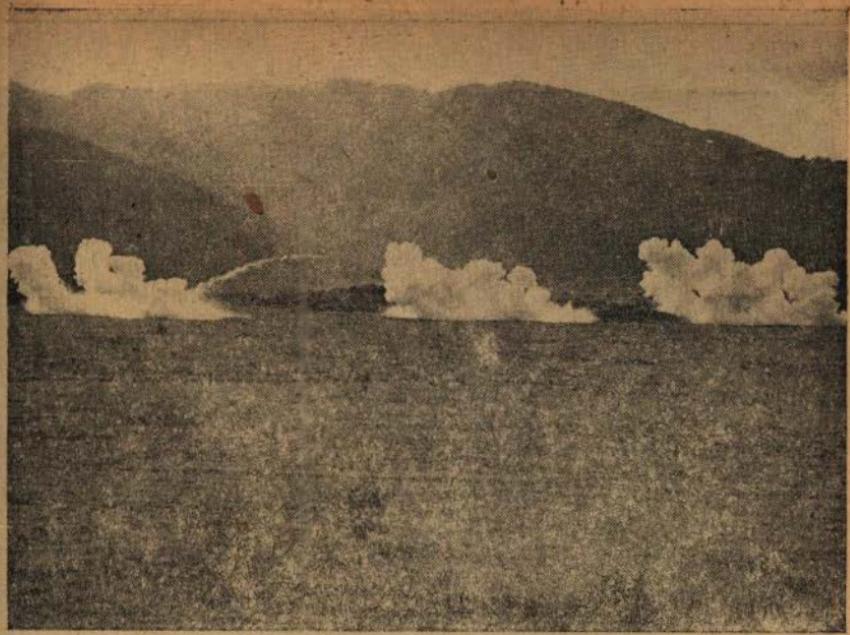


Foto 16 — A cortina se adensa...

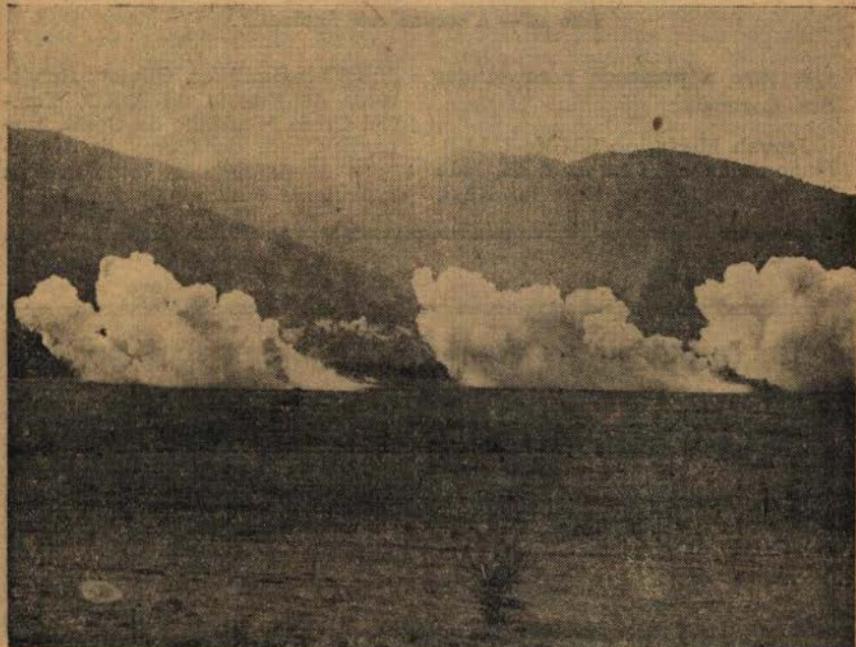


Foto 17 — Está prestes a encobrir toda a frente...



Foto 18 — A cortina está formada...

que teve a presença honrosa dos Srs. Coronéis :

Jeovah Motta, do EM do CAER, Hugo de Farias, Cmt da EsIE, João Batista de Mattos, Cmt do REsl,

Júlio Maximiliano Olivier, Subdiretor de Ensino da EsAO, Ten-Cel Creso Moutinho da Costa, Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da EsAO, bem como oficiais instrutores e alunos da EsAO.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE
(N. 6)

OPERAÇÕES ANFÍBIAS

ESCOLHA DA ÁREA DE DESEMBARQUE

Major TACITO THEOPHILO, da Escola de Guerra Naval

"A área de desembarque compreende o espaço de terra, mar e ar necessário à realização do desembarque e ao estabelecimento da cabeça de praia."

Uma das prerrogativas do Comandante da Fôrça de Desembarque é a escolha da área em que deverá realizar-se o desembarque. A aprovação definitiva, no entanto, dependerá da Marinha que terá de dizer da existência de condições náuas favoráveis ou não que possibilitem ou impeçam a realização da operação. Trata-se, portanto, de assunto delicado e que por isto mesmo deve ser profundamente estudado pelas Fôrças interssadas. Só assim se podem evitar atritos e chegar a uma solução ponderada que satisfaça ao propósito da operação combinada.

Não é possível dizer o que primeiro interessa ao Comandante da Fôrça de Desembarque: se a escolha da área de desembarque ou se a concepção da manobra para o cumprimento da missão. São estudos muito entrelaçados e realizados concomitantemente. Tanto a manobra em terra está presa à área de desembarque como esta àquela. Mesmo assim procuraremos mostrar como acrescentando ao "Memento" do Estudo da Situação (C 101-5) mais algumas "considerações que afetam as possíveis linhas de ação" é possível selecionar a área de desembarque que deverá figurar nas "nossas linhas de ação".

Os fatores que devem ser apreciados num estudo de tal natureza, são:

- 1 — A proximidade do objetivo;
- 2 — As considerações de ordem naval;

- 3 — O inimigo;
- 4 — O terreno.

1 — *A proximidade do objetivo* — A missão exige quase sempre a conquista ou a captura de um objetivo seja ele um ponto dominante, um aeródromo, uma base naval, um porto, a guarnição inimiga, etc. É evidente que a área de desembarque deve estar o mais próximo possível do objetivo para que se possa tirar partido do efeito de choque e acelerar sua conquista sob a proteção dos fogos navais. Se, ao contrário, esta área estiver muito afastada a posse do objetivo exigirá, após o desembarque, uma operação prolongada, dispendiosa e de consequências imprevisíveis já que não se beneficiará da surpresa e da ação de choque inicial.

2 — *Considerações de ordem naval* — Embora caiba à Marinha a última palavra sobre o assunto, não pode o Comandante da Fôrça de Desembarque deixar de bem pesar as considerações de ordem naval. Só assim poderá evitar a escolha de uma área que seria certamente rejeitada devido à impossibilidade de realização da operação.

A área escolhida para o desembarque deve satisfazer às seguintes considerações de ordem naval:

- a) Ser livre de perigos à navegação e bastante ampla para permitir a manobra dos navios. Para que uma Fôrça Naval de Ataque ao aproximar-se dessa área possa desenvolver-se e adotar um dispo-

sitivo que facilite a operação de desembarque é preciso que não encontre perigos à navegação. Os rochedos, bancos de areia, recifes, etc., canalizam os movimentos da Fôrça tornando-a mais vulnerável; dificultam a navegação e a manobra; podem danificar os navios e embarcações e mesmo impedir a ação dos navios de apoio de fogo. Por outro lado, o grande número de transportes exige bastante espaço para facilitar a manobra e evitar encalhes e colisões.

b) Oferecer um certo grau de abrigo. É sabido que a forma, a extensão e a altura das ondas são função do vento cujos efeitos se fazem sentir a grandes distâncias. A ocorrência de uma tempestade, mesmo distante da área de desembarque, poderá assim impossibilitar a operação e, na melhor hipótese, ocasionar retardos consequentes das dificuldades em arriar as embarcações, fazê-las acostar aos navios, desembarcar o pessoal e a carga e mesmo abicar à praia. As enseadas e baías oferecem sempre um abrigo seguro contra os ventos e temporais o que é fator de grande importância para o sucesso da operação.

c) Permitir o apoio de fogo naval a curta distância. O fogo dos canhões navais sobre abrigos e casamatas, devido à tensão da trajetória e à dispersão, é mais eficaz quando realizado sob a forma de tiro direto, por uma só peça e a curta distância. Portanto, para que o apoio de fogo naval seja mais eficiente e possa ser levado o mais longe possível é preciso que as águas próximas às praias tenham profundidade bastante para permitir a aproximação e a manobra dos contra-torpedeiros, cruzadores e mesmo encourados encarregados de prestar esse apoio.

d) Dispor de boas condições de fundo. Um ancoradouro com fundo de areia grossa ou cascalho permite "unhar" bem o ferro facilitando assim o fundeio dos navios e, consequentemente, o desembarque e a descarga. Se o fundo não for bom os navios podem garrar

a âncora e colidir. Nestas condições precisam ficar afastados ocupando uma área muito grande o que dificulta o desembarque e o controle para abordar as praias numa frente relativamente estreita.

e) Ter um gradiente que facilite a abicagem à praia. A inclinação do fundo da praia é expressa pela razão de aumento da profundidade, em relação à distância horizontal. Conhecendo-se o gradiente é possível dizer-se se a praia se presta ou não ao desembarque ou quais as medidas que deverão ser adotadas para sanar os inconvenientes revelados. É que embora as embarcações de desembarque sejam feitas para abicar à praia as diferenças de calado a vante e a ré apresentam uma inclinação no fundo freqüentemente diversa das condições existentes. Por exemplo, uma embarcação medindo 150 pés e com a diferença de calado a vante e a ré de 3 pés apresenta uma inclinação no fundo de 1/50 que será, portanto, o gradiente ideal. Se o gradiente fôr de 1/70 a embarcação encostará primeiro a popa e a proa ficará ao sabor dos ventos e da maré dificultando o desembarque (Fig. 1). Se, ao contrário, o gradiente for maior só a proa tocará ao fundo e a embarcação poderá ficar atravessada e batida pela arrebentação.

f) Se livre de obstáculos. A existência de pedras, recifes, etc., ou de obstáculos artificiais entre a área dos transportes e as praias não só limita as frentes de desembarque como pode dificultar ou impedir o movimento das embarcações. A própria constituição da praia (areia, lama, seixos, etc.) tem grande importância pois que se as viaturas uma vez desembocadas não puderem deslocar-se acabão por congestionar a praia impossibilitando o prosseguimento da descarga. É preciso, portanto, considerar a natureza dos obstáculos e verificar se poderão ser superados pelo emprêgo de viaturas anfíbias e de equipamento especial ou destruídos pelos grupos de demolição submarina antes do desembarque.

g) Não ser batida por arrebração forte. É evidente a dificuldade que terão as embarcações de desembarque em abicar à praia, desembarcar o pessoal e regressar aos navios sempre que a arrebração for muito forte. A velocidade com que a onda arrebenta é função de sua altura e quanto mais perto da orla da praia isto se der, mais árduo será o desembarque. Ao que se sabe a velocidade de 10 nós corresponde à da arrebração de uma onda de 8 pés; acima dessa altura, portanto, as embarcações estão sujeitas a perder o controle, colidir ou submergir. Mesmo com ondas de 6 pés, o regresso das embarcações aos navios constitui um problema.

que às vezes é capaz de por si só anular todas as outras considerações. Não obstante, deve ser sempre apreciado em último lugar. Além dos aspectos normais abordados em qualquer estudo do terreno, tais como, o relevo, as linhas d'água, a vegetação, etc., outros de não menor importância terão que ser considerados: o litoral, as vias de saída, as vias de acesso, etc.

a) Litoral — No caso particular das operações anfíbias trata-se de realizar um assalto à viva força, partindo do mar. Daí a importância que assume a configuração do litoral com reflexos não apenas nas ações do atacante mas do próprio defensor que se vê atraído pela linha costeira

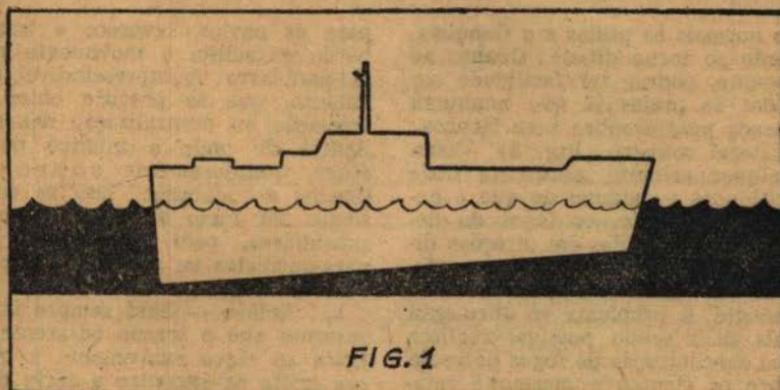


FIG. 1

3 — Inimigo — O estudo do inimigo pouco difere do comum a qualquer operação a não ser quanto à circunstância de ser realizado antes de qualquer contacto e sempre com muita antecedência em relação à data prevista para a operação. Certamente, as áreas mais favoráveis ao desembarque estarão mais bem defendidas pelo inimigo; é sabido, também, que o desembarque realizado face a uma defesa forte é muito perigoso e, tanto quanto possível, deve ser evitado. Impõe-se, portanto, ponderar bem essas circunstâncias antagônicas na seleção da área de desembarque.

4 — O terreno — Sua influência é prepoderante na escolha da área de desembarque. Tanto assim

para estabelecer a defesa imediata das praias. De certo modo, podemos dizer que há três formas típicas de litoral: retilíneo, convexo e côncavo. Essa classificação não é rígida; quase sempre haverá variações ou combinações dos diversos tipos, além do que cada um deles dependerá do escalão considerado. Assim, o litoral poderá ser considerado côncavo para uma Divisão enquanto os Regimentos e mesmo Batalhões dessa Divisão poderão estar atuando em trechos convexos ou retilíneos.

Litoral retilíneo (Fig. 2). Não apresenta nenhuma particularidade de monta. Por ser desabrigado é, em geral, batido por arrebração forte. Os fogos da defesa

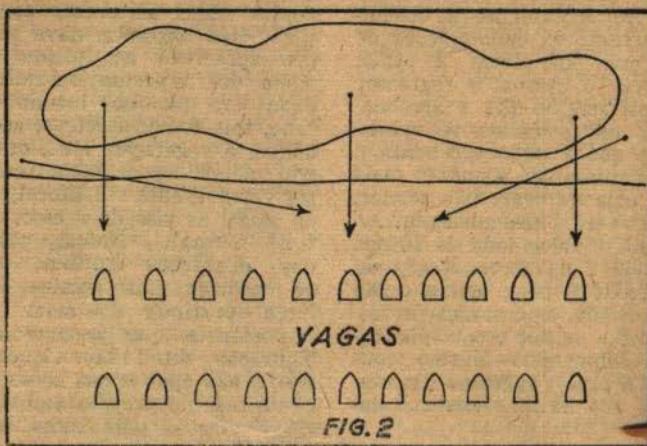


FIG. 2

são normais às praias e o flanqueamento se torna difícil. Quanto ao atacante, poderá ter facilidade em abicar às praias já que nenhuma ameaça pesará sobre seus flancos.

Litoral convexo (Fig. 3). Como qualquer saliente, apresenta mais facilidades ao ataque do que à defesa. Realmente, os fogos do defensor são lançados em direções divergentes e as exigências em efetivos são mais elevadas. Para o atacante, o problema se apresenta mais fácil sendo possível realizar uma concentração de fogos de apoio sobre os flancos e mesmo à retaguarda do inimigo. Pode ainda o saliente ser isolado por um desembarque efetuado em sua base. Não obstante tôdas essas vantagens, o litoral convexo é exposto às correntes e ventos e, geralmente, escarpado. Sendo aparentemente o mais favorável à operação, nem sempre permite o desembarque.

Litoral côncavo (Fig. 4). É o que mais facilidades apresenta aos desembarques, devido às condições hidrográficas favoráveis. Por outro lado, é também o que mais favorece à defesa que pode obter grande concentração de fogos e ótimos flanqueamentos atuando vantajosamente no momento mais crítico da operação de desembarque. Tem sido o tipo de litoral preferido para as operações anfíbias, pois apresenta um abrigo seguro

para os navios, favorece o transbordo e facilita o movimento navio-para-terra. É imprescindível, no entanto, que se procure obter a ocupação ou neutralização dos salientes de onde o inimigo pode atuar vantajosamente sobre os flancos do atacante. Isto se consegue por meio de desembarques subsidiários, pelo lançamento de pára-quedistas ou apenas pela ação do fogo naval e aéreo.

b) Relêvo — Será sempre interessante que o terreno adjacente à praia se eleve suavemente e que sua crista se encontre a certa distância para o interior. Isto não só facilitará o apoio de fogo naval como possibilitará, uma vez atingida a linha de crista, assegurar a proteção das praias contra as vistões e os fogos observados do inimigo.

c) Segurança e defensibilidade da cabeça de praia. A fim de fazer fece a qualquer retorno ofensivo do inimigo é necessário que a cabeça de praia seja aferrada ao terreno. Em outras palavras, o terreno adjacente à praia deve oferecer um certo grau de segurança ao atacante e ser propício à instalação defensiva da cabeça de praia.

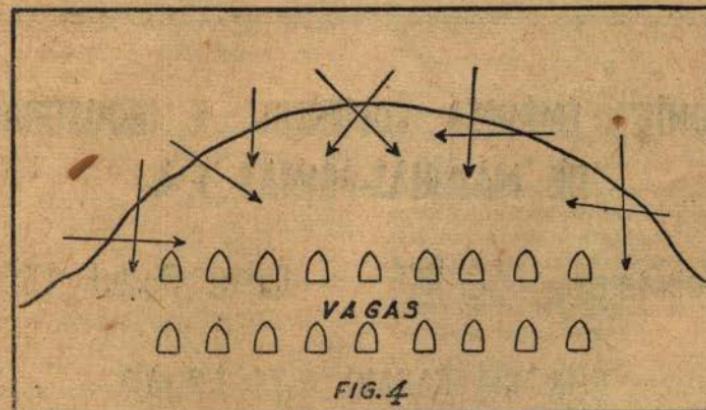
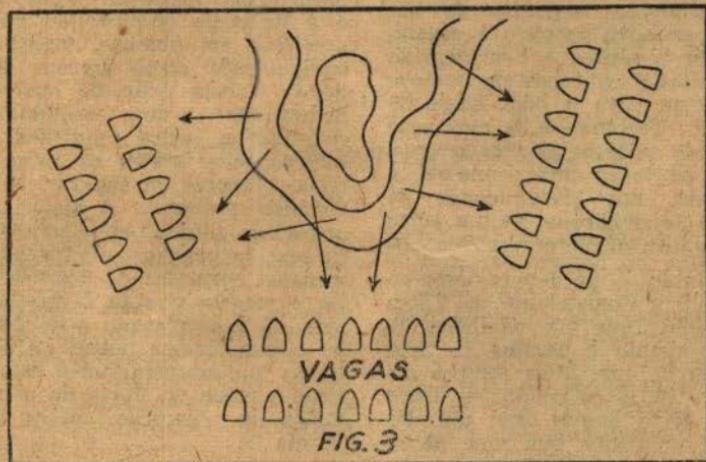
d) Compartimentação — Deve ser compatível com o escalaço de força considerado para o desembarque. O compartimento grande de mais dificulta a ação da tropa que se vê forçada a diluir-se. O com-

partimento pequeno pode também ser prejudicial, pois, rapidamente se congestionaria expondo a tropa e dificultando o apoio logístico.

e) Vias de saída — Uma vez em terra a tropa deve dispor de caminhamentos naturais que permitam sua saída da praia até a

sendo apoiada a tropa precisa dispor vias de acesso que facilitem a penetração para o interior.

g) Obstáculos — A existência de obstáculos naturais, tais como lagos, lagoas, pântanos, rios, escarpas, etc., merece cuidadoso exame quanto ao seu valor, extensão e con-



linha de cabeça de praia. Em geral, o litoral montanhoso mesmo permitindo o desembarque pode tornar a progressão muito difícil por falta de vias de saída.

f) Vias de acesso — São as que levam da cabeça de praia até um objetivo situado mais costa a dentro. Para romper da cabeça de praia em condições de continuar

dições de transponibilidade. Se de um lado podem ser prejudiciais, de outro, podem oferecer certa segurança aos flancos da cabeça de praia.

h) Vegetação — Deve ser apreciada devidamente, pois tanto pode constituir um sério óbice como oferecer excelentes cobertas para a tropa. Além disto, é sempre um

elemento indicador da natureza do solo por ela encoberto.

1) Facilidades de apoio logístico — Outro aspecto a considerar no estudo do terreno é o da facilidade que este possa oferecer ao apoio logístico. Praias que permitem o desembarque e o transporte de suprimentos seguidas de um terreno costeiro próprio à organização de depósitos e bem servido de estradas e caminhos são sempre de desejar para o bom êxito da operação. Tratando-se de uma ação de grande vulto as exigências crescem e se torna imprescindível a existência, nas proximidades da área de desembarque, de um pôrto cuja captura deve ser prevista.

Conclusão — Só depois deste estudo está o Comandante da Fôrça de Desembarque em condições de decidir quanto à escolha da área de desembarque. Nem sempre encontrará tôdas as condições ideais mas o certo é que cada um dos fatores apontados tem uma deter-

minada repercussão na conduta da operação e, portanto, a omissão de qualquer dêles poderá conduzir a uma Decisão falha cujas consequências se farão sentir de maneira desastrosa durante o desembarque. A má escolha de uma área de desembarque não só desorganiza o transbordo, o movimento navio-para-terra e a descarga ocasionando perdas preciosas em homens, material e equipamento como ameaça seriamente o bom êxito da operação. Sempre que a área escolhida não satisfizer a certos requisitos será indispensável prever os meios materiais capazes de superar as dificuldades previstas. A história das operações anfíbias apresenta desde os seus primórdios até Inchou numerosos exemplos de decisões certas e erradas quanto à escolha da área de desembarque e do cortejo de circunstâncias felizes ou desastrosas que se seguiram a essa Decisão, tomada no início do planejamento da operação, meses antes do dia D.

**"FONTE" EMPRESA COMERCIAL E INDUSTRIAL
DE MATERIAS-PRIMAS S. A.**

Telegrams: "SOURCE" - Caixa. Postal 1513

RUA DO CARMO 6-7º ANDAR

TELEFONES 42-8564, 42-5995 E 42-7445

RIO DE JANEIRO

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

IX

ASPECTOS DO COMBATE OFENSIVO



ENHUM país em guerra poderá pretender vencer o seu adversário, sem desenvolver uma operação ofensiva vigorosa, capaz de destruir as suas Forças Armadas, impedir a continuação da luta e desmoralizar os elementos combatentes.

Portanto, toda ação dessa natureza terá que começar por um deslocamento das tropas para frente, utilizando-se as suas mais variadas formas.

Tendo em vista que nem sempre se realizam nas proximidades do inimigo, esses movimentos são classificados em táticos e preparatórios, segundo se fazem sob condições de combate ou em situações de relativa segurança, dada a impossibilidade de interferência das Forças Terrestres inimigas.

Conseqüentemente, os movimentos táticos compreendem os utilizados "para o combate, em retirada ou para substituições" de tropas empenhadas.

Pelas suas condições, exigem sempre um elemento de segurança que proteja o grosso da Unidade que se desloca, evitando a surpresa do inimigo.

Chamam-se estes escalões "Vanguarda, Flancoguarda ou Reta-guarda", desde que marchem à frente, num dos flancos ou à reta-

guarda, com a finalidade de receber o primeiro choque do adversário.

Diz-se que uma tropa vai marchar quando, deslocando-se de um ponto a outro, utiliza os seus próprios meios. Assim, por exemplo, um Regimento de Infantaria, marchando, terá grupamentos a pé e grupamentos motorizados; o Batalhão de Carros de Combate, também marchando, não terá ninguém a pé, porque todos os seus componentes vão nas viaturas.

Recebendo meios de transporte adicionais, uma unidade pode executar um movimento notoriamente, como pode deslocar-se por viaférrea, por mar, por via aérea, etc.

As marchas para o combate são cobertas ou descobertas, desde que tenham ou não, interposto entre a Unidade em deslocamento e o inimigo, um escalão em contato, deviamente forte e capaz de oferecer absoluta segurança.

Compreende-se logo a necessidade da mudança do dispositivo de marcha à proporção que se vai chegando às proximidades do inimigo, para atender não só às medidas de cautela como às exigências das futuras operações.

Abordada a posição de resistência prepara-se o ataque, que é a ação decisiva e tem por finalidade destruir o inimigo ou capturá-lo, quebrando-lhe o ânimo, dissociar

o seu sistema defensivo e impossibilitá-lo de continuar lutando.

Portanto, só se o pode realizar contando com uma superioridade de meios, grande apoio de fogo da Artilharia e dos morteiros; cooperação estreita da Engenharia, dos blindados e da Aviação; indispensável e decisivo apóio dos Serviços.

O ataque exige tropas bem adestradas, equipadas suficientemente, de moral elevado e convenientemente repousadas.

A vista disso, não se deve pensar em iniciá-lo contando, apenas, com uma Unidade que já se achava em contato há muito tempo.

Modernamente, os blindados são elementos imprescindíveis, agindo em consonância com a Infantaria, constituindo um grupamento que, numa conjugação de forças, obtém os mais decisivos resultados.

Operação dessa natureza precisa ser meticulosamente planejada, judiciosamente preparada e inteligentemente executada. Mesmo assim, está sujeita, desde antes do seu desencadeamento, às interferências adversárias e nunca se desenrolará tal qual foi prevista.

Todo Comando deve fazer o máximo empenho por conservar, reunida e pronta para atuar imediatamente, uma tropa-reserva com a qual poderá interferir no combate, fazendo valer a sua decisão e permitindo o prosseguimento do ataque, mau grado a resistência que lhe seja oposta.

Na sua realização a Infantaria, como sempre, tem a primazia, exercendo a combinação do fogo, do movimento e da ação de choque, manobrando na execução de uma penetração, de um desbordamento, de um envolvimento ou de um duplo envolvimento, muito embora o ataque frontal, isto é a penetração, seja o caso normal para o Regimento agindo enquadrado no âmbito divisionário.

Reconhecimentos tornam-se imperiosos nos vários escalões, o que exige a expedição das ordens com o tempo suficiente para tal fim.

As Unidades participantes recebem uma "zona de ação", uma di-

reção de ataque e um objetivo bem definido e compatível com os meios a empregar.

O dispositivo a adotar está submetido aos seguintes fatores:

- Missão;
- Inimigo;
- Terreno;
- Meios;
- Zona de Ação;
- Segurança.

Levando-se em conta a organização ternária, empregar-se-á:

— Um Grupamento de forças (não confundir com o Grupamento tático, que não pode ser utilizado, normalmente, numa operação centralizada), quando a situação do inimigo não está bem definida; quando o ataque é profundo e se deseja flexibilidade, através uma reserva potente, sórmente para o aproveitamento do êxito; quando se pretende obter surpresa, atuando numa direção inesperada; quando a frente é compatível.

— Dois Grupamento de forças, quando os objetivos assim obrigam pela localização e defesa; quando a zona de ação não permite outra alternativa, sem prejuízos circunstanciais; quando o desencadeamento deva ser potente e não requeira reserva mais forte.

— Três Grupamentos de forças, quando é prevista a obtenção de sucesso imediato; quando o inimigo se apresenta uniforme em toda a frente; quando esta é bastante larga e o ataque não tem muita profundidade.

Neste último caso, logo que possível, o Comando deve recuperar uma reserva, mudando o dispositivo, a fim de que não permaneça indefinidamente quase como um espectador do combate, fazendo unicamente manobra de fogos.

Infere-se daí, que não há fórmulas que sirvam à generalidade dos casos, impondo-se o estudo meticuloso do problema, antes que

seja tomada uma decisão compatível e eqüanime com cada caso.

Deve o atacante manter o ímpeto até penetrar completamente a posição inimiga, o que importa dizer, precisa chegar ao local das suas reservas, com o intuito de imobilizá-las ou destruí-las, e, até mesmo, às posições da artilharia.

Normalmente, um Regimento de Infantaria ataca numa faixa do terreno cuja frente vai de 1000 a 3000 metros e numa profundidade que alcançará o dôbro dessas medidas. O Batalhão, por sua vez, terá de 500 a 1000 metros de frente e, também, o dôbro na profundidade do seu ataque.

São elementos fundamentais :

— Hora do Ataque, que serve para regular em todos os escalões o momento exato do seu desencadeamento.

— Linha de Partida, nítida e inconfundível no terreno, destinada à coordenação das Unidades empênhadas.

— Plano de Fogos, regulando o apoio de fogo aos grupamentos de manobra, compreendendo a atuação da Artilharia, dos morteiros e das outras armas, dos fogos químicos, fumaça, etc.

— Linha de Segurança de Bombardeio, assinalando a faixa além da qual atuará a Fôrça Aérea Tática (FAT).

— Apoio Logístico, estabelecendo a maneira pela qual serão feitos os suprimentos e a evacuação.

Desde antes do ataque, ou seja da Hora H, as armas de apoio executam uma "preparação", vizando amaciar as resistências que se opõem ao escalão de ataque, podendo variar de alguns minutos até algumas horas, ou mesmos dias, dependendo dos recursos disponíveis e da necessidade ou não de se manter o sigilo.

Iniciada a operação, o que se fazer daí por diante foge, por vêzes, ao que fora previsto detalhadamente pelo Comando (Comandante e Estado-Maior), obrigando-o a no-

vas decisões e a outras providências imediatas.

Na "conduta do combate", que é como se denominam tais ações", revela o Chefe as suas verdadeiras qualidades, exercendo a sua autoridade com proficiência e engajando a responsabilidade de maneira incontrastável.

O emprêgo da reserva, por si só, constituirá a mais importante decisão que um Comandante possa tomar e todo o seu engenho está em não empregá-la prematuramente nem retardadamente, mas sim na ocasião precisa e no ponto onde se faz necessária a sua aplicação.

Contando-se com os blindados é imperioso um forte apoio aéreo, sem o qual é quase certa a destruição dos mesmos e a Artilharia Antiaérea, quando não esteja no cumprimento das suas missões precíprias, poderá participar do apoio de fogo terrestre.

O assalto constitui a fase culminante e faz-se sob o aspecto de um choque tremendo e esmagador, quando dêle participam os carros de combate, auxiliando a Infantaria.

Após as mais dantescas e indescritíveis cenas que nessa hora se realizam, há que cuidar imediatamente dos seguintes problemas :

— manutenção do objetivo conquistado, mediante o estabelecimento de uma situação defensiva que assegure a posse do terreno;

— prosseguimento do ataque, consonante as prescrições do Comando superior e das condições materiais da tropa;

— aproveitamento do êxito, destinado a evitar perder-se o contato;

— perseguição, por meio de uma pressão direta ou de manobras adequadas sobre os eixos de retraimento do inimigo, para liquidá-lo definitivamente.

As comunicações no ataque funcionam mais à base do Rádio, segundo a mais variada gama de fre-

quiéncia e alcance, reservando-se o telefone para as situações iniciais e finais.

Toda ofensiva sómente poderá ser feita com chefes capazes, denodados e que inspirem confiança; com tropas de um moral elevado,

que se batam ardorosamente por um ideal elevado, que sejam patriotas e compreendam a razão de ser da luta em que se empenham.

Com este binário, realmente, a ofensiva conduz à vitória!

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespanas S. Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas — General Mario Travassos.....	10,00
As Manobras de Nioac — General Bertoldo Klinger.....	5,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — General Mario Travassos	10,00
Algumas Coisas da Rússia — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
A Linha de Fogo na Guerra — Capitão Germano Seidl Vidal..	6,00
A Batalha de Roma — Capitão Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Batalha do Monte das Tabocas — Coronel J.B. Magalhães..	12,00
A Guerra de Sucessão — Artur Carnauba.....	5,00
Artilharia de Dorso — Capitão Otavio A. Velho.....	15,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — M.F. Castelo Branco...	15,00
Abreviaturas M.N. Americanas — Capitão Otavio Alves Velho	5,00
A Fôrça Mecanizada — Silvio do Amaral.....	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. de Oliveira.....	15,00
Balística Externa — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	30,00
Cartilha da Mocidade — Coronel Micaldas Correia.....	8,00
Contribuição para a Guerra Brasil B. Aires — General Bertoldo Klinger.....	8,00
Centralização do Tiro — Breno B. Fortes.....	6,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Junior...	50,00
Dêm Estádios ao Exército — Coronel Jair J. Ramos.....	30,00
Ensaio Sôbre a Informa na Guerra — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Capitão Gustavo Lisbôa Braga.....	7,00
Estratégia dos Terros — Coronel J.B. Magalhães.....	15,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Coronel Jair Jordão Ramos.....	20,00

CONTABILIDADE MECÂNICA

Major IE JOSÉ MARTINS DE ALMEIDA



EVOLUÇÃO das ciências, como a dos povos, sujeita-se a estágios nem sempre fáceis de distinguir.

O progresso decorre lento, mas sempre incorporado de novas descobertas e invenções, modificando, aos poucos, os aspectos primitivos. Só as leis gerais, os princípios fundamentais, continuam imutáveis, desafiando descobridores de leis. Estas, mais novas, no entanto, fixam antes certos ângulos; consideram, por vêzes, ponto de vista da época, sem contribuirem com algo novo que modifique as leis gerais ou aquêles princípios.

A evolução é lei do progresso. Na existência de um ser humano, elle vê tantas modificações e transformações que julga estar o mundo completamente diferente de seus primeiros dias vividos. Em certo sentido, sim. Mas o que se dá realmenete é a aplicação de métodos novos substituindo práticas antigas menos eficientes. Todavia, é isso uma contingência, lógica consequência do que simplesmente podemos denominar de "aperfeiçoamento".

A capacidade inventiva do homem não tem limites. A acaciana verdade não carece de justificações. No entanto, alguns setores de atividades muito distanciam-se uns dos outros. Enquanto uns progredem, no bom sentido, outros tarantiam, às cegas. E entre os extremos uma gama.

Também entre as grandes corporações, as atividades diferenciadas distinguem-se umas das outras pelo maior ou menor impulso que sabem dar aos seus misteres. Nem todas permanecem estagnadas. Umas assenhoream-se de idéias e artes novas; progredem. Outras ensaiam ligeiros passos, tendendo à melhoria; enquanto outras ainda, desprezando as novidades, arrastam-se como podem, evidenciando verdadeira ação regressiva.

Já D. João VI, pelo Alvará de 28 de junho de 1808, mandou que se adotasse, no Brasil, o sistema de Contabilidade pelas partidas dobradas, por ser o seguido pelas nações mais adiantadas e "onde difficilmente se esconderá a malícia dos prevaricadores".

Se, de tentativas e abandonos, o Ministério da Fazenda, só a partir de 1922 adotou definitivamente o sistema, graças ao incansável batalhador Professor João Ferreira de Moraes Júnior, inegável patrono da Contabilidade Pública brasileira, não é menos verdade que, 130 anos depois, o Regulamento de Administração do Exército nos obsequiou com o mesmo método extinto pelo monarca do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

Aquêle Ministério não se ateve, porém, ao sistema rotineiro. Modernizou-se, aplicando Contabilidade Mecânica. A Prefeitura do Distrito Federal, a Central do Brasil, a "Light", o Ministério da Marinha e uma infinidade de empresas particulares utilizam modernos processos, como o faz, outrossim, o Banco do Brasil.

Nosso Ministério, porém, no tocante a Finanças, ainda adota o regime manual dos "pret", dos tempos afonsinos. Um anacronismo.

Não se pode exigir que o Exército sempre marche na vanguarda das melhores iniciativas. Não temos atravessado constantes períodos de guerra — mal necessário — que servem para impulsionar ciências e artes.

Algumas de nossas Diretorias, contudo, já vêm dando largo emprêgo à mecanização contábil e escritural. No nosso sistema de Finanças, todavia, tudo marcha como nos tempos dantanho. Substituto da Diretoria Geral de Contabilidade da Guerra, não adotou as máquinas Hollerith que, muitos anos, apresentaram, por processo moderno, os balanços financeiros do Mi-

nistério. Era fraco o rendimento, é verdade, da aparelhagem que alugavamos; era inferior ao mediocre, embora pudesse produzir muito mais. Não cogitou o Serviço de Fundos, no início de sua organização, de perfilar o sistema tão racional quanto proveitoso, retornando ao processo rotineiro da máquina de escrever lateralmente servida pela máquina de calcular. Nem todas as unidades usavam, como ainda hoje não usam, a própria máquina de escrever para a simples confecção de fôlhas, muito menos para os registos da escrituração.

Esta a situação vivida ainda hoje. Por que não melhorar, proporcionando economia de mão-de-obra, de expediente, eficiência de controle e rapidês de execução?

O uso de fichas continua sendo um tabú. Há o medo do abandono dos livros. Dizem uns que as fichas podem-se perder ou substituir e isso, para eles, é um mal. Imaginamos exatamente o contrário. A substituição permitirá sempre obtermos escrituração limpa e certa, tanto mais que só elas não constituem os únicos elementos da escrituração. Há meios e modos capazes de fazer as fichas sempre presentes e de renová-las, caso se percam, o que só se dará, contudo, por má fé ou displicência.

As fichas são, por assim dizer, o elemento vivo dos sistemas mecânicos, quer usando cartões perfurados, como Hollerith, Samas, Bull, Power, quer usando registos diretos, como Remington, Borrough's,

International e tantos outros que utilizam as chamadas máquinas comerciais. Merecem destaque as Caixas Registadoras National que podem oferecer padronização perfeita tanto para as fichas do registo como para os documentos que o comprovam. A Caixa Econômica Federal e o Ministério da Marinha fazem largo emprêgo do processo National.

Teria alguém se dado ao trabalho de verificar, por exemplo, quantas Tesourarias possuímos dentro do Quartel-General do Ministério da Guerra? E tendo isso feito, não acharia demasiado o número delas? Não se perguntou se se poderia ter um número muito menor, uma só, talvez?

Preocupou-se esse alguém com o montante da despesa pessoal para o funcionamento do elevado número de repartições da espécie? Caso tenha calculado essa despesa, comparou-a com o custo de um equipamento mecânico capaz de fazer o mesmo serviço muito mais eficientemente, rapidamente, precisa e conscientiosamente?

Para os que não o tenham feito, vamos servir-nos de alguns dados teóricos que, possivelmente, poderão ajudar-lhes no raciocínio.

Imaginemos haver dentro do Quartel-General 40 Tesourarias ocupadas por Capitães auxiliados por um 2º Sargento e um Cabo, expressão mínima de pessoal empregado em tal mister.

Vejamos a despesa correspondente:

Discriminação	Cap.	2º Sarg.	Cabo	Soma
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Vencimentos	5.400,00	1.720,00	800,00	7.920,00
Tempo de serviço	1.350,00	344,00	80,00	1.774,00
Abono Militar	1.080,00	344,00	160,00	1.584,00
Abono de Família	200,00	750,00	950,00
Gratificação Guarnição	1.350,00	430,00	200,00	1.980,00
Etapas	1.386,00	693,00	2.079,00
Total	9.380,00	4.974,00	1.933,00	16.287,00
40 UA × Cr\$ 16.287,00 = Cr\$ 651.480,00 — Despesa mensal.				
12 m × Cr\$ 651.480,00 = Cr\$ 7.817.760,00 — Despesa anual.				
3 a × Cr\$ 7.817.760,00 = Cr\$ 23.453.280,00 — Despesa de 1 tri-				
énio.				

Quanto custará um equipamento Hollerith capaz de fazer todo o serviço, não só do Quartel-General, incluída a Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas, mas de todas as unidades da Capital Federal? Parece-nos muito menor que essa extraordinária cifra, momente se efetuarmos aquisição direta, despendendo intermediários vorazes. A despesa de aquisição talvez se eleve a uns Cr\$ 4.000.000,00. Em um ano, portanto, de adoção do sistema, estaria sobejamente pago o aparelhamento. E este, enriquecendo o patrimônio material do Ministério, utilizado por pessoal adestrado e capaz, conservar-se-ia, sem dúvida, em forma por muitíssimos anos, proporcionando economia compensadora, após deduzida a despesa pessoal respectiva.

A repartição a criar não carecerá, a nosso ver, de 120 serventuários: 40 capitães, 40 sargentos e 40 cabos.

Por outro lado sabemos: nem todas as Tesourarias ocupam número tão reduzido de auxiliares. Talvez o problema se resolvesse com um número de funcionários igual ao hoje existente na Pagadoria de Inativos.

A adoção de tal sistema em todo o País seria de extraordinário efeito. O primeiro beneficiário seria o Serviço de Intendência que passaria a dispor de maior número de oficiais para dotar as unidades desprovistas de pessoal do Quadro e aquelas que o têm em número devery reduzido.

Não residiria nisso a principal vantagem. Esta adviria necessariamente da eficiência obtida, da presteza de execução, da política de controles, da centralização sem insurgimentos sem enfartos, porque tudo simples, unificado e, certamente, desrido de peculiaridades, subordinado a normas seguras, adequadas, segundo a flexibilidade que o sistema admite.

Também beneficiário seria o grande público militar e assemelhado, ao serviço da Guerra. Um envelope de pagamento Hollerith faz fé, perante a Caixa Econômica, quanto ao desconto de uma consignação...!

Não se inculque que a nova repartição deixaria de satisfazer a sua imensa finalidade. O Banco do Brasil, a Prefeitura, a "Light" e a Central do Brasil, com seus exércitos de funcionários e operários, a todos pagam por uma só repartição provida de contabilidade mecânica. Por que meio se processa a apuração dos resultados do recenseamento de todo o País? Só o Exército estará impossibilitado de utilizá-la? Não cremos. Ante a objurgatória de que o sistema não atende nem se presta ao caso de guerra; ante a considerável economia; não se deve deixar de aproveitá-lo. Nêle ficariam permanentemente integradas todas aquelas unidades de natureza fixa, que se não deslocam para o Teatro de Operações, sejam quais forem as circunstâncias. E grande é o número delas na Capital da República. Na emergência, aquelas que precisam sair, se afastam, sem quebra do conjunto, dos princípios ou das normas estabelecidas, sem prejuízo da notável economia que apregoamos e que consideramos indispensável para o bem da Nação.

Normas práticas, mais consentâneas com a realidade dos fatos, seriam estabelecidas para as unidades de fora do sistema. Mas esse é outro assunto assim como merecerá estudo especial a resolução do problema pertinente à despesa material.

Inicialmente, a fase experimental atenderia apenas ao pequeno núcleo do Quartel-General. A medida que se obtivessem os resultados esperados, mais unidades da Capital Federal integrar-se-iam ao regime. Este depois seria estabelecido em todas as guarnições de grande número de unidades, ampliando-se ao ponto de reunir a totalidade num só padrão.

Pelo menos em cada Região Militar imaginamos a existência de tal processo, para não nos atermos à centralização máxima, tudo efetuando num só ponto central, com demasiada sobrecarga.

Tal prática seria aplicação de um dos princípios do menor esforço que exalta a "centralização de serviços

com descentralização da autoridade". Significa, em última análise, não haver modificações de fundo,

mas de forma, com lucros e benefícios que seria calamidade, senão crime, deixar de perseguir.

**Isto é
SÃO PAULO!**

O maior centro industrial
da América Latina!

**isto é
SÃO PAULO!**

A cidade que
mais cresce no mundo!

...e isto é a

ARNO - orgulho da indústria
paulista!



ARNO S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MATHIAS: AV. ARNO, 200 (MOGICÓ) - TEL. 37-5111
CAIXA POSTAL 827 - SÃO PAULO - EST. S. PAULO
SÃO PAULO - PORTO ALEGRE - RECIFE - CAMPINAS
SANTOS - RIBEIRÃO PRETO - SOROCABA - CURITIBA

Eis um expressivo atestado do progresso industrial do Brasil: inaugurado no fim de 1952, o moderníssimo fábrica de ARNO S.A., sem similar no continente, já mostra insuficiente para atender às suas necessidades de expansão - que superaram todas as previstas. Por isso, um grande edifício está sendo acrescentado, em ritmo acelerado, às instalações da ARNO S. A., para permitir-lhe acompanhar o vertiginoso progresso de nosso país!

FICHAS DE INSTRUÇÃO

Cap. CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO

ADVERTÊNCIA



TRABALHO que apresentamos a seguir aos leitores de "A Defesa Nacional" foi, originalmente, destinado à elaboração de um livro que viesse auxiliar aos instrutores das Cias de Fuzileiros, em particular. Nosso intento era completar este trabalho com gravuras, comentários, etc. A 5^a Região Militar, porém, adiantou-se e, com a mesma idéia básica, publicou as suas "Fichas de Instrução". Em consequência, achamos preferível trazer as nossas imediatamente ao conhecimento dos que lidam, diariamente, com a instrução do soldado. Desejamos, porém, tecer, preliminarmente, as seguintes considerações :

1 — As "Fichas" que fizemos nasceu da necessidade, por nós sentida, de orientar a instrução pelos PP; elas procuram assim, tanto quanto possível, obedecer à diretriz fixada nos Programas Padrões, com algumas alterações por nós julgadas essenciais, devidamente observadas.

2 — Tivemos em vista, na execução do trabalho, fornecer mais um subsídio para o sargento que para o oficial; achamos que, pela falta de subalternos em grande número de Unidades, a instrução repousa sobre os ombros dos sargentos, e estes não possuem, em regra, fontes de consulta ou meios suficientes para elaborarem suas próprias fichas.

3 — Sendo destinadas ao uso na instrução do soldado, a linguagem

é a mais simples e objetiva possível.

4 — Os meios auxiliares, de que carecemos ainda em grande dose, foram reduzidos ao estritamente necessário, comum a qualquer Unidade, e facilmente feito. Citamos as fontes que consultamos para fazer as Fichas.

5 — O trabalho tem natureza transitória; acreditamos que, dentro em breve, haja fartos meios auxiliares, confeccionados com técnica, além de fontes de consulta completas e muito mais detalhadas. Além do mais, a natural evolução dos PP e as prováveis alterações determinarão a necessidade de um reajustamento nestas fichas.

6 — Procuramos adaptar o tipo da ficha às características da sessão; assim, uma sessão de Ordem Unida terá, necessariamente, de ter uma ficha diferente daquela feita para uma sessão de Camuflagem.

7 — Adotamos, em geral, o processo de demonstração, que requer ensaios.

8 — Uma ficha pode ter o efeito de estimular a "preguiça mental" do instrutor; encontrando "masticadas" até as palavras que poderá empregar na sessão, tenderá cada vez mais para a leitura de última hora. Esse inconveniente só poderá ser sanado pela exigência de empenho na instrução. Não fizemos fichas para serem *decoradas*, e sim para *orientar*. As características do local e o temperamento do instrutor é que realmente impõem as ações, as palavras, os atos. Se, em nossas fichas, escrevemos o que o instrutor *dirá e fará*, é apenas por julgarmos que assim facilitamos o

estudo da ficha, tornando-a como que uma causa viva, dinâmica e não rotineira; e por ser mais fácil prender a atenção do leitor (o instrutor) por esse processo do que por um simples resumo dos pontos que deve salientar no decorrer da sessão.

Podemos, em refôrço de nossa opinião, pedir ao leitor que leia o trabalho "Impressões de um aluno", do Ten Luiz Tabajara, publicado pela "Defesa", em out 47. Aquela "carta", em tom íntimo, cordial, vale por uma dúzia de fichas sobre métodos de instrução, conduta do instrutor, etc.

9 — Finalmente, devemos lembrar que a instrução *não pode cair na rotina*. As fichas devem ser observadas, sofrer anotações, em suma: evoluir, para que possam, a cada turma que instruimos, produzir melhores efeitos. Isso só se tornará possível com o interesse do instrutor.

A todos aqueles que porventura venham a aplicar as fichas que fizemos, solicitamos suas observações, sugestões, críticas, etc. Agradecemos porque sabemos que o seu interesse é o mesmo de todos nós: melhorar, cada vez mais, o nível de instrução do soldado brasileiro.

Ficha n. 1-46 (Formação — IBM)

Assunto : MARCHAS, BIVAQUES E ACAMPAMENTOS.

Título : Generalidades.

Referência : (Sessão não prevista pelo PP).

Tempo : 1 hora.

Fontes : C-100-5 — Fichas diversas.

Meios : Quadro Mural — Quadro negro — Giz.

Introdução : (2 min)

Nenhum de vocês, que tenha conversado com soldados antigos, deixou de ouvir "vantagens" a respeito de marchas; cada um quer contar mais histórias: marchou quarenta quilômetros, todo mundo acabou na ambulância — menos ele, é claro... —, transportou cinqüenta quilos na mochila, e por aí afora.

Muitos dizem mesmo que, havendo caminhões, não há mais necessidade hoje em dia, de se marchar. Vamos ver o que há de verdadeiro em tudo isto.

Apresentação (38 min)

Todos os exércitos têm de marchar. Nem sempre uma guerra é feita em terrenos que ofereçam estradas ou em condições de conforto. Nossa Brasil, tão grande, sofre enorme falta de meios de transporte, de estradas, e até de indústria de automóveis; não produzimos viaturas, nem gasolina, nem lubrificantes ainda em grande escala.

Nossa Infantaria tem, assim, de enfrentar muitas marchas. E só poderemos marchar, em combate, se estivermos treinados, pois a marcha é um dos exercícios que exigem maior resistência física e moral de todos nós.

Mesmo que tivéssemos, à vontade, grande número de viaturas, haverá sempre terrenos ou situações em que não se possa usar viaturas para o transporte dos soldados; e sem treino, pensam que é fácil levar o armamento, o equipamento, a roupa e tudo o mais que um soldado transporta? Não. Só o treino habitua o corpo a resistir à fadiga, à irritação que o cansaço nos traz. Uma marcha só poderá ter resultado se a tropa chegar, ao final, *em condições de combater*. E por isso que marchamos.

Vejamos agora as marchas que deveremos fazer durante o ano de instrução :

(Mural : 8 km — 12 km — 16 km noturna — 24 km — 32 km).

Estas são as marchas de treinamento; são feitas em datas certas. Há porém, outras marchas, feitas para exercícios de combate. Suponhamos que a Cia deva fazer um exercício num local distante daqui 10 a 12 km; esse exercício será de três dias. Precisaremos levar o equipamento?... (Respostas). Claro que sim. Logo, iremos fazer uma verdadeira marcha. Além disso, essa marcha poderá ser feita em uma "situação", isto é: haverá perigo de aparecimento de aviões inimigos, haverá ordens sobre a ali-

mentação, sobre a hora de execução, etc.

Voltemos, porém, às marchas de treinamento: há dois tipos principais:

(Mural: **MARCHAS NORMAIS — MARCHAS FORÇADAS**), e um outro tipo secundário:

(Mural: **MARCHAS RÁPIDAS**).

Na marcha normal, a tropa percorre 4 km em uma hora, sendo que nessa hora há uma parada de dez minutos. Marchando 5 horas por dia, percorremos 20 km, uma etapa que poderemos aguentar vários dias sem grande desgaste físico.

(Mural: **4 km por hora — 10 min de descanso**).

Nas marchas forçadas, a velocidade é a mesma: 4 km por hora, e em cada hora temos 10 minutos de descanso. Apenas, em vez de marcharmos 5 horas por dia, passamos a marchar 7, descansar 5, marchar mais 7 e descansar outras 5.

(Escreve no quadro negro: **Marcha — 7 + 7 = 14; Descanso: 5 + 5 = 10, em seguida: 10 + 14 = 24**).

Num dia percorremos, assim, cerca de 56 km, que correspondem a 14 horas de marcha numa velocidade de 4 km por hora. Como vêem, um Infante pode realizar um deslocamento enorme num dia apenas: cinqüenta e seis quilômetros!

As marchas forçadas, porém, não podem durar muitos dias, pois a tropa se cansa; em geral, admite-se o máximo de 3 dias como limite.

Vejamos agora as paradas que se fazem durante as marchas. Primeiramente, existe uma parada de dez minutos, após cinqüenta minutos de marcha. Essa parada se chama... (Mural: **ALTO HORÁRIO**). A cada 4 km, fazemos esse alto horário.

Depois, vem uma parada para o almoço, quando devemos marchar mais de 20 km; essa parada é de duas a três horas, geralmente feita num local de sombra, água, etc., para que se possa realmente repousar. Tem o nome de... (Mural: **GRANDE ALTO**).

Finalmente, quando devemos marchar vários dias, a cada 3 ou 4 dias de marcha corresponde uma parada de 24 a 48 horas, que se chama... (Mural: **GRANDE DESCANSO**).

A tropa recompõe-se, cuida dos uniformes, do banho, dos curativos, etc.

Temos assim, por ordem de duração, as seguintes paradas: Alto Horário, Grande Alto e Grande Descanso. Repitam esses nomes. (Espera a repetição, pela turma em conjunto).

Muito bem. No caso de marchas forçadas, como vimos, a cousa se passa da mesma maneira: após cada cinqüenta minutos há o Alto horário; depois de 7 horas de marcha vem uma parada de 5 horas, para a refeição, e que se chama... Como é mesmo o nome, 70?... (Respostas). Isso mesmo: Grande Alto. Finalmente, após 3 dias, vem o Grande Descanso.

Vejamos agora algumas prescrições relativas a marchas:

(Mural: **MARCHAS NOTURNAS**).

Nas marchas feitas à noite, geralmente, o rendimento diminui para 3 km por hora; quando a estrada é limpa, e há claridade, pode-se atingir a 4 km. O regime dos Altos Horários é o mesmo: após cada cinqüenta minutos marchando, descansa-se dez.

(Mural: **MARCHAS RÁPIDAS**).

Em certas situações, uma tropa bem treinada pode atingir a um rendimento de 5 ou mesmo 6 km por hora, sem aumentar muito a "lombearia"...

(Mural: **FORMAÇÕES DE MARCHA**).

Podemos marchar em coluna por um, por dois ou por três. O caso normal é marchar por três nas cidades, e por dois nas estradas. Quando marchamos por dois, deixamos o centro da estrada livre para as viaturas, e se marchamos por três, vamos do lado da mão: o lado direito.

estudo da ficha, tornando-a como que uma cousa viva, dinâmica e não rotineira; e por ser mais fácil prender a atenção do leitor (o instrutor) por esse processo do que por um simples resumo dos pontos que deve salientar no decorrer da sessão.

Podemos, em refôrço de nossa opinião, pedir ao leitor que leia o trabalho "Impressões de um aluno", do Ten Luiz Tabajara, publicado pela "Defesa", em out 47. Aquela "carta", em tom íntimo, cordial, vale por uma dúzia de fichas sobre métodos de instrução, conduta do instrutor, etc.

9 — Finalmente, devemos lembrar que a instrução *não pode cair na rotina*. As fichas devem ser observadas, sofrer anotações, em suma: evoluir, para que possam, a cada turma que instruimos, produzir melhores efeitos. Isso só se tornará possível com o interesse do instrutor.

A todos aqueles que porventura venham a aplicar as fichas que fizemos, solicitamos suas observações, sugestões, críticas, etc. Agradecemos porque sabemos que o seu interesse é o mesmo de todos nós: melhorar, cada vez mais, o nível de instrução do soldado brasileiro.

Ficha n. 1-46 (Formação — IBM)

Assunto : MARCHAS, BIVAQUES E ACAMPAMENTOS.

Título : Generalidades.

Referência : (Sessão não prevista pelo PP).

Tempo : 1 hora.

Fontes : C-100-5 — Fichas diversas.

Meios : Quadro Mural — Quadro negro — Giz.

Introdução : (2 min)

Nenhum de vocês, que tenha conversado com soldados antigos, deixou de ouvir "vantagens" a respeito de marchas; cada um quer contar mais histórias: marchou quarenta quilômetros, todo mundo acabou na ambulância — menos ele, é claro... —, transportou cinqüenta quilos na mochila, e por aí afora.

Muitos dizem mesmo que, havendo caminhões, não há mais necessidade hoje em dia, de se marchar. Vamos ver o que há de verdadeiro em tudo isto.

Apresentação (38 min)

Todos os exércitos têm de marchar. Nem sempre uma guerra é feita em terrenos que ofereçam estradas ou em condições de conforto. Nossa Brasil, tão grande, sofre enorme falta de meios de transporte, de estradas, e até de indústria de automóveis; não produzimos viaturas, nem gasolina, nem lubrificantes ainda em grande escala.

Nossa Infantaria tem, assim, de enfrentar muitas marchas. E só poderemos marchar, em combate, se estivermos treinados, pois a marcha é um dos exercícios que exigem maior resistência física e moral de todos nós.

Mesmo que tivéssemos, à vontade, grande número de viaturas, haverá sempre terrenos ou situações em que não se possa usar viaturas para o transporte dos soldados; e sem treino, pensam que é fácil levar o armamento, o equipamento, a roupa e tudo o mais que um soldado transporta? Não. Só o treino habitua o corpo a resistir à fadiga, à irritação que o cansaço nos traz. Uma marcha só poderá ter resultado se a tropa chegar, ao final, *em condições de combater*. E por isso que marchamos.

Vejamos agora as marchas que deveremos fazer durante o ano de instrução :

(Mural : 8 km — 12 km — 16 km noturna — 24 km — 32 km).

Estas são as marchas de treinamento; são feitas em datas certas. Há porém, outras marchas, feitas para exercícios de combate. Suponhamos que a Cia deva fazer um exercício num local distante daqui 10 a 12 km; esse exercício será de três dias. Precisaremos levar o equipamento?... (Respostas). Claro que sim. Logo, iremos fazer uma verdadeira marcha. Além disso, essa marcha poderá ser feita em uma "situação", isto é: haverá perigo de aparecimento de aviões inimigos, haverá ordens sobre a ali-

mentação, sobre a hora de execução, etc.

Voltemos, porém, às marchas de treinamento: há dois tipos principais:

(Mural: **MARCHAS NORMAIS — MARCHAS FORÇADAS**), e um outro tipo secundário:

(Mural: **MARCHAS RÁPIDAS**).

Na marcha normal, a tropa percorre 4 km em uma hora, sendo que nessa hora há uma parada de dez minutos. Marchando 5 horas por dia, percorremos 20 km, uma etapa que poderemos aguentar vários dias sem grande desgaste físico.

(Mural: **4 km por hora — 10 min de descanso**).

Nas marchas forçadas, a velocidade é a mesma: 4 km por hora, e em cada hora temos 10 minutos de descanso. Apenas, em vez de marcharmos 5 horas por dia, passamos a marchar 7, descansar 5, marchar mais 7 e descansar outras 5.

(Escreve no quadro negro: **Marcha — 7 + 7 = 14; Descanso: 5 + 5 = 10, em seguida: 10 + 14 = 24**).

Num dia percorremos, assim, cerca de 56 km, que correspondem a 14 horas de marcha numa velocidade de 4 km por hora. Como vêem, um Infante pode realizar um deslocamento enorme num dia apenas: cinqüenta e seis quilômetros!

As marchas forçadas, porém, não podem durar muitos dias, pois a tropa se cansa; em geral, admite-se o máximo de 3 dias como limite.

Vejamos agora as paradas que se fazem durante as marchas. Primeiramente, existe uma parada de dez minutos, após cinqüenta minutos de marcha. Essa parada se chama... (Mural: **ALTO HORÁRIO**). A cada 4 km, fazemos esse alto horário.

Depois, vem uma parada para o almôço, quando devemos marchar mais de 20 km; essa parada é de duas a três horas, geralmente feita num local de sombra, água, etc., para que se possa realmente repousar. Tem o nome de... (Mural: **GRANDE ALTO**).

Finalmente, quando devemos marchar vários dias, a cada 3 ou 4 dias de marcha corresponde uma parada de 24 a 48 horas, que se chama... (Mural: **GRANDE DESCANSO**).

A tropa recompõe-se, cuida dos uniformes, do banho, dos curativos, etc.

Temos assim, por ordem de duração, as seguintes paradas: Alto Horário, Grande Alto e Grande Descanso. Repitam esses nomes. (Espera a repetição, pela turma em conjunto).

Muito bem. No caso de marchas forçadas, como vimos, a cousa se passa da mesma maneira: após cada cinqüenta minutos há o Alto horário; depois de 7 horas de marcha vem uma parada de 5 horas, para a refeição, e que se chama... Como é mesmo o nome, 70?... (Respostas). Isso mesmo: Grande Alto. Finalmente, após 3 dias, vem o Grande Descanso.

Vejamos agora algumas prescrições relativas a marchas:

(Mural: **MARCHAS NOTURNAS**).

Nas marchas feitas à noite, geralmente, o rendimento diminui para 3 km por hora; quando a estrada é limpa, e há claridade, pode-se atingir a 4 km. O regime dos Altos Horários é o mesmo: após cada cinqüenta minutos marchando, descahassa-se dez.

(Mural: **MARCHAS RÁPIDAS**).

Em certas situações, uma tropa bem treinada pode atingir a um rendimento de 5 ou mesmo 6 km por hora, sem aumentar muito a "lombearia"...

(Mural: **FORMAÇÕES DE MARCHA**).

Podemos marchar em coluna por um, por dois ou por três. O caso normal é marchar por três nas cidades, e por dois nas estradas. Quando marchamos por dois, deixamos o centro da estrada livre para as viaturas, e se marchamos por três, vamos do lado da mão: o lado direito.

Em qualquer marcha, há sempre uma série de preceitos que devemos observar. Vejamos quais são :

(Mural: MEDIDAS DE HIGIENE).

Como medidas de higiene, devemos considerar :

Com os pés : tê-los limpos, as unhas cortadas, meias novas e do tamanho exato; usar calçado já amansado, mas em boas condições. Um coturno furado ou com a sola despregada, permite a entrada de grãos de terra ou areia, que aos poucos vão magoando os pés e fazendo surgirem as bolhas dágua. O uso do talco, tanto na marcha como nas paradas, é ótimo.

Com a água : espremer um limão, ou botar um pouco de sal, ou mesmo de café ou chá, contribui para o bem-estar do soldado. Há pastilhas de sal que, deixando-se deter na boca, compensa a perda de sal do organismo (o sal é eliminado no suor, que é salgado, vocês sabem), e essa perda de sal aumenta o cansaço.

Só se deve trocar a água do cantil onde houver água boa para beber, e já reconhecida pelo médico.

Com o capacete : colocar algumas fôlhas frescas e úmidas entre a cabeça e o capacete, renovando as fôlhas durante a marcha; em dias de sol, isso refresca a cabeça.

Com o equipamento : ajustá-lo bem. Uma mochila caída sobre os rins cansa logo o homem. Tôdas as peças devem ser ajustadas, para evitar queda, maior peso para um lado, etc.

Devemos levar também, sempre, curativos de emergência : um pouco de gaze, algodão, esparadrapo e mercúrio-cromo. Se não fôr distribuído o pacote de curativos, cada um poderá fazer seu próprio tratamento com o material que falei. No comércio há ataduras já prontas, que solucionam as feridas provocadas pelas bolhas dágua.

Para furar uma bolha dágua, é bom lembrar : esquenta-se uma agulha, limpando-a em seguida, e fura-se a bolha; depois faz-se o curativo.

(Mural: DISCIPLINA).

Vejamos agora as prescrições sobre a disciplina de marcha.

É proibido sair de forma, sem permissão; quando essa permissão é dada, deixa-se a arma com um companheiro.

Não podemos, durante a marcha, dar gritos, vozes de comando, etc.

Também não se permite gracejos aos civis, especialmente moças e senhoras que assistem à passagem da tropa.

Igualmente, é vedado pedir água, apanhar frutas, etc., nos locais por onde passamos.

Finalmente, é proibido atrasar-se, ficar desuniformizado, sair do seu lugar em forma, etc.

(Mural: REGRAS DE MARCHA).

Vamos executar, antes de nossa primeira marcha, um treinamento, para que todos saibam o que têm a fazer durante a marcha : quais são os comandos, qual a conduta que devemos manter, etc.

Por hoje, quero apenas dizer o seguinte : numa marcha, é natural que alguém se canse, e "pregue"; um companheiro ajuda-o a transportar a arma, ou o equipamento, se possível. Senão, é mandado apresentar-se ao médico, na retaguarda.

Nos altos, nunca devemos nos deitar em terreno úmido; procuramos as sombras, mas só devemos nos deitar se o chão estiver seco.

Nas marchas noturnas, em regra, não se pode falar, fumar, cantar, etc.; a marcha é feita em silêncio, e até o material deve estar colocado de modo a evitar o ruído.

(Mural: GENERALIDADES).

Vamos agora definir o que é *marcha* : é um deslocamento feito por uma tropa a pé, a cavalo ou em viaturas. Uma Unidade de carros de combate faz uma marcha em seus carros; a Cavalaria marcha montada nos seus cavalos; e nós, Infantes, marchamos a pé ou em viatura, quando as temos.

O deslocamento pode ser também um *transporte*, não marcha : é o caso de sermos transportados em

caminhões, trens, navios, etc., que não pertencem à Infantaria.

Antes da tropa partir, saem alguns elementos do Regimento, que vão marcar o itinerário, o local de estacionamento, ou mesmo conser-
tar a estrada, alguma ponte, etc.

Nas marchas em conjunto, segue, à retaguarda, uma Guarda de Polícia, que cuida dos retardatários e dos presos; há também um destaca-
mento de saúde, para tratar dos estropiados.

Vamos agora resumir o que foi aprendido hoje :

Resumo (5 min)

**(Repassar os Quadros Murais, re-
cordando os ensinamentos. Chamar a atenção especialmente para : ren-
dimento das marchas — retenção
dos nomes e definições (a turma
deve repetir em conjunto) — me-
didas de higiene, disciplina, regras
de marcha).**

Verificação e critica (5 min)

- 1 — Por que, havendo tantos au-
tomóveis hoje em dia, ainda
o soldado é obrigado a fazer
marchas ?
- 2 — Quantos quilômetros marcha-
mos *normalmente* por hora ?
e por dia ?
- 3 — Diga três cuidados de higiene
que devemos ter antes ou du-
rante uma marcha.
- 4 — Cite três coisas que são proi-
bidas durante uma marcha.

- 5 — Quantos quilômetros marcha-
mos *por hora*, numa marcha
forçada ? e por dia ?

(A crítica será simultânea, e de
acordo com as respostas dos ins-
truidos).

OBSERVAÇÕES

1 — Não estando esta sessão pre-
vista no PP, e sendo, a nosso ver,
conveniente para o soldado conhe-
cer alguma coisa sobre marchas, e
não só executá-las, julgamos que se
deva ministrá-la, nas horas à dis-
posição do Comando, nos dias de
tiro, de mau tempo, etc.

2 — Nas fontes que consultamos,
encontramos divergências quanto à
etapa normal a percorrer, variando
de 20 a 32 km.

3 — Conquanto o antigo RSC
prescrevesse o máximo de 36 horas
para as marchas forçadas, adotamos o
máximo de 3 dias de fontes mais
atualizadas, as quais foram, eviden-
temente, calcadas nas condições mo-
dernas.

4 — Encontramos, também, diver-
gências de terminologia : "Marchas
itinerárias", por exemplo. Como, a
nossa ver, êsses conceitos fogem à
alçada e interesse do soldado, supri-
mimos-los. Para o soldado, procura-
mos reduzir ao estritamente neces-
sário os conhecimentos teóricos.

(Continua)

**CONDUTA DO TIRO DE PRECISÃO PELO PROCESSO
PECULIAR AO ARTILHEIRO**

(ERRATA)

No artigo sob o título acima, publicado à pág. 23 do número de setembro último de "A Defesa Nacional", além de erros tipográficos que o leitor facilmente corrigirá, as incorreções abaixo, por prejudicarem o entendimento do texto, precisam ser retificadas :

Pág. 24, 1^a coluna, linhas 14 a 17, onde se lê :

Nas observações subseqüentes a um tiro NO ALVO será também emitida a observação referente à direção.

Leia-se :

Nas observações subseqüentes a um tiro NO ALVO será também omitida a observação referente à direção.

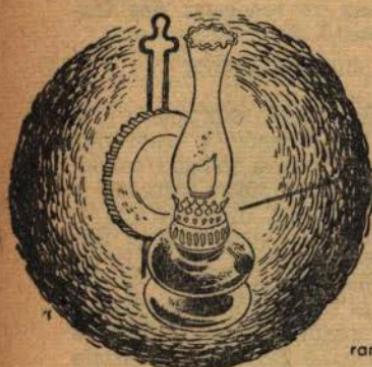
Pág. 24, 2^a coluna, linha 8, onde se lê : *buchuradas* ; e

Pág. 26, 1^a coluna, linha 12, onde se lê : *bachuradas*,

Leia-se : *hachuradas*.

Das lâmpadas de óleo

ÀS PESQUISAS DO AVIÃO A JACTO!



Das lâmpadas a óleo até às pesquisas sobre combustíveis para aviões a jacto, os laboratórios da SHELL não pararam um instante sequer. Durante décadas, estiveram a serviço de centenas de cientistas que cumpriram uma grande missão: transformar o sangue negro da terra, através de árduas e constantes pesquisas, em produtos sempre melhores para levar o conforto e o bem estar do progresso a todos os povos do mundo! Eis porque em todos os setores da atividade humana, onde quer que esteja o homem, lá se acha também o emblema SHELL, como base para a fabricação de mais de 5.400 produtos derivados do petróleo... frutos da pesquisa científica para tornar a vida moderna mais simples, mais confortável, mais agradável e mais feliz. Base de toda a organização SHELL, a Pesquisa é também a sua maior inspiração: anima os seus laboratórios a se colocarem sempre à frente dos horizontes da Ciência para realçar, desde hoje, as conquistas do mundo de amanhã.



SHELL BRAZIL LIMITED

LEMBRETES EQUESTRES

AOS TENENTES DAS ARMAS MONTADAS

1º Ten. ALVARO M. GOULART (Departamento de Equitação — A M A N)



o apresentar-lhes este trabalho, sua própria singeleza não ambiciona as glórias da infabilidade, nem faz imposições dogmáticas e nem tem, muito menos, a idéia arrogante de impôr doutrinas florescentes. Também não será isento totalmente de erros, porquanto ainda não brankejaram meus cabelos ao sôpro divino da experiência.

Mas o que o povo, neste instante, os desvãos de minha consciência, é, tão somente, levar aos meus companheiros, de um modo mais simples e mais concreto, em uma série de artigos, o que demais urgente necessitamos, nas lides diárias com este "pedestal dos princípios" — o cavalo — tendo em vista a ginástica e preparação para o salto...

Assim procedendo, desobrigo-me da promessa que fiz, de que, se um dia Deus, na Sua infinita bondade, me concedesse o privilégio de materializar um sonho, qual seja, o de possuir o sublime e nobre Curso de Equitação, os conhecimentos dêle decorrentes, ainda que modestos, mas que pudessem alimentar a chama olímpica do hipismo, eu os transmitiria com humildade àqueles que tivessem vontade de aprender.

O Encapotamento, a Inversão ou a Iniciação, constituem os problemas mais comuns que nos apresenta o cavalo. Ficamos, hoje, no estudo belíssimo das duas primeiras "virtudes".

O cavalo é em tudo um livro. Abrí-mo-lo no capítulo referente a Músculos. sómente aos práticos, que se crêm dotados, por Deus, do Tato Equestre, é justificado desconhecerem imprescindíveis princípios, que os imortais equestristas deixaram, — em seus Apontamentos uns, em suas Bíblias outros.

Nós, simples cavaleiros, precisamos de conhecimentos teóricos, para que não passemos a vida inteira, como aqueles, procurando combater o "efeito", tributo que pagamos pela ignorância da "causa".

O que trataremos sobre os Músculos, são préstimos da Hipología ao nosso trabalho. Estudaremos sucintamente os que mais se relacionarem com os assuntos em questão, e cujo desconhecimento é imperdoável ao mais modesto cavaleiro, para um trabalho consciente e judicioso.

Assim sendo, vejamos os seguintes :

- a — Inversores do pescoço (Esplênio)
- b — Elevadores da base do pescoço e do tórax (Angulares da omoplata)
- c — Flexores (Mastóideos e umerais)
- d — Ilio-espinhais
- e — Abdominais

Os Inversores do pescoço (a) responsáveis pela posição do balanço, variando, pelos seus alongamentos ou encurtamentos, as duas curvas (posterior e anterior) in-

versas e solidárias que o constituem.

São os músculos mais perseguidos pelo cavaleiro, que pode agir sobre êles diretamente pelas ações das mãos.

Elevadores da base do pescoço (b) sobre êstes músculos não temos ação direta; seu funcionamento fica condicionado, pelo seu antagonismo (Antagônicos são, claro está, os que atuam em sentidos opostos), aos Inversores do pescoço.

Flexores (c) são músculos antagonicos dos Inversores; seu movimento será bem coordenado, quando sua contração corresponder, concomitantemente, à extensão dos Inversores.

Ilio-espinhais (d) começam na região do garrote, cobrindo tôdas as apófises espinhosas até a região do sacro. São antagonicos em suas ações aos abdominais, e solidários aos Elevadores do pescoço.

Abdominais (e) são os flexores do dorso-rim, responsáveis pelo engajamento dos posteriores.

É justamente nesta altura que entramos na fase preliminar da nossa exposição — fuga da base do pescoço ao enquadramento das rédeas.

O Encapotamento e a Inversão, são as mais naturais e instintivas "defesas" do cavalo, isto porque estas duas posições, de apariências opostas, melhor o predispõem: ao relaxamento na adução dos posteriores, a amortecer os castigos de uma mão impiedosa, enfim, é a condição em que melhor se acha para apresentar ao cavaleiro as maiores reações.

Vejamos como se apresentam os músculos já estudados nesta situação de "base do pescoço amassada" (Fig. 2).

Incialmente, os Invertores do pescoço (a) estando contraídos, os Elevadores da base (b) se alongam no sentido da seta, e arrastam consigo os Ilio-espinhais (d), que lhe são solidários à altura do garrote, limitando consequentemente a amplitude de sua extensibilidade para trás; as Abdominais (e) antagonicos dos Ilio-espinhais — têm sua

ação de flexores contrariada, o que lhes impossibilita assegurem-se do engajamento dos posteriores.

Eis a razão dos nossos cavalos, comumente, sob o "pêso" do cavaleiro, nos parecerem que se arastam, perdendo sua mobilidade e harmonia natural de seus movimentos. Necessário se torna que os readaptemos regionalmente ao novo Equilíbrio, pelo restabelecimento das proporções naturais do "pêso" entre seus posteriores e anteriores.

Dentro dêste objetivo, de que se trata para o Tenente? Direi: Elevação da base do pescoço — "Pedra de Toque da Equitação".

Perseguiremos este propósito num trabalho em "alongamento", aliás, por excelência na Iniciação ou Readestramento.

Ora, se conseguirmos de nosso cavalo o alongamento de seu pescoço, com um leve arredondamento da nuca, teremos em consequência (Figs. 3 e 4): encurtamento dos Angulares da omoplata (b) elevação da base do pescoço e extensibilidade dos Ilio-espinhais (d) facilitando a ação dos Abdominais (e) no engajamento.

Como atingiremos este objetivo?

Em se tratando de cavalo novo ou de readestramento — nosso caso geral — começaremos procurando a distensão dos Inversores; ou, num estágio de adestramento mais adiantado, contração dos Abdominais.

Há um trabalho "de baixo" ("descontração do maxilar") preparatório e bastante útil à obtenção desta distensão, citado pelo Cmt. Licart em "Perfectionnement Équestre" pág. 47, e ainda por Faverot de Kerbreck, em "Adestramento metódico do cavalo de sela"; a indicação destas obras tem o mérito de orientar os mais interessados na procura de algumas das fontes de consulta a respeito. Abstenho-me dêste assunto, não só porque nos priva de preciosos minutos de estarmos montados, senão também, de outras vantagens de correntes do movimento para a frente.

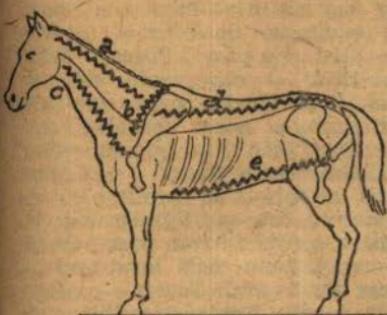


Fig. 1

- a - Inversores do pescoço.
- b - Elevadores da base do pescoço e do tórax.
- c - Flexores
- d - Ilio-espinhais.
- e - Abdominais.

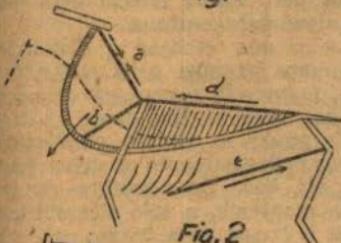


Fig. 2

Engajamento dos posteriores dificultado.

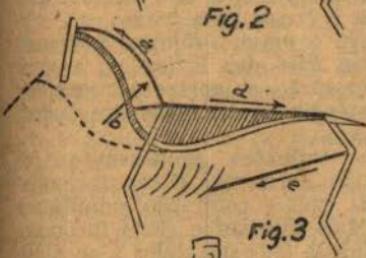


Fig. 3

Engajamento dos posteriores facilitado.

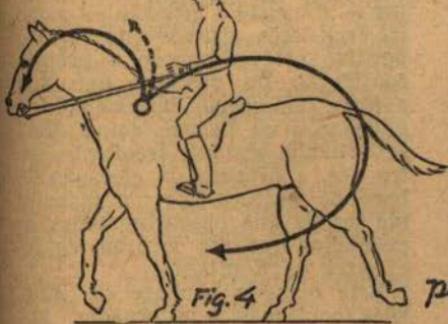


Fig. 4

Engajamento dos posteriores facilitado.

Vejamos quais as embocaduras mais interessantes a serem usadas pelo cavalo (em questão em iniciação ou readestramento): bridão de remonta, de duplo bocado, bridão de borracha (excepcional), bridão ascensor (este em último caso e se realmente nosso cavalo possuir brilhantes qualidades que compensem o uso). A escolha destas embocaduras variará, é lógico, por parte do cavaleiro, conforme: sua desenvoltura eqüestre (Tato), seu método, inteligência, persistência e muito principalmente paciência, para não desistir, às vêzes, nas vésperas do sucesso; por parte do nobre aluno: pelo maior ou menor grau de Inversão, impulsividade, temperamento, sensibilidade de suas barras é comissuras, e altura do palato (mais ligado com a passagem de língua do freio).

Não recomendo as rédeas: Chambe, Colbert, Alemã, porquanto, em mãos de cavaleiros novos, mas trazem ruins consequências, do que o mérito que porventura encerrem. Quanto ao comprimento das rédeas, não direi que sejam longas ou curtas, mas que correspondam a uma tensão tal, cuja resultante não obrigue pela força a acionar "molas" que em absoluto não estão predispostas a um funcionamento harmônico.

Naturalmente elas serão mais curtas na Iniciação e alongar-se-ão progressivamente, à medida que nosso cavalo cresça em conhecimentos.

Explorando a lei geral de que "a tóda ação corresponde uma reação", nosso cavalo deverá responder à tensão das rédeas de baixo para cima com uma reação em sentido inverso, justamente o que desejamos.

Já que estamos montados, algo de extraordinária imperiosidade nos passa a preocupar constantemente — Impulsão e mais Impulsão ("puls d'impulsion, plus de cheval").

Enfeixando tudo o que já foi dito para ilustração do nosso raciocínio, como que num grande painel, passemos à prática.

No picadeiro ou na estrada ("longe dos curiosos, se possível")

— Cap. Dantas Pimentel, em seu programa para um curso de equitação de oficiais, Revista de Educação Física, Julho de 1953 — observação esta de real importância, para que não tornemos o nosso trabalho uma "demonstração") — procuraremos, inicialmente ao Passo — andadura mais acessível às explicações do professor, este em ligação mais íntima e constante com o seu cavalo e com assento mais invariável — fazer nosso cavalo baixar o pescoço, pela tensão nítida das rédeas de baixo para cima, tensão esta que não deve ser contínua.

Assim que esboçar a distensão, estejamos prontos para ceder, porém, mantendo o contacto e a Impulsão (sempre Impulsão!). Caso tente puxar as rédeas para cima, cerrar enérgicamente os dedos para que ele bata de encontro ao bocado, mantendo a mão alta até que volte a puxar para baixo.

Com o mesmo objetivo podemos lançar mão das Inflexões, e com maior razão, se apresentar grandes resistências à distensão dos Inversores.

As Inflexões produzem-se em sentido horizontal e são incompatíveis com a contração simultânea dos dois Inversores. Esta incompatibilidade leva um deles a se alongar — o oposto à inflexão — o que irá facilitar a distensão de ambos; positiva esta afirmação a própria construção do pescoço, que não permite ao cavalo inflexioná-lo e inverter-se ao mesmo tempo. Está se tornando bastante frequente, entre nós, a procura da elevação da base do pescoço, de u'a maneira tão infeliz que obscurece todos os princípios que nos legaram os lumiñares da Equitação.

Esta maneira consiste em inflexões contínuas e alternadas, tornando a cabeça do cavalo um pingente na extremidade anterior.

O cavalo submetido a este suplício, primeiro jamais encostará no bridão, segundo alterará por completo os movimentos naturais da cabeça, exigidos em cada in-

dura. Estou persuadido de que, para buscarmos nas Inflexões reais efeitos, devemos nos propor a um trabalho que ofereça mais ou menos a esta ordem: (Impulsão) pede-se uma inflexão (à esquerda, por exemplo); a esta solicitação nosso cavalo alongará seu pescoço na direção da rédea, com um leve entreabir da boca, o necessário para que a língua recue com obridão, deixando-o em seguida deslizar novamente para a frente, como se desejasse falar por meio dêle; terminada a distensão, antes coroada pela descontração do maxilar, endireitariamos nosso cavalo, andariamos uns passos em frente e pediríamos uma inflexão, agora à direita.

Durante este trabalho não deve haver mudança de andadura, isto é, quando ao Passo o cavalo tomar o Trote — equilíbrio comprometido para a frente — imediatamente faremos com que retome a andadura primitiva. Pode acontecer também que procure subtrair-se às ações do cavaleiro, pela fuga da garupa para a direita ou esquerda, ao que de imediato colocaremos suas espáduas, respectivamente, à direita ou à esquerda, isto é, sempre na frente da garupa.

Um trabalho com o qual obtive bons resultados na Escola de Equitação, com meu cavalo D'Armas, *Heros* (ao mencioná-lo, presto-lhe minha homenagem) foi, ao invés de provocar a distensão do pescoço pela elevação das mãos, afastá-las, quebrando o paralelismo das rédeas, e consequentemente afunilando-as na direção do bocado, geralmente no Trote elevado.

Trabalhos bastante recomendáveis para corrigir a Inversão, entre outros, são: Espádua para dentro, voltas na rédea direta (mão de dentro do círculo vigilante para elevar-se — rédea contrária — no caso de cair na espádua, e a perna de fora alerta para chamar o posterior correspondente), exteriores e passeios ao Trote e ao Passo.

O Encapotamento é bem mais difícil de corrigir; naturalmente a nossa preocupação estará voltada para a distensão do balanceiro, ou aumento de engajamento. Para o primeiro caso vamos nos servir de todos os andamentos largos e do que já foi dito para que nosso cavalo encoste suavemente na mão. Podemos ainda empregar uns toques enérgicos com o bridão de baixo para cima, impulsionando-o para a frente com as pernas.

Para o segundo caso, na opinião de um emérito cavaleiro e antigo instrutor da Escola de Equitação, devemos apoiar forte o cavalo, mantendo-o mesmo encapotado, e entrar enérgicamente com as pernas, para que aumente o sen engajamento, obrigando-o a elevar a base do pescoço.

Tenho a impressão de que nosso cavalo, após pacientes minutos, horas, meses ou anos, haverá de nos parecer um dia "que move-se e maneja-se por si mesmo", e assim teremos atingido o objetivo colocado.

BIBLIOGRAFIA

- Decarpentry — "Equitation Académique"
- Salins — "Epaule en Dedans"
- L. Moll e Eug. Gayot — "La connaissance du cheval" (Hipología)
- Drs. J. Marcq. E. Cordiez e J. Lahaye — "Extérieur du cheval" (Hipología)
- Benoist-Gironière — "Conquête du cheval"
- Notas da Escola de Equitação do Exército — (Faverot de Kerbreck, Fremenville e outros)
- Licart — "Equitação Racional" e "Perfectionnement Eqüestre"
- J. Lenoble du Teil — "Cours Théorique D'Equitation"
- General LùHotte — "Questões Eqüestres"
- Baucher — "Método de Equitação"

EQUILÍBRIOS ENTRE O TOTAL DE DEPÓSITOS E DE EMPRÉSTIMOS

Elevado em 497 milhões de cruzeiros o saldo dos investimentos da Caixa Econômica, ao encerrar-se o primeiro exercício de 1954

Já se incorporou à vida da cidade a prestação de contas que a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro faz à população, compreendendo o conjunto de suas atividades nos dois exercícios semestrais de cada ano.

Operando num vasto campo de crédito, a Caixa Econômica deve equilibrar seus investimentos à base de razoável margem de segurança em relação ao volume de depósitos. E isto porque está nos depósitos, amealhados por milhares de pessoas, a fonte dos recursos à disposição da Caixa para executar uma política assistencial que se reveste das mais variadas formas em benefício da coletividade. As múltiplas características dos empréstimos feitos pela Caixa abrangem pequenas aplicações de penhor, tão necessárias à população mais modesta, os financiamentos imobiliários que facilitam a aquisição da casa própria, as inversões para obras de melhoria urbana e os empréstimos mediante caução e de aquisição de títulos, numa variedade que seria cansativa enumerar em breve análise de documentos contábeis.

CAUTELA NOS INVESTIMENTOS

A cautela da Caixa na política de aplicação bem se exprime pelos dois totais mais importantes do seu balanço encerrado a 30 de junho último; ao passo que os depósitos ali se apresentavam com a importância de 6.296 milhões de cruzeiros, os empréstimos registravam um montante de 5.225 milhões. Vê-se, pois, que a orientação da Caixa é aplicar até um limite que não afete suas atividades normais, mantendo sempre, um nível de disponibilidade entre aqueles dois totais.

Nem por isso deixou a instituição de aumentar substancialmente no

semestre os saldos dos empréstimos que se elevaram em 497 milhões em relação ao exercício anterior. O acréscimo mais ponderável correspondeu às aplicações hipotecárias que em seis meses tiveram majoração de saldo de 252 milhões de cruzeiros (2.483 milhões para 2.735 milhões), numa demonstração de que a Caixa vem executando na medida de suas possibilidades, a política traçada pelo governo federal, no tocante à solução de um dos problemas que mais angustiam todas as classes sociais: o da casa própria, principalmente numa cidade como a nossa em plena fase de crescimento.

CRÉDITO PESSOAL

Outra modalidade de empréstimos que assinalou sensível aumento aparece no balanço sob a rubrica de "consignações", isto é, o crédito para o funcionalismo público e autárquico: no semestre o saldo dessas aplicações subiu de 1.312 milhões para 1.445 milhões, com aumento, portanto, superior a 133 milhões. Duas categorias ainda apresentaram acréscimos vultosos: penhores (de 318 milhões para 369 milhões) e empréstimos às instituições congêneres dos Estados (de 104 milhões para 163 milhões). Sob a denominação "garantias simultâneas", simultâneas que incluem os financiamentos aos municípios e aos centros de produção, a Caixa tem empréstimos no valor de 458 milhões de cruzeiros. As duas contas de títulos — caução e aquisição financiada — aparecem no balanço com saldos respectivamente de 52 milhões e 2 milhões, sendo que aos primeiros correspondeu um acréscimo semestral de pouco menos de 4 milhões.



PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prof. ARTHUR E. BURNS

(Transcrito da Revista Brasileira de Economia,
de Set de 1953)

II — Progresso Econômico e Política Econômica

Na nossa era, tem-se uma idéia exagerada das responsabilidades do Governo e da sua capacidade para assumi-las. Este exagero relaciona-se com (1) a necessidade de planejar, (2) a capacidade para planejar, (3) a importância dos planos e (4) a competência administrativa do governo no que diz respeito à coordenação entre suas atividades e os planos. A confiança nos planos, nos programas e na intervenção governamental constitui um dos principais obstáculos ao crescimento econômico dos países pouco desenvolvidos. A importância que se dá atualmente aos planos e à intervenção governamental mui freqüentemente tende a encobrir o fato de que o crescimento é um resultado do trabalho, da sobriedade, do talento para organização e do próprio valor de uma nação, ou dos seus líderes.

O Relatório elaborado pela ONU sobre os países pouco desenvolvidos frisa essa confiança nos planos, ao sugerir quais as tarefas que devem empreender os governos desses países, a fim de estimular o crescimento econômico. Deve-se confessar que há poucos governos, mesmo entre aqueles dos países adiantados, que têm a capacidade administrativa necessária para realizar tudo quanto foi esboçado nesse relatório. Por conseguinte, há ainda menos probabilidade de que os governos dos países pouco desenvolvidos possam alcançar o mesmo nível. Se as políticas econômica, social, educacional, de alimentação e de intervenção geral, indicadas pelo documento da ONU, são essenciais ao crescimento econômico, como se pode explicar o desenvolvimento da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos neste setor? Se o seu crescimento houvesse dependido da adoção de certas medidas legislati-

vas e do estabelecimento de instituições governamentais para administrar o programa da ONU, estes países ainda estariam na categoria de nações subdesenvolvidas.

A insistência sobre a responsabilidade governamental nos países pouco desenvolvidos é em parte uma atitude indígena e em parte importada. Em muitos destes países, há uma longa tradição de intervenção oficial no que se refere aos pormenores da atividade econômica. Isto se transmite aos programas de crescimento. Por exemplo, em certos países do Oriente Médio não existe qualquer grupo de iniciativa particular que tenha experiência no campo industrial. Nesses casos, o estímulo ao desenvolvimento forçosamente terá de depender de intervenção governamental, em conjunto com um auxílio considerável, proveniente do exterior. O limite de controle da intervenção e do planejamento oficial, naturalmente, irá variar de acordo com as tradições do país.

Há, porém, outros elementos sem ser estas influências internas. Certas organizações estrangeiras que concedem empréstimos, assim como governos estrangeiros, têm um interesse evidente na utilização das quantias que prestam. Por conseguinte, a decisão favorável quanto a concessão do empréstimo ou a doação de certas quantias dependerá do "programa de desenvolvimento" do país receptor. Não existe outro caminho para países pouco desenvolvidos que queiram capitais a não ser a elaboração de "um plano". Minhas dúvidas no tocante a muita papelada que se tem denominado "planos" ou "programas" econômicos poderão levar a insistir demasiadamente em outra direção. Não quero que me considerem como sendo um violento antagonista de todo programa oficial de desenvolvimento. Ao contrário; em muitos casos, os grandes projetos de crescimento só cabem aos governos. E o governo goza de um vasto campo para a ordenação geral da vida econômica, na formulação de suas regras gerais e na elaboração de uma estru-

tura econômica viável. Realizar esta obra satisfatoriamente já constitui uma vastíssima tarefa; querer fazer mais do que isso resulta na diminuição do ritmo de crescimento.

Tipos de Política. As políticas oficiais de desenvolvimento podem variar entre: (1) planejamento e execução total dos programas por organizações governamentais; (2) o estabelecimento de ordem e segurança, ou então da estrutura geral de regulamentos, sendo que o trabalho econômico do país está nas mãos da iniciativa particular; (3) certas fórmulas intermediárias entre (1) e (2), dependendo das tradições, dos sentimentos e da capacidade do povo e da competência do governo.

Em outras palavras, são os seguintes os papéis que cabem ao governo no tocante ao desenvolvimento econômico:

(1) A formulação de planos gerais de grande alcada;

(2) A introdução de programas mais modestos, para determinados setores da economia, não havendo qualquer plano geral integrado;

(3) A execução de determinados projetos independentemente de programação por setor; e

(4) A orientação e a estimulação das forças naturais e locais de crescimento econômico.

Não se pode classificar satisfatoriamente u'a matéria tão complexa quanto é a política governamental. Evidentemente, haverá certa diferença entre o papel do governo num país asiático e aquêle de um país ocidental. E mesmo entre os diferentes países ocidentais, a variedade de condições, tradições e problemas dará lugar a grandes contrastes na política oficial. Por exemplo, a existência de um numeroso grupo dedicado a iniciativas particulares e capaz de realizar importantes tarefas dentro do programa de desenvolvimento, permitiria reduzir a atividade oficial, enquanto que se, ao contrário, esse grupo for pequeno, aumentará a tarefa governamental.

Admitindo estas diferenças, acredito que tanto nos países adiantados como nos pouco desenvolvidos nota-se uma tendência a exagerar a responsabilidade do governo com relação ao setor de atividades econômicas e de salientar demasiadamente a eficiência do planejamento.

Fundamentalmente, o crescimento econômico depende da assiduidade, das atitudes, dos hábitos e das normas do povo em países de civilização ocidental. O volume e as categorias de inversões dependem da preferência pela produção imediata ou futura de bens e das preferências por determinados tipos de bens de consumo. A produção naturalmente se adapta a essas preferências e resulta das atividades e decisões de inúmeros indivíduos e sociedades. O papel desempenhado pelo governo poderá facilitar esse crescimento ou poderá tentar desviar e canalizá-lo na direção mais aceitável aos que têm força junto ao governo. Alternativamente, poderá apenas impedir o crescimento por meio de intervenções desnecessárias na atividade econômica comum.

Atualmente, observa-se a tendência a subordinar o que poderíamos chamar as "fôrças espontâneas" que operam dentro do sistema econômico a medidas reguladoras e intervenções de ordem administrativa. Mas são exatamente essas fôrças espontâneas por trás do crescimento econômico que tendem a moldar esse processo de acordo com o padrão de preferência num país. Não pretendo sugerir que se pode dar redea sólta a estas fôrças em qualquer organização social; porém a natureza do seu controle poderá tomar uma de duas direções gerais, a saber:

(1) A política governamental poderá insistir sobre o estabelecimento de um regulamento geral, aplicável a qualquer indivíduo ou sociedade, sem exercer maior influência sobre os pormenores da atividade econômica. Estas regras (ou leis) constituiriam a estrutura geral, dentro da qual cada um terá a oportunidade de procurar alcan-

çar seus próprios objetivos. Dentro desta estrutura, a iniciativa particular contribuiria com a maior proporção da produção nacional, subordinando-se às fôrças que regem o mercado. Dependente da capacidade financeira da iniciativa particular e da natureza essencialmente "pública" de muitos projetos de desenvolvimento, a empresa oficial desempenharia um papel saliente em certos setores básicos da economia.

(2) Alternativamente, o governo adotaria políticas compreensivas abrangendo os controles administrativos e deixando a decisão exterior em mãos das organizações oficiais. Tais controles seriam arbitrários, segundo a natureza do caso, isto é, por exemplo, na concessão de licenças, quotas, autorizações, etc, a favor de uns ou contra outros.

Atual fase de post-liberalismo dignifica esta última solução, isto é, o intervencionismo administrativo, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. De fato, muitos economistas o consideram como um aspecto essencial da "programação".

Certas Restrições com Respeito ao Planejamento. Em vista da importância considerável que se tem dado aos planos e à intervenção, será necessário tecer certas considerações sobre esses planos. Parece-me mui adequado formular algumas críticas quanto ao planejamento, mormente em vista de me encontrar num país que atualmente está numa fase de crescimento rápido e submetido a grandes modificações estruturais, precisamente no meio econômico que menos se presta às teorias de planejamento e à introdução satisfatória de intervencionismo programado.

1. A teoria econômica do planejamento implica essencialmente em que o problema seja focalizado do ponto de vista do equilíbrio estático, apresentado um modelo hipotético de uma economia planejada segundo o modelo de uma economia em que existe um mercado de livre concorrência. Deve-se admitir a favor do mecanismo mercantil que os teoristas do

planejamento nada poderiam fazer de melhor que reconstrui-lo para seus próprios fins. Existem, todavia, sérios defeitos no modelo planejado quando se trata de uma economia em crescimento. O modelo presta-se especialmente a pequenas alterações e provavelmente teria grande utilidade num sistema econômico evoluído, mas estagnado. Dentro de uma economia dinâmica, em franco desenvolvimento, com grandes mudanças estruturais, o modelo planejado não tem utilidade prática, e ainda menos no Brasil do que nos Estados Unidos.

Isto significa que um "plano" formulado por meio de técnicas teóricas existentes se tornaria, rapidamente, arcáico (se não o fosse de imediato) devido ao crescimento dinâmico (de natureza estrutural) com suas alterações imprevisíveis.

2. Os planejadores teóricos concebem o governo como uma unidade capaz de elaborar e executar um plano. Este conceito monístico de governo adapta-se mal à realidade do governo nos Estados Unidos e segundo tenho entendido, também não se aplica ao Brasil. Este ponto é de suma importância para os economistas, pois que a teoria do planejamento pressupõe um mecanismo orientador racional e um único órgão central determinador.

Na realidade, porém, verifica-se que um governo sobrepassa os limites da unidade. Não formula seus planos como tal, nem assim os executa. Um governo é de fato uma série de organizações no plano executivo, sendo que os interesses de certas dentre elas, são mutuamente incompatíveis, enquanto que muitas têm interesses completamente diferentes. Nos Estados Unidos, pelo menos, não foi possível realizar qualquer forma de coordenação realmente eficiente no tocante à política econômica, apesar de insistentes esforços no sentido de obter essa unidade. As organizações cuja posição executiva e legislativa é idêntica preocu-

pam-se em manter seu prestígio e defender seus próprios interesses. Nenhum administrador (nem seus funcionários) estará disposto a submeter-se à direção de outro de igual categoria. E sempre se encontram meios para fazer malograr, pelo menos parcialmente, as determinações de uma organização superior. Todos os economistas que têm alguma experiência do setor burocrático, reconhecerão a verdade destas palavras. Muitos entre os próprios economistas que se mostram um tanto enamorados pelo planejamento (se bem que de um modo adequadamente racionalizado) rapidamente aprendem a arte de respeitar os interesses e a independência das organizações governamentais, à custa de uma política econômica ordenada.

Isto naturalmente é sumamente prejudicial à unidade e ao planejamento racional, pois este não se pode levar a cabo sem alcançar uma unidade de interesse e obediência a uma única direção central. Sem levar em conta considerações ligadas ao planejamento, porém, a dispersão do controle e dos interesses burocráticos tem seus aspectos favoráveis. Reduz, até certo ponto, o perigo de se cometer um erro político em grande escala, erro este que mesmo os entendidos poderiam fazer. A consolidação do poder é perigosa, mas se torna menos grave quando esse poder é distribuído entre organizações que são relativamente independentes.

Crescem as dificuldades e os obstáculos à formulação de um plano racional quando o poder legislativo é autônomo. Os corpos legislativos têm seus próprios interesses e estes divergem daquêles do poder executivo. Acordos entre determinados agrupamentos políticos nos parlamentos, ou entre determinadas organizações executivas e certos grupos econômicos não são raros. Tais acordos dificultam a unidade de objetivo, chegando mesmo a torná-la uma aspiração vã. Geralmente, é possível chegar-se a um acordo para resolver assuntos de maior alcance, sendo mesmo bas-

tante freqüente esta fórmula de solucionar o problema. De outro modo, torna-se necessário por de lado o assunto.

Há outros feitos que devem ser mencionados no intuito de derrubar a tese da unidade governamental. Por exemplo, a independência do poder judiciário pouco se presta à centralização do planejamento. Ademais, numa federação como o Brasil ou os Estados Unidos, a ação independente dos governos estaduais é notória. As diferenças regionais entre os vários estados também dão lugar a importantes problemas políticos e econômicos.

Não existe qualquer entidade governamental que seja absolutamente autônoma e que se encarregue de formular e executar planos econômicos. Temos, em seu lugar, uma série de organizações e funcionários. Os planos em grande escala, tanto num país pouco desenvolvido, quanto nos Estados Unidos, são confrontados por estes problemas políticos e governamentais.

3. A teoria do planejamento também se fundamenta em causas simples e critérios objetivos. A causa, ou motivo é a maximização e os dados objetivos essenciais são preços, custos e quantidades. Estes motivos e dados relativos ao mercado impersonal são transferidos a um ambiente político que, em contraste, nada tem de impersonal, onde os motivos são muito mais complexos e os critérios incomensuráveis. Qualquer esforço no sentido de formular um plano nestas circunstâncias seria vão, pois em nada se pareceria com o conceito dos economistas sobre o que constitui uma economia planejada.

4. Além das limitações indicadas acima, o planejamento também é dificultado por problemas de jurisdição administrativa. No plano nacional, a jurisdição administrativa do governo, de um modo geral, ultrapassa facilmente aquela dos estados e municipalidades. Mas daí surge a dificuldade, pois os planos são operados e executados principalmente por organizações descentralizadas ou municipais (locais).

Os programas formulados em grande escala exigem que uma parte considerável da atividade econômica do país esteja nas mãos do grupo que nos Estados Unidos é denominado "da prefeitura" (city-hall). Os responsáveis pela elaboração de um programa geralmente deixam de reconhecer este fato, julgando que todos os funcionários públicos se parecem com êles mesmos.

Nos círculos comerciais particulares, o medo de ter que enfrentar perdas substanciais ou, na pior das eventualidades, a falência, impõe um alto nível de eficiência no tocante aos pormenores de cada transação, pressão esta que já não existe se as perdas são subvençionadas e a bancarrota é impossível.

Num sistema simples, ordenado por um poder central, com objetivos simples e critérios quantitativos, seria viável o planejamento econômico. Estas condições, porém, não existem no caso de um sistema econômico em franco desenvolvimento, tal como é o Brasil. Vemos, por conseguinte, que a teoria de planejamento terá de ser relegada à categoria de considerações que são interessantes do ponto de vista intelectual, mas que também são inúteis.

Programação Econômica — Esta forma de programação limita-se ao planejamento de um setor apenas, tal como o transporte, a fôrça ou então uma região inteira. O programa é mais modesto que o plano em grande escala, mas é também sujeito a certas reservas que se aplicam a tais planos, especialmente no tocante aos pontos mencionados em 2 e 3 acima. Tanto o Banco Internacional como o próprio Governo dos Estados Unidos tendem a favorecer este tipo de organização quando se trata do financiamento de países pouco desenvolvidos. Esta atitude resulta principalmente da cautela financeira dos banqueiros e também provém do desejo de ver o país recipiente auferir o máximo benefício dos capitais que lhe são outorgados. Não se pode negar que ambos os motivos são louváveis.

Apesar disso, a insistência sobre a necessidade de formular um programa, especialmente quando esses programas, por sua vez, devem ser integrados, tendem a causar consideráveis demoras que freqüentemente são desnecessárias. A urgência de se construir uma estrada essencial entre duas cidades não se tornará mais evidente pelo fato de ser incluída num programa geral de construção rodoviária. Infelizmente não é raro se verificar que o programa, que constitui apenas o meio de alcançar um determinado objetivo, na realidade vem a ser considerado como um objetivo em si mesmo.

É indiscutível a grande importância de programas gerais num país como a Transjordânia onde o desenvolvimento econômico (se realmente haverá tal crescimento) tem de ser programado desde o inicio. Mórmente, tais programas terão de ser elaborados por estrangeiros. Mas, no caso do Brasil e de outros países que já progrediram consideravelmente no que diz respeito a industrialização, é menos premente a necessidade de se formular programas integrados. Conforme variam as condições individuais do país, também deve ser distinto o modo de apreciar o problema. Uma modificação que se poderia sugerir no modo de focalizar a questão seria abandonar a diferenciação errônea que se faz entre "desenvolvido" e "não desenvolvido", nas considerações feitas por profissionais e autoridades que estudam os diversos problemas e as fases do crescimento.

Estes comentários indicam uma preferência pelo método de análise separada de projetos relacionados ao desenvolvimento econômico de um país como o Brasil. Isto nos parece aconselhável quando: (1) os capitais disponíveis são apenas suficientes para cobrir uma pequena parte das despesas exigidas e (2) há círculos viciosos a serem eliminados. Mórmente, capitais para fins de desenvolvimento mostram-se mais eficientes quando são concentrados numa determinada região, o que não é possível com a

fórmula de programação. As vantagens econômicas de concentração para fins de desenvolvimento serão discutidas na 6^a Conferência. Não resta dúvida que o método de projetos também requer um estudo inteligente das fases sucessivas e das consequências a longo prazo dos projetos executados. Isto se assemelha ao método de crescimento na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, os quais, felizmente, crescerem rapidamente na época anterior ao planejamento e à programação.

Intervenção e Crescimento. A intervenção oficial específica na atividade econômica, fundamenta-se na noção de "responsabilidade pública", ao mesmo tempo que estimula esse conceito, o qual tem sua racional mais complexa no "planejamento econômico" e aparece numa forma mais modesta na programação econômica. Manifesta-se numa série de intervenções específicas, a maioria das quais jamais foi planejada ou programada. Apenas surgiram, uma procriando outra, do modo mais descomedido possível.

A classe de intervenção a que nos referimos aqui pertence ao regime de controles ou regulamentos administrativos sujeitos a uma autoridade discricionária, nada tendo a ver com regras gerais da atividade econômica. Aliás, esta separação já havia sido indicada anteriormente.

Esta forma de intervenção tem provado: (1) que constitui uma pesada carga para o orçamento público; (2) que se torna cara como despesa comercial; e (3) que todas as restrições e limitações impostas ao sistema econômico ulteriormente se mostram caras, e geralmente atrasam o crescimento.

Conforme indicamos acima, o crescimento produz alterações estruturais na economia de um país, e não raramente estas alterações se processam de um modo bastante desordenado. Modificações como estas exigem flexibilidade tanto de recursos como de mercados e na conduta normal do comércio. Mórmente, no caso dos países ocidentais, o crescimento resultou das es-

peranças, das aspirações e da co-biça assim como de esclarecidos in-terêsses, da diligência e da sobrie-dade de inúmeras almas. A oportu-nidade e a esperança razoável de lucros incitam seus esforços, ao mesmo tempo que estimulam o de-senvolvimento do país em que vi-vem, ao passo, que a intervenção ofi-cial, na forma de limitações, res-trições, demoras prolongadas a es-peira do deferimento (ou indeferi-mento) de requerimentos, e tôdas as complexas manifestações da bu-rocracia, é incapaz de criar essa oportu-nidade, nem de dar essa es-pe-rança. Ao contrário, geralmente tem a reduzir ambos ao mínimo. Devemos, porém, mencionar dois fatôres a seu favor: a limitada ca-pacidade para se aplicar um con-trôle eficiente e a impressionante habili-dade para contornar os pro-bemas criados por tais contrôles.

Não desejo de modo algum negar a responsabilidade governamental no setor do crescimento econômico. Torna-se essencial a formulação de uma estrutura de regulamentos em que se definem os direitos e as obrigações. Dentro destas leis e amparado pela segurança que elas oferecem, o povo deve estar livre para agir. Instituições fortes e sãs, bancos, um mercado de capitais, seguro social, todos são importan-tes, como também é preciso que os tra-balhos do desenvolvimento te-nham um vasto financiamento pú-blico. Estas responsabilidades es-timulam e facilitam a única forma de crescimento sólido que é compa-tível com as tradições ocidentais — o crescimento espontâneo, pro-movido por interêsses pessoais e familiares.

Chegamos então a constatar que a principal fonte de crescimento numa economia em plena fase de desenvolvimento se encontra dentro da própria economia. O capi-tal estrangeiro jamais foi senão um agente catalítico para completar as fontes nacionais da oferta. No caso da Grã-Bretanha, nem sequer foi isso. E no futuro previsível, creio que se tornará ainda mais escasso

o capital estrangeiro cuja atual fonte principal são os Estados Uni-dos, quer diretamente, quer pelo fi-nanciamento do Banco Interna-cional nos Estados Unidos. É pro-vável uma crescente escassez de capital *em relação à sua crescente procura* devido às seguintes cau-sas: (1) Parecem prováveis quan-tiosas despesas para fins militares, que aumentarão em relação à pro-dução industrial *per capita*; (2) de-pois de pagar os pesados impos-tos cobrados sobre apenas uma fração relativamente pequena para as substanciais inversões particu-lares pleiteadas no estrangeiro; (3) as perspectivas de lucro dentro do pró-prio país (Estados Unidos) são su-ficientemente boas para atrair a maioria dos capitais particu-lares (e de sociedade anônimas) que es-teja disponível para fins de inter-são, e (4) as di-ficuldades encontra-das no estrangeiro com respeito à remessa dos lucros serve para de-salentar aquêles que poderiam rea-lizar inversões no estrangeiro.

Estes motivos aplicam-se sob-re-tudo a inversões particu-lares no estrangeiro. Resta-nos considerar as inversões oficiais. Aqui, porém, devemos ter presente as faltas bá-sicas de continuidade da orientação política. Nos Estados Unidos, há sempre um grupo qual-quer fazendo pressão para reduzir as despesas e, nestes casos, o dinheiro empregado no estrangeiro é sempre alvo das mais violentas críticas. Ou então poderá apenas haver um desloca-mento de interêsses políticos, à medida que uma nova crise ocorre para absorver tôda a atenção dos respon-sáveis pela formulação da política. Môrmente, estas faltas de continuidade também podem ter sua origem no país que recebe os capitais emprestados. Este as-sunto é conhecido demasiadamente bem para exigir maiores esclareci-mentos aqui.

Esta escassez provável e cres-cente de capitais estrangeiros em re-lação à sua procura pelos países pou-co desenvolvidos frisa a im-por-tância das fontes nacionais de cres-

cimento, as quais recebem pouco (ou nenhum) estímulo da política intervencionista oficial. Apesar des-

sa intervenção, porém, conseguem crescer, ninguém sabe como..

(Continua)

A Indústria Farmacêutica do IAPETEC e sua importância para a economia dos segurados

Dentre os órgãos do IAPETEC que se destinam à assistência aos trabalhadores em transportes e cargas, figura a sua Indústria Farmacêutica, cuja finalidade é produzir e fornecer diretamente ao associado, a preços reduzidos, os medicamentos de que necessita.

Como é sabido, o preço atual dos produtos à venda nas diversas praças do país cria, para a maioria dos segurados, uma quase impossibilidade de aquisição daquelas utilidades, levando-se em conta a sua capacidade aquisitiva, principalmente daqueles que já se acham afastados das suas comuns atividades, por força de enfermidade.

A Indústria Farmacêutica do IAPETEC, possibilitando aos seus associados a compra dos medicamentos que produz, oferece-lhes, ainda, a segurança da pureza e exatidão com que são confeccionados, de vez que toda matéria-prima, antes de ser adquirida em definitivo, é rigorosamente analisada, as dosagens minuciosamente verificadas e cada partida controlada antes de ser entregue ao consumo.

Há, também, a considerar a grande economia que representa, não só para os segurados, como ainda para os cofres da Instituição, a produção, no IAPETEC, de seus próprios medicamentos. Interessante é, pois, confrontar as cifras Cr\$ 8.692.432,40, custo de produção para o Instituto das 9.905.909 unidades fabricadas em cinco anos de existência da sua Indústria Farmacêutica, e Cr\$ 26.077.327,20, que é quanto teriam custado nas outras fontes de produção aqueles mesmos preparados. Houve, portanto, uma apreciável economia de Cr\$ 17.384.794,80.

Tendo em vista tôdas essas inegáveis vantagens que advêm do funcionamento da Indústria Farmacêutica, e, ainda, a procura cada vez crescente de seus produtos, volta-se a atenção da atual administração do IAPETEC pra aquêle importante setor da autarquia, figurando nos planos presentes a sua ampliação, para que continuem sendo atendidos devidamente, não sómente os seus segurados, mas também os pedidos que chegam de outras instituições congêneres.

OS DISCÍPULOS DE JOAQUIM DE FLORA E O JORNALISMO

Traduzido e adaptado de TIME

Pelo Cap. ALBERTO FORTUNATO

Há cinqüenta anos James Bryce levantou a questão da possibilidade da opinião pública democrática poder saber o bastante para realizar a sua função. Bryce concluiu:

"As massas não podem ter, quer o tempo disponível, quer a capacidade para investigar os princípios que norteiam as diretivas ou para apreender os pormenores da legislação. Mesmo assim, elas podem conseguir uma segura percepção dos assuntos mais gerais e importantes da política nacional e internacional, especialmente em seus aspectos morais; uma percepção suficiente para permitir-lhes manter os atos da Nação em suas linhas certas".

"Especialmente em seus aspectos morais".

Isto presupõe um certo acordo quanto a padrões morais, um quadro filosófico a respeito do homem, o mundo, e da verdade na qual os fatos pertinentes às notícias podem ser encaixados, verificados, e sobre os quais se pode conduzir um debate racional. Falando do público inglês, Arthur Balfour disse: "Toda a nossa maquinária política presupõe um povo tão fundamentalmente de acordo que pode se dar ao luxo de altercar sem que haja perigo". Talvez "altercar" seja uma palavra de sentido muito restrito para exprimir a vasta área de discordância e debate que os povos fundamentalmente de acordo podem frutiferamente aproveitar.

No mundo ocidental de hoje, haverá bastante unidade quanto ao

que é fundamental a ponto de compensar um debate frutífero a respeito de política comum? Serão os limites do debate e os padrões finais de política, compreendidos claramente pelos povos?

O esclarecimento de tais fundamentos é o dever dos intelectuais, especialmente dos filósofos.

Quão verdadeiro é o cliché de que esta é uma época de "crescente confusão intelectual"?

Um rápido retrospecto — de apenas cem anos — indica que, como a maioria dos clichés, ele é muito verdadeiro. Um exemplo é que o clima intelectual dos Estados Unidos da América do meio do século 19, variava entre o ultra ortodoxo Long Fellow, moralista e poeta do homem da rua, e o não ortodoxo Emerson, filósofo dos homens de biblioteca. O terreno comum dêles, entretanto, era duro e firme; o autor de "A vida é real! A vida compensa! E o túmulo não é o seu objetivo", podia saudar o autor de "A lei moral está situada no centro da natureza e irradia para a sua circunferência". Hoje, a idéia de uma lei moral objetiva e imutável é acaloradamente negada por muitos cientistas sociais, defendidas por outros intelectuais e por grande número de não intelectuais. A confusão resultante, a falta de terreno comum pode explicar porque o homem da rua de hoje não tem poeta, e a biblioteca popular não tem o seu filósofo.

E assim tem crescido a confusão intelectual.

E por que? Haverá o que um Escocês poderia chamar, um esquema do caos?

OS LIMITES DA POLÍTICA

Uma explicação fascinante da moderna crise intelectual está contida num livro recente do Cientista Político Eric Voegelin. Seu balanço, escrito uma linguagem um tanto técnica, é uma história de detetive intelectual, uma busca através da história do Oeste, a procura dos responsáveis pela confusão contemporânea. Aqui está um resumo livre e truncado dessa história:

Tôdas as sociedades tendem a pensar delas mesmas como modelos em pequena escala do Universo, e de suas instituições políticas como representando a mais verdadeira das verdades. Para as sociedades anteriores ou fora do curso do pensamento ocidental que se iniciou com Platão, esta tendência não tem limites; aquilo que o governante quer não pode ser concluído estar em conflito com a ordem do Cosmos; aquilo que o governante diz ser verdade deve necessariamente estar conforme com a mais pura verdade conhecida pela sociedade. Típico desta espécie de absolutismo era a lei Mongol "Deus está acima de tudo, e na terra Gengis Khan é o único Senhor". O avô de Gengis, Kinjuk Khan, ficou sinceramente perplexo com os protestos do Rei da França e do Papa, que lhe disseram que ele agira errado massacrandos cristãos e obrigando-os à submissão. Como poderia estar erra se não havia limites para os seus atos? O Khan disse ao Rei e ao Papa que os cristãos deles é que eram os agressores, não porque o tivessem atacado, mas porque se tinham recusado a se submeterem a ele. A lógica dêle traz à lembrança o General comunista chinês Wu, dizendo às Nações Unidas que o seu governo não pode ser um agressor na Coréia porque ele é, por de-

finição, amante da paz. Dizia o Khan:

Pela vontade de Deus,
Do nascer ao por do sol,
Todos os reinos nos foram dados.
Sem a ordem de Deus.
Como poderia alguém fazer algo?
Assim, deveis dizer sinceramente:

"Nós seremos vossos súditos;
Vossa será a nossa força".
E se não observardes a Ordem
de Deus,
E desobedecerdes nossas ordens...
O que saberemos nós então?
Deus saberá disso.

No Ocidente, esta espécie de pensamento absolutista, que punha a verdade e a moralidade a mercê do governante foi intelectualmente destruída por Platão. Ele opos duas espécies de limites à idéia do estado como representante da mais pura verdade:

1 — as instituições da sociedade não podem arbitrariamente pôr de lado a natureza humana (esta é a origem da idéia de "direitos inalienáveis");

2 — a alma e suas relações com um Ser Supremo sendo verdades muito puras, são muito sólidas para serem mudadas com a mudança de noções políticas.

O cristianismo foi além de Platão: para um cristão, a verdade mais pura era a esperança de salvação após a morte, uma idéia que não podia ter um modelo em pequena escala nas substituições políticas da sociedade. A proposição cristã era de que o estado podia representar a alma na sua liberdade de aceitar ou rejeitar a salvação, mas que o estado não podia ser modelado na salvação em si mesma. Esta era (e é) uma idéia que dificilmente será abandonada por um cristão. Muitos dos primeiros cristãos desenvolveram a crença em uma pronta Segunda Vinda. Santo Agostinho, entretanto, chamou a crença literal no milênio "uma fábula ridícula", e tentou separar a parcela humana de tristeza, insegurança e imperfeição, da

esperança do reino celeste. Durante séculos esta separação foi efectiva por causa das condições cada vez piores da vida do Império Romano, que sugeriam tudo menos um milênio terrestre. O céu aparecia como o único objetivo plausível para a esperança.

APARECEM OS AGNOSTICOS

Lá pelo século 12, esta atitude passiva a respeito do mundo estava terminando. O homem tinha feito progressos em pôr em ordem seus afazeres terrestres e mais progresso parecia possível. Cresceu a pressão por uma fórmula que pusesse lado a lado a esperança humana de salvação e o seu desejo natural e legítimo de uma vida melhor na terra.

Esta pressão, em sua forma extrema, encontrou o seu homem em Joaquim de Flora (cérca de 1132 a 1202), a quem Dante chamou "o abade Calabrez cheio de espírito de alta profecia" e que era, de fato, o primeiro cristão a perverter a esperança de salvação em uma crença sistemática numa sociedade terrestre de homens purificados e aperfeiçoados. Joaquim, não encontrando material para sua fórmula no pensamento Cristão ou grego, voltou-se para outra fonte: o Agnosticismo.

Um Agnóstico é aquêle que procura se elevar acima da natureza e encontrar salvação através do "conhecimento oculto", em vez de através da fé e do trabalho. Dez séculos antes de Joaquim, a Cristandade, numa luta dura, tinha lançado à prática oculta um conjunto de seitas Agnósticas, mas bastante agnotismo tinha sobrevivido até os dias de Joaquim, para proporcionar material para a sua fórmula. Os mágicos Agnósticos do 2º séc. estiveram interessados na salvação pessoal, e não no progresso social ou político. Joaquim transferiu alguns de seus métodos e atitudes para o problema do progresso social levantado pelo vigor do séc. 12. Voegelin aplica o nome Agnóstico a Joaquim e a muitas doutrinas e atitudes hodiernas. O

Agnotismo — antigo, medieval ou moderno — nunca teve um dogma comum. Uma vez que um Agnóstico evita todos os pontos de contacto com a realidade, agitando seus sonhos à frente de seus próprios desejos, ele pode, literalmente, crer em qualquer coisa, e os Agnósticos de uma seita, muitas vezes opõe-se violentamente aos de outra.

Joaquim acreditava que a história do homem na Terra era dividida em três períodos ou reinos, cada um correspondendo a uma pessoa da Trindade. O Terceiro Reino, dizia Joaquim, estava para ter início com o aparecimento de DUX et BABYLONE. (Em termos de moderno Agnóstico, o chefe da Babilônia seria chamado Super-Homem ou Der Fuhrer, ou "a ditadura do proletariado sob a forma de centralismo democrático do Partido").

O Terceiro Reino era para ser caracterizado pela sabedoria, e após o comêço do Terceiro Reino (previsto por Joaquim para o ano de 1260), os homens seriam em breve tão perfeitos que não precisariam nenhum Dux ou governo ou disciplina. (Versão de Marx: Após o triunfo do socialismo científico na sociedade sem classes, o estado iria desaparecer porque os homens, purgados do mal do conflito de classes, não precisariam dêle).

O Terceiro Reino de Joaquim corrompeu o ideal cristão prometendo perfeição na Terra; ele também ultrapassou os limites que Platão tinha estabelecido para o estado e para a tendência do homem alterar as mais puras verdades filosóficas e religiosas a fim de fazê-las atenderem a fins políticos ou materiais. Militarmente, o absolutismo mongol entrou no Ocidente através da Hungria; Filosóficamente, o absolutismo político reentrou no Ocidente através de Joaquim. A invasão de Joaquim era mais devastadora porque a tentativa anti-cristã de obter a salvação na terra foi além da Gengis e de outras sociedades primitivas, e porque ela iria produzir despotismos e perversões da verdade piores do que a sociedade primitiva conheceu.

O APARECIMENTO DOS MODERNOS AGNOSTICOS

A princípio o movimento dos seguidores de Joaquim aumentou lentamente. A Igreja condenou os escritos de Joaquim e abafou um surto de Joquinismo entre alguns dos Franciscanos. (Este movimento sustentava que São Francisco de Assis era o DUX et BABYLONE da nova era. No século 14 ele inspirou Cola di Rienzi a tomar Roma. Depois de 1920 ele se espalhou novamente com um panfleto comparando Mussolini a São Francisco. Para acentuar esta "semelhança" o panfleto incluía figuras de São Francisco falando aos pássaros e II Duce acariciando sua leôa). Através da religião, o Terceiro Reino entrou na Rússia com a idéia de Moscow como a "Terceira Roma", um último e mais elevado estado na Terra. (A crença na Terceira Roma foi bem recebida pelos Czares, politicamente usada por eles, e é manipulada pelos propagandistas do Kremlin hoje em dia).

No Ocidente a influência de Joaquim apareceu nos extremos de dois movimentos aparentemente opostos. Os mais radicais dos Puritanos Ingleses pensavam que poderiam encontrar na Terra "uma comunidade de Santos", que se apossaria e aperfeiçoaria, o governo temporal. O vigor do humanismo da Renascença criou em alguns espíritos outras dissilusões a respeito de homens a semelhança de deuses e uma outra espécie de confusão a respeito de céu e terra. Exemplo: O Papa Leão X "Deixai-nos apreciar o Pão que Deus nos deu".

No século 18 as atividades Agnósticas tornaram-se abertamente anti-cristãs. (Os Agnósticos moderados se dividiram, alguns cortando os laços com a Cristandade, outros continuando a trabalhar dentro das igrejas. Dessa maneira, muitos Socialistas Fabianos — Agnósticos cuja dignidade não lhes permite correr atrás do ônibus da Utopia — permanecem dentro da comunidade cristã). A Revolução Francesa, coroando em Norte Dame uma Rainha da Razão e proclamando a possibi-

lidade do homem alcançar sua salvação na Terra, estabeleceu o Agnosticismo como a religião de uma grande parte do povo e dos intelectuais do Ocidente.

Depois disso a influência Agnóstica sobre o pensamento cresceu como bola de neve. Augusto Conte (1798-1857), cujas marcas ainda se encontram fortes nas ciências sociais, estabeleceu um sistema de três estados de conhecimento; no seu Terceiro Reino, chamado Positivismo, os cientistas deveriam assumir "a direção geral do mundo". Os intelectuais que avançasse o mundo rumo à perfeição alcançariam a imortalidade na memória da humanidade. A Providência era o "Grande Ser", e não Deus, mas a personificação da humanidade. (Um grande e sob certos aspectos, típico entre os positivistas do século 20 foi H.G. Wells, que acreditava estar o homem progredindo através da ciência rumo à Utopia. Tal como Conte, Wells passou seus últimos anos de vida num quase-desespero).

Um outro Agnóstico, Nietzsche, foi um passo além do que Conte. Disse Nietzsche: "Amai a vós mesmos até atingirdes a graça divina. Então, não mais necessitareis de vosso Deus, e podereis representar todo o drama da Queda e da Redenção em vós mesmos".

O tom extravagante de Nietzsche e o seu "fascismo" repelem muitos "liberais" que não reconhecem a semelhança essencial nas idéias e na origem histórica do Nazismo e do Comunismo. Haroldo Laski, um Socialista com grande influência entre os "liberais" e os "progressistas", resumiu a revolução Russa numa tradução política de Nietzsche: "Lenine estava seguramente certo quando dividiu como fim, construir seu céu sobre a terra e escrever os preceitos de sua fé no fôro íntimo da humanidade. Ele estava seguramente certo também, quando reconheceu que o prelúdio para a paz é a guerra... É verdadeiro, decerto, num certo sentido, argumentar que os princípios da Rússia Soviética atingem mais fundo do que o Cristianismo, uma

vez que êles procuram a salvação para as massas pelo desempenho nesta vida, e, em conseqüência disso, reordenam o mundo atual que nós conhecemos".

Além de procurar a salvação na Terra e em conseqüência disso, cair no absolutismo político, os modernos Agnósticos descritos por Voegelin, tem uma outra tendéncia, que êles partilham com os Agnósticos antigos e medievais. Tanto o pensamento grego como o Cristão sustentam que o homem responde a ordem do universo (ou de Deus) quando comprehende causa e efeito e adapta corretamente os seus meios aos seus fins nos afazeres terrenos. Mas o Agnotismo, mesmo nos assuntos terrenos, substitui a razão pelos sonhos, porque êle despreza os fatos do mundo que existe, comprehende mal causa efeito, e não consegue ir aonde quer ir. Voegelin acredita que o Mundo Ocidental está demasiado imbuido de Agnotismo. Os sintomas :

"As sociedades Agnósticas e seus chefes reconhecerão os perigos à existência delas quando êles aparecerem, mas tais perigos não serão enfrentados com medidas apropriadas no mundo da realidade. Eles serão de preferência enfrentados com operações mágicas no mundo dos sonhos, tais como desaprovação, condenação moral, declaração de intenções, resoluções, apelos à opinião da humanidade, ferretear o inimigo como agressor, por a guerra fora da Lei, propaganda pela paz mundial e pelo governo mundial, etc...".

A substituição da política de realidade pelas "operações mágicas no mundo dos sonhos" resultou na 2ª Guerra Mundial, a qual Winston Churchill, seu grande guerreiro, chamou a "Guerra Desnecessária". Voegelin descreve o processo :

"O caso modelo é a ascenção ao poder do movimento Nacional Socialista... com o coro Agnóstico lamentando ruidosamente sua indignação moral ante tal procedimento bárbaro e reacionário em um mundo progressista. — sem,

contudo, levantar um dedo para conter a força crescente por meio de um pequeno esforço político na época oportuna".

A influência Agnóstica na política Ocidental não cessou com a paz de 1945. Diz Voegelin :

"Se uma guerra tem algum propósito, êle é a restauração do equilíbrio de forças e não a agravamento do desequilíbrio; êle é a redução do excesso de força que cria o desequilíbrio, e não a destruição de forças a ponto de criar um vácuo de força, que é um novo desequilibrador. Em vez disso, os políticos Agnósticos do Ocidente puzeram o Exército Soviético no Elba, causaram a rendição da China ao Comunismo, e ao mesmo tempo desmilitarizaram a Alemanha e o Japão, e ainda desmobilizaram os Exércitos Ocidentais... Nunca antes na história da humanidade tinha um poder mundial usado a Vitória, deliberadamente, com o propósito de criar um vácuo de força para sua própria desvantagem... Fenômenos dessa magnitude não podem ser explicados pela ignorância ou pela estupidez. Estas políticas foram seguidas como uma questão de princípios, na base das suposições fantasistas dos Agnósticos a respeito da natureza do homem... A série de ações enumera, bem como as suposições sonhadoras em que foram baseadas, parecem mostrar que o contacto com a realidade está pelo menos muito precário, e que a substituição patológica pelo mundo dos sonhos, é bastante efetiva".

O Agnotismo, filtrando-se dos intelectuais para os políticos e para o povo, tornou-se um movimento das massas, afetando o pensamento e as bases da vida Ocidental. A imaginação intelectual, não refreada pela realidade, produziu o desrespeito, quer pelos princípios da cultura Ocidental, quer pelos fatos da vida, e cortou muito do terreno comum no qual os homens poderiam se situar para um debate comum. O Agnotismo é a fonte de confusão intelectual do século 20, é o "esquema" do caos.

**O AGNOSTISMO NOS
ACONTECIMENTOS
ATUAIS**

Si Voegelin está certo, sua análise poderá lançar luz no presente e no futuro. O jornalismo pode aplicar a teoria dêle em alguns casos de "acontecimentos correntes".

A GUERRA FRIA. Os agnósticos rapidamente aceitam a guerra total "para terminar a guerra" ou a fórmula de Lenin-Laski, da guerra como "o prelúdio da paz". Quanto a guerra fria, êles a evitam porque os objetivos dela são menos do que a salvação da humanidade, e porque a guerra fria requer cuidadoso cálculo de causas e efeitos, meios e fins, num mundo real. É difícil para um Agnóstico acreditar que uma guerra fria bem sucedida possa evitar uma guerra quente total, ou que uma guerra limitada bem sucedida, possa evitar uma guerra maior.

A GUERRA NA ÁSIA. É por isto que os Agnósticos denunciam como passos para uma guerra total todos os esforços para vencer as guerras na Ásia. A única guerra de que os Utopistas podem pensar é na Armageddon (a batalha final entre as forças do bem e do mal).

A RÚSSIA DE HOJE. Embora o produto do Agnósticismo, a União Soviética não é um estado Agnóstico, porque o sonho não pode se aplicar ao mundo real do homem. Internamente, a Rússia é um absolutismo do tipo de Genghis Khan. Tal como Genghis, seus governantes manipulam para seus próprios fins suas reivindicações de únicos representantes da verdade na Terra. Entretanto, nos mais elevados níveis da estratégia Comunista, as idéias Agnósticas ainda dominam a mente do Kremlin. A palavra renovação ainda não foi feita realidade, e os Comunistas estão, portanto, livres para sonhar com ela em termos Agnósticos. Isto explica uma contradição aparente: taticamente a política russa é realista e portanto, mais eficiente do que a política Agnóstica do Ocidente, estratégicamente e em largo alcance, a política russa é Agnóstica e ainda per-

segue o milênio Marxista da revolução mundial.

AS NAÇÕES UNIDAS. As Nações Unidas ofereciam uma esperança possível e sensata de resolver muitos problemas de política internacional. Os defeitos e limitações dela eram sérios, numerosos e evidentes, mas, de um modo geral, as possibilidades de algum progresso político, pareciam compensar os perigos. Mas o coro dos Agnósticos começou imediatamente a falar do "parlamento do homem" como um instrumento de salvação política. Isto trouxe uma certa desilusão pública, com o resultado prático de prejudicar o prestígio das Nações Unidas entre os homens sensíveis, os quais notam que as Nações Unidas não fazem o que os Agnósticos dizem que ela pode fazer. Há ainda o culto extremado e florescente pelas Nações Unidas. Nas escolas e universidades, há projetos feitos tendo em vista as Nações Unidas. E jovens que nada sabem a respeito de Aristóteles, sabem o que é UNESCO.

O culto das Nações Unidas (mas não as Nações Unidas propriamente) é um produto da velha preferência Agnóstica pelas formas sociais mais do que pela substância social; quanto mais grandiosas e irreais as formas, tanto mais entusiasticamente os Agnósticos as abraçarão.

PROGRESSO SEM SONHOS

O tema de milhares de discursos atuais no Ocidente: "A menos que o progresso moral alcance o progresso material, tudo depende de nós". E quais são as possibilidades da moral e da ciência?

A primeira condição para o progresso intelectual é por fim aos sonhos Agnósticos, e esta condição está começando a ser preenchida. Durante os últimos 50 anos, a maneira positivista de abordar os conhecimentos têm-se deteriorado, de cima para baixo, perdendo a autoconfiança, e descobrindo finalmente, que ela necessitava dos desprezados "julgamentos dos valores" e que êstes não podiam ser ex-

traídos das estatísticas. Juntamente com este declínio positivista reviveram as concepções pré-Agnosticas do mundo. Diversos educadores tem mostrado com maior clareza, que o corpo da escolástica católica repousa em Platão e Aristóteles. O teólogo protestante Reinold Niebuhr, um progressista em política, insistentemente lembra que o homem não progridirá na Terra além de sua imperfeição essencial. Niebuhr diz que o homem, sentindo sua superioridade em relação ao resto da criação terrestre, "supõe que ele possa gradualmente transcender sua natureza finita até que sua mente se torne idêntica à mente universal. Todas as suas buscas intelectuais e culturais... tornam-se infectados pelo pecado do orgulho". Niebuhr acredita que "é muito errado definir o Comunismo como a simples subordinação do indivíduo ao Estado... O Comunismo é assim tão cruel e tão fanático porque ele faz uma concepção inteiramente errônea da natureza humana. Vivendo na ilusão de que a abolição de uma instituição social (a propriedade) irá redimir o homem de todos os pecados, ele naturalmente se sente justificado para empregar qualquer meio que conduza a esse fim... É de certo modo patético o fato de que essas ilusões são apenas uma amarga variedade das doces ilusões dos Cristãos e sentimentalistas seculares...".

O progresso moral para os nossos dias começa com a aceitação dos limites estabelecidos por Niebuhr, com o provérbio. "As árvores não crescem até o céu". No mundo do homem esse limite existe, a mudança é a lei — crescimento e declínio. Mas a natureza, inclusive a natureza humana, não pode ser mudada na terra. A política nacional consiste em aplicar o que é conhecido a respeito da natureza do homem aos fatos do mundo, tal como eles são e não tentando fazer adaptarem-se homens imaginários dentro de fatos imaginários.

Para o mundo, o caminho de saída da confusão Agnóstica depende

em grande parte dos Estados Unidos. A maior parte das nações moldou suas atuais instituições após revoluções que vieram após o grande triunfo Agnóstico que foi a Revolução Francêsa. A Revolução Americana, tal como a Inglesa, ocorreu antes deste ponto limite de excursão, e as instituições básicas americanas estão, por isso, relativamente livres de influência Agnóstica. A Constituição Americana não inventa regras de moralidade, nem tenta adaptar os homens a elas, à luz governamental. A Constituição supõe que o código moral existe como a substância da sociedade, e, estabelece uma forma na qual uma determinada sociedade possa perseguir seus legítimos objetivos de ter senso em política. Os termos específicos da Constituição não se podem aplicar a todos os povos, mas o espírito do governo limitado pela lei moral, pode aplicar-se.

Faria o progresso moral diminuir o progresso material? Não há dúvida de que o rápido avanço da ciência física foi feito parcialmente sob a estimulante idéia de que os homens eram deuses que podiam modificar a natureza. Mas, juntar-se aos Agnósticos anônimos, abandonar este estímulo especial, não significa que a sociedade deva abandonar futuros progressos materiais. Suponhamos que Fausto tenha vendido sua alma em troca do conhecimento mundial; em que tribunal pode Mefistófeles cobrar o recebimento de futuras prestações? Desde que Fausto não mais procure o proibido (porque impossível) céu na terra, Mefistófeles não pode reentrar na posse do que vendeu. Ele que acompanha o progresso material precisa usar uma colher de cabo comprido — e trazer seu advogado; mas um retorno ao curso principal do pensamento Ocidental não requer a rejeição desdenhosa e total do mundo material. O amor excessivo aos bens materiais tem naturalmente acompanhado o sonho Agnóstico, mas o médio é acabar com o sonho, e não condescender como numa su-

bilmente seguida, bem poderá conduzir à remoção do comunismo sem guerra total.

— Que os intelectuais, dos quais a sociedade necessita, devem ser :

- 1 — Livres para pensar.
- 2 — Encorajados a publicar suas conclusões ante a opinião pública.

Que, se o público age segundo seus pontos de vista e êstes se revelam errados êle, o intelectual, não deve ser considerado criminoso. Que êle deve, entretanto, esperar que o público o considere responsável e o critique, talvez amargamente, pelo seu êrro. Que um intelectual sem bastante nervos para aceitar esta penalidade deve abandonar a função de intelectual.

Em seu aniversário, TIME, a revista semanal, fez um retrospecto às origens do pensamento Ocidental, à procura da verdade que explicaria a confusão a respeito das notícias com as quais TIME lida. Na verdade, os demônios do absurdo abundam hoje em dia, e o sonho conduziu as instituições Ocidentais a grave perigo. Não importando a boa origem que essas instituições possam ter, elas precisam, ano após ano, enfrentar o teste da realidade a fim de sobreviverem — enquanto que o sonho Agnóstico não pode enfrentar os perigos reais de nossa sociedade. Como dizem os povos da África Ocidental, "Quando a cabeça é cortada fora, aí terminam todos os sonhos".

MARCENARIA

INSTALAÇÕES DE LUXO EM ESCRITÓRIOS E
CASAS COMERCIAIS. ESPECIALIDADES EM
MÓVEIS PARA ESCRITÓRIOS

FABRICAÇÃO ESMERADA DE MÓVEIS DE
ESTILO E FANTASIA

MÓVEIS COSTA PEREIRA VIANA LTDA.

Rua Senador Pompeu, 192 – Tel. 43-0247

Rio de Janeiro

JUROS DE 8,04% a.a.

PAGOS MENSALMENTE

Debêntures do Banco Hipotecário
LAR BRASILEIRO, S.A.

INFORMAÇÕES :

Rua do Ouvidor, 90

Rua do Catete, 221

Av. Copacabana, 661

Rua Urânos, 1072 - (Perto da Estação de Ramos)

Rua Oldegaard Sapucaia, 7, loja B - Méier

Av. Ernâni Cardoso, 77-A - Cascadura

Rua Maria de Freitas, 110, lojas A e B - Madureira

Rua Haddock Lobo, 400, lojas A e B - Tijuca

Rua Visconde de Pirajá, 559, loja B - Ipanema

Av. Amaral Peixoto, 171 - Niterói

HORÁRIO :

De 2as. às 6as. feiras: 8:15 às 17:30 hs. sem interrupção.

Aos sábados: 8:00 às 11:00 hs.

Geografia e História Militar



EXPEDIÇÃO MILITAR AO ALTO JURUÁ

1904

FIRMO DUTRA

O Dr. Firmino Dutra, na qualidade de última testemunha da Expedição Militar ao Alto Juruá, realizada no ano de 1904, revive nestas páginas magnificamente bem escritas, o que foi àquele patriótico empreendimento, levado a efeito apesar das inúmeras dificuldades que surgem de todos os lados naquelas longínquas paragens.

General IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO

Duas grandes comemorações trouxeram o Acre ao cartaz no ano passado: a 24 de janeiro, quando se completava o meio centenário da capitulação de Puerto Alonso e consequente proclamação, por Plácido de Castro, do Estado Independente do Acre e a 17 de novembro, data da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, pelo qual o Brasil integrava na sua área política e continental, aquela parcela do território nacional, que fôra teatro de um dos mais emocionantes episódios da história pátria.

Reavivou-se a glória do Barão do Rio Branco, o maior dos bandeirantes, que naquela oportunidade soube defender nossos direitos, ameaçados

em todos os quadrantes da Amazônia.

Este ano comemora-se também o meio centenário de duas expedições militares, quase deslembadas e cuja história se perde nos velhos arquivos do ministério da guerra, como incidentes mínimos, numa época de perturbações internacionais, como foram os anos de 1901 a 1904.

O ano de 1903 marcou o clímax do dissídio do Brasil na bacia amazônica, com os nossos vizinhos interessados nas vastas regiões discutidas por mais de meio século e nunca devidamente assinaladas e delimitadas pelos contendores. Bolívia e Peru não se conformavam com a conquista do Acre pelos

nosso bravos patrícios às ordens do caudilho gaúcho e se a primeira enfrentava as hostes brasileiras e enviava para o Território Oriental de Colônias o seu mais famoso general-estadista, Dom José Manuel Pando, o Peru aproveitando-se da situação e esgueirando-se por suas reivindicações de limites, velhas de mais de três séculos, tão magistralmente contrariadas por Euclides da Cunha no seu formidável libelo — "Peru versus Bolívia", invadia territórios pacificamente brasileiros e se instalava como senhor e conquistador.

A desavença com a Bolívia terminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, aclarando os horizontes de toda América e dando prova irrecusável dos sentimentos pacíficos do Brasil, que negociava, quando podia ter dominado e vencido o vizinho mais fraco e impetuoso. Esse Tratado, que é um modelo de justiça e magnanimidade, deu à Bolívia imensas possibilidades, que se traduziram na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e agora em nossos dias, na realização desse corajoso e dispendioso empreendimento — a via férrea Brasil-Bolívia — que alcança as portas de Santa Cruz de la Sierra e ao mesmo tempo vai facilitar a eclosão do petróleo e sua saída do altiplano para os portos do Atlântico.

Não ficou sómente nessas duas obras, uma de imensos sacrifícios de vidas e de bens e outra como um clarão de esperanças, a formidável colaboração de Rio Branco ao resolver o mais grave problema político até então surgido para o Brasil. Na sua visão de estadista e genial modelador de nossa integral autonomia, afastou o perigo de uma soberania estrangeira no coração do continente, encampando por aquele Tratado, o Bolivian Sindicato, arma de que se servira a Bolívia para assegurar-se a posse do Acre.

Depois desse trabalho gigantesco, enfrentando interesses poderosos, pois naquela época não tínhamos noção do que seria no futuro, a política generosa e nobre do segundo Roosevelt, criando a doutrina da

boa vizinhança, voltou-se a atenção do grande ministro para o caso do Peru.

Era necessário fortalecer nossos direitos e não permitir que nenhum tratado do território nacional contivesse pisado e dominado por estranhos e assim surgiram as duas expedições militares ao Alto Purús e ao alto Juruá.

Enquanto discutíamos com a Bolívia, o Peru ocupava o Rio Challess, no alto Purús e a foz do Amônea, um dos mais altos afluentes do Juruá e suas tropas estabeleceram-se em quartéis permanentes.

Já em novembro de 1903, Plácido de Castro se comunicara com o coronel José Ferreira de Araujo, então no seringal Liberdade, no Purús, e determinava as providências necessárias para o emprêgo da força contra os invasores, o que provavelmente se daria em dezembro.

Entrava o ano de 1904 com esse último pesadelo para a política continental.

O homem tutelar que o grande Presidente Rodrigues Alves fôra buscar para dirigir o Itamarati, levava para afastar essa derradeira rajada de inquietação para o Brasil.

O general Luiz Antônio de Medeiros, comandante do 1º Distrito Militar (Amazonas e Acre), recebeu instruções para organizar dois destacamentos que se deslocariam para as regiões invadidas ou ameaçadas.

Foi confiado ao major Olímpio Agobar de Oliveira, o comando do Destacamento do Purús, que levava como chefe de estado-maior o tenente João Alves de Azevedo Costa, há pouco falecido no posto de general de exército.

A expedição do Alto Juruá teve como comandante o major Cipriano Alcides, que nomeou o então alferes aluno Fírmio Dutra, que naquela época saía da Escola Militar, seu chefe dos serviços de engenharia e comunicações.

É desta Expedição que fazemos o relato.

Compunha-se ela do 15º batalhão de Infantaria, uma secção de metralhadoras, dois canhões Krupp de 75 mm e uma ambulância completa.

Forte de 225 homens, bem armada e muito bem municiada, pode-se dizer, que foi para a época, uma expedição modelar.

Enquanto o grande Destacamento Olímpio da Silveira, composto de tropas correspondentes a uma Divisão, que fôra no ano anterior ocupar o Acre, experimentara, logo às primeiras dificuldades antepostas pelas corredeiras do Purús, todos os sofrimentos da escassez de víveres e das endemias da região, as tropas do major Cipriano Alcides atingiram o alto Juruá, zona quase desconhecida, com todos os seus recursos intactos e o moral elevado. Nem fome, nem febres, e muito menos a epidemia desmoralizante das *partes de doente*, que devastou a coluna do general Olímpio.

Em meados de abril reuniram-se em Manáus os elementos que deveriam constituir a expedição do Juruá. Preparação meticulosa e racional foi determinada pelo comando do 1º Distrito Militar, que assim procedia depois das lições terríveis e mortificantes das expedições anteriores.

Tudo o que era possível fazer para manter os alimentos em bom estado e defendidos contra a humidade, seu maior inimigo, foi empreendido. Os remédios que na época eram preconizados contra a malária, foram escolhidos com a máxima cautela. Vimos, pela primeira vez, como os italianos estavam senhores da profilaxia dessa moléstia-praga, que além de rondar com viléncia os arredores de Roma, ainda lhes fôra fatal na desastrada e infeliz tentativa de conquista da Abissínia.

Conselhos especiais foram prodigalizados aos expedicionários e cada um recebeu, além da indumentária própria para a região, um chapéu de palha, um par de tamancos e uma rête com seu mosqueteiro. Se bem ainda não tivéssemos notícias da campanha iniciada por Oswaldo Cruz, o médico da fôrça ditara instruções claras e sensatas, que deveriam produzir resultados surpreendentes.

Depois de um mês de organização, deixamos na noite de 2 de maio de 1904, a cidade maravilhosa que era naquele período histórico do *ouro negro*, essa Manáus fascinante, jóia devida ao trabalho e à visão do "Pensador", o capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro, cujo nome há de vencer o tempo e ancorar na história do El Dorado, que fundiu em 1914 seu ouro famoso, nos erros e equívocos de uma política econômica voraz, cuja responsabilidade máxima cabe ao governo federal, que deixou anular o plano inteligente e exequível da Superintendência de Defesa da Borracha.

A bordo do Lauro Sodré, antigo e ronco vapor da Amazon River, nos vimos naquela noite estrelada e quente, em presença de chefe e companheiros que nunca antes defrontáramos. Em torno do velho maior, que trazia de todas as revoluções que tanto infelicitaram o primeiro decênio da República, honrosa tradição de bravura e inteligência, reuniu-se o estado-maior do Destacamento: capitães José Custódio da Silveira, Domingos Gomes da Rocha Argolo e Francisco de Avila e Silva; Tenente Pedro Lustosa de Araujo Costa; Alferes João Ferreira de Carvalho, João Sebastião Dias, Antônio Sebastião Ribeiro, Brígido Nunes Ferreira Pará, Antônio Padilha, Fausto Amberim de Paiva e Cândido Tomé Rodrigues; e alfares-aluno Fírmio Ribeiro Dutra.

Capitão médico Fernando de Aquino Gaspar e alferes farmacêutico Manuel da Costa Monteiro da Gama Vilasboas.

A prôa do navio aboletavam-se os inferiores e sob a coberta, a tropa, toda ela treinada em expedições anteriores.

Pouco antes de embarcar, prevenido as dificuldades da viagem, a extensa singradura a fazer e a carência de víveres nos altos rios, dera ordem o velho comandante para que fosse empeditida a entrada, no navio, de mulheres e filhos de soldados e inferiores, por isso que toda a oficialidade seguia solteira, pelo menos para a viagem...

O road-way da Manáus Harbour encherá-se. Eram choros, lamentos e despedidas amarguradas. Todos encaravam essa partida como um nunca mais voltar; como uma grande e quase definitiva separação.

Eu olhava para os que se comprimiam no vasto flutuante, com um misto de tristeza e alegria. Só eu partia sem ninguém que me desse um adeus de saudade ou de esperança de regresso; só eu partia com a certeza de que ali não ficava coração que por mim se enternecesse no momento em que o vapor largasse os últimos cabos.

Saído naqueles dias da Escola Militar da Praia Vermelha, a famosa escola que dera ao Brasil alguns de seus maiores cidadãos e onde Benjamin Constant criara a mistica da República, pedi para servir no Amazonas, naquele instante em que a guerra esboçava a bravura de sua presença nesta parte do continente. No momento em que turma de engenheiros militares de 1904, se foi apresentar ao general Bibiano Costallat, então Chefe de Estado-Maior, que a cada um perguntava que destino desejava tomar, foi o venerando e fechado chefe assaltado de espanto quando lhe formulei meu pedido: "1º Distrito Militar — Forças Expedicionárias".

Era assim que me encontrava na amurada do "Lauro Sodré", no primeiro posto da carreira, com o orgulho de um galão que ainda não sendo de oficial, fazia fé como valor de quem o ostentava. Ser alferes-aluno era uma honra e motivo de justa satisfação. Só se conquistava o galão sotoposto à estréla dourada, depois de muita vigília, arrancando aprovações plenas em todas as matérias dos dois primeiros anos do curso superior, do verdadeiro curso de engenharia, os mais ásperos, aqueles nos quais pontificavam Trompowsky, o mestre exelso; o seco e árido Amarante, amigo de Delaunay e Alcides Bruce, o simbolista de uma química antípatica e aterradora.

Pela madrugada, à luz vermelha e quente do sol, que se erguia para os lados da baía de Boiçú, o "Lau-

ro Sodré" lentamente deixou o flutuante e rumou rio abaixo, para dobrar a ilha de Marapatá, ilha sinistra, onde os aventureiros vindos para o Amazonas deixavam a consciência.

Dia claro abandonávamos as águas cárdeas de vinho do Rio Negro e entesávamos o Solimões, que ali tinha pela última vez esse nome. Subíamos o rio Mar, perdíamos contato com a terra, que não passava de fina e longínqua nesga no horizonte.

Foi quando se deu o primeiro incidente da viagem, que devia influir, mais tarde, nos destinos da expedição.

O calor tornara-se sufocante; a imensa superfície das águas mais parecia placa sem fim de aço polido, sem mancha ou dobra mínima. O sol incidia nesse espelho gigantesco e refrangia-se em centelhas que atingiam o navio, afogueando a tudo e a todos. Mesmo na coberta o calor era intolerável; calor húmido, confuso e desmoralizante.

Então começaram a surgir dos cantos das escotilhas levantadas, carinhas trigueiras, de aspecto de gentinha fatigada e ansiosa por se livrar da prisão que representava o porão do vapor.

Logo descobrimos o que se passara: durante a noite, no vai-vem do carregamento, no tumulto das despedidas, as mulheres e crianças tinham invadido o navio e se aboletado, como esconderijo, nos rincões escusos dos porões e dos paíós e pela manhã, quando veio o sol causticante, foi impossível continuar aquela gente no fôrno infernal que era o bojo do "Lauro Sodré".

E ali estavam os curumis, ponta de lança com que as mulheres agiam para ver a reação do chefe e dos oficiais.

Foi uma surpresa, sobretudo para o major Alcides, que tinha proibido, terminantemente, a vinda de mulheres e crianças.

Abertos os porões e vasculhados os paíós, verificamos que estavam a bordo mais trinta e sete pessoas, que excediam os cálculos que fizéramos para alimentação da tropa em seis meses, mínimo prazo para

renovar as provisões, o que só poderíamos fazer no próximo inverno.

No primeiro instante o comandante quiz mandar aportar o vapor para a vila de Manacapuru, o primeiro pôrto do Solimões e ali deixar a carga de *penetras*. Houve intervenção da oficialidade, daqueles que em tôdas as campanhas tinham visto o auxílio moral e material das quais criaturas sofredoras e resignadas, que nas marchas carregam os tarecos, as armas dos maridos ou companheiros.

Não havia mesmo outra solução, tínhamos que aceitar os intrusos, já que deixá-los para trás seria abalar o moral dos homens e solapar a disciplina.

Seguimos para um destino desconhecido, para uma região semi-misteriosa, onde só os formidáveis pioneiros que foram os cearenses, tinham chegado e instalado feitorias de seringais e cauchais.

Se esse fato fôra a determinante das ordens do comando, era também uma razão para que os soldados quizessem estar com as companheiras bondosas e capazes de ajudá-los nas horas difíceis.

Depois de longas conversas com o forte chefe, ficou resolvida a continuação da viagem e conosco os passageiros até então clandestinos.

Tivemos a sensação que daquele momento em diante a atmosfera de bordo mudara; da proa e da coberta inferior vinham risadas alegres e a viola iniciava seus ponteiros de sons em que se podiam distinguir as canções do sul ou as modinhas melancólicas e dolentes dos nordestinos.

O velho navio foi envolvido numa espécie de felicidade generalizada; sentia-se que a marcha prosseguia com mais confiança e maior fraternidade entre oficiais e soldados.

Quando nos instalamos no alto Juruá, foi que vimos o que representou de sabedoria e humanidade, a resolução definitiva do chefe da expedição.

Dias a fio subimos o Solimões, até que no sexto sol atingimos a boca do Juruá e entramos no rio, que por muitos meses nos guardaria

e que então nos oferecia tudo o que se pode imaginar de imprevisível e desconhecido.

As cartas e mapas que tínhamos, eram constituídas e definidas por informações de agrimensores e práticos, que há mais de vinte anos vinham medindo e demarcando seringais, que jamais na posse coincidiam com os documentos dos processos entregues e aprovados pela Repartição de Terras do Estado. Um seringal medido, como tendo cinco mil metros de frente sobre o rio, demandava pelo menos três horas para ser ultrapassado, o que indicava um mínimo de quatro vezes aquela extensão. Não era possível nenhuma orientação pelos dados oficiais; guiavam-nos apenas as marcações do prático do vapor: tantas horas de um pôrto a outro, de seringal a seringal, ou tantas praias para atingir tal estirão. A idéia de quilometragem ou singradura em milhas, tínhamos que sobrepor a expressão horária. E isso pouco adiantava, porque o velho vapor não tinha marcha regular ou sequer apreciável por observação direta. Variava nem só com o estado do rio, as sinuosidades dos canais, como também com a qualidade do combustível (lenha), sempre de baixo rendimento nas fornaldas.

A vida a bordo era a um tempo instável e monótona. Para todos aqueles companheiros de classe, eu não passava de um menino, que nada sabia da tarimba e não podia tomar parte nos concílios; o chefe, porém, assim não entendia e aos poucos me fui enfronhando nas instruções que recebera e na maneira pela qual esperava cumprir sua pesada e importante missão.

Dos oficiais, todos veteranos de revoltas e motins, a maioria tendo feito a guerra de Canudos e um, mesmo apontado como daqueles que enchem de horror as páginas fulgurantes do capítulo "Últimos dias", com que Euclides fecha o drama trágico e sombrio da rebelião dos jagunços, sómente o capitão Avila e Silva, inteligente e bravo e o tenente Brígido Pará, tinham noção

das responsabilidades e dos fins da expedição.

O primeiro, de cultura mediana, fôra o braço direito do general Arthur Oscar, em Canudos e tinha certo panache; o tenente Pará, filho da Amazônia, conhecia-lhe os mistérios, as lendas e as endemias. Era uma espécie de guia suave e observador sereno e acertado.

Com ambos procurei travar relações mais estreitas, se bem que emperradas pela superioridade de pôsto do primeiro e pela reserva do outro.

Mesmo assim trabalhamos em equipe; eu fazendo o levantamento do rio, tomando as distâncias pelas rotações da hélice e projetando o acampamento que devíamos instalar no ponto final de nossa marcha. Ao mesmo tempo imaginava como desembarcar os dois canhões Krupp, cuja inutilidade militar era evidente, mas que foram dados à expedição como uma espécie de espartalho, jamais visto pelos caucheros peruanos.

Aos poucos nos fomos aproximando, tornando mais fraterna a promiscuidade num navio pequeno, onde mal nos podíamos mover durante o dia.

O velho chefe, sempre impecável, mantinha a disciplina sem detalhes irritantes e sem os exageros de quem outrora usara gravata de couro. Era severo, paternal e de agradável convívio. Instruído para sua época, tinha experiência demorada de todas as nossas campanhas. Fizera menino, a guerra do Paraguai; lutara na Revolução Federalista de 1893 ao lado de Floriano e em Canudos foi citado pela sua bravura calma e sua conduta humana e generosa com os jagunços batidos e humilhados. Nenhum daqueles aprisionados pelo seu Destacamento, emudeceu nas *canhadas cobertas* de que fala o grande historiador desse motim de sertão, transformado na guerra sonhada pelos saudosistas do Trono, que agora ridicamente fazem propaganda nas paredes dos túneis de Copacabana...

Resta citar o médico da expedição, o capitão Dr. Fernando de Aquino Gaspar. Antes de deixar Manaus, os companheiros citavam-no como dos menos indicados para cuidar e defender a saúde de centenas de homens que se dirigiam para região erma de recursos e sinalmente assolada pelos flagelos do beri-beri e da malária.

Com o tempo e o desenrolar dos acontecimentos, esse julgamento revelou-se temerário e improcedente. Nem só durante a viagem, como mais tarde no Acampamento, onde se manifestaram alguns casos de moléstia grave, afora a irritação geral, o Dr. Aquino Gaspar mostrou-se à altura de sua missão e foi médico, amigo e verdadeiro sacerdote, nas horas amargas e derradeiras, que para alguns chegaram na lona e na tristeza daquele degrôdo perdido na selva pesada e silenciosa da Amazônia.

II

O RIO — UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

O Juruá é um dos rios mais pesquisados do imenso complexo potamográfico do Inferno Verde, sem que entretanto, até então tivessem os exploradores chegado as suas verdadeiras vertentes ou mesmo aos seus mais altos formadores.

É o rio mais sinuoso do mundo e celebrizado pelas suas plantas medicinais.

Em 1904 sua história de povoamento, remontava a menos de setenta anos e surgira pela procura do caucho, a mais nômade e destruidora das explorações extrativistas.

A mais remota versão assinalada de sua existência, data de 1560, quando Pedro de Orsúa e sua famosa esposa D. Inês, o teriam atingido, vindos de Jutai. A essa tradição junta-se o drama do mesmo Orsúa, perdido pelos encantos da esposa, que lhe roubou a vida e a chefia da expedição.

Depois vieram os sertanistas famosos, a começar por esse terrível Pedro Teixeira, que entre 1737 e

1739 comerciou com os *curicurís*, artistas de cerâmica, que pervagavam entre o Tefé e o Juruá.

De um salto vem a referência sensacional em 1768, do frei carmelita José de Santa Teresa Ribeiro, que afirmava a existência naquele rio, de índios anões, semelhantes aos esquimáus e cuja altura não excedia cinco palmos e uma tribu, cujos habitantes eram dotados de cauda como os simios. O bom frei José num juramento católico, consolidou sua afirmativa.

Um século depois, Gonçalves Dias registrou a fabulosa referência: "Tais eram os Goyazes ou anões, os índios da nação "Cuaná", habitantes do rio Juruá, que não passam de cinco palmos e os "Curiqueans" ou gigantes, os da nação "Ugina", com rabo de três a quatro palmos, do que davam testemunho, no tempo do ouvidor Sampaio, os índios do Juruá e resta a certidão jurada do padre carmelita frei José Santa Teresa Ribeiro, que o mesmo Sampaio diz ter conhecido".

E a lenda continuou até nossos dias, pois o Barão de Marajó, em 1895, ainda aludia à localização de tais índios ao afluente Tarauacá, chamando "Cananá" os índios anões e "Coatátapuias" ou "unginas", os de apêndice caudal. Segundo o Barão, também Castelhau repetia o mesmo em zona vizinha ao Juruá (Fonte Boa), explicando que se devia o fenômeno ao cruzamento de índia com o macaco coatá.

Por mais que inquiríssimos os seringalistas e aviadores que encontramos em nossa viagem, jamais tivemos a mínima confirmação destas lendas; ninguém tinha ouvido falar nos índios de rabo e apenas, como ouvir dizer, os mais antigos falavam na convivência de índias com macacos, especialmente os coatas e barrigudos.

Em 1857 João da Cunha Corrêa, com o auxílio de seiscentos mil réis do governo da Província, penetra o Juruá até seu longínquo afluente — Juruá-mirim, e fixa um número considerável de nações índias, com cerca de 500 habitantes.

Inicia-se então a era dos cientistas com Von Spix, que em 1861 sobe a corrente, após ter admirado, logo em sua foz, uma ave de rapina, jamais identificada em qualquer outra região do Amazonas.

Sucede-lhe em 1866 o famoso Chandless, do qual tanto fala Euclides em sua admiração pelo intrépido Manuel Urbano, o formidável pionheiro, que guiou o inglês discreto através nem só do Juruá, como do rio divagante, que é o Purús.

O grande explorador calcula ter atingido 980 milhas do curso do Juruá e descreve suas características físicas, versando possibilidades de comunicações das duas bacias. Confirma a existência de alguns afluentes, tais como o Chiruan, o Banana Branca, o Tarauacá, o Mú e o Gregório. Toma contato com alguns coletores de plantas medicinais e procura comércio com as tribus indígenas, das quais os Nauas, que usam escudos de couro, lhe resistem à aproximação simpática.

Entre 1867 e 1870, Antônio Pereira de Sales e seu tio, Antônio Geraldo da Silva, exploram muitos seringais desde a foz até o Gregório e fundam as feitorias de Caiuá e Deixa Falar, ainda existentes e prósperas.

Tavares Bastos, o pensador estúdioso e apaixonado pela Amazônia, sente-se atraído pelas belezas do rio, pelas suas lendas e pergunta se não será êle o "Mano", tão decantado, o "Amaru-Mayu", o rio serpente?

Em 1873 oficializa-se uma linha regular de navegação para o Juruá, mediante contrato do governo provincial com a Companhia Fluvial, fundada em 1853 por Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, que levava sua febre patriótica até os rios ainda misteriosos da Amazônia.

A catástrofe nordestina de 1877 faz afluir para o Juruá levas de retirantes que ali se fixam, dada a amenidade do clima e a quantidade impressionante de seringueiras e assim é criado naquele ano o distrito que recebeu seu nome.

O primeiro cobrador da Alfândega, sintoma de atividade econômica, mas também comêço dos sofrimentos do contribuinte, aparece em 1879.

Dai por diante o povoamento e a civilização invadem definitivamente o rio caprichoso e em 1889, pela primeira vez, os peruanos mostram suas pretenções, atribuindo-se direitos sobre o Juruá e seus afluentes. Também pela primeira vez uma autoridade brasileira visita a região e investiga das andanças dos vizinhos bisbilhoteiros.

É quando aparece São Felipe, a maior povoação do interior do Estado, já como centro de negócios e base de concentração da goma elástica para sua descida em direção à Manaus.

Cruzeiro do Sul, mais tarde sede do Departamento do Alto Juruá, funda-se em 1895 e torna-se limite da navegação regular dos grandes gaiolas. Daí para diante sómente os pequenos navios trafegam rumo ao Juruá-mirim, até fins de maio e às vezes vão mesmo ao Amônea. Passada essa época vem o verão, isto é, a vasante e então São Felipe se torna o término da navegação.

Apesar de suas inúmeras voltas, a ponto do rio ser uma verdadeira sanfona aquática, sua navegação é menos perigosa que a do Purús, pois não se encontram cachoeiras ou corredeiras de pedras. Até mesmo o tão citado Urubú-cachoeira, não é senão um desnível mais acentuado do rio. Mesmo assim, a falta de cartas ou roteiros seguros, exige praticagem constante, pois seus canais mudam todos os anos, mercê da maior ou menor enchente e do fenômeno da "terra caída", que cria os sacados e amplia as praias.

O sacado é uma espécie de retificação do curso da corrente e aparece de um ano para outro, através de um trabalho lento de destruição processado pela impetuosidade das águas atiradas de uma margem para outra, ao sabor da massa que se avoluma com a descarga dos afluentes superiores. Desfigura, portanto, o aspecto conhecido e obriga o prático ou navegador a procurar

o novo canal que se formou em consequência daquele fenômeno.

Divide-se o Juruá em três zonas perfeitamente definidas :

O Baixo-Juruá, que comprehende o trecho da foz à confluência do Tarauacá, com 1.697 quilômetros de extensão ; sua largura na foz é de cerca de 400 metros e no extremo dêste trecho, ou no Tarauacá, de 150 metros. O lançamento dêste afluente se caracteriza por um carregamento perigoso de materiais em suspensão, que atacam a configuração das margens do grande rio.

Até o Tarauacá a navegação é franca todo o ano, mesmo para os navios de grande porte.

Médio-Juruá se estende do Tarauacá ao Breu, com 1.277 quilômetros, diminuindo a largura para 90 metros na boca do afluente e a profundidade caindo a menos de uma braça, mesmo nas águas altas.

Alto-Juruá-do-Breu às nascentes do grande rio, nascentes determinadas pela comissão de reconhecimento chefiada, em 1905, pelo general Belarmino Mendonça e tem êste trecho 308 quilômetros de singatura.

As características gerais do rio são as mesmas ao longo de todo seu curso, salvo a flora que muda, desde que se penetra nos afluentes extremos, onde aparece o caucho, desconhecido quase inteiramente até o Amônea.

Não é um rio atraente e muito menos com as belezas que em geral situam os rios do sul e mesmo alguns dos grandes formadores do Sôlimões.

Sua flora monótona, sem variação de cores ou de cenários, suas margens baixas, no curso inferior e daí para cima as barranqueiras que ameaçam ruir ; suas águas sempre barrentas, não o tornam alegre ou mesmo curioso para os viajantes.

Não podemos compreender como Tavares Bastos achou-o um rio cheio de belezas ; antes ficamos com Alberto Rangel, que o explorou até as alturas do Juruá-mirim e o descreve com tintas mais fortes, mas tôdas elas de cores sombrias e melancólicas.

A roupagem da cinta ribeirinha é no baixo e no alto Juruá quase a mesma: rasteira, falha e pobre nas beiradas de praias; densa e mais variada nos igapós, várzeas e firmes.

Nas praias dominam o murú, a embaúba de fólias prateadas e porte de girafa, que um dia talvez forneça a celulose de que tanto necessitamos, a frecheira, a canarana e as aninges.

Os igapós são o terreiro da oirana triste e queda sobre as águas, as maravilhosas vitórias régias, o esparramado camalote e a imensidão de pequenas algas, que flutuam como infundável lençol verde.

O igapó tem alguma coisa de sínistro e misterioso; é ermo, parado e lúgubre. Águas escuras, fundas e sonolentas. É o reino das febres; o viveiro de mosquitos e catuquias, os mais terríveis inimigos do homem na solidão das florestas.

A várzea é alegre, povoada pelas seringueiras, que constituem o iman para os nordestinos; pelo assacú, árvore de grande porte, cuja casca exsuda um leite cáustico e é armada de espinhos venenosos.

Na terra firme, a terra alta que domina o rio, a caminho para os grandes divisores, que terminam nos Andes, abundam as madeiras de lei, espalhadas sem qualquer aglomeração homogênea. Impressiona pela altura de sua copa gloriosa e pelo diâmetro de seu caule, a sumaúmeira, comum de mais de 40 metros de tópo; a maçaranduba, amiga do seringueiro, fornecendo-lhe madeira especial e combustível para a defumação da borracha; o acapú, das mais belas madeiras da flora brasileira; a paxiuba, dadiosa e elegante. Com ela o seringueiro e o cauchero constróem o lar humilde; ela lhes dá paredes e soalho, cobertura e os pilares para o arremedo de cais que protege a barranca onde finca sua moradia.

Na mata ciliar é comum o pau mulato, retilíneo e hierático; a itaúba, madeira especial para construção de canoas e montarias.

Valeria a pena falar na variedade extraordinária de parasitas que alegram o interior da floresta e dão

vida colorida ao silêncio, sómente quebrado à noite pelos gritos dos animais, pelo esturro dos jacarés e o pio agoureiro dos corujões.

A fauna é a mesma do resto do Brasil, aumentada apenas pelas espécies típicas da região, ou melhor do lodaçal amazônico.

Os símios vivem nos coatás, sensuais e preguiçosos; no guariba que tem no peito um tambor ambulante; no barrigudo, inteligente, amigo do homem, frágil e doentio; no macaquinho prego, sem vergonha e sabido e nesse macaco da noite, de olhos maravilhosos, inimigo número um do seringueiro, pois lhe rouba e espalha as tijelinhas de colhêr o latex.

A anta e a capivara, rastejam às margens dos rios e dos igapós; o queixada é mais ou menos abundante, sobretudo nos afluentes da margem esquerda, parecendo que descem das serras do Moa e da Lua; o cervo, o veado branco, a onça pintada, a parda, a puma ou saquareana, o maracajá e os caitetús, que fornecem carne fresca ao seringueiro sossegado ou ao cauchero nômade e destruidor.

O reino alado representa-se por alguns tipos desconhecidos no sul, tais a águia que gravita dos Andes, sobrevôa os altos rios cisandinos e volta aos seus pícaros nevados; o gavião real, formidável ave de presa, com seu magnífico penacho vermelho e seu peito branco encolorado de negro; o urubu-rei, também de grande envergadura de asas e cabeça emplumada. Nas praias vêm-se o jaburú, o solene e meditativo tuyuyú; o socó, sempre triste cismando no comer do dia seguinte; a cigana, de vôo alto e que ainda guarda nas azas os restos da garra do período pre-histórico; o martim-pescador, de bote seguro contra o peixe visado; o Tucano com a variedade de cores que o tornam tão belo apesar do bico desproporcionalizado.

Há mais o jacamin, tipo acabado do cortejador e adulão; o mutum, a multidão de papagaios, araras e curicas; o pavãozinho, grande comedor de moscas e insetos; os co-

rujões sarcásticos ; marrecas e patos bravos, que povoam os igapós e rincões de praias.

De vez em quando surge uma garcinha moura, que à tarde busca dormida no fundo dos igapós, como temendo a nostalgia da floresta fechada.

O rio está rico de chelônios ; há ainda muita tartaruga, pois os caçadores de ovos e de tartaruguinhas não chegaram à região ; o tracajá, de carne saborosa ; o matamata, horrível, de cabeça triangular, ornada de cornos ; o jabotí, sem graça e alheio à lenda de sua viagem ao céu, ainda enchem as praias e os taboleiros.

Os jacarés povoam os lagos, vivem aos magotes nos igapós e são habitantes desagradáveis das praias, com grave prejuízo para a vida do peixe miúdo. Além do voraz papo-amarelo, que não raro atinge mais de três metros de comprimento, há o jacaré-tinga, pequeno e fugidio.

O Juruá é como os rios acreanos, muito pobre de peixes, que na época da friagem desaparecem por completo. Além do pirarucú, com seus olhos prismáticos, de animal paleozóico, há o jundiá, o tambaqui, magnífico, porém escasso ; o tucunaré, que mais parece uma peça de arte e cuja carne succulenta é largamente procurada ; o surubí, o bagre, o mandí, branco e saboroso ; o curimatá, o peixe-boi, famoso de feio e raro ; o puraqué, temido peixe elétrico ; a piraíba, talvez o maior habitante dos rios da Amazônia ; o bôto, responsável por muito descuido das caboclas donzelas.

E os insetos ? Lá estão os mosquitos com sua coorte de carapanás, que trabalham de dia e de piuns, que entram de serviço ao cair da noite ; os maruins, pretinhos minúsculos, que deixam a pele da gente vertendo sangue ; o infame potó, a formiga tocandira, cuja ferroada às vezes provoca febre ; os bezouros de todos os tamanhos e as borboletas multicores, que embelezam as praias, esfusiam pelas florestas e se confundem com as flores silvestres das grandes árvores.

Por último vêm os batráquios e reptis ; os sapos asquerosos ; o gíá, turrão ; o sapo verde, que mais parece um muiraquitã lendário. As cobras são pouco numerosas e não diferem das do sul, salvo a sucurujú, formidável boa constrictor, de mais de seis metros, capaz de dominar um homem em seu laço tenebroso e sobre a qual correm as mais disparatadas lendas.

Em toda nossa estadia no Juruá, raramente vimos índios.

As crônicas registram 49 tribus habitando suas margens, desde os mais remotos tempos. Entre elas os Jurimaguas e Jurunas constituiram as nações mais guerreiras do Amazonas, segundo R. Sampaio, em 1775.

Os Campas e Amahuacas habitam (tem seus tôldos) as cabeceiras do Amônea, do Breu e do Tejo. São agricultores ; cultivam mandioca (yuca), mamão, milho, feijão e banana (platano). Suas mulheres são célebres pela beleza e porte senhoril e muitas das maiores guerras entre eles e os caucheros, romperam pelo rapto das donzelas feitos pelos grandes piratas de terra, que são os destruidores do caucho.

Os Nauas, outrora grandes guerreiros, ainda pervagam acima do Môa, no estirão que tem seu nome. Há ainda os aninauás ; os canamaris ; os catuquinas ; os caxinuás e os periquitos, que encontramos uma vez, remando as ubás de um regatão peruano.

III

VIAGEM E ACAMPAMENTO

Na manhã de 9 de maio defrontávamos com o pôrto Colúmbia, na embocadura do Juruá e pôsto fiscal do Estado do Amazonas.

Entrávamos no grande rio, cujas águas barrentas, ainda em plena paisagem da enchente, não ofereciam um panorama agradável.

Começava então nossa marcha para o desconhecido, pois não tínhamos quaisquer informações sobre o que ocorria na região cisan-

dina, dada como invadida e atropelada pelos peruanos.

Sabíamos que desde outubro de 1902, estes se apresentaram hostilmente em frente ao Barracão Minas Gerais, no Amônea, em força de 20 praças do exército e 50 caucheros, armados de rifles. Os brasileiros resistiram e os adversários recuaram, instalando-se na boca do rio, em quartéis regulares.

Era tudo o que sabíamos, sem que desde então, nenhuma outra notícia mais positiva tivesse chegado ao conhecimento das autoridades militares de Manáus.

Tinhamos ordem de nos aproximar, tanto quanto possível, da zona perigosa, que se estendia para cima do Juruá-mirim.

Com essa finalidade, a viagem ia prosseguir rio acima, na esperança de que acontecimentos mais graves se precipitassem e nos fôsse possível regressar com a missão cumprida.

E os dias foram passando na seqüência lenta e monótona de uma navegação sem atrativos, sob um sol candente e sem mesmo a glória dos horizontes coloridos de outros rios que já tínhamos percorrido. Sucediam-se os barracões, apareciam os grupamentos humanos, quase todos com o mesmo aspecto, como se fôssem estadias passageiras, de quem acantona para mais tarde continuar a viagem.

O chefe da Expedição nos reunia diariamente e fazia verdadeiras lições de seus conhecimentos de marcha semelhantes, que executara nas suas inúmeras aventuras guerreiras. Esboçava as linhas do Acampamento, e teríamos de construir; da maneira mais prática de abrigar a tropa e dos meios mais seguros de manter oficiais e soldados unidos pela disciplina e pelo sentimento do dever.

Enquanto isso famos comendo as milhas da corrente amarela e alinhando números de seringais e núcleo de habitações. Desfilavam os nomes, uns visíveis na paxiúba junto à margem, outros em letreiros berrantes nos frontões dos grandes e luxuosos barracões dos magnatas e potentados famosos: Marary, do

coronel Hermelino Contreras, regatão de alto coturno, como magnífico navio traegando o rio e colhendo borracha, caucho e plantas medicinais em troca de tudo, desde cachaça até o mais fino champagne francês. O coronel é um fidalgo; estivemos em seu solar e nos recebeu como um grão senhor medieval; têm outros seringais, todos providos de armazéns sortidos e acomodações para os trabalhadores. Bonfim, São Sebastião, Conceição do Raimundo, este como amplo barracão construído no alto de uma verdadeira paliçada, foram avistados.

Continuava a sucessão de sedes de seringais, pois não há outra indústria na região, sinão a extrativa de goma elástica e de caucho, nos últimos afluentes do Juruá: Manichí, quase uma vila, como talvez umas doze barracas; Pixuna, barracão assobradado, coberto de telhas, com conforto acima de tudo o que podíamos sonhar; Paraná da Viúva, com escola freqüentada, no momento de nossa passagem por mais de cinqüenta crianças.

Chegamos numa tarde sombria e carregada de nuvens, com todos os matadores de temporal desembocado, como são os que sopram das alturas andinas, ao seringal Santo Antônio do Chué, onde fôra assassinado, pouco antes, o seringalista José de Castro, com tais requintes de perversidade, que o crime abalou até a polícia de Manáus, já *calejada* de tais acidentes.

Seu irmão Ulisses, acusado de ter sido o mandante daquele terrível drama, foi logo após também eliminado, no seringal Assahy, pouco acima do Gavião.

Era a primeira noção das tragédias que enchem as crônicas dos rios amazônicos, sobretudo o Acre e o Purús. O Juruá é apesar de tudo, o menos ensanguentado.

A 17 com quinze dias de viagem, aliás muito boa, salvo o excessivo calor, atingíamos a cidade de São Felipe, a maior e mais rica do Amazonas de então. Está alçada numa barranca que domina o rio, a 11 mi-

Ilhas da embocadura do Tarauacá, o mais famoso afluente do Juruá.

O arremesso das enchentes está derrubando o maciço em que foi construída e dentro em pouco a rua principal terá desaparecido. Como tôdas as povoações do interior, é um amontoado de casas, em sua maioria de madeira, mostrando a pressa com que foram erguidas. Nada de urbanismo, de arruamentos regulares e de água encanada.

É uma espécie de refúgio dos seringueiros que vêm do interior e aqui encontram alguns recursos da medicina em voga: Painkiller — o matador; Maravilha curativa, que cura até *injúria*, alguns xaropes e pilulas de Ross, santo medicamento para todos os males. O comércio é vistoso, mas tudo pela hora da morte.

Sede do município e da Comarca, é um centro político importante e seu Superintendente, como se denomina o Prefeito, é irmão do Governador e tem voz no capítulo eleitoral.

O Dr. Atílio Nery, homem viajado e culto, nos recebeu com verdadeiro carinho e nos proporcionou a alegria de uma refeição de alimentos frescos e água de sabor agradável. A água de bordo é morna e salobra.

No dia seguinte pela manhã deixamos esse pôrto e rumamos para Cruzeiro do Sul, que é o ponto final da navegação neste fim de inverno.

Os seringais continuavam a aparecer com seus nomes ora estranhos pela originalidade, como Deixa Falar, Matamatá, Segura Botão; ora exprimindo tristeza e desalento, como Pôrto Mau, Destérro, Monte Calvário e ainda como reminiscência de viagens ou saudade da civilização, de seus proprietários: — Washington, Buenos Aires, Friburgo, Mississipi, Belo Monte.

O Juruá estreita-se muito acima de São Felipe, assim como aumentam de maneira sensível as curvas e os canais fogem para a margem direita, onde a corrente se mostra menos violenta.

Transforma-se também o aspecto físico geral; as matas ciliares se tornam mais espessas e começam a surgir as grandes árvores protetoras das barrancas.

Espaçam-se as sedes dos seringais, que aliás são mais ricos e produtivos.

Encontramos à margem direita o Gregório, um dos grandes afluentes e três dias à montante, o Riosinho da Liberdade. Ali tem o coronel Carvalho, o velho Carvalho, (Francisco Freire de Carvalho), seu vasto e magnífico feudo. Vindo a bordo do "Lauro Sodré" e sabendo de nosso destino e das finalidades da Expedição, prontificou-se a auxiliar-nos em tudo o que estivesse a seu alcance.

No pôrto estava a lancha Lolô completamente equipada e ao lado o batelão Adolfo. Na certeza de que mal atingiríamos um ou dois dias acima de Cruzeiro do Sul, pôs à disposição de major Alcides aquelas embarcações, únicas capazes de subir até o Juruá-mirim, na época da vasante, já inexoravelmente em marcha.

E foi assim, graças ao patriotismo desse bom brasileiro, que tivemos a possibilidade, nem só de transportar, ao menos uma parte da tropa para o futuro terreno de ação, como nos comunicaram as autoridades militares, fazendo descer aquela embarcação até São Felipe.

Comandava a Lolô o piloto Sansão Ferreira Vale, bravo e profundo conhecedor do rio, que foi um precioso companheiro durante tôda a longa duração da campanha.

Rebocando a lancha e seu batelão, o "Lauro Sodré", já roncero e lento, mais demorado se tornou. Gastamos oito dias desde São Felipe até Cruzeiro do Sul.

Com mais de vinte e três dias de viagem ali chegamos e vimos a povoação que seria de início capital de Território do Alto Juruá e mais tarde apenas limite com o Estado do Amazonas.

Era aquilo apenas um logarejo onde reinavam a bondade e o espírito progressista do coronel Mâncio Rodrigues Lima.

Até hoje ninguém ainda escreveu sobre esse bravo nordestino, sere-namente patriota e notávelmente empreendedor.

Seringalista, no período da miséria da Amazônia, lançou-se à agricultura e conseguiu, naquele érmo perdido da floresta, fazer grandes plantações de café, cana de açúcar, feijão, arroz. Durante algum tempo, além de abastecer a região, ainda exportava para Manaus o excedente e assim contribuía para manter o Juruá livre da imensa desdita reinante em outras paragens.

Essa aura de trabalho, porém, não durou muito; um dia vieram os impostos pesados e os gravames dos institutos e lá se foram as lavouras tão duramente implantadas. E acabou-se o estímulo, extinguindo-se a coragem do homem que preparava o Juruá para os dias próximos do reerguimento da extração da borracha.

Levantamos ferro de Cruzeiro do Sul já na certeza de que a vasante não nos permitiria ir muito além; águas baixas, carregando madeiras e pondo à flor os baixios arentos.

A bôca do Môa está apenas duas milhas daquela cidade e esse caminho tão curto, exigiu seis horas de viagem, tais os obstáculos opositos à navegação.

Era o fim de nossa aventura. Não era possível mais avançar, o rio estava tão razo e espalhado, que as hélices do "Lauro Sodré" giravam na lama e no lôdo, enroscando-se nos camalotes.

Esse 28 de maio de 1904, era uma tarde escura, de nuvens enoveladas correndo para o norte, quando o comandante do vapor comunicou ao major Cipriano Alcides, que seu barco teria que voltar dali e o mais indicado era examinar a possibilidade de desembarque na ponta da margem direita do Juruá, face ao Môa, nas terras do seringal Invençável.

Combinou-se então, que na manhã seguinte, o capitão Ávila e Silva e o chefe do serviço de engenharia, desembarcariam para tomar contato com o terreno.

E assim foi feito; procuramos o proprietário do seringal, Sr. Zeférino Ramos, que a princípio se mostrou esquivo e atemorizado, mas finalmente nos proporcionou uma caminhada dura ao longo da margem alterosa do rio.

Do barranco elevado, desenfia-va-se o Môa ainda correntoso e ensombrado e abria-se um largo estirão para o norte, para o rumo que deveríamos tomar mais tarde. Era uma lombada corrida, numa nesga de terreno enxuto, coberto de vegetação espessa e numas aberturas a roça de bananeiras, mandioca e alguns legumes. A praia em baixo já se mostrava em grande extensão e nos facilitaria área para as hortas, que certamente o mulherio de bordo já sonhava abrir.

É nas praias que no verão se plantam desde o maxixe, até as magníficas melancias e os melões, que fariam inveja aos melhores importados.

A impressão que tivemos foi ótima, tanto mais que já poderíamos contar com o auxílio do seringalista, que nos forneceria os gêneros de primeira necessidade para os dias subsequentes ao desembarque. Tínhamos fome de coisas frescas, de carne, de peixe e de alguns legumes que brotavam exuberantes nas roças visitadas.

Uma terrível empreitada nos amortecia a coragem e o entusiasmo naquele mundo novo e tantas vêzes sonhado: a descarga dos dois avantesmas, que eram os pesados Krupp de 75 mm, que trouxemos como espartalho para os caucheros ousados.

A tropa ansiava por se ver em terra; por se ver livre da prisão que fôra o "Lauro Sodré" por quase quatro semanas; as mulheres e crianças clamavam pelo ar puro, pelas manhãs de liberdade para a lavagem de roupa e para a arrumação das barracas que devíamos armar ou construir.

Os oficiais não menos sentiam a necessidade de mudar de ambiente; de se ver desligados da espécie de comunismo forçado, da intimidade entediante e mal sá de tantos dias, com suas consequências desagradá-

veis para as disciplinas ; das irritações, dos debates extemporâneos e das pequenas misérias que cada um carrega consigo. Não fôsse a energia serena e a tolerância humana do comandante e teríamos chegado ao destino, amuados e azucrinados uns com os outros.

A manhã do desembarque foi, pois, uma verdadeira alegria para todos ; aquele barranco selvagem, onde apareciam as bananeiras gigantes, era uma terra de Chanaan, desconhecida, porém, esperada como acolhedora e benfaseja.

Organizamos uma primeira coluna de sapadores e de homens já treinados em expedições anteriores, para limpar o terreno, derrubar as árvores e capinar o terreno, que já tínhamos escolhido para o Acampamento.

Localizado bem em frente ao Môa, protegia-se do lado de cima por um pequeno igarapé de águas claras e frescas, que seria nosso reservatório. Para trás caía a lombada docemente para os seringais trabalhados e para eles traçamos uma larga estrada, de separação e ao mesmo tempo de proteção e defesa.

Na linha de frente foram armadas as barracas dos oficiais e nas extremidades as do major comandante, no flanco direito, desenfiando o Môa e do capitão fiscal, no flanco esquerdo, reportando o grande estirão à montante do Juruá. Eram barracas de lona, ótimas aliás, de origem francesa, mas que dias depois já se tornavam insuportáveis pelo calor, deixando coar os raios solares.

Na segunda linha, ficaram em duas longas ruas, as barracas dos praças de pret, enquadradas pelos sargentos e na linha da retaguarda os fogos dos soldados casados ou semi-casados.

Pouco depois nos vimos obrigados a cobrir as barracas com fôlhas de palmeiras e plantar em torno trepadeiras de côres variadas, que abundavam na floresta.

Uma barraca especial, construída de madeira e coberta com telhas de paxiúba, foi construída para nela

funcionar o arremedo de hospital, que já se fazia necessário pelo aparecimento de alguns casos de malária e desinteria.

Em menos de uma semana tínhamos instalado a tropa e o Acampamento tomava o aspecto de pequena povoação limpa, e sobretudo ordenada. Até mesmo um serviço rudimentar de esgotos e águas pluviais e de esgoto de uma massa de mais de 300 pessoas, foi lançado à juventude das últimas barracas.

O grande problema que sempre nos tinha atormentado : a descarga dos célebres canhões, foi resolvido graças à cooperação do comandante do "Lauro Sodré", que permitiu o tambor de suspensão da âncora, funcionar como guincho para operar os cabos, que foram ligados a duas árvores, que ficavam próximas à barranca. Um plano inclinado foi preparado e assim os dois monstros rolaram até o alto, onde ficaram como cães de guarda, para amedrontar os possíveis inimigos.

O Acampamento tomou o nome de Vila Medeiros, em homenagem ao comandante do 1º Distrito Militar, que organizara a Expedição de maneira tão eficiente.

Passado o período de organização, entramos no regime militar de rotina e de tédio. Pela manhã exercícios e tarefas de limpeza do terreno em volta do Acampamento ; à tarde leitura da Ordem e conversa na barraca do comando. A tropa ambientava-se aos poucos e mostrava disposição para a marcha, que devíamos empreender logo que as águas permitissem. Os exercícios de tiro feitos, em geral ao amanhecer, ganhavam em eficiência, assim como as marchas de treinamento pelas praias, únicos pontos possíveis de grupamentos maiores.

Entramos pelo mês de junho e tivemos que nos suprir dos gêneros que tínhamos trazido e com grande satisfação constatamos que feijão, tão fácil de bichar, arroz e carne seca, estavam em perfeitas condições.

Faltavam, porém, os legumes e foi quando vimos a magnífica colaboração das mulheres, que o coman-

dante tivera o bom senso de deixar prosseguir viagem naquela manhã de um mês atrás. Com as sementes escondidas semearam a longa praia do lado de cima e em comêço de julho já tínhamos alguns dos elementos que hoje os médicos dizem essenciais à dieta.

Daí por diante, aos poucos, foram aparecendo maxixe, tomate, couve, alface e mais tarde, nas primeiras águas, melancias e melões.

E não era sómente por esse lado que as humildes companheiras se tornaram ativas e úteis. O hospital era cuidado e limpo por elas, que preparavam a alimentação dos doentes e lhes lavavam as roupas. Moviam-se por toda parte, ora ajudando os oficiais na arrumação de suas moradias, já agora mais suportáveis, ora cuidando do galinheiro, que nos fornecia, uma vez por semana, ovos e galinhas.

Em fins de junho desceu do Juruá-mirim o engenheiro Alberto Rangel que ali se achava demarcando os seringais do tenente José Lucas Barbosa, um dos mais audazes desbravadores daquelas selvas. Soldado da guerra do Paraguai, imigrara de sua terra, o Ceará, numa das estiagens cíclicas e rumara para o Amazonas em busca da riqueza, que na época não era assim uma fantasia para os homens de sua coragem e inteligência. E fundou um verdadeiro Império naquele ôco do mundo. Rangel descia doente e nos conhecíamos de anos atrás, quando ele deixava o Exército, escrevendo um folheto célebre "Fora de forma", que causou sensação e protestos, aliás sem nenhuma justiça. Encontramo-lo em sua ubá e conseguimos que ficasse conosco na lancha, que era agora nossa casa e escritório.

Comunicou ele, então, ao comandante Cipriano Alcides, que os peruanos exerciam violências contra os brasileiros, tendo obrigado o comandante do vapor Costeira, que ficara retido no alto, a assinar letras para pagamento de direitos de mercadorias brasileiras, em trânsito pelo Amônea, território nacional invadido.

Doente, atacado seriamente de malária, Rangel permaneceu em nossa companhia quase uma semana e mais tarde, quando escreveu o "Inferno Verde" de tanta repercussão, conta no último capítulo, o encontro do engenheiro Souto, com o companheiro da Escola Militar. Os dois eram, ele e o autor desta narração.

Impressionado pelo que lhe referia Rangel, o major Alcides determinou que fizéssemos um reconhecimento até onde fosse possível; até onde pudesse subir a Lolô, que assim iniciava sua carreira militar.

Tratamos de selecionar alguns homens já afeitos às campanhas do Acre e que mostrassem boa disposição de saúde, pois partíamos sem outros recursos senão uma pequena ambulância e alimentação suficiente.

Ao sair de Manaus, tomamos como bagageiro um soldado do 27º Batalhão, que era assinalado como cangaceiro, aprisionado de um bando que naquela época assolava o nordeste e tido como perigoso. José Miguel era seu nome; quando os companheiros souberam de nossa escolha, feita aliás por mero acaso, reagiram vivamente, por isso que não desejavam vê-lo na intimidade diária dos serviços de comunicações e engenharia.

Resistimos, porém, e ficou o ex-bandoleiro como uma espécie de auxiliar de campo, tendo no desembarque prestado bons serviços, por ser ao mesmo tempo diligente e saber ler e escrever.

José Miguel era o tipo clássico do nordestino: alto, de feições regulares, cabelos castanhos, pele clara, como guardando o estigma de seus antepassados semitas, que invadiram o nordeste no período colonial.

Originário da Paraíba, onde tinha roça, juntou-se ao cangaço para vingar-se de um chefe político local que metera seu pai na cadeia, por questões de terras. Essa foi a informação que obtivemos, quando o interrogamos depois das reclamações dos demais oficiais. E não tivemos motivos para duvidar de sua

veracidade, tal a dedicação, a bravura e o espírito de cordialidade humana que sempre revelou esse magnífico revoltado.

Conhecedor dos companheiros, respeitado pela soldadesca, encarregamo-lo de fazer a escolha necessária para o reconhecimento que fámos proceder e assim tivemos à mão, 15 homens nos quais poderíamos confiar.

Deixamos a Vila Medeiros em fins de junho e levávamos como missão atingir o mais alto possível no Juruá e buscar notícias, informações ou depoimentos do que se passava na região invadida pelas tropas peruanas.

Aproveitávamos um repiquete do rio, que subira nas últimas 24 horas e cujas águas possivelmente estivessem mais altas nos seus afluentes superiores. Viajamos todo o dia seguinte vingando o famoso estirão dos Nauas, longo de talvez umas dez milhas, quando à tardinha, quase ao lusco-fusco, avistamos, navegando rente à margem esquerda, algumas ubás grandes e visivelmente carregadas. Mandamos parar e chamamos à fala. Não atenderam; um tiro de sobreaviso foi disparado; nada. Então mandamos a lancha rumar para as mesmas, cortando-lhes o caminho.

Veio ao nosso encontro a ubá da frente, tendo a sua proa um homem alto e espadaúdo, tipo estrangeiro, muito louro e bem tratado. Declarou chamar-se Francisco Gordon, ser regatão e descer do Vacapista trazendo mercadorias para vender aos seus freguezes, seringalistas no Juruá.

Eram cinco ubás, remadas por índios periquitos, abarrotadas de contrabando: peças de seda, chapéus do Chile, pijamas, lençóis, botas, perfumaria ordinária e quinquilharia. Nem armas, nem munições.

Do interrogatório a que o submetemos, pouco conseguimos tirar: apenas vira na foz do Amônea, os quartéis peruanos e acreditava que ali se encontravam uns 50 homens, mas que não havia notícia de lutas e que os brasileiros continuavam a faina da safra de borracha.

Indagamos ainda como conseguira passar, desde que seus patrícios estavam tributando mercadorias brasileiras e impedindo a livre navegação para cima até o Breu? Respondeu-nos que nada mais podia informar, pois nem sequer fôra interrogado ao apresentar-se às autoridades de seu país.

Na tolda de sua ubá estavam cinco macacos moqueados, que despertaram a gula dos soldados, que lhe propuseram trocar os mesmos pelas suas rações de leite condensado e chocolate. E assim foi feito: por doze latas do primeiro e seis do segundo, recebemos os horríveis coatás.

Não sendo possível deter o regatão, mandamos um cabo e dois soldados escoltá-lo até o comando, na bôca do Môa.

Continuamos a viagem na manhã seguinte, mas apesar da lancha carregar apenas dois pés e o prático conhecer bem o rio, não foi possível avançar senão umas quatro milhas. Lutávamos para encontrar caucheros ou seringueiros, que nos informassem do que se passava rio acima; talvez mesmo os primeiros tivessem contato com os invasores.

Nas barracas e toldos ficavam sólamente mulheres e crianças, que nada sabiam e mesmo amedrontadas não indicavam onde se achavam os homens, que certamente fugiam também dos soldados peruanos.

Com imenso sacrifício ainda tentamos navegar no terceiro dia; as águas, porém, eram cada vez mais baixas e os bancos de areia, à flor, impediam marcha segura ou quiser aventurosa.

Resolvemos voltar sem ter atingido o Juruá-mirim e por mais que interrogássemos as raras mulheres e um índio campa, nada obtivemos; nenhuma informação, nem mesmo de ouvir dizer.

Para evitar um encalhe de consequências desastrosas, pois a lancha se tornava necessária para as comunicações com São Felipe e para a retirada de oficiais e soldados doentes, regressamos ao Môa de mãos abanando. Era necessário esperar

o inverno, dentro de dois meses, para agir.

E recomeçamos a vida rotineira, quebrada pelas visitas freqüentes que fazíamos aos seringais Invencível e do Cruzeiro do Sul. Tivemos oportunidade de admirar a bravura silenciosa e estóica dos homens que naquela época faziam a riqueza do Amazonas. Estávamos em pleno fastígio da borracha, cujo preço era superior ao de hoje, se computarmos a paridade ouro da época com a desvalorização do cruzeiro.

Esperávamos a enchente para com ela receber notícias de Manáus e dos altos rios.

Nenhuma modificação nos quadros da Expedição, apenas alguns casos de malária ou recrudescimento de mazelas dos oficiais mais idosos, que se aprontavam para descer na primeira oportunidade.

Julho correu sem novidade maior, deslizando o tempo como se estivéssemos alheios às voltas e reviravoltas do mundo. Éramos os exilados do Brasil dentro de suas fronteiras e era essa a situação de milhares de brasileiros, que todos os anos sofrem a mesma contingência.

Não sendo oficial de tropa, tínhamos mais oportunidade de que os outros companheiros, para melhor apreciar a terra, conhecer-lhe detalhes imprevistos e ver-lhe os panoramas com olhos de simpatia e emoção.

Seguíamos os seringueiros e tomávamos contato com uma sociedade à parte, misto da servidão do jujik e da subordinação milenar do camponês de Portugal. Fomos muitas vezes companheiros e guarda-segrêdo de alguns daqueles bravos e estóicos desbravadores, que na sua corrida diária através das estradas incertas e mal traçadas, abertas na selva silenciosa e carregada de mistérios, sonhavam com a volta à terra estremecida, à contemplação de seu céu refletido naquele mar verde e bravio, que bate às costas de todo nordeste, à saudade da vida alegre e descuidada, que é o presente da natureza rica e dadivosa, quando não chega a seca destruidora, que escorraça os homens para o Ama-

zonas insaciável e destrói os lares humildes.

Vi o martírio da defumação, vi o homem chegar pelas últimas horas do dia, quando na aldeia de onde viera, batido pelo sofrimento, era o momento de tirar o chapéu de couro e fazer o sinal da cruz; vi-o fatigado, dolorido e anciado para um instante de descanso, curvar-se para o boião e iniciar esse trabalho demoníaco e martirizante, que é o da defumação do latex. Na barraca miserável, no tapirí esburacado, ele lutava para produzir o máximo, para tentar obter um saldo, que raras, raríssimas vezes conseguia.

Na minha perfeita ignorância das tradições que guiavam, na época, as relações entre patrão e seringueiro, eu me revoltava contra o que via, sem contudo atinhar com outra solução menos tirânica e capaz de fornecer um mínimo de conforto moral e material àqueles patrícios, que enriqueciam as duas grandes capitais, no apogeu de sua glória de metrópoles de uma matéria-prima, que já experimentava seus remígios poderosos para se tornar anos mais tarde, uma das mais terríveis armas da defesa econômica e nacional dos povos.

Era então o extrativismo na sua fase primária, no seu quase regime feudal, que em um século em nada se tinha adiantado ou progredido. Vinham as levas; o brabo à frente, saído de um fundo do Ceará ou Rio Grande do Norte, na esperança de ganhar o suficiente para volver no próximo inverno, como tinha acontecido a fulano ou sicrano, sem se lembrar que para esses dois, milhares não tinham regressado e lá estavam, nos socavões dos altos rios ou empanturrados de maleita e beriberi.

Falavam nos senhores que eram hoje os proprietários de rios e seringais famosos; falavam do tenente Barbosa, cearense destorcido, que imperava no Juruá-mirim ou no Carioca, que mandava lá pelos lados do Môa, mas emudeciam quanto aos milhares de outros, que jamais saldaram suas contas no barracão e se deixavam ficar no centro, raramen-

te vindo à margem e sómente para entregar o fabrico e enterrar-se nas fôlhas de débito do livro do patrão.

Foi esse companheirismo com o sofrimento, foi a presença desse drama, que tanto doía à minha inexperiência de mocidade, que me fizeram ligado por meio século à Amazônia, que agora parece despertar para vida melhor e mais segura, mesmo para o homem esquecido e heróico que é o seringueiro.

Seguiu-se agosto com seu calor asfixiante, que nem mesmo a sombra das imensas sumaúmeiras, as mongueiras famosas, que na estrada do Arsenal, em Belém, faziam a alegria e a admiração daquele inglês simples e amigo, que se chamou Bates davam refrigério ou suavizavam o mormaço duro e imóvel.

Da barranca do rio amarelo, que começava a receber as primeiras águas do alto, me lembrava das lendas do descobrimento do rio Amazonas, contadas em história por Gaspar de Carvajal, que em 1542 com seus companheiros, parou numa aldeia do grande rio para construir um bergantim e então foram ajudados pelos índios, que calafetaram o mesmo com algodão e betume com piche.

Esse piche não seria o latex da seringueira ou o leite de sorva? Não seria essa a primeira aplicação da borracha no ciclo da civilização ocidental?

Por uma lancha vindia de São Felipe, chegou a notícia de que fôra assinado no Rio, o modus-vivendi com o Peru, em consequência do qual foram criadas as Comissões mistas de Reconhecimento do Purús e do Juruá, chefiadas a primeira pelo engenheiro Euclides da Cunha e a segunda pelo general Belarmino de Mendonça.

Na mesma ocasião foi assinada uma convenção de arbitramento para julgar as queixas e reclamações dos cidadãos dos dois países, pelos prejuízos sofridos nos mesmos rios, em seus mais altos afluentes, desde 1912.

Tivemos assim a sensação de que em breve, logo que as águas dessem navegação franca, viria a ordem de

descida para Manáus, uma vez que estava assegurada a paz entre os velhos amigos e vizinhos da região cisandina. E dai por diante foi um esperar diário, uma espécie de esperança material, misturada à tristeza que nos despertavam as cruzinhas brancas que já marcavam a selva pela dormida eterna de alguns companheiros.

O fato é que aconteceu o pior: alongou-se o dia da volta.

A 26 de setembro era preso pelo delegado de polícia federal, coronel José Ferreira de Araujo, o cidadão peruano Carlos Schafff, que na bôca do Chandless confessou terem as forças do exército peruano invadido o território nacional, como meses antes previra o coronel Plácido de Castro.

Pouco tempo depois, em fins de outubro, chegaram à bôca do Môa, os vapores "Contreiras" e "Môa" e seus comandantes informados das violências que os esperavam, resolveram pedir garantias ao Prefeito do Departamento de Cruzeiro do Sul, já criado, coronel Taumaturgo de Azevedo, que resolveu agir.

Do nosso destacamento foi organizado uma expedição de 50 homens, sob o comando do capitão Avila e Silva, que seguiu no vapor "Môa" até a Praia do Feijão, próxima à embocadura do Amônea.

No dia 2 de novembro o capitão Avila intimou os peruanos a respeitar o modus-vivendi, que estava sendo violado com graves prejuízos materiais e de vidas para os brasileiros.

Os peruanos recusaram aceitar a intimação, mostrando desconhecer aquele acôrdo, no qual figurava como representante de seu país o embaixador Herman Velarde e dispuseram-se a resistir, impedindo a subida dos vapores citados.

Travou-se um combate de 22 horas devido às ótimas posições que ocupavam os inimigos, que afinal batidos, deixaram no campo 9 soldados mortos e 4 mulheres brasileiras, retidas como refens.

Da força brasileira morreu um soldado e ficou gravemente ferido um sargento.

te vindo à margem e sómente para entregar o fabrico e enterrar-se nas fôlhas de débito do livro do patrão.

Foi esse companheirismo com o sofrimento, foi a presença desse drama, que tanto doía à minha inexperiência de mocidade, que me fizera ligado por meio século à Amazônia, que agora parece desesperar para vida melhor e mais segura, mesmo para o homem esquecido e heróico que é o seringueiro.

Seguiu-se agosto com seu calor asfixiante, que nem mesmo a sombra das imensas sumaúmeiras, as mongueiras famosas, que na estrada do Arsenal, em Belém, faziam a alegria e a admiração daquele inglês simples e amigo, que se chamou Bates davam refrigério ou suas visavam o mormaço duro e imóvel.

Da barranca do rio amarelo, que começava a receber as primeiras águas do alto, me lembrava das lendas do descobrimento do rio Amazonas, contadas em história por Gaspar de Carvajal, que em 1542 com seus companheiros, parou numa aldeia do grande rio para construir um bergantim e então foram ajudados pelos índios, que calafetaram o mesmo com algodão e betume com piche.

Esse piche não seria o latex da seringueira ou o leite de sorva? Não seria essa a primeira aplicação da borracha no ciclo da civilização ocidental?

Por uma lancha vind a São Felipe, chegou a notícia de que fôra assinado no Rio, o modus-vivendi com o Peru, em consequência do qual foram criadas as Comissões mistas de Reconhecimento do Purús e do Juruá, chefiadas a primeira pelo engenheiro Euclides da Cunha e a segunda pelo general Belarmino de Mendonça.

Na mesma ocasião foi assinada uma convenção de arbitramento para julgar as queixas e reclamações dos cidadãos dos dois países, pelos prejuízos sofridos nos mesmos rios, em seus mais altos afluentes, desde 1912.

Tivemos assim a sensação de que em breve, logo que as águas dessem navegação franca, viria a ordem de

descida para Manaus, uma vez que estava assegurada a paz entre os velhos amigos e vizinhos da região cisandina. E daí por diante foi um esperar diário, uma espécie de esperança material, misturada à tristeza que nos despertavam as cruzinhas brancas que já marcavam a selva pela dormida eterna de alguns companheiros.

O fato é que aconteceu o pior; alongou-se o dia da volta.

A 26 de setembro era preso pelo delegado de polícia federal, coronel José Ferreira de Araujo, o cidadão peruano Carlos Scharff, que na boca do Chandless confessou terem as forças do exército peruano invadido o território nacional, como meses antes previra o coronel Placido de Castro.

Pouco tempo depois, em fins de outubro, chegaram à boca do Môa, os vapores "Contreiras" e "Môa" e seus comandantes informados das violências que os esperavam, resolveram pedir garantias ao Prefeito do Departamento de Cruzeiro do Sul, já criado, coronel Taumaturgo de Azevedo, que resolveu agir.

Do nosso destacamento foi organizado uma expedição de 50 homens, sob o comando do capitão Avila e Silva, que seguiu no vapor "Môa" até a Praia do Feijão, próxima à embocadura do Amônea.

No dia 2 de novembro o capitão Avila intimou os peruanos a respeitar o modus-vivendi, que estava sendo violado com graves prejuízos materiais e de vidas para os brasileiros.

Os peruanos recusaram aceitar a intimação, mostrando desconhecer aquele acôrdo, no qual figurava como representante de seu país o embaixador Herman Velarde e disseram-se a resistir, impedindo a subida dos vapores citados.

Travou-se um combate de 22 horas devido às ótimas posições que ocupavam os inimigos, que afinal batidos, deixaram no campo 9 soldados mortos e 4 mulheres brasileiras, retidas como refens.

Da força brasileira morreu um soldado e ficou gravemente ferido um sargento.

E assim terminava com o derramamento de sangue amigo, uma contenda que só a obstinação de alguns elementos estranhos ao meio, tinha mantido por mais de dois anos, na esperança de conquistar as terras onde os brasileiros tinham plantado fé e trabalho.

Os peruanos retiraram-se e a força brasileira consolidou suas posições, ao mesmo tempo que anunciava, pelos navios que subiam, que os desbravadores, os pioneiros e aviadores, estavam livres das arremetidas brutais e contínuas dos invasores.

Quando chegou a notícia à foz do Môa, àquele acampamento que desde maio acolhera a Expedição, já nêle havia um vasto claro causado pela morte de alguns e pela retírada de muitos, que buscavam em Manaus remédio para os males que na época ainda eram irremediáveis.

Todos os cuidados, tôdas as observações das ordens do médico não foram capazes de eliminar os efeitos terríveis da malária, que mais uma vez mostrava sua força devastadora; o beri-beri, menos encarniçado, ainda assim exigiu uma notável contribuição que se assinalava nas pobres e esquecidas sepulturas que pontilhavam para sempre o pequeno promontório face ao rio Môa.

Concluída sua missão, o que restava da Expedição teve ordem de recolher-se à capital do Departamento, Cruzeiro do Sul, e ali foi ela dissolvida.

Meio século depois, talvez o único sobrevivente daquele grupo de soldados do Brasil, vem contar-lhes a história breve e humilde, história que honra as tradições de bravura e estoicismo de nossa gente que, nunca faltou ao Brasil nas horas graves e cruciais.

Hoje naquelas paragens, tão longínquas e misteriosas na época das

correrias e montoneras de caucheros e regulares peruanos, reina ainda um pouco do regime feudal, mas o avião e o rádio vão destruindo a distância e o tempo facilitando aos irmãos perdidos, nas selvas, o contacto com a civilização, que não se anuncia mais sólamente pelas bugigangas dos regatões ou o contrabando dos aviadores peruanos, mas pela presença constante do Brasil através das asas do Correio Militar ou do som das transmissoras e difusoras.

Oxalá que a Valorização Econômica da Amazônia, criada pela contribuição generosa e humana de todo o Brasil, caminhe até ali e faça o milagre da ressurreição da fé e da Esperança.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

(N. 5)

O HERÓI NEGRO DO REGIMENTO TIRADENTES

Citação de Combate :

"5º Exército (Norte Americano) — Teatro de Operações da Itália —
Força Expedicionária Brasileira.

SOLDADO SERGIO PEREIRA

(11º R.I.)

Várias tentativas se fizeram para reconduzir às nossas linhas o Capitão JOAO TARCISIO BUENO, Comandante da 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, gravemente ferido. Em local tão perigoso batido facilmente pelo inimigo, essas tentativas frustaram e as patrulhas organizadas regressaram sem o ferido. Na madrugada do dia seguinte ao do combate, silenciosamente, sózinho, parte o SOLDADO SERGIO PEREIRA à procura de seu Comandante de Companhia, ordenança que era, do Capitão BUENO, havia apenas poucos dias. Parte e volta transportando o Oficial ferido até um ponto onde pudesse ele ter assistência. Mais que a dedicação pessoal, vejo nesse gesto nobre do SOLDADO SERGIO, a dedicação de subordinado pelo seu superior, qualidade primacial na tropa, para que o seu esforço atinja o objetivo máximo. É um magnífico exemplo de dedicação ao Chefe, que tenho a mais grata satisfação de apontar à FEB — (Em 14 Dez 44) — Gen. Mascarenhas de Moraes, Comandante em Chefe."

E quando o Tenente-General L.K. TRUSCOTT, do 5º Exército, entregou-lhe pessoalmente a ESTRELA DE BRONZE, dos Estados Unidos da América do Norte, assinalou: "por conduta heróica em ação e cheia de desprendimento, através de um fogo extremamente forte, o SOLDADO SERGIO constitue um exemplo das altas tradições das forças aliadas".

Dez anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita, num dos endereços abaixo:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778
Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da
Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590
Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

A VERDADE HISTÓRICA SÔBRE OS LIMITES BRASIL- PARAGUAI AO SUL DE MATO GROSSO

*A ocupação paraguaiã jamais ultrapassou o Apa,
e a nossa foi sempre até lá (1).*

Um capítulo da "História do Forte de Coimbra"

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Os castelhanos não se conformaram jamais em ficar ao sul do Apa e, menos ainda, abaixo do Ipané. Reivindicaram também, sem cessar, como seu, o trecho Coimbra-Albuquerque, ocupado pelos portuguêses desde 1775. Azara batera tenazmente nestas duas teclas: levar as raias do Paraguai, pelo menos, até o Rio Branco, e desalojar os portuguêses da margem direita do rio Paraguai. Lázaro de Ribera arvorou também essas duas legendas e tentou impô-las pelas armas.

Quando se deu a independência do Paraguai em 1810, seu novo governo inscreveu no rol de suas reivindicações essas duas proposições.

As autoridades portuguêses, porém, dêste lado, sustentaram sempre o seu direito àquelas terras. E embora já admitissem, como fato consumado, a ocupação paraguaiã até o Apa, jamais em tempo algum lhes passou pela mente renunciar o sul de Mato Grosso até aquele rio. Quanto à nesga de terras à margem oeste do grande rio, onde ficava Coimbra e Albuquerque, houve de fato anos antes, uma palavra de condescendência da corte portuguêsa, mas como se viu depois não passou provavelmente de mera cortesia dos diplomatas de Lisboa, para fins de dissuasão.

Ora, naquele tempo já haviam caducados os antigos tratados de limites. A Espanha não mais figurava como parte. O que convieram as nações do Prata, e as mais que repartiram o domínio territorial castelhano, foi que o quinhão de cada uma seria regulado pelo que elas chamaram o "uti possidetis do año diez". Esse ano dez foi por elas considerado como da definição de seus limites.

Caberia a cada uma o território que realmente estivesse a ocupar naquele ano. Os portuguêses no Brasil defenderam sempre esse princípio. Numa terra imensa e desabitada, onde não haviam vingado as convenções de limites, realmente só se poderia alegar direito territorial onde se firmasse o pé ou se mantivesse guarda ao solo.

Portugal alargou as suas fronteiras na América, porque os settanistas, filhos da terra, avançando sempre para o norte, para o sul, e para o oeste, por terras despovoadas ou abandonadas, só se detiveram onde toparam, na outra banda, a linha de ocupação castelhana. Esta linha de contacto flutuante nalguns pontos, firme noutros, chegou em 1810, ano em que reboou o brado de independência das colônias espanholas, chegou nesse ano a uma situação de fato que caracterizou o *uti possidetis*.

(1) Os documentos referidos neste trabalho são inéditos e foram encontrados e copiados pelo autor no Arquivo Histórico de Cuiabá.

Essa linha, em que se haviam defrontado os movimentos opostos das duas metrópoles, é que configurou, em grosso, os limites territoriais brasileiros. O Paraguai, porém, quanto às suas confrontações ao sul de Mato Grosso, nunca se conformou inteiramente com esse antigo postulado romano, pôsto em vigor na América pelos juristas platenses. *O uti possidetis*, no pensar dos paraguaios, valia não só para o que eles ocupavam de fato, mas ainda para o mais que eles pretendiam. Era o caso do sul de Mato Grosso. Ja mostramos noutro capítulo que nem mesmo os antigos tratados de 1750 e 1777 os autorizavam a tal. Muito ao contrário, se a letra desses diplomas fosse observada com rigor, ver-se-ia que as raias da província paraguaia teriam de recuar para trás do Ipané.

No entanto, Azara, por inabilidade dos demarcadores portuguêses, mas com júbilo e aplauso de paraguaios e platenses, criou o mirabolesco tabu de que o Ivinheima era o verdadeiro Iurei e, portanto, aquêle e o seu concorrente é que assinalavam as suas raias setentrionais.

Verdadeiro absurdo. Nem a coroa portuguêsa nem o Brasil admittiram semelhante dispautério. Mas, aceitemos, por um momento, que a alegação fosse verdadeira. Neste caso, firmado em tratados caducos, que, quando muito poderiam ser invocados subsidiariamente, como argumento histórico, por que não confirmou então o Paraguai esse argumento com a prova do *uti possidetis*, isto é, da manutenção da jurisdição sobre aquela faixa territorial. Esta posse efetiva, o *uti possidetis*, é que se erigiu como testemunho para definir o direito territorial das novas nações sul-americanas. Nisto concordam todos os autores. Já mostramos que a favor do Paraguai não militavam os dizeres dos tratados. Vamos provar agora que também não lhe assistia o princípio do *uti possidetis*. Alegaram alguns causídicos castelhanos, e esta alegação repete-se até hoje os paraguaios, que

esse princípio de direito foi exercido na era do Quinhentos e do Seiscentos pelo povoado de Santiago de Xerez e pelas reduções do Itatin. Outrossim, alegaram ainda, tão certos estavam do seu direito, que a colônia de Nossa Senhora dos Prazeres que os paulistas forcejaram por manter no Iguatemi, foi por elas destruída no desembocadouro do século seguinte (1777).

As asseverações, porém, dos castelhanos e paraguaios claudicam por falta de coerência. De fato, Xerez e algumas reduções jesuíticas existiram na região do Miranda (Mbotetéi daquele tempo). Essa colonização incipiente, porém, foi varrida pelos bandeirantes paulistas e os castelhanos abandonaram totalmente a região, retirando-se dali definitivamente os seus remanescentes para o sul do Ipané (1632-1648). Aliás, os paulistas não ocuparam também essa região até a fundação de Cuiabá (1719), mas por ela transitavam com freqüência e nela faziam postos de escala e de estacionamentos, vale dizer eram senhores daquela região.

Quanto a colônia de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, não dizem os paraguaios coisa com coisa. O Iguatemi foi reconhecido em 1754 como linha limítrofe, porque os demarcadores luso-castelhanos não chegaram a acordo quanto ao Iurei, que figurava no tratado. Embora caducassem essas demarcações, em virtude do tratado abrogatório de 1761, aquela raias ficou tacitamente aceita pelos contendores, ou, na pior hipótese, aquela região ficou praticamente sem dono, porque desabitada. Quando, pois, ali se assentou o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres, em 1767, na margem norte do rio, foi na certeza de que aquele curso de água representava o mínimo das exigências portuguêses. E tão certos estavam disso, que o novo tratado de 1777, repetiu o nome do Iurei e não do Iguatemi, para limite. Ora, esse Iurei que os castelhanos simularam ignorar e que Cândido Xavier identificou em 1883, foi o rio que o esperto Azara, negando-lhe existência abaixou

das Sete Quedas, apresentou-o, num passe de magia, como sendo o novo Ivinheima. Este sortilégio vingou na imaginação de castelhanos e paraguaios e dai se formou o tabu das reivindicações paraguaias ao sul de Mato Grosso.

Tais pretensões, porém, não se apoiam na posse territorial. Não existiu nenhum direito possessório do castelhano e do paraguai, nem em 1777, quando eles destruiram o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres, nem depois desse ano até a célebre declaração do *uti possidetis del año diez*, nem depois desse ano em tempo algum. Que não exerceram ocupação desse território em 1777, basta dizer que a tropa do coronel Pinedo que destruiu aquele presídio, dali se retirou para o Paraguai em seguida a capitulação da guarnição paulista e nenhum posto castelhano deixou ao sul de Mato Grosso. Nem tão poucos os portugueses ficaram na posse dessa região até a fundação do Presídio de Miranda, em 1797. Todavia, um argumento poderoso em favor do Brasil reside neste fato: Os guaicurus, indispostos com castelhanos e paraguaios, mas declaradamente súditos portugueses desde 1791, estes índios guerreiros, habitavam essas terras e eram delas os únicos senhores. Dali faziam incursões predatórias no território paraguai, território este que jamais ultrapassou o Apa.

Não aleguem os paraguaios, como prova de direito àquelas terras, que o coronel José Espínola em 1796-97 varou o Apa para o norte ao encalço dos índios, e chegou, uma vez, a presegui-los até Camapuã. Não exerceu, porém, aquele coronel castelhano ato algum de domínio ou jurisdição territorial, mas simplesmente uma ação punitiva contra salteadores gentios em terras selvagens que os portugueses palmilhavam e prezavam como suas. E tanta convicção tinham como suas, que Cae-tano Pinto naquele mesmo ano do segundo rush castelhano contra os índios, mandou fundar o Presídio de Miranda e estender a vigilância dêle até o Apa.

Embora reclamassem os catelhanos contra essa fundação, como reclamavam contra a de Coimbra e de Albuquerque, jamais se animaram a estabelecer uma fazenda de gado ou um fortim ao norte do Apa. Desejos, sim, tinham disso, e chegaram a pretender o restabelecimento da velha Xerez em 1797. Fracassou-lhes porém, a realização desse projeto, porque Ricardo Franco, ao descer para Coimbra, cortou-lhes o passo, mandado levantar o Presídio de Miranda.

Ver-se-á ainda, noutro capítulo, que uma tropa paraguai entrou até as aldeias dos cadiueus na Bodaquena em 1813 e no ano anterior nova tropa, para guarnecer Borbon, chegou à margem leste do rio. A primeira operação foi realizada tão somente na intenção de retomar cavalos roubados pelos cadiueus e a segunda à espera da autorização do capitão-general matogrossense para reocuparem o forte que lhes fôra arrebatado por aqueles índios. Outrossim, em 1850, uma força paraguai subiu de Vila Real a Fêcho-dos-Morros para desalojar um destacamento brasileiro que se estabeleceria ali, na ilha do estreito. O destacamento foi realmente desalojado e repelido, mas a força paraguai não exerceu nenhuma função de posse, porque, como no caso do presídio dos Prazeres, retirou-se para o Paraguai, deixando aquele sítio abandonado. Não queremos alegar que os brasileiros por duas vêzes ocuparam o Forte Borbon. Uma, em 1812, para resgatá-lo dos guaicurus e substituí-los aos paraguaios, e outra, secundados por estes índios, em 1850, como revide ao revés que sofreram dias antes em Fêcho-dos-Morros.

Nenhum desses atos de paraguaios e brasileiros, deram-lhes direitos à posse daqueles sítios, porque foram atos transitórios, simples golpes de força.

Vamos, porém, mostrar como o nosso domínio ao território sul-matogrossense não se fundou em atos transitórios, esparsos, aleatórios, mas na convicção sincera e honesta de que o tínhamos como

coisa nossa e de que exercíamos legitimamente esse domínio com atos de posse e o *munus* da jurisdição.

Direito preexistente — Os português fundavam o seu domínio ao sul de Mato Grosso nos tratados de 1750 e 1777. Embora houvessem caducados êsses diplomas, havia o concenso pacífico, de ambos os confrontantes, de que as raias limítrofes deveriam ser traçadas segundo o que nêles se prescrevera. O que faltava apenas era o acordo das partes quanto a definição das raias. Ora, essa definição e esse acordo chegou a ser determinado e aceito em 1754. Da aceitação, as partes passaram às demarcações e dessarte a fronteira ficou caracterizada pelo Iguatemi e pelo Ipané. Esse negócio, aceito e realizado, tornou-se porém desfeito em 1761, por inabilidade da diplomacia portuguêsa. As negociações foram reabertas e novo ajuste se firmou em 1777. Desta feita, porém, não quiseram ceder os demarcadores castelhanos, e com razão, o território ao sul do Apa. Os português foram de novo inábeis. Quiseram ir muito longe. Já não lhes bastava o Iguatemi. Batiam-se agora pelo Igurei, que Cândido Xavier identificara. Era exigir demais. Foi quando surgiu Azara. Em face da intransigência portuguêsa, ele recorreu ao malabarismo dialético e trouxe à baila esta ousada proposição: aceitamos, sim, o Igurei. Este, porém, não é o que os português imaginam ao sul dos saltos, mas o que chamam Monici ou Ivinheima. Este sortilégio de Azara virou tabu e não mais foi possível arejar a cabeça de castelhanos e seus descendentes para que êles reconhecessem que não havia fundamento em tomar o Ivinheima pelo Igurei.

Por outro lado, embora tivessem fundamento histórico, não foram razoáveis os português em fazer finca-pé neste último rio.

Quando os paraguaios chegaram à independência, o território que êles realmente ocupavam no vale do rio Paraguai era do Apa para

o sul. Nem um só palmo ao norte. Na bacia do rio Paraná, porém, região do Igurei, Sete Quedas e Iguatemi, nem paraguaios nem portuguêses faziam posse.

Vigência de ocupação portuguêsa no ano dez — Ja vimos, à saciedade, em vários pontos, quem exercia nesse tempo o domínio sobre o território sul-mato-grossense eram, em primeiro lugar, os guaícuras, súditos portuguêses, que ali habitavam. Esse domínio era confirmado pelos portuguêses mediante destacamentos volantes do Presídio de Miranda, que percorriam freqüentemente aquela região até o Apa e, não raro, montavam guarda em pontos avançados, nas proximidades da fronteira.

Não temia o Brasil reabrir discussão leal e honesta fundada nos tratados de limites. Não podia temer também a prova do *uti possidetis*. Qualquer desses argumentos lhe seria favorável. Deixando de parte os antigos tratados que ainda dependiam de interpretações e da identificação dos acidentes, vamos recorrer à prova da ocupação que é objetiva e por consequência irretorquível.

Provaremos, não só que o Brasil, em 1810, levava até o Apa, como já o fazia desde 1797, a linha de vigilância de sua fronteira, mas também que daí por diante nunca mais deixou de exercer até lá a sua jurisdição militar.

Em 1810, quando se deu a revolução paraguaia pro-independência, a sua junta governativa cobriu-se ao sul contra a intervenção argentina e para lá deslocou forças do norte para reforçar aquela cobertura. O coronel Antônio José Rodrigues, comandante do Forte de Coimbra e da fronteira sul, reconheceu então, pelas sondagens que fazia até o Apa, que, realmente, as guarnições paraguaias desse curso d'água estavam debilitadas. E que os paraguaios, postados na barranca sul do Apa e vivendo em boas relações com as guarnições portuguêses, nada temiam nessa frente nem domínio algum exerciam ao norte desse rio.

Os portuguêses de sua parte, desde a fundação do Presídio de Miranda, enviavam até o Apa, as suas *rondas*. Estas guardas volantes estabilizavam-se, por vezes, quando a vigilância da fronteira se tornava mais ativa, e não raro se fixavam face a face aos postos paraguaios. É o que nos mostra o ofício de 10-12-811, do sargento-ajudante José Antônio Teixeira Cabral, comandante de Miranda, ao encaminhar para Vila Bela três paraguaios que procuraram refúgio no Brasil :

Remeto a V. Exa. esses dois Hespanhôes e essa Hespanhola que me remeteu o capitão Leite actual Comandante da Guarda do Apa, os quais vierão dezertados...

Veja-se agora, pelo ofício de 20-2-813, outra prova de que as guarnições de Coimbra e de Miranda tinham na devida consideração a fronteira pelo Apa. Certas de que esse era também o pensamento do governador, até lá exerciam a sua vigilância, como se lê no ofício do tenente José Craveiro de Sá, comandante de Miranda :

Enquanto asuposta linha de limites, que eu pensava ser o Rio Apa, em V. Exa. me fala, eu o aachei aqui emprática, de sorte q. sempre mando sondar lhe as margens do referido Rio.

Este documento dá testemunho de que o rio Apa era reconhecido na Capitania como limite sul. Outrossim, nessa convicção, estava o comandante de Miranda. Este oficial, encarregado da vigilância da fronteira, mandava, não só freqüentemente, como afirmamos, mas sempre sondar lhe as margens. Craveiro, que há muitos anos vinha servindo nas guarnições de fronteira, acrescenta que essa era a prática que encontrara no Presídio.

Ora, contra essa vigilância da fronteira até o Apa, em que andavam sempre as guardas volantes do Presídio de Miranda, não consta

que se abespinhassem os fortins paraguaios da margem sul daquele rio.

Oeynhausen, o capitão-general dêsse tempo, desejava que fôssem estabelecidos postos avançados permanentes na fronteira sul. Disso, no entanto, procura dissuadi-lo o coronel Rodrigues, mostrando que era difícil a manutenção de tais postos e que a vigilância móvel satisfazia. Eis como argumenta aquele comandante de fronteira, em ofício de 27-7-813 :

fiquei inteiramente persuadido que os Hespanhôes já não fazião doque guarnecer alguns postos principais da Front^a. para assim poderem guardar as suas Estâncias das continuas irrupções que os indios emtidos os tempos lhes tem feito... Portanto, na conformid. doque V. Exa. me Ordena em o último Oficio de 23 de Dezembro, sobre se deveríamos igualmte. adiantar algum Estabelecimento, sem que sepassa-se alem dasuposta Linha divizoria; sobre este objeto devo informar a V. Exa. que noque dis respeito aeste Rio, ema's adjacentes Campanhas, não há lugar que possa ser ocupado, por cauza das anuais inundações emque tudo fica submergido; por esta cauza oque só podemos conservar hé uma ronda como efestivamte. tinha no Rio Negro (Baía Negra), que hé osuposto limite (na margem ocidental do rio Paraguai).

Assim argumentava Rodrigues quanto a vigilância de Coimbra sobre a margem direita do rio Paraguai. A seguir passa éle a examinar o caso da fronteira terrestre sob a vigilância do Presídio de Miranda :

Porem relativo a Miranda suposto que não tenho os verdadeiros conhecimentos daquela Campanha, pois tudo por informações sei que hé aberta por toda aparte, epor tanto couza alguma influirá hum estabelecimento junto asuposta linha (do Apa),

principalmente, sendo dosque a Capitania pode estabelecer, atendendo a falta de população que ainda tem aquela em huma vasta, e aberta campanha denada serve; por esse motivo julgo mais vantajoso huma, ou mais rondas volantes que hê Realme. o que podemos ter por que com elas se vigião os diferentes pontos e aquela quer movimento, que os Hespanhóes pertendão fazer pr. qualquer parte da Fronta, seremos imediatamente avisados; o que nunca pode desempenhar hum Estabelecimento. ou guarda permanente, por ficar mais exposta aquela repentina surpresa, logo que ella não seja verdadeiramente respeitável.

Eis aí como o coronel Rodrigues pôe em evidência que o domínio português se exercia por aquela forma até o Apa. Tão evidente era esse domínio que ele, à vista das dificuldades do momento, julgava não se fazer necessário um posto avançado permanente, na linha do Apa.

Por tudo quanto vimos de mostrar, verifica-se, portanto, que os paraguaios não chegaram a estabelecer-se ao norte do Apa, nem tão pouco os portuguêses e brasileiros deixaram de exercer domínio até a calha daquele rio.

Esta foi a situação a que chegamos nos albores de nossa independência. Em nosso ajuste de contas com o Paraguai nada lhe ficamos a dever nesse ponto. Nem, depois disso exigiu mais o Brasil da nação vizinha.

Após a Independência continuou ininterrupto o domínio do Brasil até o Apa — Mostramos linhas atrás que o Brasil, sob a forma de vigilância armada, exerceu domínio sobre a fronteira sul de Mato Grosso, e que, ao chegar o Paraguai à independência em 1810, ano da definição do uti possidetis, já encontrou ali, na linha do Apa, as nossas rondas volantes.

Com esta nova república, porém, nem o Brasil nem as nações vizinhas conseguiram entrar em negociações até a morte de França, em 1840. De sorte que, quando a ditadura paraguaia passou para as mãos de Carlos López, ainda permanecia a mesma situação de fronteiras ao sul de Mato Grosso: as guardas paraguaias não passavam da linha do Apa e a nossa vigilância ia até esse rio. Vamos fundar esta asseveração no testemunho de um sábio francês, insuspeito, Francis Castelnau (2), que excursionou longamente pela América. Este notável investigador, ao descer o médio-Paraguai em 1845, verificou que a soberania do Brasil se exercia efetivamente até o Apa:

Na estação das secas, o comandante do Forte de Miranda envia mensalmente uma patrulha até as fronteiras do Paraguai. Estes destacamentos gastam quinze a vinte dias na viagem de ida e volta, e são constituídos de sete soldados, comandados por um soboficial (cadete ou sargento). os homens vão a cavalo e levam consigo animais de carga, sendo o rio Apa o ponto extremo da jornada.

De que tais guardas volantes percorriam efetivamente aquela região, Castelnau mostra-o, narrando a seguinte ocorrência: Certa vez um desses destacamentos perdeu-se (ou, para nós, simulou perder-se) e foi bater num posto paraguaio no Aquadabaní ao sul do Apa. Em 1844 repetiu-se esse incidente. O comandante do destacamento brasileiro (ao certo, para despistar) levava por escrito estas instruções:

O segundo cadete, José da Silva Alvarenga, acompanhado de um guia e sete soldados, irá percorrer os campos até a margem do Apa; durante o trajeto, observará-se os índios que residem nos limites de nosso terri-

(2) FRANCIS CASTELNAU. *Expedição às regiões Centrais...* ed. da Brasileana, 1º vol., págs. 293-94.

tório se acham presentes nos referidos campos. Se no desempenho desta incumbência verificar a possibilidade de encontrar formalmente os nossos vizinhos da república limitrofe, deverá pôr-se em comunicação com êles. Havia por parte de alguns súditos da mesma república o desejo de vir visitar o Presídio, deverá acompanhá-los, defendendo-os e auxiliando-os de todos os modos e, e qualquer circunstância, tratando-os com polidez e da maneira mais amical. Quartel do Comando de Miranda, 3 de julho de 1844. (a) *Feliciano Pereira Guimarães.*

Desta feita, porém, o comandante do pôsto paraguaio ao sul do Apa (por não agüentar o disfarce) lançou por baixo daquele documento, em tom de desafio, o seguinte visto :

O oficial brasileiro voltará com seus homens, sendo-lhe fornecidos socorros necessários até o Rio Apa, em direção ao qual deverá seguir o mesmo caminho utilizado na vinda. Previne-se que nenhuma excursão desta espécie poderá retentar-se deste lado do rio, Apa, até que sejam definitivamente resolvidas as relações da república com o império. Pôsto de Bustos Aquadabanigi, 26 de julho de 1844. (a) *Manuel Concha, Comandante militar de Concepcion.*

Por êstes dizeres do oficial paraguaio, verifica-se que as autoridades paraguaiaas reconheciam e controlavam a sua fronteira apenas até o Apa, e, outrossim, reconheciais que o Brasil estava no direito de policiamento até êsse rio. E quem diz policiamento, diz domínio.

A posição do Brasil na fronteira paraguaia ficou praticamente nessas condições até os primeiros anos do governo de Carlos López. Assim que êle tomou pé nos negócios públicos, passou a entender-se com o Império. Todavia, em vez de reconhecer as confrontações até ali

existentes, pelo corte do Apa, deu preferência à tese de Azara e lançou as vistas para o Rio Branco, sustentando que até lá iam os direitos do Paraguai. Assim procedeu, não certamente porque estivesse apoiado em direito preexistente, mas porque se fiara num trunfo, estranho ao pleito de limites : o domínio fluvial do baixo Paraguai. Na verdade, da navegação dêsse trecho do rio carecia o Império para comunicar-se com o longínquo Mato Grosso, pela enseada do Prata. López fecharia evidentemente êsse negócio, cedendo êle a navegação daquele trecho do rio ao Brasil, uma vez que o Império, em trôco, renunciasse os seus direitos territoriais até o Apa e concordasse no recuo da fronteira para a linha do Rio Branco. Realmente, Carlos López manejava um bom trunfo. Escorado nêle, esperava que o Brasil condescendesse.

As coisas, porém, ficaram nesse pé. Não pararam, no entanto, as atividades dos súditos e dos poderes públicos do Império na ocupação e vigilância do sul de Mato Grosso. Desde 1836, os irmãos Lópes (os Lópes brasileiros) e outros brasileiros, vindo de São Paulo, primeiro, por Santana do Paranaíba, e depois pelo varadouro Brilhante — Nioaque, sondam o sul da Província e se vêm instalando ali, um a um, na criação de gado. Em 1848, toca ao barão de Antonina, com seus grandes recursos e sua visão de estadista, iniciar as viagens fluviais do pôrto de Jataí, no Tibagi, ao das Três Voltas, no brilhante, e, daí, pelo varadouro respectivo, a Nioaque e ao Miranda. Vincula dessarte, êsse homem arrojado, as vias navegáveis do planalto paranaense ao rio Paraguai, promovendo obras de colonização no sul matogrossense e carreando para ali colonos e trabalhadores brasileiros que vinham afeitos ao florescimento daquela região. Não tardou que o governo imperial, advertido pelos incidentes de 1850 e 1855, reconhecesse na descida dos irmãos Lópes e outros criadores paulistas para o

sul de Mato Grosso, e nas iniciativas do barão de Antonina, que urgia estender àquela região o bafejo dos poderes públicos, estimulando as iniciativas particulares e realizando ali obras de povoamento e colonização.

Em consequência do incidente de 1850, em Fecho-dos-Morros, o comandante de Miranda teve ordem de manter em caráter permanente o posto militar de Nioaque. Em 1853, Leverger, no governo da Província, recomenda ao mesmo comandante providencie a desobstrução dos rios Brilhante e Nioaque e a abertura de um caminho, pelo varadouro, entre os dois rios. Em 1855, chegam a Nioaque, vindos de S. Paulo e do Paraná, pelo itinerário dos rios e do varadouro, homens de negócio, mercadorias, criadores, assim como, gente e petrechos de campo e lavoura para as fazendas do barão de Antonina. Em 1857 é o major Julio Anacleto Falcão da Frota, com sua unidade, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé, que chegam a Nioaque, transportados pelos meios de navegação organizados pelo Barão.

Cumpre notar, porém, com ou sem aquelas iniciativas do barão e a ajuda de Leverger no governo, jamais ficou aquela fronteira privada da vigilância de nossos postos volantes ou *rondas*, como lhe chamavam, até a linha do Apa. E tão respeitado era esse domínio do Brasil que as forças paraguaias, fazendo embora assento na margem esquerda daquele rio, não ousavam cruzá-lo, a não ser talvez com elementos em missão de espiãoagem, vale dizer, furtivamente.

Vários documentos inéditos que encontrei no Arquivo Histórico de Cuiabá, dão testemunho: primeiro, que as nossas *rondas* continuaram fazendo, sem interrupção, o policiamento da fronteira até o Apa; segundo, que esses contingentes entravam em contacto com os fortins ou postos paraguaios estabelecidos à sua margem esquerda, contacto esse que se realizava, por vezes, amistosamente, e nem ao menos recebiam protestos nos seus giros até

a barranca norte do rio, nem eram intimados a retirar-se.

Para fazer prova desta assertiva, basta que traga à baila um documento de cada um dos anos de 1854, 55 e 62, relativos ao governo de Carlos López, sendo que este último documento precede apenas um mês à ditadura de Solano López. O primeiro é a parte de 27-V-1854 do 2º cadete João Batista de Almeida ao comandante de Presídio de Miranda, cujos principais tópicos aqui transcrevo:

Comecei a diligência no dia 10 do corrente com 1 cabo, 8 soldados armados e equipados e 6 índios que nos serviram de guia em direitura ao Rio denominado Apa;... em o 8º dia pelas três horas da tarde cheguei à margem daquele rio, onde além do mesmo se acha colocada uma trincheira com sua guarnição de 50 praças pouco mais ou menos, cujo destacamento é dos espanhóis da República do Paraguai. No mesmo momento dirigi-me a mim o comandante e mais 4 praças com o fim de saber o meu destino: apresentei a minha guia a ele, e depois de a ler disse-me que não me facultava o ir descansar-me dentro da dita trincheira por não haver permissão do seu governo... Ai conservei-me 2 dias para dar descanso aos animais, e no seguinte prossegui o meu regresso, em cuja marcha não encontrei novidades até chegar a este Presídio.

O documento de 1855 é mais expressivo ainda. Convém conhecê-lo palavra por palavra. É a parte de 3-I-1855 do alferes José Martins Tunes de Castro ao seu comandante em Miranda, capitão Miguel Angelo d'Oliveira Pinho:

Parte por ordem de V.S. Marhei d'este Presidio no dia 10 de Dezembro do ano proximo findo, com um Furriel, um Cabo d'Esquadra, 28 Soldados e 19 Indianos, afim de rondar os Campos, entre os rios de Miranda e Apa, outro

sim, para tomar conhecimento d'um fogo, que o cidadão José Francisco Lópes dissera em sua Carta ter anarcido da parte do mesmo rio Apa, entre o lugar denominado retiro e a fazenda, hoje tapera do falecido Gabriel, julgando él, ser esse fogo lançado pelos nossos vizinhos da República do Paraguai. Tenho por tanto a honra de informar a V.S. que a parte do referido Cidadão é inexata, por quanto examinando com a devida atenção os nossos campos, não descobri neles vestígio algum de fogo, e sim na mesma direção da referida tapera porem nos Campos do outro lado do rio, pertencentes a República. Cumpre-me mais informar a V.S. que no dia 28 do referido mês e ano supra, apresentei-me com a fôrça sob o meu comando na margem do rio Apa em frente ao destacamento da Republica ali colocado, e aí me demorei o decurso de 3 horas desmorei o decurso de 3 horas descansando, e durante esse tempo de descanso, fiquei sobre modo penhorado, pela maneira atenciosa por que fui recebido, por algumas pracas do destacamento da mesma Republica, que colocados na margem oposta reconheceram a fôrça e mormente pelo seu Comandante, que depois de ter mandado dizer-lhe, que a fôrça de baixo do meu comando era de paz, mandou-me cumprimentar por um Inferior do seu destacamento pedindo-me que o desculpasse o não poder ele vir pessoalmente falar comigo, pois achava-se incomodado, e que tão bem não podia convidar-me a ir eu falar com él, porque tinha ordem terminante do seu Govêrno para não consentir que fôrça nenhuma Brasileira passasse para o outro lado do rio, bem como pracas do seu destacamento para o terreno do Brasil, havendo em suma troca de cidadade entre mim e o sobre dito Comandante, o qual muito me mandou recomendar que fizesse sentir a V.S. que, éles o que queriam era paz e amizade com o Brasil, e que me retirasse quando

jugasse necessário. Desejando o referido comandante presentear-me mandei agradecer-lhe o seu presente pelo seu Inferior, em consequência da muita chuva, que me obrigou retirar. Finalmente tenho mais a informar a V.S. que, durante a marcha, policiei com a mais minuciosa atenção os nossos campos, e não conheci o mais leve sinal d'haver neles transitado pessoa alguma. É tudo quanto tenho a honra de ponderar a V.S. para seu conhecimento.

O terceiro documento é o ofício de 29-8-862 do tenente-coronel José Antônio Dias da Silva, comandante do Distrito Militar de Miranda, com PC em Nioaque. Informa esse oficial ao presidente da Província que enviou um sargento e quatro praças

a rondar a fronteira até o Apa, e dali observar se na estrada que segue a São Carlos existem vestígios de paraguaios, que tenham entrado no nosso território; e para él reger-se nesta comissão, deí-lhe as Instruções que por cópia autêntica tenho a honra de apresentar a V. Excia.

No seu regresso, no dia 26 do corrente, deu-me parte de não haver encontrado novidade, e que as Instruções que levou havia entregue ao Comandante da Bela Vista, por ter dêle exigido algum papel que determinasse a sua chegada até aquele ponto, pôsto que aquém do Apa...

Eis aí perfeitamente definida a linha limite que separava a vigilância e a defesa da fronteira entre a república do Paraguai e o Império: o rio Apa. Solano López, moco, impulsivo, ambicioso, assumindo as rédeas do poder, precipitou os acontecimentos. Fôsse hábil e prudente, como lhe recomendara o pai, ao certo, o Brasil, que emperrara até 1867 na abertura do Amazonas à navegação mundial, acabaria cedendo alguma vantagem ao Paraguai, a título de compensação, talvez algumas léguas de terras ao norte dos Saltos, até o

Amambai, por exemplo. Diga-se mesmo, até o Iguatemi (3). Naquele tempo, ainda se podia ceder algo naquele rincão das Sete Quedas, que estava em ser. Nada, porém, na frente do Apa, que custara anos de rezinha, de assídua vigilância e de intrépidas jornadas.

Essa porção de terras, do Apa ao Rio Branco, foi o pomo cobiçado por castelhanos e paraguaios. Esse pomo virara a cabeça de Azara. Lázaro de Ribera, para conquistá-lo, lançou-se, mas em vão, contra

o Forte de Coimbra. A última cartada estava reservada a Solano López. Este caudilho, fascinado pelo mando, pensou ganhar na certa e lançou-se à guerra. Foi só então, depois da prova das armas, que se pôde resolver de todo esse velho pleito de limites. O Brasil, entretanto, vitorioso na guerra, não quis um palmo só do que o Paraguai vinha ocupando, e nem um palmo a mais do que vigiaram e palmilharam por largos anos as nossas guardas de fronteira.

(3) Até o Iguatemi foi o que propôs Paranhos a Berges, no Rio de Janeiro, em 1856.

FÁBRICA DE CARROÇARIAS “SILMAR” LTDA.

CARROÇARIAS PARA TODOS OS FINS

Fabricação e Conserto

RUA DEZENOVE DE OUTUBRO, 30 – TEL. 30-8650

BONSUCESSO – RIO DE JANEIRO

OROGRAFIA DE MATO GROSSO

Cel. ANTONIO DE BRITO JUNIOR,
da Inspetoria Geral.

Orografia :

1º e 2º — Parecis e Serras Centrais.
3º — Serras do Sul.

Regiões naturais :

1º — Planalto.
2º — Escarpa.
3º — Pé da Serra.
4º e 5º — Baixada e Pantanal.

OROGRAFIA.

Mato Grosso, conforme diz Elisée Reclus, é uma das porções de menor relêvo do continente sul-americano.

As zonas que figuram como montanhosas são antes simples prolongamentos, bordos ou escarpas do maciço brasileiro.

Estes prolongamentos ou escarpas são ali representadas por elevações que têm a forma de um grande Y.

O braço Oeste dêste grande Y que interessa mais ao Estado que o outro braço, é formado por planaltos, chapadões ou chapadas matogrossenses cujo principal representante é a imprópriamente chamada serra dos Parecis.

O braço Leste do Y, pouco interessa ao Estado. É constituído, pelas serras que se sucedem na direção S.O.-N.E., aproximadamente paralelas ao curso do Paranaíba-Paraná, desde as cabeceiras do Arauáia e seus tributários superiores, até as cabeceiras do rio Pardo.

A Serra do Baú é o nó orográfico que une o sistema matogrossense ao goiano.

Quando os dois braços dêste grande Y se reunem para formar a perna desta letra, surge a Serra de S. Jerônimo que se prolonga se-

gundo a direção NNE-SSW com os nomes de Serra Amambai, no Brasil, Serra Maracaju em toda a extensão que baliza nossa fronteira com a República do Paraguai e nomes locais de S. Joaquim, Caaguazu e outros nessa República onde se prolonga para o Sul, rumo e até próximo a Encarnación.

Convém registrar aqui a confusão reinante nas denominações das Serra de Amambai e Maracaju, aplicadas indistintamente nas cartas.

Com o fim de afastar essa confusão de denominações ora reinante, assentaremos de vez o nome de Maracaju para a cordilheira fronteiriça que se estende das cabeceiras do Estréla ao rio Paraná, reservando-se por razões históricas, plenamente justificadas pelo Gen. Malan, o nome de Amambai para a parte mais alta do chapadão que constitui o arcabouço central do Sul de Mato Grosso.

Sobre este mesmo assunto assim se manifesta também o Visconde de Taunay, em suas Memórias: "Nos mapas de Mato Grosso esta designação (Amambai) é reservada à parte da cordilheira que corre em território brasileiro, sendo a de Maracaju mais particularmente aplicada à paraguaia; mas nas localidades não achei essa distinção e indiferen-

temente se dizia serra de Maracaju ou Amambai, até muito mais aquêle nome do que este".

De um ponto de vista geral, a orografia do Estado de Mato Grosso pode ser dividida em três partes distintas :

1º e 2º — Planalto dos Parecis e Serras Centrais :

A Serra dos Parecis é antes um maciço ou planalto que se estende desde próximo da margem direita do Madeira, na região das cachoeiras, até ligar-se à serra da Chapada, do sistema das elevações do Estado das Serras Centrais. No seu longo desenvolvimento em mais de 8º de longitude, corre em grande parte quase paralelamente ao rio Guaporé.

Comumente suas elevações variam de 300 a 800 m.

O conjunto Parecis-Serras Centrais, toma diferentes nomes locais :

- Tombador, entre formadores do Tapajós, vai até Diamantino ;
- Araras, entre o rio Paraguai e o seu grande tributário Cuiabá. Em particular entre Cáceres e Cuiabá, há um conjunto de elevações paralelas separadas por vales longitudinais estreitos e orientados na direção NE-SW ;
- Azul, divisória de águas da vertente meridional do Tapajós e Xingu das que vão para o Cuiabá e o rio das Mortes ;
- Roncador, entre as bacias do Xingu e do Araguaia ;
- Cangalha, divisória de águas do S. Lourenço e do Cuiabá ;
- Finalmente, a serra da Chapada, nas cabeceiras do S. Lourenço, guarnece a margem esquerda dêste rio com o nome de Brigadeiro Jerônimo até próximo de Rondonópolis e toma nomes diversos : Coroados, Gibóia, Itiquira, Saudade, etc. Constitui uma das maiores saliências do divisor Amazonas-Prata e faz a ligação das Serras Centrais às Serras do Sul.

Na serra da Chapada, próximo e a NE de Cuiabá, fica o ponto de maior altitude de todo o Estado com cerca de 1.300 m.

Estas serras ou planaltos, definem o divisor das bacias amazônica e platina e tem seu maciço principal na direção geral NW-SE.

Sobre as alturas que dominam as planícies do Alto-Paraguai e seus afluentes superiores, assim se expressa Reclus :

"São a borda de um chapadão levemente inclinado, carcomido pelos rios que descem para o Amazonas ; são tabuleiros e não montanhas atingindo aqui e acolá uns 1.000 m de altura, enquanto o próprio paredão tem apenas 500 m de elevação média.

Do lado do Sul, o chapadão mergulha-se repentinamente na Baixada em contrafortes extensos e a prumo."

Para o Amazonas, as terras descem em taludes suaves e abrem-se ao longo de extensos vales, recobertos de florestas, no grande arco cujos extremos são delineados pelo Araguaia, a L, e pelo Madeira, a W.

Para o Sul, o maciço cai abruptamente sob a forma de talhões e as terras como que se fecham, vergindo sobre os rios Paraguai, a W, e Paraná, a L.

O trabalho dos cursos d'água forçou o recuo do divisor provocando o retalhamento e desagregação de tal modo que, para o observador colocado na Baixada, o relevo resultante se apresenta com o aspecto de Serras.

Entre a escarpa meridional dos Parecis e a Baixada propriamente dita, o relevo matogrossense oferece um certo número de alturas de importância, orientação e composição geológica diferentes. Constituem como que um primeiro degrau do planalto. São pequenos maciços isolados na planície, formados pelas reentrâncias dos vales profundos dos rios S. Lourenço, Cuiabá e Paraguai, com vestígios não arrazados pelo trabalho das águas.

O "divortium-aquarum" amazônico-platino, tão extenso, não se apresenta com a continuidade articulada e predominante que naturalmente se devia esperar para estas duas bacias tão importantes.

Com efeito, as cabeceiras mais meridionais dos formadores do Guaporé entestam com as cabeceiras de tributários do Paraguai, em vasta planura onde apenas sobressaem os morros divisórios de Boa-Vista e Quatro Irmãos.

A espaços, assinalam-se várzeas que as inundações transformam em lagoas imensas de tal forma que, em algumas ocasiões, por cima de sua cobertura vegetal, poder-se-á vir, embarcado em canoas, desde Belém do Pará, até S. Diogo e Sant'Ana, no coração da Bolívia.

3º — Serras do Sul :

a) A Serra de Amambai, principal representante das serras do Sul, é uma ramificação longíqua do Planalto Central que provém de Goiás, por Baús.

O sistema orienta-se inicialmente na direção NE-SW, aproximadamente paralelo ao curso do Parnaíba-Paraná, até as cabeceiras do rio Pardo; depois já com o nome de Amambai se desenvolve na direção NNE-SSW; passa por Campo Grande e Ponta Porã; serve de limites com o Paraguai daí até as cabeceiras do Iguatemi e avança pelo interior da república vizinha sob a forma de lomas ou cerritos cuja cota mais alta é da ordem de 650 m, visando alcançar Vila Encarnación.

No trecho brasileiro, apresenta uma ligeira inflexão para W, máxima no trecho entre Nieque e Ponta Porã e termina, com este nome, nas nascentes do arroio Estrela, formador do Apa.

A partir daí continua com o nome de serra de Maracaju, na direção NNW-SSE, até as cabeceiras do Iguatemi. Com este mesmo nome, lança na altura do paralelo 24°, ao Sul do Iguatemi, uma ramificação rumo a E, até o rio Paraná, onde a constituição geológica do solo dá origem aos saltos de Guaira, mais conhecidos pela imprópria designa-

ção das Sete Quedas. Pelas Sete Quedas liga-se o sistema à nossa serra Geral do maciço Atlântico.

A chamada serra do Amambai nada mais é que a faixa mais elevada do Planalto que apresenta a singularidade de oferecer declive lento, suave e facilmente abordável a L, enquanto se precipita geralmente abrupta, íngreme, para W.

Esta parte mais alta do Planalto, imprópriamente chamada serra de Amambai, tem a altitude média entre 500 e 600 m e, em Limeira, tem o seu ponto mais elevado.

Constitui o divisor de águas entre as vertentes dos rios Paraguai e Paraná.

O nome de "Serra" se aplica mais propriamente à escarpa que forma a frente do Planalto para W.

Este divisor por vezes avança na baixada a W e suas saliências são chamadas "trombas", como as que se observam, em particular, nas cabeceiras do Aquidauana. Por vezes ainda estas saliências trabalhadas pela erosão, são seccionadas e se apresentam como montanhas tabulares isoladas ou como verdadeiras muralhas alongadas e gigantescas que os agentes geológicos não puderam ainda esboçar completamente, por encontrarem aí rochas mais resistentes; são os piões, baús ou cuscuzeiros.

O mesmo fato acontece mais para o N com as elevações que cercam a bacia superior do S. Lourenço e com o espigão divisor entre o rio Paraguai e seu tributário Cuiabá.

b) Serra da Bodoquena é uma considerável sucessão de elevações irregularmente dispostas, com altitude média entre 200 e 400 m e máxima de 550 m, constituída de terrenos calcáreos que aparecem no Pé da Serra e no Sul do Estado.

Compreende-se como Pé da Serra a faixa intermediária que se desenvolve a W da serra de Amambai, entre o Planalto e a Baixada.

Apresenta-se com o aspecto de cordões de serras paralelas, ora separadas por vales estreitos e profundos, ora por planícies, com cristas descambando para um lado e para outro, à guisa de dobras.

Formam estas serras um verdadeiro arco que vem de SW, face a Pôrto Murtinho com os nomes de Bocaina, Coroados, etc., inflete para o N e depois para NW, até a região próxima e ao SE de Pôrto Esperança.

Aparece a Bodoquena como uma ruga na vasta planície baixa que separa e restringe a região pantanosa e ribeirinha do Paraguai, do resto da baixada.

Na região entre Nioaque e Sidrolândia, onde as trombas são mais freqüentes, a Bodoquena se desenvolve na frente da serra de Amambai da qual se acha separada pela depressão do vale do rio Miranda.

c) Sérro de Margarida, no Sul do Estado e no Pé da Serra, é notável pelo seu isolamento e visibilidade a grande distância. Fica situado a cerca de 20 léguas a L de Pôrto Murtinho.

d) Já na região da Baixada propriamente dita, distinguimos alguns destacados relevos orográficos que se sobressaem pelo impressionante contraste com a imensidão da planície e revestimento de mata mais ou menos densa, principalmente nas encostas, com aspecto de tufo muito diferente da demais vegetação circundante.

Tais são :

— Fêcho dos Morros, situado aproximadamente a 35 km ao N. de Pôrto Murtinho. É o acidente orográfico que define o extremo S. do Pantanal e contribui, com o ramo SW da Bodoquena, para dar ao rio Paraguai regime hidráulico distinto do curso a montante. O rio habituado a divagar livremente é reduzido e enclausurado pelo terreno.

O acidente é principalmente constituído por 3 morros de altura média de 70 m em relação ao nível do rio, separados e distribuídos sobre as duas margens e no leito, como pilares de uma ponte. O morro da margem direita (da Rep. do Paraguai), chamado S. Pedro, sobressai pelo seu contraste e isolamento na imensa planície e tem certo comandamento sobre o característico morro da margem esquerda, ou brasi-

leira, chamado de Pão de Açúcar.

— Sistema de Albuquerque, baliza a margem direita do Paraguai, entre Corumbá e Pôrto Esperança e se apresenta com os caracteres de região montanhosa nas serras de Urucum.

O importante maciço do Urucum é considerado pelo geólogo Fernando de Almeida como constituído de três unidades principais :

1º) O grupo do Rabicho — Santa Cruz — S. Domingos e Piraputanga;

2º) O morro do Urucum;

3º) A tromba dos Macacos.

Este maciço impressiona pela sua grande altitude da ordem de 1.100 m em contraste com a planura imensa do Pantanal.

Aí se acham as maiores reservas de ferro e manganês do mundo.

Para o S, os restos destas serras já se apresentam com caracteres de morros mais ou menos isolados cujos últimos testemunhos vão morrer, à mesma margem do rio, em Coimbra.

A não ser as alturas importantes que bordejam Corumbá, não possui nossa fronteira com a Bolívia uma linha contínua de alturas que assegure uma cobertura natural.

Para W de Corumbá, esta série se estende, penetra na Bolívia e seus afloramentos são visíveis ao longo da E.F. Brasil-Bolívia desde a estação de Yacuces, no km 68 (km 0 em Corumbá).

No limite N do Chaco Boreal, se desenvolvem os degraus dos contrafortes andinos que constituem o "divortium-aquarum" das bacias do Amazonas e do Prata. É o chamado planalto do Chiquitano formado das serranias de Sunzas, de Santiago e de S. José que, na direção geral NNW-ESE, se estendem desde depois de Santa Cruz de la Sierra até pouco antes de nossa fronteira.

Este conjunto, cujo desenvolvimento fica na altura do paralelo que passa pela confluência do S. Lourenço, não alcança a W a cordilheira andina, nem a L se liga às alturas que bordejam o rio Paraguai, de

modo descontínuo, de Corumbá para o Sul.

A via férrea Brasil-Bolívia corre através os divisores secundários do planalto de Chiquitano que constitui o terreno mais firme e praticável para se ir do Alto-Paraguai até a cordilheira andina.

Ao N desta extensa elevação correm as águas que irrigam as planícies do Mamoré; a W se estende a planície cheia de dunas onde corre o rio Grande, tributário do Mamoré; a L e NE estão os formadores do Alto-Paraguai; e, finalmente, ao S, está a monótona planura do Chaco.

(Ver o trabalho sobre o Chaco Def. Nac. n. 472, de nov. 1953.)

Não mais compreendida na região do Chaco, de Corumbá a São Matias (a SW de S. Luís de Cáceres), as terras são muito baixas, alagadiças e cheias de lagoas que caracterizam este trecho da fronteira boliviano-brasileira.

Regiões naturais de Mato Grosso:

A região S de Mato Grosso compreendida entre o S do sistema Paracis, L do rio Paraguai e W do rio Paraná, comporta as seguintes regiões naturais que, enumeradas de L para W, são as seguintes:

1º) *Planalto:*

Ao S da via férrea e imediatamente a W do rio Paraná, se desenvolve o Planalto.

Parece a continuação da orla ocidental do chapadão paranaense que, ao atingir o Alto-Paraná, apresenta o traço fisiográfico mais característico desta região qual seja a reduzida e quase nula proporção de sua baixada em flagrante contraste com a imensidão da baixada do Paraguai.

Nas barrancas do Paraná, tem o Planalto a altitude média de 250 a 300 m e, em sua parte mais alta a W, na impropriamente chamada serra de Amambai-Maracaju, tem a altitude média entre 500 e 600 m.

Este Planalto se caracteriza por suas formas mais ou menos planas.

São suaves as ondulações do terreno que se estendem na direção geral NW-SE entre os numerosos tributários da margem direita do Paraná, das quais as mais expre-

sivas são os cerritos de Santa Maria, próximo ao rio dêste nome.

As chamadas "serras" são encontradas na sua borda exterior de W, formando o divisor de águas entre vertentes dos rios Paraná e Paraguai.

Na parte S e nas proximidades de Ponta Porã, observamos colinas de contornos arredondados e um tanto alongadas de W para L cobertas de seixos responsáveis pela preservação destas superfícies, um pouco mais altas.

Os tributários do Paraná descem suavemente o Planalto em cursos quase retilíneos, aproximadamente paralelos e com a direção geral de NW para SE.

Os tributários do Paraguai, ao contrário, não regam o Planalto, caem-lhe do sopé correndo logo a Baixada em cursos caprichosamente sinuosos.

É interessante assinalar a presença no Planalto de extensos areais que dão às véses o aspecto de deserto à região.

Quanto ao revestimento (visto no estudo sobre Vegetação de Mato Grosso), domina por suas consideráveis extensões o tipo campestre: cerrados ou campos.

É a região de maior interesse sob o ponto de vista militar uma vez que nela se desenvolve a principal linha natural de penetração na qual já correm os eixos rôdo e ferroviários que, de Ponta-Porã, na fronteira, vão ter ao maior centro econômico do Estado: Campo Grande.

2º) *Escarpa:*

A Escarpa é o desnível abrupto ou degrau do Planalto, face ao Pé da Serra, constituído de terras desmoronadas por efeito de erosão.

Constitui um poderoso obstáculo com poucas e precárias passagens, facilmente barráveis.

Apresenta um desnível de cerca de 300 m e está muito recortada pela erosão dos rios Aquidauana, Miranda e Apa.

Na região de Aquidauana e um pouco para o N, em particular, a escarpa se apresenta quase verticalmente o que lhe dá um aspecto im-

O revestimento característico da região, por sua heterogeneidade, toma o nome de complexo do Pantanal.

Pastagens naturais, das melhores do Brasil tropical, dão à pecuária um relêvo peculiar. É ainda uma excelente região para a plantação do arroz; outras culturas serão a cana, o fumo e o algodão.

A seringueira dá bem na parte N e na parte meridional, o quebracho, planta produtora de tanino, constitui uma importante riqueza natural, cujo mercado é Pôrto Murtinho. O grande centro regional é, porém, a cidade de Corumbá, à margem direita do Paraguai.

Existem muitos caminhos e trilhos que cortam o Pantanal em várias direções.

A natureza do solo e a extensão de grandes áreas inundadas por largo período do ano, tornam estes caminhos mui precários, de conservação difícil e impraticáveis no período das enchentes.

A capital do Pantanal é Corumbá que, apesar de seu isolamento e grande afastamento dos centros mais importantes do Estado, é de grande valor militar por constituir uma notável cabeça de ponte dominada por maciços imponentes, pelo seu valor econômico como centro comercial e distribuidor, pelas grandes reservas de ferro e manganes existentes em Urucum, pela sua localização nas proximidades da trijunção internacional Brasil-Paraguai-Bolívia, pelas instalações do velho Arsenal de Ladário e, finalmente, pelas refinarias que ali deverão ser construídas e que transformarão essa cidade no maior centro abastecedor de carburante de todo centro e sul da região.

Sob o ponto de vista operacional, constitui o Pantanal uma região passiva, em particular na época das

enchentes, pela extensão das áreas inundáveis, pela constituição geológica de seu solo, pela precariedade das estradas existentes e dificuldades de sua conservação e pela rudimentar economia ali dominante.

BIBLIOGRAFIA

1. Mato Grosso — Prof. Virgílio Corrêa Filho.
2. Geogr. Regional do Brasil — Prof. Delgado de Carvalho.
3. Relêvo do Brasil — Prof. Delgado de Carvalho.
4. Oeste — Nelson Werneck Sodré.
5. Boletim Geográfico n. 4, de 1943.
6. Região S de Mato Grosso — General Malan (Revista Militar Brasileira de 1927).
7. Morfologia do S de Mato Grosso — Prof. Faissol, do C.N.G.
8. Amérique du Sud — Pierre Denis (Tomo IV da Geographie Universelle de Vidal de la Blache).
9. Chaco — Trabalho anexo — Ten.-Cel. Antônio de Brito Junior.

OLEO DE

 Riga
 para seus
 Móveis

A ECONOMIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Major JORGE E. M. FORTES

Este trabalho nada mais é que a compilação
do que há escrito nos livros mencionados
na bibliografia

1º Palestra :

- Antecedentes
- Ciclo do pau brasil

INTRODUÇÃO

A História do Brasil, como toda História Política, é influenciada pelos fatores econômicos. A situação econômica de um país reflete-se poderosamente na atuação do povo, e consequentemente do governo, gerando esta os fatos políticos que constituem a História.

Descoberto por um povo economicamente caracterizado pela exploração de produtos que lhe dessem lucros imediatos, o Brasil se tornou a base do comércio português, sendo seu desenvolvimento econômico condicionado à procura e desenvolvimento daquilo que, em cada época, fosse mais lucrativo na Europa. Daí a tendência monocultural quantitativa que nos caracterizou até poucos anos atrás e que tem ainda tão grandes repercussões em nossa economia.

Esta pode, por isso, ser nitidamente subdividida em fases ou ciclos, em que a prioridade dada à exploração de um produto alia os demais das preocupações dos colonizadores e, posteriormente, dos capitalistas nacionais.

O primeiro ciclo foi o do pau brasil, seguido do da cana de açúcar, do da mineração e, finalmente, do do café. Cada um deles não pode, em geral, ser definido por datas precisas. O ciclo corresponde ao período áureo da explo-

ração. A queda na procura de cada um dá origem a fases de transição, de pesquisa e desenvolvimento de outro, com reflexos imediatos na orientação do governo, da metrópole ou da nação. Nem o fim do ciclo significa o abandono do produto: ele continua a ser explorado e a dar lucros, mas sem a característica de domínio sobre os demais, que goza em seu apogeu.

ANTECEDENTES

Saindo da obscuridade da Idade Média, os povos europeus voltavam-se para as preocupações do corpo, buscando para seu conforto não só o luxo das pedras preciosas e fazendas, como os condimentos para a preservação e preparação dos alimentos.

Os relatos de Marco Polo foram causa indefinida da busca daquelas especiarias orientais, provocando o incremento comercial e dando a Veneza e Gênova as riquezas que possuíram, graças ao monopólio do contacto com as Índias.

Veneza apanhava em Alexandria as especiarias trazidas pelo Oceano Índico e Mar Vermelho; os barcos genovezes iam ao Mar Negro receber as demais mercadorias, trazidas pelas caravanias que percorriam a "estrada das sêdas", através a Ásia Central.

(*) Série de 4 palestras realizadas no C.P.C.E.E.M.

Adquirindo o sentimento nacional apôs a batalha de Aljubarrota (1385), o povo português obedeceu ao destino histórico determinado pelas condições de seu território: lançou-se à navegação, estimulado pela febre de riquezas e pelo obstáculo criado com aquêle monopólio das repúblicas itálicas.

Da Escola de Sagres, fundada pelo infante D. Henrique, no início do século XV, saíram os navegadores que, procurando contornar a África, foram avançando pelo Mar tenebroso, estendendo paulatinamente a conquista portuguêsa, até que Bartolomeu Dias, dobrando o Cabo das Tormentas e reconhecendo parte da costa oriental africana, permitiu o feito de Vasco da Gama, que encerrou vitoriosamente o século de tenacidade dos portuguêses.

A importância do descobrimento português foi acrescida pelo fato de, meio século antes, terem sido fechadas a "rota das especiárias" e a "estrada das sêdas" pela conquista de Constantinopla pelos urcos, não tendo sido diminuído com a descoberta de Colombo, porque este não trouxe para a Europa, como fez o Gama, as tão cubiçadas riquezas das Indias.

CICLO DO PAU BRASIL

No momento em que o Brasil foi descoberto, Portugal ainda nem mesmo havia tomado conta do novo monopólio, embora se tenha garantido contra o novo competidor, a Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas. Foi a esquadra destinada à execução efetiva do comércio com as Indias, montada para o estabelecimento dos entrepostos, que arribou ao Brasil, intencionalmente ou não. Ela aqui não se demorou, nem mesmo para everigar o que a terra possuia e até onde se estendia. Seus tripulantes vieram, contudo, um valor imediato na "ilha" descoberta: boa para nela refrescarem e fazerem aguada as suas (de el-rei) armadas da Índia" (Pero Vaz Caminha).

Recebendo a notícia da nova posse, D. Manuel apressou-se a mandar investigar a possibilidade

de lucro que lhe poderia dar. A esquadra que partiu do Tejo em 1501 percorreu a maior extensão possível da costa, procurando algo comercial; caracterizou, porém, a terra dizendo que dela "si tira grande quantidade de canafistula e do pau brasil — e não achamos mais nada de valor".

Assim definido, o Brasil não podia interessar a um rei que começava a abarrotar a Europa com os produtos das Indias, a ponto de cairam as cotações da pimenta e do cravo na razão de 4 para 1.

Essa descrição da terra relegou-a a plano secundário nos cuidados do soberano português, cuja intenção, a mandar outra esquadra exploradora em 1503, é ainda obscura.

Tal não se deu com os judeus perseguidos pela Inquisição e com outros governos europeus que, como Francisco I, declaravam "nunca ter visto a cláusula do testamento de Adão que concedia tal império exclusivamente a D. Manuel e a Carlos V".

O pau brasil, desde o século XIII, era empregado nos trabalhos de marcenaria e nas fábricas de tecidos, para obtenção de tinta escarlate. Durante esse século, constava nas listas tarifárias aduaneiras como matéria corante.

É portanto com a expedição de 1501 que se inicia o primeiro ciclo econômico brasileiro: o do pau brasil. Era a única riqueza aparente, comercialmente explorável, embora de valor muito menor que os dos produtos indianos.

Este ciclo se caracterizou, no início:

- pelo abandono da terra pelo governo português;
- pela exploração irrestrita do produto, por todos aquêles que aqui viessem e conseguissem a amizade dos indígenas;
- pela ausência de povoamento colonizador da terra, restringindo-se as povoações, lançadas ao longo da costa, em pontos favoráveis à ancoragem e aguada das esquadras, a meros entrepostos coletores do produto obtido pelos indígenas.

Desta fase datam as expedições do cristão-novo Fernando de Noronha que contratou o comércio do pau brasil e preconizou a colonização hebráica nesta terra, pois "ao sul do Equador não havia pecado"; além dêle muitos portuguêses levaram de volta a Portugal as caravelas carregadas da madeira valiosa, quando a fatalidade não os surpreendia com um naufrágio, muito comum para o tipo de embarcação utilizada, como atestam Diogo Álvares Correia e João Raimundo.

Dentre os estrangeiros, os mais assíduos navegadores das costas brasileiras eram os franceses, a sôlido dos armadores de Dieppe (João Anjo), Honfleur e S Malô, cujo monarca prometia atender às reiteradas reclamações de Lisboa, mas continuava a conceder cartas de côrso e a se enriquecer com o contrabando.

A partir de 1510 começou a decair o valor comercial dos produtos das Índias, mas foi só depois de 1530 que a política de empréstimos na Holanda e Flandres, resultante da queda dos preços, e a perda de navios e tripulações provocaram o declínio da supremacia dos mares pelos portuguêses.

Já era outro o rei de Portugal, livre da obsessão de seu antecessor, vendo com outros olhos a possessão americana, preocupando-se com o desvio da riqueza da terra, sem maiores vantagens para a coroa portuguêsa. Procurou fazer valer o monopólio real no comércio do pau de tinta, organizado esquadras guarda-costas para expulsão dos entrelópos. Deviam os capitães fundar feitorias, à semelhança das Índias, que garantissem os bens da fazenda real. Tal foi a origem de Iguarassu, em Pernambuco, fundada por Cristóvão Jaques.

Também houve a preocupação de melhor definir a extensão da terra, levando a esquadra de Martim Afonso o reconhecimento ao norte, até a baía de Gurupi (Diogo Leite) e ao sul, até o Rio da Prata (Pero Lopes de Souza), que os reis

portuguêses tentaram fazer a fronteira natural do domínio lusitano.

O sistema das armadas guardacostas não podia porém surtir efeito em tão enorme extensão. Logo após a passagem da esquadra, os francêses facilmente se estabeleciam, tanto que, de volta ao norte, Pero Lopes teve de combater 70 dêles, estabelecidos em Iguarazu.

Lutando com dificuldades financeiras, Dom João III lançou mão do sistema feudal das capitania para melhor garantir a possessão, oferecendo aos fidalgos empobrecidos uma oportunidade de refazer seu patrimônio.

Nada despendendo na colônia, a coroa garantia para si os melhores lucros da terra, pois se reservava o monopólio do pau brasil, drogas e especiarias, o quinto dos metais e pedras preciosas e o dízimo dos demais produtos. Embora ainda não tivesse sido desvendada a riqueza mineral do Brasil, o rei já a previa, porque os tesouros dos Incas já haviam sido descobertos e era corrente a crença de que "o Oriente era mais rico que o Ocidente". Martim Afonso já havia sido levado por esta preocupação do ouro ao entregar ao degredado Francisco Chaves, em Cananeia, uma tropa de 80 homens, com os quais ele deveria organizar uma expedição "contra o inca", da qual porém não se teve mais notícia desde que se internou no sertão.

A maioria das capitania fracassou, não só pela inaptidão do português que veiu colonizá-las, como pela atuação dos indígenas encontrados em algumas. O reinol que vinha, então, para o Brasil era da pior espécie, porque os melhores, os guerreiros ilustres, a nobresa abastada, ainda continuavam a ser encaminhados para as Índias. Acompanharam os donatários, os seus prepostos, apenas aqueles que queriam aproveitar-se de uma oportunidade de enriquecer facilmente e os sujeitos a penas na metrópole. Não encontrando facilidades na terra, pobre e inexplorada, não se sujeitaram à situação de lavradores, pois,

para tal, não teriam deixado o reino.

Sómente quando o donatário era "severo, estrito, obediente à lei, duro no chefiar", como se dizia de Duarte Coelho, foi possível a prosperidade da capitania, com o abandono delas pelos transgressores da lei e "cabeças esquentadas e irquietas".

Não podendo dominar seus próprios auxiliares, alguns donatários viram seus esforços de colonização destruídos pelos selvagens hostis, continuando a costa a mercê dos aventureiros franceses.

O fracasso dessa segunda tentativa de colonização, comprovado na metade do século XVI, coincide com o princípio do fim do primeiro ciclo econômico. Muito embora o pau brasil ainda continuasse largamente explorado na segunda metade do século e ainda tenha persistido o monopólio real até o século XIX, outro produto de maior valor começou a atrair a atenção dos colonizadores: o açúcar.

De 1550 a 1600, processou-se a fase de transição, mas o problema da manutenção da colônia se manteve ainda sério para o governo português, pois os corsários franceses continuavam a considerar "terra de todos" esta possessão. Portugal procurou então corrigir a dissociação de esforços dos donatários, organizando o Governo Geral, autoridade superior da colônia, com três preocupações principais: fiscalizar os direitos da coroa, instituindo o Provedor-Mór; administrar justiça, corrigindo a impunidade resultante do direito de couto e homizão dado às capitâncias (Ouvendor-Geral); auxiliar os donatários na luta contra os entrelóplos, organizando esquadras sob o comando dos Capitães-Mores da Costa. Atendendo à situação moral dos colonos, vieram com o 1º governador alguns jesuítas e provocou-se o estabelecimento da diocese do Brasil.

A esta organização coube a tarefa de reunir num todo as colônias dispersas e de reprimir tentativas mais fortes de usurpação

pelos franceses, como a do Rio de Janeiro.

GUERRA DO PAU BRASIL

Calógeras chamou de "Guerra do pau brasil" a luta contra os franceses que durou quase um século (1520-1615).

A própria invasão do Rio de Janeiro por Villegagnon, atribuída por alguns à necessidade de um refúgio para os huguenotes perseguidos, perde esta razão de ser ao se investigar o procedimento do comandante francês, ao organizar sua tripulação com elementos católicos e protestantes, ao perseguir os genebrinos trazidos por Bois-le-Comte e ao abjurar as declarações calvinistas feitas a Coligny, talvez apenas para conseguir o apoio dêste à empreza, necessária para fazer resplandecer a fama de guerreiro que Villegagnon estava perdendo.

O estabelecimento da colônia de Sergipe deu incremento à navegação francesa para o Brasil, sentindo-se os traficantes de pau brasil mais seguros sob esta proteção armada. Mesmo depois de expulsos, os franceses tentaram manter um ponto de apoio em Cabo Frio, local já sobejamente conhecido por êles, nas expedições contrabandistas.

Não tinha outra característica o estabelecimento na ilha de S. Luís, da qual se apossaram depois de continuamente rechassados na costa nordeste. Charles de Vaux influenciou a rainha-mãe Maria de Médicis a auxiliá-lo com meios para estabelecimento de uma colônia definitiva, a tal ponto que ela e o infante apareciam na bandeira da esquadra em que La Ravardiére veio para o Brasil. A exploração econômica do Maranhão foi, no entanto, voltada para o fumo e o algodão.

PRODUTOS ANCILARES

Durante este ciclo, de característica nitidamente comercial, apenas produtos que rendessem algo imediatamente poderiam cooperar na economia colonial. Embora Américo Vespúcio houvesse dito que de valor só havia canafistula

e pau brasil, as expedições que aqui vieram levavam também grande carregamento de aves, particularmente papagaios, de grande valor na Europa.

A caça aos índios se tornou também uma atividade rendosa nesta fase. A escravização dos mesmos foi tornada legítima em 1504. A indústria extractiva exigia emprégo

de mão-de-obra condecorada e barata. Ninguém melhor que o próprio indígena. S. Vicente ficou conhecido como o pôrto de exportação de escravos, uma vez que a costa do pau brasil estava mais ou menos delimitada entre o cabo de S. Roque e Cabo Frio.

(Continua)



FUNCIONARIO MUNICIPAL

DOIS BENEFÍCIOS FACULTATIVOS DE IMPORTÂNCIA PARA
A FAMÍLIA LHE OFERECE O MONTEPIO

Pecúlio facultativo

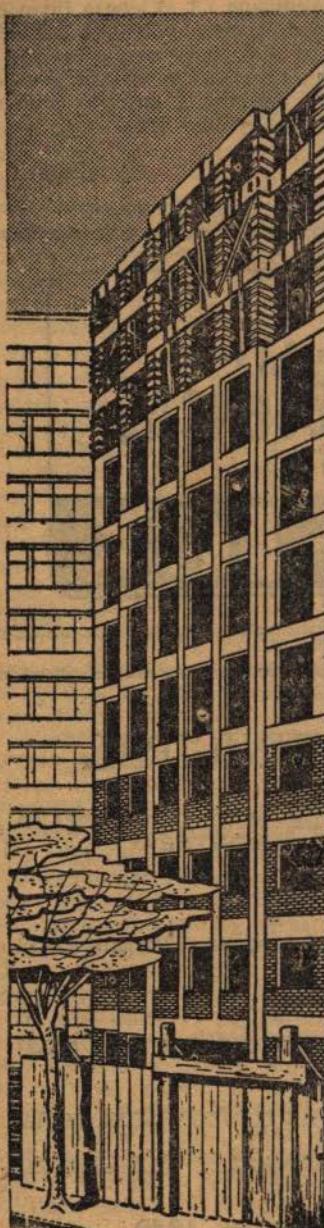
(espécie de seguro de vida em condições excepcionais)

Habilitação prévia

(permitindo o recebimento da pensão em trinta dias)

Procure conhecer as vantagens desses dois benefícios no Montepio dos Empregados Municipais

Avenida Presidente Vargas, 1248



**CONTINUAM
A CRESCER
AS CIDADES...**

JA não causa espanto aos cariocas e aos paulistas o levantamento de novos arranha-céus em suas cidades. Lares e escritórios se formam diariamente, exigindo mais energia elétrica.

São Paulo e Rio cresceram de modo surpreendente. Assim cresceu também a produção de energia elétrica e a produção industrial.

Foram atendidos 605.000 pedidos de novas ligações de força e luz, e 13.000 novas fábricas começaram a funcionar, no período de 1939 a 1954, na região abastecida pelas Companhias Light.

Esse extraordinário aumento de consumidores testemunha a evolução e engrandecimento do Rio de Janeiro, de São Paulo, Santos e outras cidades.

Superando inúmeras dificuldades e realizando grandes investimentos, as Companhias Light, conseguiram, nesse mesmo período, quase triplicar a sua capacidade geradora, que já passou o marco dos 2 milhões de cavalos.

**MEIO SÉCULO A SERVIÇO
DO MAIOR PARQUE INDUSTRIAL
DA AMÉRICA LATINA**



DIVERSOS

CORONEL AFONSO EMÍLIO MASSOT

PATRONO DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

A data de 21 de outubro corrente assinala o 29º aniversário do passamento do saudoso e inolvidável Cel. Afonso Emílio Massot, falecido quando ainda no exercício do comando geral da Brigada Militar, e, sem dúvida, uma das suas figuras mais marcantes e prestigiosas.

Consoante noticiou "Militia" (S.P.), de janeiro último, em homenagem à sua memória, no 28º aniversário do seu passamento, o Coronel Venâncio Baptista, atual comandante geral da Brigada Militar, propôs ao governador do Estado, fosse o extinto considerado patrono da Brigada Militar. O assunto foi encaminhado ao Governador do Estado, que aceitando a proposta, assinou o seguinte :

— "Decreto n. 4.221, de 20 de outubro de 1953.

Institui "Patrono da Brigada Militar" o Coronel Afonso Emílio Massot.

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87,

inciso II da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947 :

Considerando que o Coronel Afonso Emílio Massot, falecido em 21 de outubro de 1925, como Comandante Geral da Brigada Militar, dedicou a maior parte de sua existência ao serviço do Estado e da corporação a que pertenceu;

Considerando que, no posto de Capitão, e, depois, no de Major Comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Reserva, prestou ele assinalados serviços de guerra, durante a Revolução Federalista de 1893-1895, em virtude dos quais o Governo Federal concedeu-lhe as honras de Tenente-Coronel honorário do Exército;

Considerando que, posteriormente, quer no comando do 2º Batalhão de Infantaria do Serviço ativo, quer no Comando Geral da Brigada Militar, sua atuação serena e enérgica contribuiu, decisivamente, para elevar o conceito de que goza a corporação entre a população ordeira do Rio Grande;

Considerando que, durante a Revolução de 1923, neste Estado, a de

julho de 1924, em São Paulo, e os movimentos sediciosos que lhe sucederam, seus assinalados serviços e seu dinâmico esforço, muito contribuiram para a sua jugulação e restabelecimento da ordem, pois, embora não tivesse tomado parte ativa nas lutas, foi preponderante a sua atuação nos trabalhos de mobilização das tropas;

ça Estadual, pelo seu atual Comandante Geral, decreta:

Art. 1º. Fica instituído "Padrão da Brigada Militar" o seu ex-Comandante Geral — Coronel Afonso Emílio Massot, falecido em 21 de outubro de 1925.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário — Palácio do Governo, em Pôrto Alegre. (ass.)



Coronel Afonso Emílio Massot

Considerando que, em face do excessivo desgaste de energias físicas, seu organismo combalido não resistiu aos embates da enfermidade que o vitimou;

Considerando que, o Coronel Afonso Emílio Massot, pelos seus atos, exemplos e conselhos, até hoje seguidos na Brigada Militar, tem seu nome ligado indelèvelmente à corporação;

Considerando, finalmente, que é das mais justas a homenagem que a Brigada Militar deseja prestar ao seu inesquecível Comandante Geral e atendendo ao que solicitou a For-

Ernesto Dornelles, Governador do Estado; (ass.) Teobaldo Neumann, Secretário do Interior e Justiça. Registre-se e publique-se (ass.) Leônidas Garcez, Secretário do Governo.

Associando-se às homenagens programadas para essa data, uma das mais assinaladas na valorosa corporação, a "Defesa Nacional" presta o seu tributo de respeito e veneração ao grande e excelso Padrão da briosa Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Esclarecimentos, normas e regras para bem aplicar a pena nos crimes de deserção e insubmissão, segundo o Código Penal Militar, de 1944

Auditor ADALBERTO BARRETTO

"Para fixação da pena, o juiz deve considerar inicialmente as circunstâncias do art. 42 do Código Penal, para depois levar em consideração as circunstâncias que sempre atenuam e agravam a pena (arts. 44, 45 e 48 do Código Penal), e finalmente, em terceira etapa, aplicar as causas especiais de aumento ou diminuição (Código Penal, arts. 42, 44 a 48 e 50" (*).

Importância da Individualização da pena.

É, sem dúvida, de capital importância o instituto da individualização da pena. Os comentaristas do Código Penal Brasileiro, de 1940, estão acordes em reconhecer, como inovação principal daquele diploma, a individualização da pena. O nosso Código Penal Militar, de 1944, adotou-a, nos mesmos moldes do Código Penal Comum (art. 42 dês-te e 57 daquele). A Carta Magna, de 1946, erigiu-a entre os direitos e garantias individuais (art. 141 § 29). A jurisprudência vem considerando nulos os processos em que não se faz a individualização da pena (ac. de 11-VI-952, no H.C. n. 32.055, do Sup. Trib. Fed., entre muitos outros).

O que seja pena-base e como se procede a sua fixação.

Os julgamentos de desertores e insubmissos não podem fugir às normas de individualização da pena. Os processos respectivos, ainda que de natureza especial, oferecem margem à apreciação das circunstâncias, chamadas *judiciais*, previstas no citado art. 57, individualizadoras, por excelência, da pena, e que se destinam a orientar o Conselho de Justiça na fixação ou escolha de uma pena — entre os limites mínimo e máximo estabelecidos para a pena cominada ao crime — a que se convencionou chamar pena-base.

Apuradas tais circunstâncias, à luz dos autos, como sejam: os antecedentes e a personalidade do réu, a intensidade do dolo ou o grau de culpa, os motivos determinantes, as circunstâncias e as consequências do crime, passa o Conselho a fixar, dentro dos limites mínimo e máximo da pena estabelecida no dispositivo violado, como já se disse, a quantidade da pena aplicável ou pena-base (art. 57 número II). Para tal operação, levará o Conselho em conta, no uso do poder discricional limitado que a lei lhe confere, o seguinte: Se as circunstâncias favoráveis ao réu

(*) CONCLUSÃO X, aprovada por 23 votos contra 17, pela 1ª Conferência de Desembargadores, realizada no Rio de Janeiro, em 1943.

Os arts. 42, 44 a 48 e 50 do Código Penal ai mencionados correspondem respectivamente aos arts. 57, 59, alínea III dos arts. 59, 60, 61, 62 e 65 do Código Penal Militar.

prevalecem sobre as que lhe são contrárias, deve a pena-base aproximar-se do limite mínimo da pena; se, ao contrário, prevalecem estas, tenderá a pena-base para o limite máximo; se, finalmente, houver compensação ou equivalências nas circunstâncias, a pena-base será fixada em um termo médio, que tanto pode ser a média aritmética da pena estatuida para o crime, quanto pode ser uma quantidade um pouco acima ou um pouco abaixo dessa média. Como se vê, tais elementos ou circunstâncias são unitariamente apreciados, formando um só todo, ainda que umas se refiram ao crime e outras ao criminoso.

A pena-base é a pena definitiva a ser aplicada, não ocorrendo atenuante ou agravante, ou, se as houver, compensarem-se, ou, ainda, não havendo causa especial de aumento ou de diminuição da pena.

Fixada, assim, a pena-base, se não ocorrerem circunstâncias das chamadas legais (atenuante e agravante), previstas nos arts. 59, 62 a 64 do C.P.M. (excluída a reincidência específica), ou as ocorrendo, compensarem-se, nem tão pouco havendo causa especial de aumento ou de diminuição da pena (arts. 163, deserção de oficial e 166, apresentação do desertor dentro de cinco dias, após a consumação do crime, todos daquele Código) — será a pena definitiva a ser aplicada. Não há, nestas condições, motivo para cognominá-la de pena-base (art. 65 do dito Código).

Como atuam as atenuantes e agravantes sobre a pena-base — importância da pena-base — graduação da pena no Código antigo e no atual.

Caso contrário — no concurso de atenuantes e agravantes ou na ocorrência sómente de umas ou de outras, configuradas nos dispositivos acima, das quais foi excluída a reincidência específica para ser

tratada à parte — o Conselho de Justiça, adotando o mesmo arbitrium regulatum que presidiu à fixação da pena-base, baixará ou elevará dita pena em quantidade variável, maior ou menor, conforme o resultado a que chegar do estudo de tais circunstâncias, sem se ater a um quantum preestabelecido, como acontecia com a graduação da pena pelo Código antigo, de 1891, no mínimo, médio e máximo, submédio e sub-máximo (art. 58 do Código novo, e art. 55 e seus parágrafos do Código velho).

O Conselho de Justiça, em face das referidas circunstâncias, assim procederá: Se ocorrerem sómente uma atenuante ou mais, a pena-base baixará, aproximando-se do limite mínimo da pena cominada ao crime; se ocorrerem sómente uma agravante ou mais, a pena-base se elevará, aproximando-se do limite máximo; se concorrerem uma e outra ou umas e outras, a pena-base; no caso de se compensarem, não sofrerá alteração; se preponderarem as atenuantes (em qualidade ou valor), aproximase-á do limite mínimo; e se, ao contrário, preponderarem as agravantes, aproximare-á do limite máximo (art. 58 citado).

O aumento ou diminuição da pena-base é obrigatório (arts. 59 e 62 do C.P.M.), ocorrendo agravante ou atenuante, ou concorrendo umas e outras, salvo se houver equivalência ou compensação entre elas. A preponderância das circunstâncias resulta, entre outros, dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência (art. 58 citado). As quotas de atenuação e de agravação da pena-base, como já se disse, não são precisas nem em quantidades predeterminadas; variam, para mais ou para menos, conforme o valor que o Conselho de Justiça der às circunstâncias ou à sua preponderância, tudo, não é demais repetir, dentro do arbitrio judicial, admitido pelo novo processo de individualização da pena.

Com o sistema de fixação de uma pena-base, a existência de uma ou mais atenuantes, sem uma ou mais

agravantes, pode não levar a pena-base ao *limite mínimo* da pena do dispositivo incriminado, como a existência de uma ou mais agravantes, sem uma ou mais atenuantes, pode não levar ao *limite máximo*. Igualmente (com adoção da pena-base), sem atenuante, se pode justificar uma condenação no *limite mínimo*, bem como, sem agravante, no *limite máximo*. E, ainda, como já se disse, nos casos em que a pena-base não se altera (pena definitiva a ser aplicada), a condenação pode verificar-se entre os *limites mínimo e máximo*. Tudo depende do *quantum* fixado para a pena-base. Por exemplo, tratando-se do crime de deserção, previsto no art. 163 do C.P.M., cuja pena vai de 6 a 24 meses, se tiver sido fixada a pena-base, em face das circunstâncias estatuídas no art. 57 do dito Código (tôdas contrárias ou desfavoráveis ao réu), no *limite máximo* de 24 meses, não se justificará uma condenação no *minimo* da pena — 6 meses, embora ocorram uma ou mais atenuantes. Tão elevada fixação de pena, importa no reconhecimento de periculosidade do agente, que não pode ser anulada por uma ou mais atenuantes. Além disso, por maior arbítrio que tenha sido dado ao juiz, pelo novo Código, não lhe é permitido dar *valor tão grande às atenuantes*, a ponto de fazer bairar a pena-base de 18 meses, no caso em estudo, num crime, cuja pena, como se viu, vai de 6 a 24 meses. Igual raciocínio pode-se fazer na hipótese de ser fixada a pena-base no *limite mínimo*, e ocorrerem uma ou mais agravantes.

O Código Penal Militar anterior, de 1891, dispunha contrariamente. No concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes que se compensavam, ou na ausência de umas e outras, a pena seria aplicada no grau médio aritmético (semi-soma do máximo da pena com o mínimo). Na preponderância das agravantes, no grau sub-máximo, e na das atenuantes, no sub-médio. Ocorrendo agravante, sem nenhuma atenuante, a pena seria aplicada no grau máximo; e, no mínimo, ao contrário,

na ocorrência de uma ou mais atenuantes, sem nenhuma agravante (art. 55 §§ 1º, 2º e 3º).

A graduação da pena por esse processo, pode ser mais simples e cômoda de se obter, pouco, porém, tem de lógico, racional e individualizador. Enquanto pelo sistema vigente se chega à pena definitiva, por estágios, em quantidades diminutas, variáveis, dentro de um relativo arbítrio, pelo sistema antigo se estabelecia a pena de um só lance, por quantidades relativamente grandes, predeterminadas, sem faculdade o julgador de alterá-las, para mais ou para menos. Num sistema, pode-se dizer, havia um só peso ou uma só medida para *avaliação* da pena; noutro, há vários pesos e medidas.

Causa especial de aumento ou de diminuição da pena-base — como se opera.

Fixada a pena-base, tendo em vista as circunstâncias estabelecidas no art. 57 do C.P.M., *aumentada ou diminuída*, no caso da existência de atenuantes e agravantes, como já se expôs, está dita pena ainda sujeita a *subir ou descer*, ocorrendo causa especial de aumento ou de diminuição de pena (art. 65 do C.P.M.), como se dá, no caso em estudo, respectivamente, no crime de deserção de oficial (art. 163), ou na apresentação do deserto, dentro de cinco dias, após a consumação do crime (art. 166, tudo do C.P.M.).

Nenhuma dificuldade oferece a nova operação a se fazer, aliás a terceira, por se reduzir a um simples cálculo aritmético sobre uma pena devidamente estabelecida e individualizada. O aumento ou diminuição da pena-base, agora se opera em quantidades fixas: um terço ou um meio, no caso de que se trata.

Observação importante — excepcionalmente a pena-base sai dos limites fixados pelo dispositivo penal.

Sómente ocorrendo causa especial de aumento ou de diminuição da pena (no caso em estudo: ar-

tigos 163 e 166 do C.P.M.), pode a pena-base baixar aquém do limite mínimo ou subir além do limite máximo estabelecidos no dispositivo penal. Mesmo no caso de reincidência específica (art. 61, n. I do C.P.M.), pode a pena ser aplicada aquém "da metade da soma do mínimo com o máximo", desde que ocorra causa especial de aumento ou de diminuição da pena.

As circunstâncias *judiciais* previstas no art. 57, e as circunstâncias propriamente ditas (agravantes e atenuantes, genéricas e especiais), chamadas *legais*, previstas nos arts. 59, 62, 63 e 64, tudo do dito Código, não têm, porém, *força de fazer baixar ou subir a pena-base aquém ou além dos limites fixados pela lei*. O arbitrio do juiz restringe-se aos limites da pena aí fixados.

Ocorrendo reincidência específica, como se aplica a pena.

Verificando-se que o acusado já fôra condenado, anteriormente, por deserção ou insubmissão, havendo transitado em julgado as respectivas decisões, antes do julgamento da nova deserção ou insubmissão, pelas quais ora responde, isto é, no caso de reincidência específica (artigo 60 n. II do C.P.M.), a aplicação da pena será obrigatoriamente acima da semi-soma do mínimo com o máximo estabelecidos nos dispositivos incriminados (arts. 159, 163 e 61 n. I, do C.P.M.). Passa então esse termo médio a ser considerado limite mínimo da pena, devendo correr a operação, para se fixar a pena-base, entre *ele* e o limite-máximo. Em tudo mais deve-se observar os esclarecimentos, regras e normas acima estabelecidos, para os casos em que não ocorre reincidência específica.

Conseqüências decorrentes do "quanto" da pena aplicada — como se computa a pena — interdição de direitos, medida de segurança e prescrição.

Estabelecida definitivamente a pena a ser aplicada, cumpre obser-

var: Se por tempo até dois anos, será convertida a pena de *detenção ou reclusão* em pena de *prisão*. O oficial cumpre-a em recinto de estabelecimento militar, e a praça, em prisão militar (art. 42 ns. I e II do C.P.M.). Se por tempo superior a dois anos, importa: quanto à praça, em exclusão das forças armadas, e quanto ao oficial, a perda do posto, patente e condecorações (arts. 50, 52 e 55 parágrafo único do dito Código). Tanto a praça quanto o oficial estão sujeitos à pena acessória de interdição de direitos — incapacidade temporária para investidura em função pública — no caso de condenação à pena de *reclusão* por mais de dois anos (art. 54, parágrafo único, n. I, letra b), do citado Código). Cumprem a pena, em tal hipótese, como na de *detenção* por tempo superior a dois anos, em penitenciária militar ou civil (art. 43, também do C.P.M.).

No cômputo da pena, devem ser levados em conta o tempo de prisão preventiva, de internação em hospital ou manicômio, e o período de menagem concedida aos insubmissos (art. 71 do C.P.M. e artigos 261 § 1º, 271 e 346 do C.P.M.).

Cumpre observar que ao deserto não se concede menagem, nem livramento condicional. O reincidente também não tem direito a menagem. O livramento condicional lhe é concedido, sob rigorosa condição (art. 159 § 2º do C.J.M. e arts. 73 n. I e 80 do C.P.M.).

A prescrição, no crime de insubmissão, começa a correr, quando o insubmissô atinge 30 anos de idade. No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o deserto atinge: se praça, 45 anos, e se oficial, 60 (art. 113 parágrafo único do C.P.M.).

Convém, finalmente, observar que, sendo o caso, deve a sentença declarar a interdição de direito, bem como impor a medida de segurança (arts. 55, 83, 86, 88 e 99 do C.P.M.).

Aplicações práticas

Em resumo, passando da teoria à prática, assim se deve orientar o Conselho de Justiça:

Aplicação prática da pena, num caso de deserção, não ocorrendo reincidência específica.

Reconhecido o crime, seja o de deserção previsto no art. 163 do C.P.M., cuja pena vai de 6 meses a 2 anos, procura o Conselho de Justiça fixar, dentro dos limites acima — mínimo de 6 meses e máximo de 24 — uma pena, chamada base, levando em conta as circunstâncias previstas no art. 57 do citado Código. Fixada, por exemplo, dita pena em 11 meses, por ter reconhecido o Conselho, do exame de tais circunstâncias, que resulta um saldo, digamos assim, favorável ao acusado, esta é a pena a ser aplicada definitivamente. Ocorrendo, porém, no caso, v.g., a atenuante da menoridade (art. 62 n. I) e a agravante de ter o desertor se utilizado de transporte militar (art. 63 n. III), atenua o Conselho aquela pena, por exemplo, de 1 mês, baixando-a para 10 meses, por entender que aquela circunstância *pondera* sobre esta (art. 58, tudo do C.P.M.). Aí ficaria a pena a ser aplicada, se não ocorresse a hipótese de ter o réu se apresentado, dentro de cinco dias, após a consumação da deserção, que leva o Conselho, no uso da faculdade que lhe concede o art. 166 do C.P.M., a reduzi-la da metade. É, assim, de 5 meses de detenção, convertida em prisão (art. 42 do dito Código), a pena a ser imposta ao réu.

Aplicação prática da pena, no caso acima, ocorrendo reincidência específica.

Nenhuma dificuldade oferece, como já se viu, a aplicação da pena, ocorrendo reincidência específica, isto é, condenação por deserção, no caso em exame, nas condições estabelecidas pelo art. 60 do C.J.M.

Como tal hipótese — reincidência específica — importa a aplica-

ção da pena “acima da metade da soma do mínimo com o máximo”, não terá o Conselho senão de fazer o deslocamento desse *término médio* obtido, para com ele constituir o *limite mínimo* da pena (artigo 61 n. I do dito Código). Assim, no crime de deserção do artigo 163 do C.P.M., de que se vem tratando, o limite mínimo da pena ali estabelecido, sendo de 6 meses, passa a ser de 15 meses, porque o limite máximo estabelecido naquele dispositivo é de 24 meses. Dentro desses limites (15 e 24 meses), fixa o Conselho a pena-base, e passa a fazer as demais operações como no caso anterior, devendo a pena ser aplicada “acima da metade da soma do mínimo com o máximo” (art. 61 n. I supra citados). Todavia, pode vir a ser menor do que esse *término médio*, desde que ocorra a minorante prevista no artigo 166 do C.P.M.

Aplicação prática da pena, num caso de insubmissão, em face de fatos e circunstâncias objetivas.

Figure-se, finalmente, a hipótese de um conscrito, que, devidamente convocado, deixou de apresentar-se, no prazo legal, para prestar o serviço militar.

Trata-se de um jovem, residente em cidade do interior, com instrução elementar, aprendiz de tipógrafo, filho de modestos lavradores. Manifesta vivacidade e desembaraço. Fêz seu alistamento militar na época própria, havendo, porém, extraviado o certificado respectivo. Por sua iniciativa se fêz eleitor. Confessa não ignorar que sua classe estava sendo chamada para servir no Exército. Declara, ainda, que não faltaram conselhos de seus pais e amigos para que se apresentasse na época devida. Foi, no entanto, adiando sua apresentação, para o fazer somente sete meses após o dia marcado. É menor, como quase todos os insubmissos. Conta, porém, 20 anos.

Reconhecido o crime de insubmissão previsto no art. 159 do C.P.M., primeira parte, cuja pena vai de

4 a 12 meses, fixa o Conselho de Justiça a pena-base, por exemplo, em 9 meses de prisão, atendendo a que, examinadas, em conjunto, as circunstâncias acima apuradas, que dizem respeito ao art. 57 do Código citado, o resultado é desfavorável ao réu. Acontecendo, porém, que milita a seu favor as atenuantes genéricas da menoridade

(art. 62 n. I) e especial da apresentação voluntária dentro de um ano (art. 64 n. II, letra b), tudo do C.P.M.), o Conselho de Justiça deve, por isso, baixar a pena-base, digamos, para 6 meses de prisão, pena em que deve ser condenado o insubmisso.

E assim podem ser formuladas outras hipóteses.

OS BENÉFICOS RESULTADOS DA LAVOURA ORGANIZADA

EXTRAORDINÁRIA CONTRIBUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA NOS DIVERSOS SETORES DA LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA

Cr\$ 1.483.523.864,10 o movimento geral atingido no ano social 1953-54 — A excelente situação da sociedade na palavra de seu presidente, Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida

Em assembléia geral ordinária, realizada em 30 de junho último, a Cooperativa Agrícola de Cotia vem de aprovar o relatório referente ao ano social 1953-54, apresentado por seu presidente Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, presidente em exercício da FARESP e que, há vários anos, dirige aquela modelar organização nacional imprimindo à frente da mesma, administração operosa digna de aplausos gerais.

O documento de que vamos nos ocupar focaliza os sensíveis progressos econômicos da C.A.C., cuja expansão em suas atividades alcançou níveis extraordinários atingindo o volume de suas operações, a expressiva cifra de : Cr\$ 1.483.523.864,10 e que representa um aumento de 41,15 % em confronto com os resultados consignados no balanço geral do ano anterior.

Sem visar lucros mais sim o bem-estar dos produtores e consumidores, aos quais serve melhor, caracteriza a Cooperativa as vantagens do cooperativismo entre nós amparando os produtores eficientemente, valorizando suas terras e seu trabalho, enriquecendo o solo nacional e garantindo a estabilidade dos mercados, particularmente através da padronização e melhoria da produção. Sobre a marcha que empreende a C.A.C. para uma verdadeira democracia econômica já se manifestaram figuras das mais eminentes na vida pública nacional e do estrangeiro, merecendo especial destaque o saudoso chefe do governo da República Dr. Getúlio Vargas, Rev. Woods, da Missão Parlamentar Britânica, Dr. Giulio Alvi, prof. de Ciência Política e Colonial de Roma e membro da Missão do Vaticano ; Raymundo W. Miller, Consultant Food And Agriculture Organization of The United Nation, Emil Lustig, diretor das cooperativas suecas que, dando suas impressões sobre a C.A.C., assim se expressou : "É um monumento de imenso trabalho e pode servir como modelo a todas as cooperativas do mundo". Esse, também, o pensamento manifestado por outras personalidades eminentes, como Dom Carlos Carmelo, cardeal arcebispo de São Paulo, o general Cordeiro de Farias, por ocasião da visita dos alunos da Escola de Estado-Maior do Exército às instalações da Cooperativa.

PERSPECTIVAS DO TRABALHO RURAL

O Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, que, merecidamente, mais uma vez é reconduzido à presidência da Cooperativa Agrícola de Cotia, pela unanimidade de seus companheiros, depois de apontar fatores que intransqüilizam o desenvolvimento agrícola do país, traça em seu relatório

as principais perspectivas do trabalho rural dizendo: — "Como já observamos, o novo sistema cambial provocou grande alta para os preços de todas as utilidades importadas, essenciais à produção agrícola, elevação essa que se refletiu sobre algumas das importações da nossa Cooperativa, na seguinte proporção: Adubos 35 %, Sementes 20 %, Inseticidas 45 %, Tratores e máquinas agrícolas 50 %, Caminhão 100 %, Gasolina 25 %. Será possível a agricultura e, com especial os pequenos lavradores suportar tão elevado encarecimento das utilidades indispensáveis ao seu trabalho? É natural e lógico que essa alta de preços venha a repercutir imediatamente no custo da produção e, inevitavelmente sobre os preços de vendas dos produtos agrícolas. Para documentar a afirmativa, informamos que no ano social em análise o preço máximo do saco de 60 quilos de batata alcançou Cr\$ 580,00 e o preço médio correspondente Cr\$ 259,21. No próximo ano agrícola, obrigado o agricultor, como está, a suportar os encargos dos elevados ágios cambiais, impostos às importações, fatalmente os custos de produção subirão acompanhando o novo sacrifício a que ele se vê compelido".

Em seguida, o presidente da C.A.C. faz considerações sobre graves prejuízos sofridos pela lavoura, lembrando as geadas e as chuvas extemporâneas que cairam em maio último. Referindo-se à posição da lavoura nas próximas eleições, o Sr. Ferraz de Almeida esclarece que os agricultores não podem permanecer indiferentes à luta política. Sem que exista uma boa administração pública e políticos honestos jamais será possível a melhoria do nível do povo e a paz social pela qual todos anseiam.

MOVIMENTO E CAPITAL SOCIAL

Ao término do ano social anterior contava a Cooperativa com 4.515 membros. Na data do presente relatório conta a sociedade com 4.743 associados.

No mesmo espaço de tempo, vale dizer de um para outro período administrativo a soma do capital e das reservas várias de organização elevou-se a Cr\$ 142.223.349,50, acusando um aumento de Cr\$ 51.946.626,60.

A consolidação do capital da Cooperativa, desenvolvendo-se em ritmo acelerado, traduz o natural e melhor meio de fortalecimento da sua posição financeira e econômica. Ao fim do ano social anterior, dispunha a sociedade de imóveis e instalações no valor de Cr\$ 97.665.266,20. Na data do presente balanço, essa cifra passou a Cr\$ 152.250.480,70, apresentando uma diferença para mais de Cr\$ 54.585.214,50, correspondente às aplicações do período administrativo em análise. Dentre as principais obras executadas pela sociedade em 1953-54, destacamos: reforma das instalações da sede e do Depósito Urbano com o dispêndio de Cr\$... 2.600.000,00; construção da granja de reprodutores primários no bairro de Jaguare, Cr\$ 450.000,00, estação experimental e aumento das instalações do serviço de incubação, Cr\$ 1.300.000,00, reformas executadas nos depósitos regionais, Cr\$ 2.200.000,00. Foram pagos, ainda, o saldo de milhão de cruzeiros relativo à aquisição de um terreno anexo às novas fábricas da organização e o sinal de Cr\$ 2.490.000,00 pela aquisição de 40 mil metros quadrados às margens do rio Pinheiros, compra cujo valor se elevou a Cr\$ 11.936.000,00 e que tem por finalidade situar a Cooperativa onde o governo do Estado de São Paulo pretende construir o futuro entreposto central de gêneros da capital paulista. Discriminadamente, os investimentos promovidos no ano em análise podem ser assim relacionados com as respectivas aplicações.

O RESULTADO DO ANO SOCIAL

No ano social, as despesas da organização somaram Cr\$ 88.275.295,10 que, em confronto com Cr\$ 61.721.254,10 despendidos no ano anterior, acusam um aumento de Cr\$ 26.254.041,00 ou de 43,02 %. A receita da

sociedade por sua vez subiu a Cr\$ 115.463.732,40, positivando um crescimento de 51,89 % sobre a do ano anterior. Tendo em vista tão bons resultados, na forma dos estatutos sociais, a diretoria da C.A.C. resolveu retornar em favor dos cooperados 1,5 % sobre o valor e proporcionalmente ao movimento de suas vendas e compras, ou seja a importância de Cr\$ 12.358.905,00 que será creditada em forma de depósito para o aumento do capital social.

De outra parte, objetivando retribuir os esforços e a dedicação do funcionalismo da cooperativa a diretoria resolveu dar aos mesmos uma gratificação que se eleva a Cr\$ 6.500.000,00 e mais Cr\$ 941.119,00 para os representantes dos bairros e distritos incansáveis no controle do quadro de cooperados.

A SITUAÇÃO SOCIAL DOS ASSOCIADOS

No domínio das estimativas, quanto ao quadro de proprietários constatamos um aumento de 213 novos possuidores de terras.

Contando com um ótimo serviço de transportes onde prepondera o elemento motorizado, a C.A.C. pode assim atender às necessidades de vastas áreas de abastecimento, destacadamente São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Espírito Santo e outros Estados.

Os milhares de braços que impulsionam o desenvolvimento agrícola na Cooperativa, ocupam-se também da pecuária e da avicultura em larga escala, sendo digna de menção a excelência desta última produção.

Embora persistam dificuldades no domínio da industrialização das rações, em comparação com o ano precedente houve maior segurança para o trabalho dos avicultores. A Cooperativa distribuiu 7.588.000 dúzias de ovos para mesa e, selecionou 137.000 dúzias para a reprodução. Segundo dados da distribuição, 3.559.019 dúzias de ovos foram consumidas em São Paulo e 2.439.600, no Rio. A Cooperativa, firme no cumprimento de seu programa, continua procurando fazer compras diretas no país e no exterior, de modo a possibilitar a economia dos limitados recursos de que dispõe a agricultura para a sua racionalização e modernização, condição fundamental para se alcançar o incremento da produção e a melhoria dos níveis existenciais da gente do campo.

No setor da assistência social, o que a Cooperativa Agrícola de Cotia mantém para seus associados representa o que de melhor se possa exigir no que toca principalmente os serviços: médico, farmacêutico e odontológico. Os estabelecimentos de instrução, quer para menores como para adultos são modelares. Os cursos agrícolas, os parques de recreação e aperfeiçoamento, os ambulatórios e hospitais, são elementos que muitos encargos lhe trazem, mas que em compensação, estão contribuindo decididamente para a melhoria do trabalho rural e das condições de vida da pequena lavoura organizada.

(Transcrito de "O Jornal", de 29-VIII-1954)

J. D. MAGALHÃES S. A.

ARAME FARFADO — METAIS NÃO FERROSOS — MACACOS PARA TODOS OS FINS E DE TODAS AS CAPACIDADES — LIMAS, FERRAMENTAS SUECAS — SODA CAUSTICA EM TAMBORES E EM CAIXAS — BARRILHA BREU — ENXOFRE — SUPERFOSFATO — CLORETO DE POTÁSSIO — SULFATO DE COBRE — BICARBONATO — PARAFINA — BACALHAU :

— ESTOQUE E PARA IMPORTAÇÃO

CHEGARAM ARADOS 524

J. D. MAGALHÃES S. A. REPRESENTAÇÕES, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO — AV. PRES. VARGAS, 509, 17º ANDAR

Depósito ! RUA GENERAL CALDWELL, 71-B

QUAL A SITUAÇÃO REAL DOS OFICIAIS INTENDENTES DO EXÉRCITO?

("Inspirado" no brilhante artigo do Sr. Cel. PAULO ENÉAS FERREIRA DA SILVA, publicado nas págs. 61-2-3 do n. 479, de junho último, desta prestimosa Revista).

Cap. IEx C.P. DE CAMPOS BERGO

- a) Inferioridade Incômoda ;
- b) Com um IEx o Recorde de Permanência num Pôsto — 17 anos e meio !!!
- c) Consólos só, não nos Bastam ;
- d) A "Fiscalização Administrativa" — uma válvula esperançosa !

Levarão estas minhas apreciações um só objetivo : — o desejo sadio de coperar pela união e coesão de nosso glorioso Exército, garantindo, com isso, a soberania de nossa tremecida Pátria Brasileira !

A não serem tomadas como matéria construtiva, prefiro sejam estas minhas observações esquecidas para o todo e o sempre.

a) Inferioridade Incômoda

A esta altura da história militar dos exércitos organizados e regulares não mais se precisaria falar no valor da Intendência — preponderante, vital !

Perfeitamente entrosada com os demais Serviços e com as nossas irmãs destemidas e fiéis — as Armas — formaremos um exército potente, indômito, invencível mesmo, se não nos faltarem os recursos essenciais em homens e material !

Pois bem, lembrando, rapidamente, esse papel de "viga-mestra" que a nossa querida Intendência representa no concerto dos exércitos modernos e poderosos, não nos é possível estar conformados com esta situação de inferioridade em que nos encontramos seus bravos soldados !

Escrevendo para leitores selecionados não precisaria esclarecer

que essa inferioridade a que me refiro diz respeito ao nosso acesso, moroso e desalentador, e não a qualquer outro paralelo, uma vez que os alicerces de nossa formação, moral e intelectual, são mais ou menos os mesmos de nossos demais companheiros de farda, sujeitos que fomos às mesmas exigências estabelecidas para seu recrutamento e cursando escolas equivalentes, em comum mesmo, podemos dizer, em grande parte de nossos estudos, só nos separando, propriamente, nô seu terço final, a fim de especializarmo-nos cada qual no seu ramo futuro !

Tendo em vista, pois, êsses deveres e obrigações comuns que nos foram e que nos são impostos, como continuar suportando, resignadamente, tratamento tão desigual, para a frente, no que tange a um direito também comum — o acesso hierárquico ? ! .

Para dar um exemplo cabal de nossa inferioridade alarmante nessa questão, e para não ficar me estendendo muito nestas minhas considerações, acredito só o quadro seguinte seja o suficiente.

Beneficiados por uma reestruturação, só dêsse modo conseguimos, oficiais de turmas diversas, galgar o pôsto de Capitão, e muitos depois de suportarem, por mais de 15 anos, as insignias de subalternos ! E assim, aspirantes de turmas diferentes — de 28-XII-934, 16-I-936, 14-VI-942, 19-IX-942, 9-X-942, 24-VII-943 e de 24-VII-944 — saímos, todos juntos, Capitães num só dia — 25-XII-950 — o qual, para

nós, é mesmo tido como data das mais festivas, considerando o significativo do evento "extra-Natal"!...

Pelos dados acima expostos será fácil avaliar o quão tristonha e desestimulante não foi, principalmente para os oficiais das primeiras turmas citadas, espera tão prolongada para a conquista de prêmio tão merecido!

E se lembrarmos que os contemporâneos desses nossos companheiros das turmas de 1934 e de 1936 são hoje, nas Armas, os de 34 quase todos Tenentes-Coronéis e os de 36 todos Majores, e alguns já bem antigos, que natural tristeza não haverão ésses nossos companheiros, Intendentes de estar curtindo?!

E ventilando o nosso caso — turmas de 1942! Já não temos, nas Armas, oficiais superiores até de turmas subseqüentes! Temos ou não razões de sobra para nos sentirmos inteiramente diminuídos frente a desproporção tão assustadora nos quadros de acesso, culminando por não termos ainda nem mesmo o curso da EAO, e até com ignorância completa de quando se nos apresentará a oportunidade de tirá-lo!

E minhas comparações ficarão apenas no âmbito do Exército, pois se as procurasse estender para medi-las com o que vem acontecendo com os nossos companheiros das outras forças armadas — até mesmo com os nossos próprios companheiros Intendentes de lá — então o nosso desânimo poderia tornar-se total!

E creio que a ambição, desde que bem dirigida, honesta, bem que poderá passar de defeito a qualidade, e ambicionar Prosperidade na vida quer nos parecer desejo dos mais justos, que todos saberão respeitar!...

Com um IEx o Recorde de Permanência num posto!

Esta citação valerá mais como curiosidade, visto como não se trata, felizmente, de um caso normal. O recorde de permanência num posto, para um oficial que se tornou de carreira, está conosco, Intendentes do Exército: — foi seu detentor o nosso prezadíssimo com-

panheiro e muito estimado chefe meu, nos primórdios de minha vida militar, o hoje Ten.-Cel. R-1 Júlio Cesar Leal Netto, que, comissionado 2º Tenente em 9-XII-924 e efetivado regularmente em 12-IX-935, só se viu promovido a 1º Tenente em 24-VI-942, permanecendo, assim, pura e simplesmente, 17 anos e meio no posto de 2º Tenente!...

Consolos só não nos bastam!

Tudo quanto ficou dito acima, foi visando aclarar melhor a situação em que nos encontrávamos e em que... Permanecemos, nós os Oficiais Intendentes do Exército: bastante melhorados, não resta a menor dúvida, em relação a outros tempos, mas não suficientemente atendidos! Possivelmente, dirão alguns: — "consolem-se", há companheiros em idênticas senão em piores condições que a dos senhores! — (Talvez que se referindo aos dedicados Srs. Médicos, Dentistas e Veterinários, cuja posição, militarmente falando, é de fato muito acanhada mesmo, e cujo sinal vem refletindo fortemente no recrutamento desses especialistas)!

Mas, por força de convicções e por defesa de princípios, dos mais puros e cristalinos, seremos forçados a retrucar: — esse "precedente" — se como tal pudéssemos tomar o estado tão melindroso desses nossos companheiros dos outros Serviços — não nos obriga, em absoluto, a permanecer impassíveis, sabido que é, pelas lições de mestres do quilate de um Pedro Lessa e de um Carlos Maximiliano, que os precedentes valem pelos "argumentos", pelos "raciocínios", pelas "razões" que encerram! E como tocamos em "razões", como varia a razão!!! "O coração tem razões que a razão não comprehende", já nos dizia Pascal! E quem sabe se o que me forçou a "alinhar" estas linhas não foi a "razão" desses dias tão incertos que vemos pela nossa frente?!

Quem sabe se não lhes escreve um simples Capitão Intendente do Exército e sim um chefe de família, com quatro filhos (por sinal dois lindos casais, doce presente dos Céus!) que vem procurando,

por todos os meios, mais dígnos e honestos, encaminhá-los bem nesta vida, de custo tão assutador como o de nossos dias ? !

Quem sabe se o autor destas considerações, com perto já de 20 anos "duros" de serviço, inteiramente dedicados à profissão árdua que abraçou (como o poderão atestar, a qualquer momento, suas fôlhas de alterações!) não vem sentindo a "incerteza" dos passos de seus companheiros de quadro, mais novos, bem mais moços, de idade, que já iniciam a carreira meio "duvidosos" de qualquer sucesso melhor ? !...

Eu não ignoro e sei que meus demais companheiros Intendentes também não, que nossos mui prezados chefes superiores estão perfeitamente senhores dessa nossa situação afilítica (podemos mesmo qualificá-la assim!), e que vêm procurando uma solução plausível para atenuar este nosso estado de *Inferioridade Ascensional*, mas julguei de meu direito endereçar-lhes estas minhas apreciações, mais "abertas" e mais "incisivas", em linguagem mais simples, clara e prática, e inteiramente tranquilo de que elas serão tomadas no seu justo sentido — cooperação sadia de construção de unidade, de força, de coesão !

Estamos bem preparados para sermos um Exército forte, unido, coeso, perfeitamente à altura de defender os altos interesses desta nossa Pátria querida, à qual jamais regatearemos nosso sangue se necessário fôr, para vê-la próspera, feliz, cheia de paz, varrida de quaisquer idéias suspeitas dos que, brasileiros renegados ou maus estrangeiros, a pretendam macular ! E em qualquer situação estou certo de que nossa Intendência haverá de responder o seu "Presente" ! Seus soldados não apenas saberão cumprir seus deveres nos tempos de paz, nas situações mais críticas elêss se empenharão também ! ...

"A Fiscalização Administrativa"

— Uma válvula esperançosa !

Sem dúvida alguma, o exercício das funções de fiscal administra-

tivo, já de longa data nas cogitações de nossos altos chefes militares, seria um dos melhores inícios para atender nossas justíssimas reivindicações no momento. Duas razões, fortes, entre outras tantas, nos levam a encarar com a mais alta simpatia o significativo alcance de tão louvável medida, que precisa fortalecer-se, concretizar-se :

1^a) Atribuindo, digamos, ao pôsto de Major Intendente do Exército, os cargos de Fiscal Administrativo da maioria de nossas Unidades, teríamos uma provável garantia de alcançarmos o círculo dos oficiais superiores ainda na ativa, com saúde, disposição e vigor, uma vez que nos causa o maior dos pesares o aspecto físico envelhecido da maioria de nossos chefes superiores Intendentes (e mesmo de muitos colegas), que só a duras penas, via de regra, conseguem escapar da morte na ativa para galgarem os postos mais elevados de nossa hierarquia !

2^a) Tal medida, além de satisfazer a um justíssimo anseio nosso, estaria fazendo lucrar a nossa própria eficiência administrativa, pois colocaria, num pôsto-chave da administração, um oficial especializado na matéria !

E por diversos motivos se beneficiariam os serviços administrativos, dentre os quais creio poder realçar quatro de magna importância :

a) a ascendência, moral e hierárquica, na Unidade, do *Detentor Efetivo* do cargo, sobre todos os demais agentes administrativos executores, diretos e indiretos ;

b) como correlata da anterior, a circunstância de que isso viria evitar (embora existam os vige-
tes esclarecimentos regulamentares) a situação anômala e bastante estranha, vamos reforçar mesmo, de muitas vezes estarmos vendo um oficial antigo de serviço comumente mais graduado — mesmo porque, sempre aprendemos, *Antiguidade* também é pôsto — ou mesmo bem mais carregado em

anos de idade, subordinado "funcionalmente" (e essa subordinação não se vem constituindo "exceção" como rezam nossos regulamentos, e sim "regra"!) a um oficial moço, de idade e de carreira, e na maioria dos casos, forçoso será reconhecer-se, sem maiores noções desses encargos funcionais, mesmo porque seu estudo foi conduzido e aprimorado, na sua quase totalidade, para as suas funções inerentes na Arma que lhe mereceu simpatia e onde se incluiu!

Essa anomalia, infelizmente de tanta freqüência hoje em dia, mórmamente nos corpos de tropa de guarnições desfavoráveis como esta em que nós encontramos presentemente, só não chega mesmo a criar maiores embaraços ao serviço, porque — "superiores-subordinados" e "subordinados-superiores" — de formação moral, todos, regra geral, das mais apuradas, comungam sempre num grande ideal, o de querer a pujança de nosso Exército e a grandeza de nossa Pátria, não medindo esforços e não poupando sacrifícios em cooperar ao máximo, mútuamente!...

c) ponto que não deve e que não pode ser esquecido — a eficiência dos trabalhos — levando em conta que a ninguém, em sã consciência, será dado "fiscalizar" qualquer serviço se não estiver em condições de bem "executá-lo"! Em todos os ramos da atividade humana, nos tempos modernos, encontramos os melhores exemplos disso: — nas grandes organizações, para tornar-se "chefe", "fiscal", "inspetor", primeiro se funcionou nos diversos setores de execução — para ganhar prática, para estar seguro dos encargos — como é que entre nós, que exercemos funções das mais complexas e especiais da administração pública, poderemos permanecer por mais tempo, se não "estimulando" pelo menos "tolerando", passivamente, tão grande anomalia?!

d) uma "particularidadesinha", que não devia influir no ânimo de ninguém, uma vez que constitui "cavacos do ofício", mas que na

realidade muito influí: — nos corpos de tropa, das pequenas guarnições do interior, enquanto, via de regra, os oficiais novos dos quadros das Armas, têm todas as possibilidades de receberem os vencimentos, dos cargos de Capitão, pelo menos, que quase sempre estão "vagos", o pobre do Intendente tem de "conformar-se", e são por demais comuns êsses casos, com sobre-carga tremenda do exercício acumulado de todas as funções aos mesmos atribuídos, e na maioria das vezes apenas com os vencimentos de seu próprio posto, muito menores que são suas possibilidades de assumir funções privativas de postos superiores.

Mas estou certo, certíssimo mesmo, que com estas minhas apreciações — de caráter construtivo incondicional, repito, — procurarei defender não um possível interesse pessoal, mas sim tôda a reivindicação de uma classe, ou melhor, de uma coletividade, a dos Intendentes do Exército, ainda que, nesse sentido, de qualquer companheiro tivesse procuração para "defendê-los"!...

E bem sei que não precisarei apelar pelas lições marcantes de justiça e de civilidade que nos largaram, o nosso imortal, Rui e o grande Círcero, da cidade eterna, os maiores defensores dos direitos dos homens livres, em todos os tempos, e os maiores expoentes da nossa advocacia sã e bem empregada!

Confiado que estou na dedicação de nossos mais altos chefes militares, em melhor empenhar-se na solução dos principais problemas que estão a afligir seus subordinados e camaradas de sacerdócio, sei, que bem mais cedo do que esperamos, esta nossa situação incômoda — a situação de *Inferioridade Ascensional* dos valorosos Oficiais Intendentes do Exército — terá sua solução mais pronta e merecida, que valerá consolo para os antigos e estímulo, aliás muito necessário mesmo, para os novos, e que tanto concorrerá para a grandeza sempre maior de nosso glorioso Exército Brasileiro e para soberania de nossa querida Pátria!

Aqui está o melhor!

BRAHMA CHOPP

contém o *rico sabor* do

Melhor MALTE *

Melhor LÚPULO *

Melhor FERMENTO *

É natural! Brahma Chopp é o melhor porque contém os melhores ingredientes.

Aquela "rico sabor" que você tanto aprecia em seu Brahma Chopp nasce da rigorosa escolha do malte mais revigorante... do lúpulo mais rico e do fermento mais puro. Por isso Brahma Chopp é uma cerveja tão querida... tão apreciada... por todos nós em todo o Brasil. Beba-o sempre. Só faz bem.



PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

RODOVIÁRIO CENTRAL DO BRASIL

SERVIÇO RÁPIDO DE ENCOMENDAS E BAGAGENS ENTRE

RIO — S. PAULO — BELO HORIZONTE — JUIZ DE FORA — DIAMANTINA —
MONTES CLAROS. TARIFAS MÓDICAS

INFORME-SE HOJE MESMO E FICARÁ CONHECENDO O MAIS PERFEITO
E EFICIENTE SERVIÇO DE TRANSPORTE

FUNCIONA AOS DOMINGOS E FERIADOS

SERVIÇO RÁPIDO E PREFERENCIAL

DE BAGAGENS, ENCOMENDAS E CARGAS DE PORTA A PORTA ENTRE
RIO, S. PAULO, B. HORIZONTE, JUIZ DE FORA E CRUZEIRO — VICE-VERSA
EM TRAFEGO MÚTUO COM AS CIAS. MOGIANA DE TRANSPORTES; PAU-
LISTA DE TRANSPORTES; RODOVIÁRIO DA E.F. SOROCABA; E.F. SAN-
TOS-JUNDIAÍ; AGENCIA PESTANA DE TRANSPORTE DA LEOPOLDINA
RAILWAY; PARANÁ-SANTA CATARINA

ENCARREGA-SE AINDA DE EFETUAR DESPACHOS FERROVIÁRIOS PARA
QUALQUER ESTAÇÃO DA CENTRAL DO BRASIL, EM TRAFEGO MÚTUO OU
DIRETO COM OUTRAS ESTRADAS DE FERRO. RETIRA BAGAGENS E
ENCOMENDAS DOS ARMAZÉNS DA ESTRADA

TELEFONES DO SERVIÇO RODOVIÁRIO

RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO	
Gerência	43-5508	Gerência	9-3222
Escritório	23-5280	Bagagens	9-3148
Bagagens e Encomendas	43-4041	Encomendas	9-2938
	e 43-4227	Cargas	9-2939
Armazém de Encomendas	43-7061		
Cargas	43-3823		JUIZ DE FORA
	e 43-8385	Bagagens, Encomendas e	
		Cargas	1313
BELO HORIZONTE			
Bagagens	2-7267	CRUZEIRO	226
Encomendas e Cargas	2-7950		

PREFIRAM O SERVIÇO "RODOVIÁRIO CENTRAL DO BRASIL"

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Tronco Ferroviário Principal Sul

DECRETO N. 36.072 — DE 17 DE AGOSTO DE 1954

Declara de alta prioridade para os interesses nacionais a construção do Tronco Ferroviário Principal Sul, com a bitola larga obrigatória de 1,60m.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e,

Considerando a alta importância nacional do eixo ferroviário Itanguá — Engenheiro Blei — Rio Negro — Vacaria — Lages — Barra do Jacaré — Cai — previsto no Plano Nacional de Viação sob a denominação de Tronco Principal Sul ;

Considerando as razões apresentadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas, como resultado dos estudos pertinentes às suas atribuições específicas ;

Considerando a necessidade urgente de assegurar-se ligação mais rápida e menos onerosa entre as zonas de produção de gêneros de primeira necessidade, do Sul, com os grandes núcleos populacionais consumidores do centro do país ;

Considerando a oportunidade e a conveniência de serem postos em execução, firmemente, a determinação legal e o imperativo de ordem técnica referentes à padronização de bitolas no sistema nacional ferroviário, decreta :

Art. 1º. São considerados de alta prioridade para os interesses nacionais os trabalhos de construção do eixo ferroviário Itanguá — Engenheiro Blei — Rio Negro — Vacaria — Barra do Jacaré — Cai, denominado Tronco Principal Sul, para efeito das facilidades que de-

vem ser asseguradas aos seus órgãos construtores.

Art. 2º. O Estado-Maior das Forças Armadas deve promover, junto aos Ministério e Órgãos competentes, as diligências que se façam necessárias para assegurar o rápido andamento dos trabalhos do Tronco Principal Sul.

Art. 3º. A missão de construção do Tronco Principal Sul, atualmente atribuída aos batalhões de Engenharia do Exército, é considerada serviço nacional relevante, não sómiente pela sua alta finalidade, como pelo notável trabalho de assistência social, pela obra educacional e pela formação de operários especialistas, que ela permite realizar no interior do país.

Art. 4º. Fica estabelecida a obrigatoriedade de ser o Tronco Principal Sul instalado, desde já, com a bitola larga de 1,60m, de conformidade com a política nacional ferroviária já estabelecida. O referido eixo deverá funcionar, desde o início, na referida bitola.

Art. 5º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1954 ; 133º da Independência e 66º da República.

("Diário Oficial" n. 191, de 20 de agosto de 1954.)

● IV Centenário da Cidade de São Paulo

Pela primeira vez a bandeira-oficial da ONU é oferecida a um outro Estado. Coube a São Paulo essa deferência com a qual a ONU desejou demonstrar à cidade que agora completa quatrocentos anos de existência, sua comparticipação no regozijo por esse acontecimento despertado.

A entrega da bandeira será feita por intermédio da Comissão do IV Centenário, tendo sido disso encarregado o Sr. Paul Vanordem Shaw, chefe do Centro de Informações nas Nações Unidas do Rio de Janeiro, com que se comunicou, a respeito, o Sr. Dag Hammafekjoeldi, que exerce o cargo de Secretário Geral da ONU.

Na impossibilidade de vir ao Brasil presentemente o Secretário Geral da ONU delegou ao Sr. Varnorden Shaw a incumbência de o representar na solenidade da entrega. Entre aquele alto funcionário, ficou estabelecido que a cerimônia será realizada no dia 24 de outubro, que é o dia das Nações Unidas, sendo o pavilhão hasteado no Parque Ibirapuera, em presença das altas autoridades, do mundo oficial e de convidados para esse ato de tão tocante significação.

● **Trinta milhões para energia elétrica no polígono das sêcas**

O Presidente da República concordou com a aplicação da dotação de trinta milhões de cruzeiros consignada no vigente Orçamento Geral da União no anexo relativo ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para construção, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de linhas de transmissão e estações transformadoras em Mu-

nícios situados no Polígono das Sêcas, dentro de sua zona de influência, a começar pelos sistemas do Cariri, Senhor do Bonfim, Pajeú e Mossoró.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco apresentou detalhado estudo sobre a construção desejada e propôs medidas para a efetivação da mesma, uma vez colocada à sua disposição a referida importância.

A Contadoria Geral da República, ouvida a respeito, informou que o crédito orçamentário em causa foi distribuído ao Tesouro Nacional para movimentação, opinando por que o pedido seja atendido em três parcelas mensais, de dez milhões de cruzeiros, tendo o Ministro da Fazenda concordado com esse pronunciamento.

(*Da Imprensa*)



ADUBE SUAS TERRAS COM SALITRE DO CHILE

(Multiplica as Colheitas)

A EXPERIÊNCIA DE MUITOS ANOS TEM PROVADO A SUPERIORIDADE DO SALITRE DO CHILE COMO FERTILIZANTE. TERRAS POBRES OU "CANSADAS" LOGO SE TORNAM FÉRTEIS COM SALITRE DO CHILE

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADÚBOS

Agentes Exclusivos do Salitre do Chile

Para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Escritório: AV. PRESIDENTE VARGAS, 149-6º Andar — Tel. 43-7092
Fábrica: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 — Acarai — Rio de Janeiro

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

CASA BANCÁRIA FARO & CIA. — Tôdas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.

CASA HESPERIA LIMITADA — Bar, Secção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos

COMPANHIA FARMACÉUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato So-
brinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48
— Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

GIACOMO LOLATA & CIA. — Cx. Postal n. 397 — Londrina — Paraná.

JOSÉ PENTERICHE & FILHO — Cx. Postal n. 596 — Londrina — Paraná.

COMERCIAL CURADO LTDA. — Rua Marechal Deodoro n. 771 —
Londrina — Paraná.

MANUEL BATISTA CAVALCANTI — Astorga — Norte do Paraná.

CARLOS SECO & CIA. LTDA. — Av. S. Paulo n. 1240 — Londrina — Paraná.

GORO OHYA — Rua Benjamin Constant, 673 — Londrina — Paraná.

IRMÃOS FUGANTE S.A. — Cx. Postal n. 119 — Londrina — Paraná.

AMERICO SATO — Rua Sergipe n. 410 — Londrina — Paraná.

LIVRARIA LONDRINA — Rua Sergipe n. 406 — Londrina — Paraná.

LUIZ ZAMBRIM — Cx. Postal n. 299 — Granja do Silêncio — Londrina — Paraná.

ANGELO FILÔCO — Rua Rio Branco n. 725 — Londrina — Paraná.

VIRGILIO JORGE — Rua Minas Gerais n. 1326 — Londrina — Paraná.

JOAO CORTEZ CAPEL — Rua Ceará n. 55 — Caixa Postal, 261 —
Londrina — Paraná.

EMPRÉSA MARÍTIMA E COMERCIAL LTDA. — Joinville — Estado de Sta. Catarina.

HOTEL CENTRAL — Julio Radwanski — Joinville — Sta. Catarina.

IRMÃOS AMIN — Rua Duarte Schutel n. 7 — Florianópolis — Es-
tado de Santa Catarina.

INDÚSTRIAS J. BETTEGA & CIA. S.A. — Curitiba — Paraná.

SILVESTRE SOUZA & CIA. LTDA. — Avenida Vicente Machado, 18 —
Curitiba — Paraná.

CONSTRUTORA O. H. C. LTDA. — Avenida Vicente Machado, 8 — Curitiba — Paraná.

JOSÉ LEPROVEST — Curitiba — Paraná.

TRANSPARANA S. A. — Londrina — Paraná.

VIEIRA S. A. — Rua Tupi, 68 — Cx. Postal, 764 — Londrina — Paraná.

SERRARIA CUROTTA LTDA. — Rua Paraná n. 180 — Cx. Postal, 180 Londrina — Paraná.

GARCIA & GARCIA LTDA. — Cx. Postal, 246 — Londrina — Paraná.

IMOBILIÁRIA NURECTÁMA — Ed. Minerva, s/207/207-A — Londrina Paraná.

GIHEI OTANI — Rua Quintino Bocaiuva — Londrina — Paraná.

MORAIS & CANEZIN — Rua dos Expedicionários — Cx. Postal, 173 Londrina — Paraná.

JOSÉ BONIFACIO & CIA. LTDA. — Caixa Postal, 173 — Rua Benjamin Constant n. 613/15 — Londrina — Paraná.

IRMAOS LOPES & CIA. — Rua Mato Grosso, 745 — Londrina — Paraná.

JOSÉ LUIZ MOURA — Londrina — Paraná.

CARLOS DE ALMEIDA — Rua Ceará n. 397 — Caixa Postal, 302 — Londrina — Paraná.

IMOBILIÁRIA IPIRANGA — Av. Ipiranga n. 795 — Cx. Postal n. 5174 — Londrina — Paraná.

G. LUNARDELLI S. A. — Caixa Postal n. 61 — Londrina — Paraná

AUGUSTO CANESSIN — Londrina — Paraná.

SYLVESTRE SAMPIERI — Rua Mato Grosso n. 765 — Londrina — Paraná.

T. MATOSIMA — Rua Sergipe n. 407 — Londrina — Paraná.

ESTABELECIMENTO GRÁFICO, BOEHMA & CIA. LTDA. — Rua Visconde de Taunay n. 93/109 — Teleg. Boehm — Caixa Postal, 41 — Joinville — Estado de Santa Catarina.

EXPRESSO JOINVILLENSE LTDA. — Rua Abdon Batista n. 342 — Joinville — Rua Sacadura Cabral n. 197 — Rio de Janeiro.

GERMANO STEIN S.A., COMÉRCIO E INDÚSTRIA — Rua Cruzeiro n. 35 — Caixa Postal n. 52 — Joinville — Rua da Quitanda n. 163 — Rio de Janeiro — Tel. 43-67-40.

IRMAOS AMIN — Rua Duarte Schutel, 11 — Caixa Postal, 117 — Florianópolis — Santa Catarina.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitio — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel. 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.



Noticiário de Interesse Militar

Produção de armas termo-nucleares

Lewis Straus, presidente da Comissão de Energia Atômica, declarou a uma comissão de Meios do Senado que, em consequência das diretrivas dadas pelo Presidente Eisenhower para o incremento do fabrico de bombas H, as despesas no campo da energia atômica aumentarão no próximo ano fiscal em cerca de 427 milhões de dólares. Tal aumento de despesas, segundo Straus, permitiria ao país reduzir as despesas com a produção de outros meios de defesa necessários, por se tratar de armas de grande poder contra qualquer agressão.

Declarou mais que no corrente ano entrarão ainda em laboração doze novas fábricas exclusivamente destinadas a trabalhos que têm por base o aproveitamento da energia atômica.

(*Da Revista Militar de Portugal.*)

Carro de Combate Caernarvon

O Caernarvon, veículo experimental destinado a fornecer dados para a construção de um novo carro pesado para as forças britânicas, é considerado o mais poderoso do mundo. A única coisa que se sabe a seu respeito é que é mais aperfeiçoado do que o Centurion, tendo melhor blindagem e motor mais potente. Devido à sua melhor suspensão e suas lagartas mais largas, exerce menor pressão sobre o solo. Não se destina a substituir, mas a complementar o Centurion.

(*Da Military Review — fevereiro de 1954.*)

Gás tóxico

Um gás venenoso tão mortal que uma gota pode matar uma pessoa, está sendo fabricado hoje no Arsenal de Rocky Mountain, a noroeste de Denver, Estados Unidos. A fábrica que o produz funcionou durante um período de tempo desconhecido, pois esse gás é um dos grandes segredos dos Estados Unidos. Contudo, o Major General E.F. Bullene, Químico-Chefe do Exército forneceu algumas informações sobre o gás, confirmadas pelo Ten.-Cel. S.J. Efnor, Comandante do Arsenal.

Trata-se de um gás sem odor, sem sabor e invisível.

Atua sobre o sistema nervoso causando espasmos, seguidos por paralisia e morte em coisa de 30 minutos, se não se usa um antídoto.

Segundo as declarações oficiais, é o agente químico mais tóxico conhecido.

Esse gás foi descoberto na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, se bem que não foi usado no transcurso das hostilidades.

O Exército dos Estados Unidos gastou 5 milhões de dólares nesse gás, que, aliás, é também conhecido dos russos.

É fabricado por controle remoto em edifícios de armação de concreto e aço.

Os trabalhadores usam roupas fabricadas especialmente à prova do gás e o ar exposto ao gás é tratado com agentes químicos para remover todo o vestígio do agente letal.

O gás está classificado na categoria de "estritamente secreto" e os empregados do Arsenal são investigados 3 vezes para constatar sua lealdade.

Pode o gás matar sem ser inhalado. Pode matar pelo simples contacto com a pele exposta. Em consequência, as máscaras de tipo comum de nada servem contra élle.

(*Da Revista Militar da Bolívia.*)

COMPANHIA DE SEGUROS

PAN-AMERICA

**Rua Senador Dantas, 84-8º Andar — Tel.: 52-2080
End. Teleg. "NACOPAN"**

CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO

Cr\$ 2.000.000,00



DIRETORIA :

A. J. PEIXOTO DE CASTRO JUNIOR
ROBERTO GRIMALDI SEABRA
NELSON GRIMALDI SEABRA
EUCLYDES ARANHA NETTO

GERENTE :

M. AGUIAR MELGAÇO

**INCÊNDIO — TRANSPORTES : MARÍTIMOS, TERRESTRES E
AÉREOS — ROUBO — EQUINOS, ACIDENTES PESSOAIS E
RESPONSABILIDADE CIVIL**

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO SERVIÇO DE REEMBÓLSO POSTAL DA SECÇÃO DE PUBLICIDADE DE "A DE- FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Anuário Militar de 1935.....	40,00
Anuário Militar de 1936.....	40,00
Anuário Militar de 1937.....	40,00
Anuário Militar de 1940.....	40,00
Anuário Militar de 1941.....	50,00
Anuário Militar de 1942.....	50,00
Anuário Militar de 1943.....	50,00
Anuário Militar de 1945.....	50,00
Anuário Militar de 1946.....	80,00
Anuário Militar de 1947.....	80,00
Anuário Militar de 1948.....	80,00
Artilharia de Dorso — Cap. Otávio Alves Velho	15,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — Gen. Mário Travassos.....	7,00
A FEB pelo seu Cmt. — Marechal Mascarenhas de Moraes.....	55,00
As Repúblicas Hespanas Sul-Americanas — Ayrton S. de Freitas.....	20,00
Algumas Cousas da Rússia — Cel. J. B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — J. B. Magalhães	30,00
A Guerra de Secessão — Gen. Arthur Carnaúba	5,00
A Linha de Fogo na Guerra — Cap. Germano Seidl Vidal.....	5,00

— 0 —

Pedidos pelo Reembolso Postal ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de Interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados em agosto de 1954**

DECRETO N. 35.925 — DE 29 DE JULHO DE 1954

Aprova as "Regras para visitas de navios de guerra estrangeiros aos portos e águas do Brasil em tempo de paz"

("Diário Oficial" n. 175, de 2-VIII-954.)

* *

DECRETO N. 35.912 — DE 28 DE JULHO DE 1954

Aprova o Regimento da Caixa de Amortização

("Diário Oficial" n. 176, de 3-VIII-954.)

* *

DECRETO N. 35.956 — DE 2 DE AGOSTO DE 1954

Regulamenta os arts. 188 a 193 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952 que trata da acumulação de cargos.

("Diário Oficial" n. 176, de 3-VIII-954.)

* *

AVISO N. 455-D1-H — EM 19 DE JULHO DE 1954

A fim de assegurar o direito a percepção da gratificação de especialidade e função de que trata o Capítulo IX do CVVM e do Decreto n. 30.034, de 1 de outubro de 1951, resolvo que os Subtenentes Sargentos e demais praças, que por determinação superior e por necessidade do serviço sofrerem deslocamentos ou passagem à disposição para efeitos de instrução, estágio ou serviço ligado às respectivas especialidades, continuarão vinculados às Unidades Administrativas a que pertençam, por onde perceberão os seus vencimentos e vantagens.

("Diário Oficial" n. 176, de 3-VIII-954.)

* *

AVISO N. 459-D1-I — EM 19 DE JULHO DE 1954

TABELA DE RAÇÕES DE FORRAGEM

1. É fixada, para vigorarem no segundo semestre do corrente ano, a seguinte tabela de rações de forragem.

a) Cavalos de Unidades montadas :

Milho	2,5 quilos
Alfafa	2,0 quilos
Sal	20 gramas

b) Cavalos de Unidade a pé :

Milho	2,0 quilos
Alfafa	2,0 quilos
Sal	20 gramas

2. Os animais da raça "Percheron" terão uma ração suplementar correspondente à dos cavalos de arma montada.

3. A ração dos animais da AMAN será reforçada de mais um quilo de milho e um quilo de alfafa : a dos animais do CPOR do Rio de Janeiro, de mais um quilo de milho, e a dos animais do RCG, REC e Escola de Equitação do Exército, de mais um quilo de milho e da quantidade de aveia correspondente ao valor de um quilo de milho.

4. A presente tabela ajusta-se ao respectivo quantitativo, razão por que não deverão as Unidades interessadas pleitear refôrço no corrente ano, visto como seria inexequível qualquer aumento, em face das disponibilidades orçamentárias.

("Diário Oficial" n. 176, de 3-VIII-1954.)

* *

DECRETO N. 35.913 — DE 28 DE JULHO DE 1954

Aprova o Regulamento para os serviços da dívida federal interna fundada e do meio circulante

("Diário Oficial" n. 177, de 4-VIII-1954.)

* *

DECRETO N. 35.937 — DE 29 DE JULHO DE 1954

Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

("Diário Oficial" n. 177, de 4-VIII-1954.)

* *

LEI N. 2.281 — DE 4 DE AGOSTO DE 1954

Dispõe sobre a contribuição para o montepío militar

O Presidente da República : Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Aos oficiais da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para fins de inatividade, é facultado contribuir para o montepío relativo ao segundo posto que se seguir ao da respectiva patente, ficando assegurada aos seus herdeiros a pensão correspondente.

Parágrafo único. Igual direito é assegurado aos oficiais de quelas Forças que passaram à inatividade com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

("Diário Oficial", n. 179, de 6-VIII-1954.)

* *

PORTARIA N. 505-A — DE 31 DE JULHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve designar o Coronel IE Raimundo da Silva Barros, Tenente-Coronel da Arma de Infantaria Petrônio Brilhante de Albuquerque e o Capitão da Arma de Infantaria Josmar Silva para, em Comissão, sob a presidência do primeiro, organizarem as tabelas para o reajustamento dos vencimentos dos militares do Exército.

("Diário Oficial" n. 181, de 9-VIII-1954.)

* *

LEI N. 2.283 — DE 9 DE AGOSTO DE 1954

Altera dispositivos da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares)

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O militar, excetuados os alunos das Escolas de Formação de Oficiais, até os postos de Coronel do Exército e da Aeronáutica, e Capitão de mar-e-guerra, no exercício das funções de arregimentado ou embarcado, fará jus após o primeiro ano de efetivo serviço militar, a uma gratificação transitória, denominada de Tropa de Embarque, no valor de 20% (vinte por cento) dos vencimentos de seu posto ou graduação, a fim de compensar o grande desgaste físico, a instabilidade de horário e a exigência de tempo integral.

§ 1º. A gratificação de que trata este artigo será suspensa toda vez que o militar, por qualquer motivo, exceto férias regulamentares ou serviço de justiça, afastar-se por mais de 8 (oito) dias de suas funções de arregimentado ou de embarcado.

§ 2º. O militar nomeado ou designado para cargo fora da tropa ou do navio, embora considerado arregimentado, embarcado, para efeito de promoção ou outro motivo qualquer, não fará jus à gratificação de Tropa ou Embarque.

§ 3º. A gratificação de Tropa ou Embarque é extensiva ao Militar arregimentado em Centro de Instrução, quando não receber a gratificação de ensino; ao prático ou praticante de prático do Quadro de Prático da Armada; e ao instrutor, auxiliar de instrutor ou monitor de Tiro de Guerra. Durante o período de funcionamento dessas Escolas de instrução (art. 36 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 4º. A gratificação de Tropa e de Embarque não é acumulável com as gratificações transitórias referidas no art. 36 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, exceto as de guarnição especial, e na forma do que preceitua o art. 4º da presente Lei, a de representação.

Art. 2º. A etapa suplementar será concedida ao Aspirante a Oficial, ao Guarda-Marinha e ao Aspirante a Oficial Fuzileiro Naval, até que complete 1 (um) ano de posto, ou seja promovido a 2º Tenente, quando passará a vencer a vantagens do art. 1º desta Lei.

§ 1º. ... (Vetado)...

§ 2º. A etapa a que se refere êste artigo só será abonada aos militares no exercício de suas funções, matriculados nas escolas ou cursos, em trânsito, férias, em qualquer dispensa do serviço, licenciados para tratamento de saúde ou de pessoa de sua família, bem como enquanto aguardarem reforma por motivo de invalidez.

Art. 3º. As praças reformadas em consequência de moléstia definida no art. 303 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, e as reformadas devido outras doenças consideradas incuráveis, terão direito à etapa de alimentação prevista para o asilado que sofra de moléstia contagiosa e incurável (art. 309 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Art. 4º. A gratificação de Tropa e Embarque e a gratificação de que trata a letra n) do art. 110 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Serviço de Estado-Maior) são acumuláveis, quando fôr o caso, com a gratificação relativa às funções constantes das mais letras dêste último artigo, não podendo a soma das duas gratificações exceder de 30 % (trinta por cento) dos vencimentos dos que a elas fizerem jus.

Art. 5º. O valor das diárias de alimentação e de pousada para as mais praças será o seguinte :

a) cabo, 100 % (cem por cento) do vencimento diário ;

b) outras praças, 100 % (cem por cento) do vencimento diário, não podendo, entretanto, ser inferior a Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros).

Art. 6º. É extensiva aos professores primários dos ministérios militares efetivos, em comissão ou contratados, a gratificação de ensino prevista nos arts. 125 e 126 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Parágrafo único. Os militares nomeados ou designados professores primários, e os civis mesmo contratados ou em comissão de níveis superior, secundário, técnico e primário, farão jus à gratificação da alínea c) do art. 126 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares ; os auxiliares de professores e os monitores à alínea d) do mesmo artigo.

Art. 7º. Ficam incluídos entre as vantagens incorporáveis (art. 36, letra a), do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) :

a) 50 % (cinquenta por cento) do valor do abono militar previsto pelo art. 72, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 ;

b) a percentagem de gratificação de guarnição especial correspondente à letra e) do art. 123 da mesma Lei.

Parágrafo único. As disposições dêste artigo abrangem os militares que se encontram na Reserva ou Reformados.

Art. 8º. Os professores primários civis postos à disposição dos corpos de tropa ou estabelecimentos militares, terão direito a uma gratificação de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) pagos pelo Ministério correspondente.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1954 ; 133º da Independência e 66º da República.

("Diário Oficial" n. 183, de 11-VIII-1954.)

PORTARIA N. 337 — DE 21 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve, em cumprimento ao disposto no art. 67, do Decreto n. 32.389, de 9 de março de 1953 (Consolidação das Disposições referentes a Pensões Militares), aprovar as "Instruções para o Processamento das Habilitações às Pensões Militares", que com esta baixam.

("Diário Oficial" n. 184, de 12-VIII-954.)

* *

PORTARIA N. 162 — DE 12 DE MARÇO DE 1954

■ O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, na forma estabelecida pelo art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 20 de fevereiro de 1952) e do art. 6º do Regulamento da Escola Técnica do Exército (Decreto n. 20.802, de 21 de março de 1946), resolve, de acordo com o parecer do Departamento Técnico e de Produção, aprovar a Organização e Seriação dos Cursos Técnicos, constante do anexo que com esta baixa.

Fica anexado o anexo n. I da Portaria n. 43, de 22 de março de 1950.

("Diário Oficial" n. 193, de 23-VIII-954.)

* *

PORTARIA N. 200 — DE 26 DE MARÇO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve aprovar as Instruções Reguladoras para o Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior em 1954, que com esta baixam.

("Diário Oficial" n. 193, de 23-VIII-954.)

* *

DECRETOS DE 25 DE AGOSTO DE 1954

O Presidente da República resolve :

Conceder exoneração de acordo com o art. 87, item III, da Constituição Federal, ao General-de-Exército Euclides Zenóbio da Costa, do cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Nomear :

De acordo com o art. 87, item III, da Constituição Federal, o General-de-Divisão Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, para exercer o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

("Diário Oficial" n. 195, de 26-VIII-954.)

* *

DECRETOS DE 26 DE AGOSTO DE 1954

O Presidente da República resolve :

Exonerar a pedido o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes das funções de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Nomear :

O General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa para exercer as funções de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

("Diário Oficial" n. 195, de 26-VIII-954.)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" agradece o recebimento das seguintes publicações durante o mês de agosto do corrente ano :

a) Exteriores :

EE.UU. — Military Review, de junho de 1954.
Espanha — "Ejército", de junho de 1954.
— "Guion", de junho de 1954.
França — Revue Militaire d'Information, de julho de 1954.
— Revue de Defense Nationale, de julho a setembro de 1954.
Uruguai — Revista de la Mutua Militar Uruguai, de março e abril de 1954.
Honduras — Revista Militar de Honduras, de janeiro e fevereiro de 1954.
Itália — Revista Militare, de junho de 1954.
México — "La Pátria", de abril a dezembro de 1953.

b) Nacionais :

Revista Militar de Remonta e Veterinária de março de 1954.
Itamaraty (Bol. do Ministério do Exterior), de julho de 1954.
Boletim Geográfico (I.B.G.E.), de março a junho de 1953.
Revista Brasileira de Geografia (I.B.G.E.), de abril e junho de 1953.
Comércio Internacional, de maio de 1954.

À DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acordo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano	Cr\$ 100,00
Semestre	Cr\$ 50,00
Número avulso	Cr\$ 15,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no in- dicador de firmas reco- mendadas	Cr\$ 500,00

OBS. — O pagamento das assinaturas anuais pode ser feito em 4 prestações mensais de Cr\$ 25,00 ou em 10 de Cr\$ 10,00. Da mesma forma o pagamento das assinaturas semestrais pode ser efetuado em 2 prestações de Cr\$ 25,00 ou em 5 de Cr\$ 10,00.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa; agradecermos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso; facilitaria o nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Colabore conosco para a independência de sua revista.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Prof. Arthur E. Burns.
Sr. Firmo Dutra.
Gen. Raul Silveira de Mello.
Auditor Adalberto Barreto.
Cel. Aguinaldo Dias Uruguay.
Cel. Antonio Brito Junior.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.
Maj. José Martins Almeida.
Maj. Jorge Enéas Machado Fortes.
Maj. Hugo de Sá Campelo Filho.
Maj. Rui Alencar Nogueira.
Maj. Tácito Teóphilo Gaspar de Oliveira.
Cap. Alberto Fortunato.
Cap. C. P. de Campos Bergo.
Cap. Carlos Antonio Figueiredo.
1º Ten. Alvaro M. Goulart.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954